ISSN: 1518-1200

Ano 2
Nº 1
Jun/2000

Cena Internacional

Revista de Análise em Política Internacional

ISSN: 1518-1200

Cena Internacional é uma revista semestral veiculada em meio digital dedicada à divulgação de trabalhos científicos sobre as relações internacionais contemporâneas e a os desafios da inserção internacional do Brasil, publicando artigos sobre Política e Economia Internacional, História, Teoria e Metodologia das Relações Internacionais, Política Exterior do Brasil e dos países do Cone Sul e Temas Globais (meio ambiente, direitos humanos, narcotráfico, empresas transnacionais etc) e documentos de especial interesse para a compreensão da conjuntura internacional e da política externa brasileira.

Cena Internacional é uma publicação do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (REL-UnB) e da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG/MRE), instituições que mantêm em conjunto o projeto *RelNet* – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais, com o objetivo de constituir a comunidade brasileira de relações internacionais com a oferta pública e gratuita de serviços de informação e de pesquisa.

Os artigos publicados em *Cena Internacional*, bem como as edições completas da revista, estão disponíveis para *download*, em formato PDF (*Portable Document Format*), gratuitamente, na seção *Cena Internacional* de *RelNet* – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais (http://www.relnet.com.br).

Correspondência:
Revista Cena Internacional
Caixa Postal 04359
Brasília – DF – 70910-970
E-Mail: editoria@relnet.com.br
Tel: (55)(61) 307 2426
Fax: (55)(61) 274 4117

Capa e programação visual: Samuel Tabosa de Castro

Como publicar trabalhos em Cena Internacional:

São admitidos apenas textos inéditos de professores, pesquisadores e profissionais atuando na grande área de Relações Internacionais. Os arquivos devem conter entre 20 e 35 páginas digitadas em Word 2000 (ou compatível), espaço 1,5, tipo 12. As notas devem ser geradas preferencialmente a partir do sistema ABNT. As contribuições devem conter a vinculação institucional e a titulação do autor. Os arquivos devem ser enviados para editoria@relnet.com.br, indicando na linha *assunto* “Contribuição para *Cena Internacional*”.

Cena Internacional **Ano 2** **Número 1** **2000**

Sumário

Artigos

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E A AGENDA DE 2000

Luiz Felipe de Seixas Corrêa*

RESUMO

O artigo procura delinear um quadro geral das prioridades da política externa brasileira para o ano 2000, destacando suas dimensões estratégicas de longo prazo e as diretrizes para a ação imediata. São feitas também considerações sobre as prioridades para a ação internacional do Brasil e um balanço da diplomacia no governo Fernando Henrique Cardoso.

ABSTRACT

This article aims at establishing a framework of priorities for the Brazilian Foreign Policy in 2000, stressing the strategical dimension of long and short-run initiatives. In addition, remarks are made regarding historical priorities of Brazilian Foreign Policy and the achievements of Brazilian diplomacy during the government of Fernando Henrique Cardoso.

Introdução

A diplomacia brasileira passou por uma evolução notável a partir dos anos oitenta. Toda uma série de temas de natureza política, econômica ou social — antes tratados sem a mesma prioridade, ou mesmo inexistentes na agenda diplomática — ganharam em relevância, e passaram a ocupar o centro das atenções: maior grau de concertação política com os países latino-americanos (Grupo do Rio), MERCOSUL, busca da formação de um espaço econômico comum na América do Sul, entendimentos para a formação da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), negociações para a liberalização do comércio entre os países do MERCOSUL e da União Européia, tratativas multilaterais na OMC (Organização Mundial do Comércio) ou, ainda, a intensificação da agenda bilateral de questões econômico-comerciais com os principais parceiros. No campo político, ganharam em relevância assuntos como a maior participação em operações de paz da ONU, meio ambiente, direitos humanos, não-proliferação e assim por diante.

O presente artigo procura transmitir um quadro geral das prioridades da política externa brasileira e da agenda para 2000. Este tema mescla duas dimensões que se complementarão mutuamente ao longo do texto: os interesses estratégicos de longo prazo e as diretrizes para a ação imediata. O texto é dividido em três seções: a primeira faz breves considerações de caráter geral sobre prioridades históricas da política externa brasileira. A segunda, um rápido balanço da diplomacia no governo Fernando Henrique Cardoso. A terceira parte, a mais extensa, comenta a agenda externa em 2000.

Revista Cena Internacional. 2 (1): 5-30 [2000]

* Secretário-Geral das Relações Exteriores. Redação encerrada em 26/5/00. Versão modificada e atualizada de texto publicado na *Revista Brasileira de Política Internacional* (ano 42, nº 1, 1999): “O Brasil e o mundo no limiar do novo século”.

Luiz Felipe de Seixas Corrêa

1. Prioridades históricas: desenvolvimento nacional e América do Sul

Vista em sua essência, a tradição diplomática do Brasil pode ser resumida em dois traços fundamentais: a determinação de contribuir para o desenvolvimento nacional e o propósito de construir uma relação de signo positivo com os vizinhos da América do Sul.

Cada país define suas prioridades externas de longo prazo em razão de suas circunstâncias históricas, geográficas, políticas e econômicas, entre outras. Segundo uma periodização que costumo empregar e que encontra o seu eixo de referência no território nacional, a política externa do Brasil desdobra-se em três grandes fases históricas.

O momento inicial estende-se por três séculos, desde Tordesilhas até a transplantação da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808 — antes mesmo, portanto, da própria existência formal do território. Nesta longa fase, o vetor fundamental da projeção externa do território que viria a formar o Brasil foi o da "delimitação do espaço nacional".

A fase seguinte corresponde ao período monárquico, embora na verdade se estenda até a obra de Rio Branco, Chanceler no período de 1902 a 1912. É o momento em que a sociedade brasileira, já plenamente estruturada em um Estado, busca a "consolidação do espaço nacional", mediante a sua ocupação efetiva, a sua defesa, sobretudo na vertente platina, e a definitiva configuração das fronteiras.

E o terceiro momento, que se prolonga desde Rio Branco até os dias de hoje, pode ser caracterizado como o de "desenvolvimento do espaço nacional", ou seja, a utilização da relação externa como fator de arregimentação de recursos e de neutralização de obstáculos ao desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Esta periodização enfatiza o fato de que, num primeiro longo momento histórico, a diplomacia nacional esteve de certa forma mais dirigida para questões clássicas da paz e da guerra, da segurança externa, e da definição dos espaços de soberania territorial. Posteriormente, o desafio do desenvolvimento nacional tornou-se prioritário. Essas duas vertentes, contudo, nunca foram mutuamente exclusivas.

O Brasil vive em paz com seus vizinhos desde o final da Guerra do Paraguai. Especialmente após a tarefa de consolidação pacífica das fronteiras nacionais levada a cabo por Rio Branco —, estiveram sempre asseguradas condições mínimas de paz, estabilidade e segurança na relação com os países vizinhos. Tornou-se natural, assim, que o desafio do desenvolvimento passasse a ocupar maior espaço na agenda diplomática.

Soma-se a essa ênfase a atenção permanente e prioritária à relação com os vizinhos da América do Sul. A preservação da paz e da segurança em nosso entorno representa uma herança histórica de valor inestimável. Em decorrência deste fato, há uma diferenciação na natureza do trabalho diplomático que se realiza na América do

Sul ou em outras regiões do mundo. Nos países vizinhos, a diplomacia clássica — a que privilegia a vertente política das relações internacionais — é pelo menos tão importante para o Brasil quanto os aspectos econômicos da sua projeção externa. Já no relacionamento com outras regiões do mundo o trabalho político é, no geral, um instrumento para a criação de condições internacionais tão favoráveis quanto possível para o desenvolvimento nacional.

Mesmo na América do Sul, contudo, a natureza do trabalho diplomático vem passando por uma clara evolução ao longo das últimas duas décadas. Tem diminuído, em termos relativos, o espaço das preocupações clássicas da paz e da segurança, ao mesmo tempo em que, paralelamente, cresce a atenção dedicada às possibilidades de cooperação econômica. Trata-se de decorrência natural da redemocratização dos países da região nos anos oitenta e da progressiva superação de desconfianças e rivalidades que ainda perduravam.

Graças ao ambiente de entendimento e harmonia que hoje prevalece entre os países sul-americanos, o desafio do desenvolvimento passa a ser visto como um objetivo a ser buscado de forma conjunta, em benefício de todos. Generalizou-se a percepção de que a paz e o desenvolvimento em cada uma das nações da América do Sul dependerão, em boa medida, da expansão da rede de interesses recíprocos que as unem. Desde os anos oitenta, o Brasil tem-se empenhado na construção de um espaço econômico integrado na América do Sul, como forma de contribuir para a formação de uma área de prosperidade compartilhada.

Esses conceitos e diretrizes têm uma dimensão prática muito evidente na agenda diplomática sul-americana. O MERCOSUL é, talvez, o exemplo mais relevante: se, antes, a relação com a Argentina era vista preponderantemente sob a ótica de considerações políticas, a elas hoje se acrescenta a percepção de que esta relação pode também oferecer uma contribuição muito importante para o processo de desenvolvimento nacional.

Outro exemplo emblemático nesta mesma direção diz respeito à evolução das considerações estratégicas no Brasil a respeito de sua matriz energética. No passado, o País preferia comprar petróleo de fontes extra-regionais, por motivos de segurança. Já no livro *O Presidente segundo o Sociólogo*, o Presidente Fernando Henrique Cardoso refere-se detalhadamente à importância que as compras de petróleo junto aos países vizinhos adquiriram nos anos noventa, como uma alavanca para a construção de um espaço econômico comum sul-americano: "... estamos fazendo aqui o que os europeus fizeram, em outro momento. Como começou a integração européia? Com a integração da bacia do Ruhr. (...) Veja bem: carvão, energia. O Brasil tomou a decisão estratégica, de grande importância, de não mais pensar nas matrizes energéticas em termos de autarquia. Tomou a decisão de 'depender' dos países vizinhos. Quando fui para o Ministério das Relações Exteriores, não comprávamos uma gota de petróleo da Argentina e da Venezuela. (...) Decidi que íamos comprar petróleo da Argentina. (...)

Com relação à Venezuela, fiz a mesma coisa." Com base nesta decisão de caráter estratégico, a Argentina e a Venezuela chegaram a ser, em 1997, o primeiro e o terceiro fornecedor de petróleo para o Brasil.

A América do Sul tornou-se, assim, a região do mundo em que convergem, com graus de intensidade bastante equilibrados, as duas prioridades que resumem a essência da tradição diplomática brasileira: a defesa da paz e da estabilidade e a busca de parcerias externas que contribuam para o desenvolvimento nacional.

2 – Governo Fernando Henrique Cardoso: o primeiro mandato (1995-98)

Durante o primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a política externa foi fortemente beneficiada pela retomada de um sentimento de auto-estima da sociedade nacional e pela repercussão internacional dos avanços políticos, econômicos e sociais do País. O Itamaraty pôde trabalhar com renovada desenvoltura, sem as inibições que tanto o haviam limitado em passado ainda recente, derivadas do regime autoritário entre 1964-85, da transição política subseqüente, e das dificuldades econômicas do período 1981-92.[1] Este novo contexto refletiu-se no êxito de uma série de operações diplomáticas de grande envergadura.

Continuamos a consolidar e aprofundar o MERCOSUL. Assinamos em 1996 acordos de integração econômica com o Chile e a Bolívia, prevendo a formação de zonas de livre comércio entre o MERCOSUL e aqueles dois países. Tivemos papel de liderança nas discussões sobre o lançamento de negociações para futura conformação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Foi assinado em 1995 o Acordo-Quadro Inter-regional de Cooperação entre o MERCOSUL e a União Européia. Na América do Sul, o Brasil trabalhou com êxito pela manutenção do ambiente de paz, estabilidade e entendimento que a distingue de modo tão favorável na comparação com outros continentes. Juntamente com os parceiros do MERCOSUL, atuamos em favor da consolidação do regime democrático no Paraguai. O Presidente Fernando Henrique Cardoso liderou pessoalmente os entendimentos que levaram à celebração de acordo de paz entre o Equador e o Peru, em outubro de 1998, em cerimônia realizada em Brasília. No plano multilateral, o Brasil resgatou hipotecas que ainda pesavam sobre nossa presença no mundo. A ratificação em 1998 do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) foi a iniciativa de maior relevância e visibilidade nesse sentido.[2]

Ao buscar um tratamento positivo para temas como democracia, direitos humanos, meio ambiente, não-proliferação, integração comercial ou abertura econômica — em sintonia com valores universais amplamente compartilhados —, a diplomacia brasileira atuou em sintonia com aquilo que a sociedade nacional deseja para o País e para o mundo. Manteve-se inalterada, por outro lado, a preocupação permanente da política externa brasileira de resguardar a sua autonomia de

movimentos. Na expressão de Gelson Fonseca Junior, contudo, a busca da autonomia não mais se faz através do distanciamento, mas sim através da integração.[3]

As metas para o segundo mandato (1999-2002) e as realizações de 1999

Tal como expresso pelo Chanceler Lampreia em discurso pronunciado em janeiro de 1999, são as seguintes as metas fixadas para a atuação do Itamaraty no período 1999-2002: [4]

a) a consolidação e o aprofundamento do Mercosul;
b) fortalecimento da aliança estratégica com a Argentina;
c) aperfeiçoamento das excelentes relações bilaterais que já mantemos com todos os nossos vizinhos, em particular com o Uruguai, o Paraguai, o Chile e a Bolívia;
d) a determinação de realizar uma aproximação ainda maior com os demais países irmãos da Comunidade Andina — Colômbia, Equador, Peru e Venezuela —, inclusive para chegarmos a um acordo de livre comércio logo que possível;
e) a construção, na América do Sul, de um espaço integrado de intercâmbio econômico, articulação política e cooperação em todas as áreas, facilitado por indispensáveis empreendimentos comuns de integração física;
f) a intensificação do diálogo e da cooperação com o México;
g) aprofundamento das relações com os países da América Central e com o Caribe, em especial com a Guiana e o Suriname ;
h) a participação no processo de integração hemisférica, com ânimo positivo e defesa intransigente de nossos interesses;
i) aperfeiçoamento continuado das relações com os Estados Unidos;
j) empenho em aprofundar o relacionamento com a União Européia, em suas várias geometrias;
k) a dinamização do intercâmbio com o Japão, apoiada nos profundos laços humanos que nos unem e na simpatia recíproca por eles gerada;
l) a busca de cooperação mais intensa com os países da região Ásia-Pacífico, em particular com a China;
m) reforço da convivência e da cooperação com nossos parceiros na África — em especial, mas não exclusivamente, com a África do Sul e com as nações de expressão portuguesa;
n) a renovação dos canais de diálogo e de trocas comerciais com os países do Oriente Médio, a partir da facilidade de entendimento que decorre da presença importante em nossa sociedade dos descendentes sobretudo de libaneses e sírios e da comunidade judaica.
o) a participação, com o peso que nos corresponde, nas deliberações e atividades das Nações Unidas, entre elas as relativas à indispensável reforma da Organização, inclusive do Conselho de Segurança;

p) a intensificação da atuação do Brasil na Organização Mundial do Comércio, privilegiando a via multilateral na luta contra o protecionismo e os subsídios concedidos pelas nações desenvolvidas;
q) a defesa dos direitos humanos e do desenvolvimento e da codificação do direito internacional nesse campo;
r) a ação em prol da proteção do meio ambiente e da cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável;
s) a participação no combate internacional ao crime organizado, em especial ao tráfico de drogas e de armas;
t) trabalho, com sentido de urgência ainda maior, na promoção das exportações brasileiras;
u) apoio às ações do Governo nas importantes negociações internacionais que o Brasil tem conduzido em razão das últimas crises financeiras internacionais;
v) desenvolvimento e aperfeiçoamento da proteção e da assistência aos brasileiros no exterior.

O início do segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso foi marcado pela crise cambial de janeiro de 1999 e pelos temores de um retrocesso nas conquistas alcançadas pelo País na estabilização da economia. Em um primeiro momento, portanto, a diplomacia brasileira teve de operar em condições claramente menos favoráveis do que no período 1995-98. Diminuiu sua capacidade de iniciativa, e tornou-se necessário administrar situações difíceis no plano econômico-comercial, geradas tanto pela frustração de expectativas em relação a exportações para nosso mercado quanto pelo temor de aumentos exponenciais nas vendas de produtos brasileiros.

Como se verá mais adiante, o MERCOSUL passou em 1999 por sua fase mais difícil desde o momento em que foi criado. Houve também percalços na meta de negociação de acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina. Em um plano mais geral, a diplomacia brasileira teve de dedicar-se com grande intensidade a um esforço de informação de governos estrangeiros e da comunidade financeira a respeito da evolução da situação econômica. Importava enfatizar que o governo e a sociedade mantinham o compromisso com a estabilização econômica, e demonstrar que estavam sendo tomadas as medidas necessárias para este fim.

Ao final do ano, apesar das perspectivas pouco favoráveis que se anunciavam após a crise cambial de janeiro, pode-se considerar que o balanço da atividade diplomática foi positivo:
a) logrou-se no MERCOSUL manter sob controle as tensões decorrentes de atritos comerciais localizados. Garantiu-se a integridade do patrimônio de realizações da integração sub-regional, e manteve-se viva a disposição de promover novos avanços tão pronto as condições objetivas assim o permitissem — realizações nada

desprezíveis quando se consideram as dificuldades de um ano em que o comércio intra-MERCOSUL sofreu queda de cerca de 25%;[5]

b) diante das dificuldades para fazer avançar as negociações comerciais entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina, o Itamaraty promoveu negociações "bilaterais" entre o Brasil e este agrupamento. O acordo comercial de julho de 1999 representou, no entendimento brasileiro, uma etapa em direção a entendimento mais amplo a ser firmado entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina no mais tardar até julho de 2001;[6]

c) realizou-se no Rio de Janeiro, em junho de 1999, com grande êxito — tanto do ponto de vista substantivo quanto organizacional —, a primeira reunião de cúpula entre a América Latina e Caribe, de um lado, e a União Européia, de outro. À margem da reunião, o MERCOSUL e a União Européia chegaram a um entendimento sobre o lançamento de negociações para a liberalização do comércio entre as duas regiões, após um processo de duras negociações que se desenrolavam desde a assinatura em Madri em dezembro de 1995 do Acordo Quadro Inter-regional;[7]

d) o Brasil foi um participante ativo dos entendimentos internacionais com vistas ao planejado lançamento da chamada "Rodada do Milênio", que deveria ter ocorrido na reunião ministerial da OMC em Seattle, em dezembro de 1999. Estivemos envolvidos na montagem de um pacote preliminar de acordo sobre uma nova rodada que envolvia avanços importantes em áreas de nosso interesse, em especial a agricultura. Ao final malogrou o intento de lançamento da Rodada, em razão das pressões protecionistas que vêm ganhando força renovada nos países desenvolvidos, e que são motivo de crescente preocupação para os países em desenvolvimento;

e) ainda no plano das grandes questões internacionais, o Presidente Fernando Henrique Cardoso continuou a defender em diferentes foros suas propostas, que datam de 1995, sobre a necessidade de maior cooperação internacional para o controle dos fluxos de capital de curto prazo. Isso ocorreu, por exemplo, na reunião de Florença sobre a chamada "boa governança", em novembro de 1999, na qual estiveram presentes os Presidentes do Brasil e dos Estados Unidos e os Chefes de Governo da Alemanha, França, Inglaterra e Itália.[8] A esse respeito, cabe observação sobre a importância para o Brasil de se ver representado em foro tão restrito de líderes mundiais. A participação presidencial no encontro de Florença não deixou de evidenciar que o Brasil é visto pela comunidade internacional como um "país que conta";[9]

f) nas Nações Unidas, o Brasil levou a termo o seu mandato de dois anos (1998-99) como membro não-permanente do Conselho de Segurança, com participação ativa e destacada nos debates sobre importantes questões do cenário mundial — a exemplo, em especial, de Angola, do Iraque, do Kosovo e do Timor Leste. Nesta

última questão, o Brasil teve papel de grande destaque nas deliberações para o envio de uma força multinacional de paz.

Superados os momentos mais difíceis da crise cambial de janeiro de 1999, a diplomacia brasileira iniciou o ano de 2000 com perspectivas mais favoráveis para sua atuação. O País retomou o rumo do crescimento, manteve-se a estabilidade da economia, os investimentos diretos estrangeiros continuam a afluir em grande volume e vai-se fortalecendo a perspectiva de um ciclo renovado de privatizações e reformas. Reafirma-se assim, por parte da comunidade internacional, a percepção de que o Brasil efetivamente entrou em uma nova era a partir do lançamento do Plano Real — e de que se trata, portanto, de parceiro cada vez mais relevante.[10]

Retoma-se, em 2000, desta forma, a constatação aplicada ao período 1995-98: a diplomacia nacional passa a se beneficiar de um sentimento de renovada confiança do Brasil em suas próprias capacidades, e de confiança da comunidade internacional em relação ao País. Abrem-se novos espaços para a atuação diplomática, que o Itamaraty busca identificar e explorar em processo de constante diálogo com a sociedade nacional.

3 – A agenda de 2000

A relação com a Argentina

Durante os anos oitenta e noventa, as relações bilaterais tiveram avanços extraordinários. Iniciou-se, na virada de ano 1999/2000, positivamente, o diálogo com o governo Fernando De La Rúa — que tomou posse em dezembro de 1999 e tem dado desde então repetidas mostras de grande prioridade política e estratégica ao aprofundamento das relações com o Brasil. Ambos os países buscam, agora, a definição de novos e mais ambiciosos objetivos de aproximação e de integração.

A chamada reunião triministerial, realizada em Buenos Aires nos dias 27 e 28 de abril — que reuniu os Ministros das Relações Exteriores, Defesa e Fazenda dos dois países —, teve resultados altamente produtivos. O entendimento bilateral a respeito de metas iniciais de coordenação macroeconômica tem uma importância histórica evidente. Demonstrou-se que a relação Brasil-Argentina continua a ser o motor da integração sub-regional no MERCOSUL.

Não há no universo de atuação da diplomacia brasileira outro tema que possa ser mais importante. Pelo que representou historicamente e pelo que passou a significar a partir da integração, a Argentina constitui o desafio mais complexo, mais prioritário e o que mais demanda persistência, criatividade e sentido de futuro por parte da política externa brasileira. A estabilidade institucional e o desenvolvimento econômico e social da América do Sul estão em grande medida vinculados à equação Brasil-Argentina.

Antagonistas no passado, Brasil e Argentina são hoje países que, sem menosprezarem suas diferenças e divergências, se percebem mutuamente como parceiros essenciais para seus respectivos projetos nacionais e internacionais. Os Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Carlos Menem registraram, em abril de 1997, a decisão de construir uma verdadeira aliança estratégica entre as duas nações.

Cada um dos dois países passou a conceber e a projetar o seu futuro em associação com o outro. Uma definição tão importante, tão sólida, tão definitiva como a de uma aliança estratégica não se faz por acaso. Representa um projeto que está assentado na convergência inédita de três grandes objetivos compartilhados: (i) a consolidação das instituições democráticas; (ii) a inserção competitiva no mundo; (iii) o fortalecimento da segurança estratégico-militar recíproca, e o conseqüente esvaziamento de qualquer alternativa regional de balanço de poder – o que ajuda a consolidar a perspectiva de paz na América do Sul.

É evidente que a construção da aliança estratégica é uma tarefa que requer esforços contínuos, e que não está isenta de percalços, como se evidencia ocasionalmente em visões divergentes sobre questões relevantes do cenário internacional. Em 1999, por exemplo, o pedido de admissão da Argentina na OTAN — já recusado — foi visto com reservas pelo Brasil. Importa, contudo, manter sempre a perspectiva de longo prazo, e a disposição política de trabalhar para ir superando gradualmente as eventuais divergências. É este o espírito que orienta o diálogo atual entre os governos Fernando Henrique Cardoso e Fernando De La Rúa.

O relançamento do MERCOSUL

O MERCOSUL é, sem dúvida alguma, o elemento distintivo mais poderoso da relação Brasil-Argentina. Sua construção constitui a pedra angular da aliança estratégica. O MERCOSUL, como é sabido, nasceu de uma iniciativa governamental brasileira e argentina, concebida como um processo de corte político e estratégico destinado a estimular a criação de uma rede recíproca de interesses concretos que tornasse as hipóteses de conflito bilateral obsoletas e ilegítimas.

O MERCOSUL deu largos passos em direção à meta de constituição do Mercado Comum do Sul — mas, apesar de seu patrimônio considerável de realizações, perdeu em 1998/99 a dinâmica que o caracterizava. Esgotou-se a etapa de ganhos fáceis com a integração, característicos da fase inicial de expansão de comércio em decorrência da desgravação tarifária automática. Somou-se a essa constatação, por assim dizer, "estrutural" o fato de que a retração econômica nos países da região provocou uma exacerbação de pressões protecionistas, especialmente por parte da Argentina em relação a produtos brasileiros. Após crescer ininterruptamente a taxas aceleradas entre 1991-97, o total do comércio intra-zona apresentou ligeiro declínio em 1998, de cerca de 0,5%, e teve queda de aproximadamente 25% em 1999.

Neste difícil período, o Governo brasileiro e o Itamaraty continuaram a dedicar às negociações do MERCOSUL, por todas as razões, máximo sentido de prioridade, com o propósito de manter as conquistas da integração sub-regional e de preparar as bases para novos avanços em momento oportuno. No segundo semestre de 1999, o Governo conduziu um exercício interno de reflexão sobre metas de negociação para o relançamento do MERCOSUL, em especial a consolidação da União Aduaneira.

Em 2000, o momento político é particularmente propício à definição de uma agenda de relançamento do MERCOSUL. Na Argentina e no Uruguai, novos governos acabam de ser eleitos. No Brasil e no Paraguai, os atuais presidentes ainda se encontram no início de seus mandatos. A essa circunstância política que favorece a realização de esforços para relançar o MERCOSUL, soma-se o fato de que seus membros voltaram a crescer em 2000. O ambiente para negociações econômicas e comerciais está seguramente mais desanuviado do que em 1998 e 1999:[11]

a) em abril, na XXXVII reunião do GMC, realizada em Buenos Aires, chegou-se a um entendimento sobre a agenda de relançamento do MERCOSUL, cuja negociação passa agora a ser prioritária;
b) têm sido tratadas com espírito pragmático e construtivo as demandas argentinas em torno dos "setores sensíveis" de sua economia, cujo nível de produtividade não permite competir em condições de igualdade no mercado ampliado do MERCOSUL. Trata-se certamente de tema difícil e complexo, mas pode-se desde já observar que vão sendo superadas as divergências mais agudas nesta área;
c) em março, o Brasil e a Argentina alcançaram entendimento bilateral a respeito das grandes linhas do futuro regime automotivo do MERCOSUL, ao qual estão se incorporando, em condições especiais, o Paraguai e o Uruguai. Trata-se de desdobramento de grande importância, pois o comércio no setor automotivo responde por cerca de 1/3 das trocas intra-zona, e o estabelecimento de regras neste setor é fundamental para a atração de investimentos diretos estrangeiros. Não seria exagerado especular que, com a definição do regime automotivo e o início de um novo ciclo de crescimento na sub-região, o MERCOSUL poderá vir a se tornar o quarto maior pólo de produção automobilística no mundo;
d) No final de abril, o Brasil e a Argentina chegaram a um entendimento de caráter histórico na área da coordenação de políticas macroeconômicas, conforme registrado na Declaração Ministerial de Buenos Aires, firmada em 28 de abril. Até setembro, os dois países construirão uma série de indicadores nas áreas fiscal, de dívida pública, e de preços, como primeiro passo para a definição, em março de 2001, de metas comuns nestas áreas. Tal como assinalado na Declaração, o Brasil e a Argentina atribuem grande importância a que o Paraguai e o Uruguai se juntem a este processo, e têm a intenção de propor a participação do Chile e da Bolívia na discussão deste assunto. Vai-se concretizando, assim, a intenção manifestada pelo

Presidente Fernando Henrique Cardoso em junho de 1999, por ocasião de visita a Buenos Aires, de incentivar a negociação de um “pequeno Maastricht”. A eventual definição de metas comuns na área fiscal terá efeitos positivos não só para o próprio desenvolvimento futuro do MERCOSUL, mas também — e ressalte-se a relevância deste ponto — para a evolução dos esforços domésticos de equilíbrio das contas públicas e conseqüente reforço da estabilidade econômica. Como ocorreu na União Européia, o equilíbrio fiscal passaria a contar com uma “âncora externa” poderosa, que se situaria acima dos conflitos político-partidários domésticos.

Caberá ao Brasil, no segundo semestre de 2000, a presidência *pro tempore* do MERCOSUL. O encontro de cúpula semestral do bloco deverá ser realizado em Florianópolis, em dezembro. Em vista destes fatos, o Itamaraty tem como prioridade, ao longo do ano, promover avanços importantes na agenda de relançamento do bloco.

O “MERCOSUL político”

Embora concebido em função de considerações de natureza político-estratégica, o MERCOSUL ainda é, sobretudo, um projeto de expressão econômico-comercial. É natural que assim seja. Na União Européia, as metas de integração política vieram em um momento posterior e, comparativamente ao grau de integração atingido nos campos econômico-comercial, seus avanços ainda são tímidos.

Em uma leitura estrita, o Tratado de Assunção é um acordo essencialmente econômico, voltado para a constituição de um Mercado Comum. O processo de integração, contudo, já abarca áreas como a coordenação de políticas externas, a cooperação em matéria de segurança internacional, a cooperação em matéria de segurança interna e de assuntos judiciários ou, ainda, da educação. Esse “enriquecimento” da agenda, além da letra do Tratado de Assunção, vem ocorrendo sistematicamente e conforma hoje um “corpus” significativo de mecanismos de concertação e de definições conjuntas. Trata-se, na verdade, de um exemplo vivo do dinamismo e da força da idéia da integração, que vem sendo designado de “MERCOSUL político”.

Exemplos relevantes desta nova vertente, que incorpora a Bolívia e o Chile, são a Decisão nº 18, adotada na Cúpula do Rio de Janeiro, em dezembro de 1998, criando o Foro de Consulta e Concertação Política, bem como a Declaração Política do MERCOSUL, Bolívia e Chile como Zona de Paz, firmada em Ushuaia, em julho de 1998, que registra entendimento no sentido de “fortalecer os mecanismos de consulta e cooperação sobre temas de segurança e defesa existentes entre seus membros, e promover sua progressiva articulação (...)”.

No âmbito do “MERCOSUL político”, sobressai, em especial — e isso é da maior importância —, a chamada “cláusula democrática”, institucionalizada pelo Protocolo

de Ushuaia sobre o Compromisso Democrático no MERCOSUL (1998). O MERCOSUL tornou-se, em outras palavras, garantia relevante da consolidação dos regimes democráticos em nossa sub-região. Nas crises de 1996 e de 1999 no Paraguai, a atuação conjunta dos países do grupo foi elemento importante para assegurar a manutenção da integridade das instituições democráticas naquele País. É incalculável também o valor deste "bem diplomático", não só para a estabilidade regional como também para o prestígio e a consolidação da imagem positiva do MERCOSUL no mundo.

América do Sul: novo conceito para a atuação diplomática do Brasil

Por determinação constitucional, a integração latino-americana é o compromisso mais importante da política externa brasileira. Trata-se de compromisso que reflete sentimentos profundamente enraizados na sociedade. A relação que o Brasil e a Argentina construíram a partir dos anos oitenta está na origem de uma nova era na política externa brasileira, em que sobressai a mais absoluta prioridade à integração regional e à aproximação com os países vizinhos.

Com este espírito, o Presidente Fernando Henrique Cardoso acaba de convidar os demais Chefes de Estado da América do Sul para reunião a ter lugar em Brasília nos dias 31 de agosto e 1º de setembro próximo. Trata-se de iniciativa de caráter inovador e de grande importância histórica para toda a América Latina e Caribe.[12]

Nada poderia marcar de forma mais eloqüente o espírito desta Reunião de Presidentes do que a própria data proposta pelo Brasil. Estaremos realizando-a no mesmo ano em que comemoramos os 500 Anos do País. A carga simbólica é muito intensa. Além de celebrar uma longa tradição de convivência pacífica e harmoniosa do Brasil com os demais países da América do Sul, estaremos conversando sobre uma agenda voltada para o futuro, sobre um destino comum que queremos construir lado a lado.

Em razão da diversidade de nossa região — que representa de resto um fator tão positivo de enriquecimento do conjunto —, o emprego de geometrias variáveis é parte da própria singularidade da integração na América Latina e Caribe.

A composição do Grupo do Rio tem evoluído ao longo dos anos. A ALADI é integrada por dez países sul-americanos, pelo México, e agora, mais recentemente, também por Cuba. Na América do Sul, está em curso, com pleno êxito, o processo de construção do MERCOSUL, de cuja vertente política fazem parte integral a Bolívia e o Chile. A Bolívia, por sua vez, é membro da Comunidade Andina, o outro processo de integração mais importante da América do Sul. O Tratado da Bacia do Prata e o Tratado de Cooperação Amazônica são, ainda, dois instrumentos igualmente importantes na composição do mosaico de iniciativas de aproximação entre os países da América do Sul. Também na América Central e no Caribe registram-se variadas iniciativas de concertação política e de integração econômico-comercial de caráter sub-regional.

A diversidade e a riqueza deste panorama reflete-se nas estratégias e opções de inserção internacional das várias sub-regiões da América Latina e Caribe. Há uma diferenciação natural. Cada sub-região segue um caminho condizente com suas realidades políticas e econômicas, que se somam ao sentimento comum, sempre presente, de identidade histórica, cultural e humana entre o conjunto da América Latina e Caribe. As Conferências Ibero-americanas são uma manifestação deste sentimento comum projetado no plano extra-regional.

Na esfera econômico-comercial, a América Central e o Caribe acham-se vinculados no plano extra-regional, de forma mais próxima, aos Estados Unidos. Trata-se de uma realidade decorrente de condicionamentos históricos e geográficos. A América do Sul, por outro lado, segue um modelo de inserção econômico-comercial mais diversificado, em que os laços com a Europa, por exemplo, têm densidade comparável aos vínculos com os Estados Unidos. Cada caminho reflete de modo natural condicionamentos específicos.

Não se pode deixar de assinalar, neste ponto, a grande satisfação com que o Brasil acompanha o êxito extraordinário alcançado pelo México em decorrência de sua decisão corajosa e pioneira de buscar, a partir de 1990, a conclusão de acordo de livre comércio com os Estados Unidos. No quadro da entrada em vigor do NAFTA em 1º de janeiro de 1994, o México tornou-se o mais importante exportador entre os países da América Latina e Caribe.

O Brasil entende, portanto, que as geometrias variáveis – ou, em outras palavras, a riqueza de imagens que compõem o mosaico do cenário diplomático regional – sempre estiveram na base da integração na América Latina e Caribe. Somadas, as iniciativas particulares contribuem para a solidez e a riqueza do conjunto. Todas convergem para a meta comum da integração do conjunto da América Latina e Caribe, a ser buscada – como sempre foi – por aproximações sucessivas.

A Reunião de Presidentes da América do Sul será uma oportunidade para consolidar, estruturar e aprofundar a grande diversidade de iniciativas de aproximação entre os países da região sul-americana, nos mais diferentes níveis. Trata-se de refletir na agenda política e diplomática realidades que se cristalizaram no curso dos anos noventa.[13] O Brasil tem procurado fazer do conceito geográfico da "América do Sul" um elemento operacional para a sua atuação diplomática. Em 1992, por exemplo, foi lançada a Iniciativa Amazônica, em complementação ao processo de integração então já iniciado com os países do Cone Sul. Um ano mais tarde, seguiu-se a proposta de negociação de uma Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA).

O Itamaraty concebe a busca da organização da convivência no espaço sul-americano como uma tarefa a ser implementada a partir dos processos de integração e outros mecanismos de aproximação já existentes. Com uma velocidade e uma rapidez que poucos imaginaram possível no momento de sua concepção, o MERCOSUL vai-se articulando com todo o continente sul-americano. Após a assinatura em 1996 de

acordos de associação com o Chile e a Bolívia, o MERCOSUL buscará retomar em 2000 as negociações com a Comunidade Andina com vistas à formação de uma zona de livre comércio entre esses dois agrupamentos. Essas negociações têm caráter de urgência, pois expiram em agosto de 2001 as preferências tarifárias negociadas em 1999 entre, de um lado, o Brasil, e, de outro, a Comunidade Andina — e o governo brasileiro não as deseja prorrogor neste mesmo formato "bilateral" que representa uma perfuração indesejável da Tarifa Externa Comum do MERCOSUL.

Hoje, os países da América do Sul representam o principal mercado para as exportações nacionais de produtos manufaturados (cerca de 40% do total em 1998, sendo que apenas o MERCOSUL respondeu por 27% do total). Desde 1992, a Argentina é o segundo mais importante mercado para o País. A região vai-se tornando importante supridora de energia ao Brasil, em processo que cria um teia de interesses recíprocos de caráter estratégico, e que representa garantia de aprofundamento da integração na América do Sul.

Num período muito reduzido de tempo, portanto, a partir da formação do Mercado Comum do Sul e do aprofundamento dos vínculos do Brasil com os demais países do continente foi tomando sentido e conteúdo um conceito que não existia na agenda diplomática anterior: o conceito de "América do Sul". Trata-se de uma importante inovação diplomática, que está condicionando uma verdadeira redefinição de nossa atuação internacional.

A especificidade geográfica da América do Sul vem conduzindo, de modo natural, à definição de uma agenda comum de desafios e oportunidades. Em uma série de temas, a adoção de um enfoque específico sul-americano mais estruturado aportará um enriquecimento para o processo mais amplo de integração latino-americana.

A agenda proposta pelo Brasil para o encontro sul-americano de Brasília indica o tipo de enfoque que se pretende adotar. Não se trata de duplicar a temática debatida em outros foros da América Latina e Caribe, mas sim de selecionar, com espírito pragmático, um número de temas muito limitado em que se impõe uma perspectiva sul-americana: democracia; comércio; infra-estrutura da integração; drogas e delitos conexos; informação, conhecimento e tecnologia.

A "cláusula democrática" do MERCOSUL tornou-se uma importante garantia para a continuidade institucional nos países signatários. Baseado em seu grande êxito, queremos agora pensar na possibilidade de uma "cláusula democrática" em escala sul-americana. Desejamos promover, no mais tardar até meados de 2001, a celebração de acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina. Será importante definir fórmulas para, no momento oportuno, vincular o Chile, a Guiana e o Suriname a esses entendimentos. Por todos os motivos, a contigüidade geográfica é elemento determinante para impulsionar a cooperação internacional na área da infra-estrutura de integração. Queremos ampliar a malha de ligações viárias e energéticas entre os países da América do Sul. Trabalhar em conjunto significa ampliar as

possibilidades de acesso a financiamentos internacionais. O tema das drogas e delitos conexos requer, igualmente, um enfoque sul-americano, tal como o demonstra a atenção da comunidade internacional em relação a este grave problema em nossa sub-região. Por fim, no tratamento das questões da informação, conhecimento e tecnologia — que estão no centro da nova ordem mundial em gestação —, buscaremos a definição de compromissos objetivos e precisos entre os países da América do Sul. A formação de parcerias simétricas neste campo é vital para que os países da região possam acompanhar os desenvolvimentos que ocorrem no cenário internacional.

A consolidação do conceito de América do Sul será uma contribuição de caráter inédito para o processo de integração latino-americano. O fortalecimento das estruturas de cooperação em cada uma das sub-regiões da América Latina e Caribe produz benefícios, também, para o conjunto da região.

Através do aprofundamento dos mecanismos de articulação interna de sua região, os países sul-americanos estarão dando importante contribuição para o fortalecimento de processos de integração mais amplos de que fazem parte, a exemplo do Grupo do Rio ou da Área de Livre Comércio das Américas. A articulação da América do Sul representará, por exemplo, uma contribuição relevante para o avanço das negociações hemisféricas. Unida, a América do Sul poderá defender com maior força seus pontos de vista, e assim favorecer a formação de uma área de livre comércio nas Américas que contribua para a redução dos desequilíbrios econômicos e sociais que ainda dividem o Hemisfério.

A articulação da América do Sul é, em suma, um jogo em que todos têm a ganhar. O Brasil trabalhará com prioridade nessa direção, em parceria com os demais países da região. A Cúpula de Brasília, nos dias 31 de agosto e 1º de setembro poderá ser vista, em uma perspectiva de longo prazo, como o fato mais importante da política externa brasileira em 2000.

Paralelamente à inclusão de uma perspectiva especificamente sul-americana na agenda externa do Brasil, o País continua em 2000 a trabalhar com grande empenho para promover uma aproximação cada vez maior com a América Central e Caribe. Uma das prioridades da agenda externa em 2000 é a conclusão de acordo de preferências tarifárias fixas com o México, como primeiro passo para a negociação posterior de instrumento entre o MERCOSUL e aquele país. Em abril último, foi assinado um entendimento parcial Brasil-México, cobrindo o setor automobilístico. Também em abril, o Presidente Fernando Henrique Cardoso esteve na Costa Rica, na primeira visita oficial de um Chefe de Estado brasileiro a país da América Central. Na ocasião, o Presidente manteve, também, encontro conjunto com os mandatários daquela região.[14] O governo está neste momento tomando as medidas necessárias para cancelar de forma unilateral as dívidas oficiais da Nicarágua e de El Salvador, atingidas no ano passado pelo furacão Mitch. O interesse brasileiro pela América Central e Caribe se expressa em fatos.

Estabilidade política, segurança e democracia no entorno brasileiro

O Brasil procura manter posições de equilíbrio na análise e acompanhamento da situação política em países vizinhos. Importa, antes de tudo, contribuir para evitar atitudes extremadas, baseadas em visões que não sejam justificadas pelos fatos. Partindo dessa premissa, a diplomacia nacional busca conciliar, de um lado, o interesse pela preservação da ordem democrática no continente, e, de outro, o respeito ao princípio da não-intervenção em assuntos internos de terceiros países e a necessidade de considerar as circunstâncias específicas de cada situação. Não há regras gerais ou princípios fáceis. Trata-se de um desafio complexo, cujo alcance nem sempre é devidamente avaliado.[15]

Em setembro de 1999, na abertura da LIV AGNU, o Ministro Lampreia decidiu pôr o foco de seu discurso na análise da conjuntura latino-americana. Tratou-se de uma inovação importante, que atualizou a tradição de fazer em tais oportunidades uma apreciação mais ampla sobre o panorama global, inclusive sobre cenários regionais nos quais é escassa a presença e a capacidade de influência do Brasil. Naquela ocasião, procedeu-se a uma avaliação objetiva e serena das perspectivas do continente. Apesar dos problemas enfrentados em 1998-99, em boa parte decorrentes da conjuntura econômica internacional desfavorável, o Chanceler brasileiro transmitiu uma mensagem de confiança sobre o futuro da região.[16] Aquele julgamento permanece válido.

A intensificação das pressões sócio-econômicas em 1998-99 terá sido um teste para reafirmar a vitalidade da democracia na América do Sul. Mesmo em uma situação particularmente adversa, manteve-se o compromisso com a democracia no conjunto da região. A melhor demonstração de que as instituições não correm risco sistêmico foram as recentes eleições presidenciais na Argentina, no Chile e no Uruguai, em clima da mais absoluta normalidade democrática.

A relação com os Estados Unidos

Além do cenário sul-americano, sobressai para o Brasil a importância da relação com os Estados Unidos. Trata-se de aspecto essencial da política externa brasileira, pela posição daquele país como a única Superpotência do cenário internacional, por seu papel na condução de assuntos hemisféricos (entre os quais as negociações para a formação da Área de Livre Comércio das Américas), por sua projeção em áreas geográficas contíguas ao Brasil, e — no plano estritamente bilateral — por sua relevância para o desenvolvimento nacional. Os Estados Unidos, como país individual, são o principal mercado de produtos brasileiros, importante parceiro nas áreas de ciência e tecnologia, a principal fonte de investimentos diretos no país, e tiveram, em 1998, em momento difícil para o setor externo da economia nacional, papel fundamental para o

bom encaminhamento de negociações do Brasil com a comunidade financeira internacional.

No governo Fernando Henrique Cardoso as relações chegaram a um nível de qualidade que não se registrava há décadas. Foram superados os irritantes que marcaram fortemente a relação bilateral nos anos setenta e oitenta. O alto nível de entendimento pessoal entre os dois Presidentes é um dos aspectos centrais dessa nova fase.

É evidente que os contatos com os Estados Unidos são às vezes marcados por pontos de vista divergentes sobre aspectos específicos do relacionamento bilateral ou dos cenários regional e internacional. Mas estamos justamente construindo uma relação madura, em que as divergências são tratadas com o mais estrito sentido de respeito mútuo.

No plano político e de segurança, temos assinalado em diferentes níveis a atenção com que acompanhamos os movimentos dos Estados Unidos na América do Sul, e a conveniência de um entendimento adequado sobre a natureza, o alcance e o sentido estratégico desses movimentos, de maneira a evitar interpretações que possam gerar percepções ambivalentes. A visita ao Brasil do Secretário da Defesa Cohen, no final de 1999, constituiu ocasião importante para uma conversa mais aprofundada sobre esses temas, que se repetirá no segundo semestre deste ano por ocasião da reunião de Ministros da Defesa das Américas, a ser realizada em Brasília.

Temos percebido em nossos interlocutores norte-americanos, nos mais diferentes níveis, um sentimento de respeito e apreço pela firmeza com que o Brasil invariavelmente defende seus pontos de vista, pela autonomia e pelo sentido de continuidade de nossa política externa.[17] O importante é manter a consideração de nossas divergências específicas em seus próprios méritos, e ao mesmo tempo acentuar a malha de interesses bilaterais e regionais convergentes em torno de três valores e objetivos que compartilhamos na região: democracia, estabilidade e crescimento.

A ALCA e o debate sobre a abertura comercial

Em dezembro de 1994, o Brasil — representado pelo Presidente Itamar Franco, acompanhado pelo então Presidente-eleito Fernando Henrique Cardoso — participou da Cúpula das Américas em Miami que aprovou o compromisso de formação da ALCA até 2005. Prevalecia naquele momento, no País, uma visão francamente favorável à liberalização comercial. Essa postura teve naturalmente de adaptar-se às transformações no cenário econômico mundial a partir de 1995. A ALCA tornou-se uma referência para os debates no Brasil sobre o ritmo adequado para a abertura comercial.

Essas novas condições não alteram o compromisso brasileiro com a integração hemisférica, que eventualmente pode vir a ser instrumento valioso para superar

obstáculos no acesso ao mercado norte-americano. Ao mesmo tempo, o ritmo de criação da ALCA deve necessariamente ser compatível com a capacidade de adaptação da economia nacional, em especial da indústria. O País não fará quaisquer concessões sem obter, em troca, compromissos concretos de desmantelamento das barreiras protecionistas norte-americanas. A posição de firmeza dos negociadores brasileiros tem sido amplamente registrada de modo favorável.[18]

A partir da reunião ministerial de Toronto, no final do ano passado, o processo ingressou em uma nova etapa, pelo menos no que diz respeito a sua lógica interna. Os grupos negociadores receberam a incumbência de redigir propostas para o texto de acordo da ALCA, a serem examinadas na próxima reunião ministerial, que se realizará em Buenos Aires em abril de 2001. Vai-se, portanto, bem mais adiante da fase anterior, em que os grupos de negociação estiveram envolvidos essencialmente em trabalhos de levantamento de dados e mapeamento de informações.

Teve início em 2000, assim, um processo negociador propriamente dito. Resta saber se não estaremos diante de um processo virtual, para usar a linguagem do mundo eletrônico. A postura dos Estados Unidos tem dado margem a dúvidas sobre seu compromisso com a ALCA: de um lado, repetidas reafirmações retóricas de máxima prioridade, como se viu mais recentemente em discursos do Presidente Bill Clinton e da embaixadora Charlene Barshefsky, da USTR, no Conselho das Américas[19] ; de outro, observa-se a ausência de sinais concretos de disposição efetiva de negociar a abertura de seu mercado naquelas áreas que tradicionalmente se beneficiam de uma forte proteção. Esta postura reflete-se na ênfase que os Estados Unidos procuram dar à parte normativa das negociações (investimentos, proteção à propriedade intelectual, comércio eletrônico, meio ambiente, cláusula social, entre outras), em detrimento das questões de acesso a mercados.

Na prática, a ALCA tende a ser um exercício de parâmetros indefinidos enquanto o governo dos Estados Unidos não tiver recebido a autorização de *fast track*. Trata-se de pré-condição para que os demais participantes do processo saibam quais são os limites das concessões que poderão obter — condição básica de qualquer negociação. Por ora, as indicações são de que o assunto não deverá ter avanços em 2000, ano eleitoral nos Estados Unidos.

O Itamaraty continua em 2000 a participar deste processo com a mais plena consciência da sua responsabilidade. E um dos pontos essenciais de que estamos continuamente cuidando é manter a coesão do MERCOSUL. Preservá-la é essencial para que as negociações concretas se façam com o devido respeito à especificidade e à singularidade do MERCOSUL enquanto órgão de integração regional.

Outro ponto essencial para o Itamaraty é manter o padrão de consultas freqüentes com os setores da sociedade civil mais diretamente interessados na negociação. Desde a preparação das posições brasileiras para a III Reunião Ministerial da ALCA, realizada em Belo Horizonte em 1997, a coordenação entre o governo e a sociedade civil nesta

área tornou-se o paradigma de um padrão que deve ser preservado, em benefício dos interesses nacionais e da própria consistência das posições a serem defendidas pelos negociadores governamentais.[20]

As relações com a União Européia

A exemplo do que ocorre no quadro das relações do Brasil com a América Latina e Caribe, os contatos com a União Européia também seguem um padrão de geometrias variáveis: as relações estritamente bilaterais entre o Brasil e cada um dos quinze membros da UE (muitas das quais entre as mais importantes para o Brasil em todo o mundo); as relações entre o Brasil e a UE (nas quais a Comissão Européia é no geral o interlocutor); as relações entre o MERCOSUL e a UE (que nos últimos anos concentraram boa parte das atenções); as relações entre o Grupo do Rio e a UE (em foro próprio que existe desde 1990); e as relações entre a América Latina-Caribe e a UE (no foro estabelecido pela Cúpula realizada no Rio de Janeiro em junho de 1999).

Em seu conjunto, os países da União Européia são o principal mercado para produtos brasileiros e a principal fonte de investimentos diretos no País. Temos parcerias bilaterais prioritárias com vários de seus membros. A novidade nesse quadro é a Espanha, com a qual passamos a ter uma relação muito intensa e que revela a singularidade da combinação de um diálogo reciprocamente relevante em três vertentes da política externa: a bilateral, a regional latino-americana e a regional européia. Seus investimentos diretos no Brasil já superam os da Alemanha, e são hoje inferiores apenas aos dos Estados Unidos. Também Portugal aumentou de forma excepcional sua presença econômica no Brasil, e já é hoje o quinto principal investidor no País. Estes dados são impressionantes, e confirmam que a importância do relacionamento com aqueles dois países vai muito além dos laços criados pela história, pela identificação cultural e pelos contatos humanos.

A Europa é, portanto, uma parceria vital. Nos últimos anos, o trabalho diplomático para promover o aprofundamento de tal parceria esteve em grande medida concentrado na meta de lançamento de negociações entre o MERCOSUL e a UE com vistas à liberalização do comércio entre os dois agrupamentos, conforme previsto no Acordo-Quadro assinado em 1995. Em junho passado, no Rio de Janeiro, à margem da primeira reunião de cúpula entre Chefes de Estado e de Governo da América Latina-Caribe e da União Européia, o MERCOSUL e a UE chegaram a um entendimento sobre o lançamento de tais negociações, apesar de resistências européias no que diz respeito à eventual liberalização do comércio agrícola. Em novembro do ano passado, em Bruxelas, por ocasião da I Reunião do Conselho de Cooperação criado pelo Acordo-Quadro de 1995, foram definidos a estrutura, a metodologia e o calendário dessas negociações. Em abril, realizou-se em Buenos Aires a primeira reunião do Comitê de Negociações Bi-regionais, que deverá conduzir as negociações sobre a liberalização comercial entre o MERCOSUL e a UE.

O Brasil tem repetidamente reiterado aos parceiros europeus, nos mais altos níveis, o interesse estratégico em manter um mínimo de paralelismo nas negociações sobre a ALCA e com a UE. O Brasil não deseja vincular-se de forma preferencial a um único bloco comercial, por razões político-estratégicas e econômico-comerciais. É prioritária a manutenção do padrão histórico de equilíbrio relativo na repartição geográfica de nossos fluxos de comércio e dos aportes de investimentos estrangeiros diretos. Esse padrão contribui para a autonomia de nossa política externa e para que o Brasil disponha de maior espaço de manobra em negociações econômicas internacionais.

Convém ter em mente as assimetrias que se observam na busca de uma aproximação entre o MERCOSUL e a União Européia. A UE é mais importante para o MERCOSUL do que o MERCOSUL para a UE. Além disso, há de nossa parte um interesse intrínseco na negociação, por seus próprios méritos, independentemente de outros desdobramentos externos. Teríamos, em tese, muito a ganhar na área agrícola. Para a União Européia, este interesse intrínseco é marcadamente menor — pois já tem de qualquer forma amplo acesso aos mercados de produtos industriais e a investimentos em setores-chave do MERCOSUL. É natural, assim, que, do ponto de vista europeu, a negociação com o MERCOSUL se justifique, antes, como uma resposta aos desdobramentos da ALCA. A UE não desejaria que se repetisse o que aconteceu em seu relacionamento com o México após a assinatura do NAFTA — ou seja, não deseja perder espaço econômico-comercial no MERCOSUL caso venha a prosperar efetivamente a idéia de criação da ALCA. Decorre destas considerações o julgamento de que avanços na liberalização comercial com a União Européia dependerão em boa medida de progressos na ALCA.[21]

À margem das relações entre o MERCOSUL e a UE, o Brasil e a Comissão Européia pretendem promover em 2000 uma reativação de suas relações por assim dizer "bilaterais". Nos últimos anos, como mencionado acima, esta vertente da relação com a Europa ficou um pouco a reboque da relação entre os dois agrupamentos, e especialmente da prioridade que o MERCOSUL atribuía à meta de viabilizar o lançamento das negociações para a liberalização comercial. Neste enfoque "bilateral", realizou-se em maio, em Bruxelas, encontro da Comissão Mista Brasil-União Européia, que não se reunia desde 1996.

A "globalização assimétrica": protecionismo, crises financeiras

Vivemos um momento de incertezas.[22] Há cada vez mais uma percepção muito clara de que o progresso material no mundo continua concentrado em nichos muito restritos. Os dados sobre a distribuição internacional da riqueza impressionam. O desnível entre a participação na renda mundial dos 20% mais ricos e dos 20% mais pobres é cerca de duas vezes superior ao desnível que se observa entre essas duas

faixas de renda no caso do Brasil — cuja distribuição de renda é considerada uma das piores do mundo. A comunidade internacional, apesar de manifestações retóricas de preocupação, não tem feito o suficiente para enfrentar este desafio.

Em temas como o protecionismo comercial dos países industrializados ou a questão da dívida externa dos países em desenvolvimento, percebe-se com nitidez que as sociedades das nações mais ricas — ao mesmo tempo em que se atribuem o direito de ditar lições ao Terceiro Mundo nas mais diferentes áreas — não se mostram dispostas a abrir mão de acréscimos ao seu nível já elevado de bem-estar social, como contribuição para corrigir os desequilíbrios existentes no mundo. A ajuda oficial ao desenvolvimento encontra-se hoje em níveis historicamente baixos, e seus benefícios são irrisórios se comparados aos prejuízos causados pelas práticas comerciais protecionistas dos países industrializados.

As assimetrias existentes na área comercial são particularmente graves: economicamente inconsistentes e eticamente injustificáveis. À parte as conhecidas resistências dos países desenvolvidos a propostas de liberalização dos mercados agrícolas, em recente estudo a UNCTAD estimou que os países em desenvolvimento poderiam exportar rapidamente até US$ 700 bilhões a mais por ano em produtos industriais de menor tecnologia agregada ou de processamento de recursos naturais na hipótese de desmantelamento de barreiras protecionistas nos países ricos.[23]

Nos anos noventa, grande parte dos países em desenvolvimento, entre os quais o Brasil, implementaram corajosas políticas unilaterais de abertura comercial e econômica, com ônus políticos e sociais consideráveis. Este movimento não foi, contudo — e não tem sido —, objeto de contrapartida ou de reconhecimento por parte dos países desenvolvidos. Percebe-se hoje, por exemplo, que a implementação dos acordos da Rodada Uruguai tem sido, em seu conjunto, mais favorável aos países desenvolvidos do que aos países em desenvolvimento.

A estas circunstâncias soma-se um padrão de comportamento preocupante por parte dos países industrializados. Em flagrante contraste com suas práticas protecionistas nos campos agrícola e em diversos setores industriais, aquelas nações mostram-se sempre prontas a denunciar e a cobrar dos países em desenvolvimento a mais rígida aplicação das normas e regimes econômico-comerciais internacionais, tais como definidos, por exemplo, pela Rodada Uruguai. As cobranças são inflexíveis.

O regime automotivo brasileiro de 1995 foi duramente contestado. Mais recentemente, o País acaba de ser alvo de pedido de consultas dos Estados Unidos, no âmbito do mecanismo de solução de controvérsias da OMC, no que se refere à legislação nacional de proteção à propriedade intelectual e ao sistema de valoração aduaneira. A UE tem igualmente manifestado interesse por estes dois temas. As salvaguardas aplicadas pelo Brasil a importações de brinquedos também têm sido contestadas. O Canadá recorreu ao mecanismo de solução de controvérsias da OMC para buscar de todas as formas dificultar as exportações de aeronaves da EMBRAER.

Estes são apenas alguns dos exemplos da atitude geral acima mencionada. Trata-se de um panorama desencorajador.[24]

O fracasso das negociações para o lançamento da "Rodada do Milênio", em Seattle, veio somar-se a este quadro desfavorável para os interesses nacionais. Reduzem-se, pelo menos no curto prazo, as perspectivas de uma nova etapa de liberalização dos mercados agrícolas internacionais. Em diversos círculos, o fracasso de Seattle foi comemorado como uma vitória de princípios éticos e sociais contra a globalização e contra as distorções provocadas pelo liberalismo econômico extremado. Essa percepção decorre de uma visão ingênua. O que ocorreu em Seattle foi justamente uma vitória de setores protecionistas nos países ricos, em detrimento de oportunidades que o sistema internacional de comércio deveria proporcionar para a correção dos desequilíbrios sociais em todo o mundo. Perdeu-se uma ocasião para começar a corrigir assimetrias da globalização, tal como decorrentes dos resultados da Rodada Uruguai.[25]

Neste momento, são incertas as possibilidades de eventual lançamento da "Rodada do Milênio" ainda em 2000, partindo-se da base de entendimentos — aceitável para o Brasil — que havia sido alcançada em Seattle. A diplomacia brasileira tem participado ativamente das consultas internacionais sobre este tema. Vale relembrar que, em desdobramento paralelo, recentemente tiveram início na OMC as negociações mandatadas pela Rodada Uruguai nas área de agricultura e serviços. Neste formato mais restrito, contudo, reduzem-se as perspectivas de avanços significativos na liberalização dos mercados agrícolas. Como se sabe, os países desenvolvidos, e em especial a União Européia, condicionam resultados neste campo a compensações que possam obter em outras áreas.[26]

Os países em desenvolvimento devem ainda enfrentar os desafios decorrentes dos desequilíbrios do sistema financeiro internacional. As oscilações dos mercados continuam a representar uma preocupação permanente, à luz da experiência das crises na Ásia em 1997, na Rússia em 1998 e no próprio Brasil em 1998/99.

O Brasil recebeu da comunidade internacional, é bem verdade, forte apoio financeiro que lhe permitiu superar os momentos mais difíceis da crise cambial no segundo semestre de 1998 e princípios de 1999. Os países desenvolvidos estão também empenhados em ampliar a iniciativa de perdão de dívidas oficiais das nações de menor desenvolvimento relativo (conhecida pela sigla HIPC), o que é positivo. Mas o tratamento *ad hoc* das crises é insuficiente. Superado o momento de temor de uma crise sistêmica no segundo semestre de 1998 e no primeiro de 1999, coloca-se novamente o risco de uma volta à complacência habitual.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso tem-se referido ao conceito da "globalização assimétrica", o qual reflete a consciência de que a globalização, em sua forma atual, produz resultados desequilibrados na distribuição dos seus benefícios.
É perceptível o crescimento de um sentimento de frustração com esse estado de coisas. Algo desta consciência parece já estar brotando inclusive no Primeiro Mundo. Aqui e

ali percebe-se uma certa relativização do predomínio ideológico do liberalismo extremado. Os sinais dessa evolução se multiplicam, a exemplo da nova preocupação das instituições financeiras internacionais com aspectos sociais e com a pobreza. Nas negociações da OMC, paulatinamente vai retomando força o princípio da necessidade de ampliar as formas de tratamento especial e diferenciado para os países em desenvolvimento. Permanece válida a ênfase à estabilidade econômica, à boa gestão macroeconômica e aos ajustes fiscais — como bem o demonstram os novos governos de orientação social-democrata na Europa —, mas parece haver maiores espaços para defender a necessidade de corrigir as distorções dos mercados.

O Brasil, de sua parte, tem ampla consciência de que o desenvolvimento é, primordialmente, uma tarefa nacional, a ser levada a cabo com recursos próprios. É vital persistir no caminho da estabilização e das reformas. Não há inserção internacional, por mais favorável que seja, que possa compensar atrasos internos nessas duas frentes. O País não mais se dedica a exercícios de transferência de culpa para justificar seus próprios desacertos. Mas a conjuntura externa continua a ser, evidentemente, fator importante para complementar os esforços domésticos.

Em diferentes foros internacionais, a diplomacia brasileira vem procurando aproveitar os novos espaços acima mencionados. Nas negociações preparatórias para o lançamento da "Rodada do Milênio", o Brasil havia apresentado propostas com vistas a ampliar o tratamento diferenciado mais favorável para países em desenvolvimento. Nas negociações da ALCA, o Brasil defenderá prazos de desgravação diferenciados. Estes dois exemplos ilustram a afirmação de que, diferentemente do passado, a defesa de interesses dos países em desenvolvimento dá-se agora por meio de propostas concretas e específicas, e não de propostas irrealistas de revisão da ordem econômica internacional. Se superamos a lógica da confrontação, improdutiva para todos, não podemos tampouco aceitar que prevaleça uma lógica da acomodação. A diplomacia tem o dever de apontar os desequilíbrios do cenário internacional, e propor soluções.

Não existem alternativas para a integração aos fluxos de comércio e de investimentos internacionais. É imprescindível, porém, negociar da melhor forma possível os "termos" dessa integração, e defender de forma eficaz os interesses específicos. É por isso que o Brasil dedica a mais absoluta prioridade à consolidação do MERCOSUL e à formação de um espaço econômico comum na América do Sul.[27] Queremos construir as bases para negociar em condições mais favoráveis com os países desenvolvidos em diferentes frentes.

Temos consciência sobre os limites do que podemos esperar de negociações econômico-comerciais com os países industrializados, e sobre os limites de poder do Brasil para fazer valer suas posições. As negociações para formação da ALCA, para liberalização dos fluxos de comércio com a UE ou na eventual Rodada do Milênio serão muito duras — sobre isso não deve haver nenhuma ilusão. A diplomacia brasileira terá de continuar a adotar posturas muito firmes, e ao mesmo tempo procurar

sensibilizar os governos e a opinião pública dos países desenvolvidos para a necessidade de corrigir as assimetrias existentes no cenário econômico internacional. Isso continuará a ser feito com muito vigor pelo Itamaraty.[28]

* * *

As áreas selecionadas para tratamento mais abrangente ao longo deste trabalho não esgotam, naturalmente, a agenda da diplomacia brasileira. O Itamaraty está neste ano envolvido em uma série de operações importantes e de grande envergadura em vários outros campos: os eventos comemorativos dos 500 Anos do Descobrimento; a participação na Exposição Universal de Hannover; a conferência de revisão do TNP; as iniciativas que estão sendo tomadas com vistas a apoiar a reconstrução do Timor Leste [29] ; a identificação de novos passos para estreitar as relações com a Ásia-Pacífico, em especial com a China, o Japão e a Coréia do Sul; a meta permanente de aproximação com a África, em especial com Angola, com os demais países de língua portuguesa, com a Nigéria e com a África do Sul (em março último, o Ministro Lampreia esteve em Pretória para discutir as bases de um futuro acordo de liberalização comercial); a participação prevista do Presidente Fernando Henrique Cardoso na Cúpula do Milênio, em Nova York, em setembro (que terá por tema central um objetivo muito caro para o Brasil, a saber, o fortalecimento das Nações Unidas no século XXI); a promoção comercial no exterior; a assistência consular e jurídica aos cidadãos brasileiros.

No Brasil, até recentemente, a percepção da importância do fato externo era de caráter mais esporádico e estava, no geral, ligada a acontecimentos específicos. O Chanceler Luiz Felipe Lampreia observa que no Brasil as relações internacionais "não são tema de campanhas eleitorais, não ocupam normalmente as primeiras páginas dos jornais, nem são prioridade nos trabalhos do Congresso Nacional".[30]

Em seu livro de memórias, o Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro comentou que "... (somos) um país com uma vida interna difícil, dinâmica e complexa, que nos leva a estarmos muito voltados para dentro, para nossos assuntos. Vemos o mundo externo como um palco, onde se representam estranhos espetáculos". A verdade é que, como todo país continental, o Brasil tem uma tendência à introspecção. Sua realidade é tão absorvente que, para a imensa maioria da sociedade, o mundo exterior é uma abstração. Assim ocorre com a China, a Índia, a Rússia e com os próprios Estados Unidos, que agora terminam este século com sinais de ressurgimento de tendências isolacionistas que haviam ficado em segundo plano pelo menos desde a entrada do país na II Guerra Mundial.

Mesmo assim, a opinião pública em geral, os partidos políticos e os diversos segmentos organizados da sociedade começaram agora a acompanhar mais de perto os acontecimentos internacionais, seus efeitos sobre o Brasil e como devemos a eles reagir. Firmou-se a consciência de que negociações como as do MERCOSUL, da ALCA

ou da OMC têm impacto imediato para o desenvolvimento nacional. Essa evolução é bem-vinda para o Itamaraty. Quanto maior o interesse da sociedade pelos temas de política externa, maior será a legitimidade do Itamaraty para conduzir as negociações internacionais.[31]

Como se terá podido observar ao longo deste texto, a agenda da diplomacia brasileira tem um corte essencialmente pragmático. Privilegia as relações com os países vizinhos e o tratamento de questões específicas que são relevantes para o desenvolvimento nacional. O Brasil não cultiva ambições de grandeza no plano político-estratégico.[32] A política externa nacional é um instrumento para superar os atrasos que ainda marcam tão profundamente a nossa sociedade e a nossa região. Ao trabalhar de acordo com esta orientação, o Itamaraty tem a convicção de estar agindo na linha dos interesses do conjunto da sociedade.

Notas

[1] Antônio Carlos PEREIRA, "Uma política externa realista", O Estado de São Paulo, 19/10/99.
TIME, "The odd man out is back in", 20/10/97.
Financial Times, "Brazil's coming of age", 28/10/97.
The Economist, "Brazil's steady nerve", 10/10/98.
Carlos Eduardo LINS DA SILVA, "Brasil cresce no plano externo", Folha de São Paulo, 3/2/99.
Jornal do Brasil, "Contextos e razões", 30/1/00.
[2] Luiz Felipe LAMPREIA, Diplomacia brasileira — palavras, contextos e razões, Lacerda Editores, Rio de Janeiro, 1999.
[3] Gelson FONSECA JR., Legitimidade e outras questões internacionais, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1998.
[4] *Jornal do Brasil*, "Política externa não muda", 3/1/99.
[5] *Folha de São Paulo*, "A Argentina e o MERCOSUL", 31/7/99.
Correio Braziliense, O Brasil e a Argentina", 31/7/99.
O Estado de São Paulo, "O recuo argentino", 31/7/99.
[6] *O Estado de São Paulo*, "O Brasil e a Comunidade Andina", 17/8/99.
[7] *O Estado de São Paulo*, "O que se espera da cimeira do Rio", 27/6/99.
José SARNEY, "Pouco resultado, bom resultado", Folha de São Paulo, 2/7/99.
Jornal do Brasil, "Encontro plantou para o futuro", 4/7/99.
[8] Ver "Texto de Base das Intervenções do Presidente Fernando Henrique Cardoso por ocasião da *Progressive Governance for the 21st Century*" (http://www.mre.gov.br).
[9] *O Estado de São Paulo*, "Líderes rejeitam controle do fluxo de capitais", 22/11/99; "Atuação de FHC é destaque na reunião da Itália", 24/11/99.
[10] Juan DE ONIS, "Brazil's new capitalism", Foreign Affairs, maio/junho de 2000.
[11] *Folha de São Paulo*, "FHC quer generosidade no trato com a Argentina", 28/1/00.
O Estado de São Paulo, "Uma boa agenda para o Mercosul", 20/3/00; "O Mercosul reencontra o caminho", 27/3/00; "Acordo macroeconômico inicia a segunda fase do bloco", 30/4/00.
Gazeta Mercantil Latino-Americana, "Relatório MERCOSUL", 1º a 7/5/00.
O Estado de São Paulo, "A nova etapa do MERCOSUL", 2/5/00; "Cone Sul no caminho de Maastricht", 10/5/00.
The Economist, "Mercosur's trial by adversity", 27/5/00.
[12] Luiz Felipe LAMPREIA, "Cúpula da América do Sul", O Estado de São Paulo, 31/3/00.
Clóvis ROSSI, "Brasil terá cúpula sul-americana", Folha de São Paulo, 26/3/00.
[13] *Jornal do Brasil*, "Não podemos ser mesquinhos", 30/1/00 (entrevista do Presidente Fernando Henrique Cardoso).

[14] *O Estado de São Paulo*, "A reunião da Costa Rica", 10/4/00.
[15] Sobre as eleições no Peru, ver: (i) Eliane CANTANHÊDE, "Brasil silencia sobre suposta fraude", Folha de São Paulo, 13/4/00; (ii) *Folha de São Paulo*, "Democracia tropical", 14/4/00; (iii) em artigo no mesmo jornal ("O Peru no labirinto"), na mesma data, o Presidente José SARNEY registrou com equilíbrio a posição do Brasil. Sobre a situação na Colômbia, ver Luiz Felipe de SEIXAS CORRÊA, "Colômbia: a visão brasileira", Clarín, 2/9/99 (texto disponível na página eletrônica do MRE).
[16] *O Estado de São Paulo*, "Brasil busca papel de líder regional na ONU", 21/9/99.
[17] *Gazeta Mercantil Latino-Americana*, "EUA querem Brasil influente na região", 13 a 19/3/00.
Correio Braziliense, "EUA apóiam iniciativa brasileira", 11/4/00.
Valor, "EUA reclamam de lentidão do Brasil no caso da ALCA", 12/5/00 (entrevista com o USTR subsituto, Richard Fisher).
[18] *The Economist*, "Rediscovering the Americas", 17/5/97; "A new world", 25/4/98.
O Estado de São Paulo, editorial de 12/8/98.
[19] *O Estado de São Paulo*, "Clinton diz que os EUA querem a ALCA até 2005", 3/5/00.
[20] *Gazeta Mercantil*, "Itamaraty seduz os empresários", 3/3/97.
O Estado de São Paulo, "A preparação para a Rodada do Milênio", 12/8/98.
Gazeta Mercantil, "Exportadores e governo discutem Rodada do Milênio, 7/7/99.
O Estado de São Paulo. Mobilização para a Rodada do Milênio". 10/7/99.
Roberto TEIXEIRA DA COSTA, "Mercosul do Norte: uma réplica", Folha de São Paulo, 1º/4/00.
[21] *IRELA*, "Unión Europea-MERCOSUR: el largo camino hacia la liberalización comercial", 5/5/00.
[22] Rubens RICUPERO, "Ansiedade", Folha de São Paulo, 14/5/00.
[23] *UNCTAD*, Relatório de Comércio e Desenvolvimento (1999).
[24] *O Estado de São Paulo*, "Novas frentes na disputa comercial", 4/5/00.
[25] Luiz Felipe LAMPREIA, "Liberalização para todos", Folha de São Paulo, 7/11/99; "Ainda sobre Seattle", O Estado de São Paulo, 20/12/99; ."Por dentro e por fora da OMC", Gazeta Mercantil, 20/12/99.
José Alfredo GRAÇA LIMA, "Interpretando Seattle", O Globo, 1/2/00.
[26] *O Estado de São Paulo*, "Jogo duro nas preliminares", 17/3/00.
[27] *Folha de São Paulo*, "FHC diz que não teme o julgamento da história", 27/5/00: "(...) a nossa política quanto à globalização é fortalecer o MERCOSUL e investir na educação."
[28] *The Economist*, "Latin America and Europe. Slowly, slowly", 6/12/97.
O Estado de São Paulo, "O protecionismo europeu e o Mercosul", 23/2/99; "O protecionismo disfarçado", 26/7/99.
Carlos Eduardo LINS DA SILVA, "Moore quer maior equilíbrio mundial", Folha de São Paulo, 27/7/99.
Rubens RICUPERO, "As vítimas da liberalização", Gazeta Mercantil, 15/10/99.
O Estado de São Paulo, "Estudo mostra perda com barreiras", 20/10/99; "A tática certa depois de Seattle", 17/1/00.
Jornal do Brasil, "Lampreia", 16/2/00.
O Estado de São Paulo, "A estratégia da arrogância", 16/2/00; "Otimismo e fantasia", 15/3/00.
[29] Esta questão tem ocupado espaço importante na imprensa nacional. Ver, por exemplo: (i) *Correio Braziliense*, "Xanana terá apoio para novo país", 31/3/00; (ii) *Jornal do Brasil*, "Xanana agradece a ajuda do Brasil", 1/4/00.
[30] Luiz Felipe LAMPREIA, Diplomacia brasileira — palavras, contextos e razões, Lacerda Editores, Rio de Janeiro, 1999.
[31] *O Estado de São Paulo*, "Pragmatismo responsável", 30/8/97.
[32] *Folha de São Paulo*, "Lampreia rejeita sonho de potência mundial", 24/4/00.
Rui NOGUEIRA, "Extravagância abortada", Folha de São Paulo, 24/4/00.
Folha de São Paulo, "Adeus ao Brasil potência", 26/4/00.

PASSING THE BOOLEAN FRONTIER: THE NEXT DIMENSION OF INTERNATIONAL RELATIONS THEORIES

Antonio Jorge R. da Rocha*

RESUMO

Neste artigo, o autor propõe um desafio para os teóricos das relações internacionais, especulando a respeito da viabilidade de novos enfoques conceituais para a concepção de teorias nesse campo de estudos. São ressaltadas as semelhanças e diferenças entre os enfoques "construtivismo" e "racionalismo" através de uma análise comparativa.

ABSTRACT

In this article, the author proposes a challenge for international relations theorists, speculating on the viability of new conceptual perspectives regarding the creation of new theories in this field of study. The common features as well as differences between the "constructivism" and "rationalism" are stressed through a comparative analysis.

This article is a challenge to International Relations theorists. I point to a problem that so far I do not know how to solve and I invite people better prepared than I am to help solving it. For this, it is important to expand the explanatory power of the theories we use to make sense of what we understand by current international relations.

The challenge this article contains is related to the conscient reflection about the future of the theories we use to assess the international reality. Hence, it is not a discussion of the field itself, and references to the reality will be made only to explain the theories and the attempts scholars make to justify these theories rationally. In this sense, this article is a meta-study[1] . Initially, it is metatheoretical: the level of abstraction I will write is higher than the level of abstraction theories themselves are developed. In other words, current theoretical approaches are the object of discussion here. The last section may also be meta-methodological, if not in its essence, at least in its proposals.

My argument is based on two assumptions, which I will explain in each of the sections that immediately follow this introduction:

1) The debates hold so far by IR scholars, however relevant, have promoted the development of the theories in this field only toward one direction, namely, the enhancement in the precision of these theories. This happened both by "sharpening" their concepts and by establishing, more clearly, the universe in which they are valid.

Revista Cena Internacional. 2 (1): 31-53 [2000]

* Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Mestre em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (Iuperj) e Doutorando em Sociologia da Universidade de São Paulo (USP).

2) 2) The difference between rationalism and constructivism[2], although very important to the improvement of IR theories, is less significant than scholars have considered so far. In other words, they have more in common than is commonly supposed, and the focus on this debate will tend to produce a "conservative" development of the field.

This type of development is crucial for the survival of international relations as a field of study[3], and to the improvement of our capacity to understand and to explain current international relations.

But only the analysis and the development both of the methodology and of the logic used to produce these theories can produce a significant change in our capacity to built more comprehensive scientific discourses to deal with international phenomena. In a nutshell, this is the challenge I propose, very briefly, in section (4).

2. A single methodology, a set of theories, and infinite question marks

The methodology

When Cantor published his "Contributions to the Founding of the Theory of Transfinite Numbers" he was certainly aware of the impact his writings would produce in the field of pure mathematics. By providing mathematicians with a theory of aggregates, he produced more than a thoughtful solution to the problem of defining series, along with an algebraic representation of a solution to problems which until that time scholars could only solve with geometrical concepts. He considered numbers as actual objects for the purposes of mathematics, "insofar as they, on the ground of definitions, take a perfect determined place in our understanding, are clearly distinguished from all other constituents of our thought, stand in definite relation to them, and thus modify, in a definite way the substance of our mind"[4]. And since at least the transfinite numbers could exist in human understanding, the metaphysical discussion about a necessary connection between the positive reality and the mathematical discourse was simply no longer a necessary issue of concern. It was true that some of the causal relations inherent in the inter-connection of actual phenomena could be explained and represented in mathematical language; but the reverse was no longer a requirement to the work of mathematicians. Cantor's theory of aggregates helped distinguishing applied mathematics from pure mathematics, at an abstract level. Later on, knowledge developed in the field of pure mathematics (and physics) could be applied to the objects of the actual life, explaining their connections in a more satisfactory way. Einstein's theory of relativity is but the most well known example of such a development.

Cantor's very definition of aggregate, "any collection into a whole *M* of definite and separate objects *m* of our intuition or our thought"[5], established a clear distinction

between objects whose actual existence could be considered independent of human thought and those which could only exist as a human intellectual creation. As a result, mathematics could become increasingly abstract, developing new concepts whose inter-relations referred only to other mathematical concepts, and whose application to the actual world could eventually never take place.

This was not the case of Cantor's theory, whose application was manifold in his time and nowadays is so embedded in our ways of thinking that, as I argue here, frames theoretical discourses even in fields like international relations. By proving that series could not be rationally constructed *ad infinitun*, either toward expansion or toward reduction, Cantor was in fact pointing to "the great problems of the meaning of continuity and of infinity"[6] . He was also challenging thinkers to construct concepts simultaneously enough abstract to characterize the elements of given sets and enough precise to allow a clear rule of inclusion of specific phenomena. Again, such concepts should not necessarily represent a positive reality, insofar as they were logically connected to each other, producing a discourse capable of promoting communication between human subjects and, in the sense later developed by Popper, falsifiable.

The mental processes which engender the creation of concepts are still somewhat mysterious to philosophers, and a subject of fascinating debate. As for scientific concepts, in fact, Cassirer points out that they can be of two types: mathematical and empirical. The latter "aim merely to be copies of certain factual characteristics of the given reality of things" [7], and result from an intuitive process according to which human beings intellectually 'organize' the world they live in. Note that this process of abstraction is also an inevitable (though at this level considered intuitive) construction of sets, for the characteristics perceived as most important (for functional reasons or merely because of the limitations of human senses) are those based on which some actual 'things' are symbolized, or not, by specific nouns in common language. In contrast, mathematical concepts "arise through the intellectual establishment of a constructive connection, (...) a systematic connection of thought-constructions" [8].

By now the reader may be asking where am I going to arrive with this abstract discussion of old texts. But before answering, think about the possibility of replacing the "objects of our thought", which Cantor demonstrated can be aggregated in sets, by social roles, or perceptions of roles. Moreover, instead of considering these objects as systematically related to each other according to mathematical rules, consider these social roles, necessarily performed by social actors, as related to each other according to social rules. After all, such rules (conventions, habits, etc.) are no less of an intellectual construction, and the rules that guide the relations between social actors can only be considered rules insofar as they are recognized by all the players in this game (in the Wittgensteinian sense). In other words, because they are perceived by actors as standards of behavior, they behave accordingly; and this behavior strengthens

the rules themselves, legitimizing (or not) their existence[9]. When social actors do not behave accordingly, such rules just do not apply, and, through time, are neglected, ceasing to exist.

The fact that they change more rapidly than the rules which command the relations between mathematical concepts does not imply that they perform less an important function. Indeed, they change precisely because, unlike mathematical concepts, people (and, others would argue, groups, organizations or states) internalize such rules and keep them valid insofar as they behave according to them.

Yet, there is a crucial difference between the rules of mathematical discourse and those that frame the "social construction of the reality". Whereas the former serves merely as a basis to the construction and validation of mathematical discourses, the latter conditions human self-identification, in permanent redefinition through social interactions. By doing so, social rules condition also the evolution of the society as a whole, or, if the reader prefers, as a set of individuals who systematically interact through time and who share specific understandings about the manners according to which they should behave. Such understandings condition not only their mutual interactions, but also the ways they behave in relation to those who are not part of the social group, and both sets of acceptable behaviors define them as a social group.

In any event, the reader shall have clear that the existence of social rules, practices, interactions, although necessarily conditioned by the knowledge, scientific or not, eventually developed about them, are essentially different from such knowledge. In Cantor's language, the knowledge, organized in discourses, belong in the set of objects of human thought, whereas the reality itself aggregate phenomena whose existence does not depend on human will[10].

One of the most objective discussion of this subject has been produced by Ernst Cassirer. The idea of 'radical metaphor', in contrast with the simple metaphor, offers an illuminating assessment of the process through which humans create categories of thought and parallel discourses to make sense of the reality they are immersed in, but from which they are capable of abstraction. We are used to think of a metaphor as a mental operation by which we can explain one idea by means of a more familiar one. The 'radical metaphor', as Cassirer suggests, is the very creation of a category, by means of sounds and signs, initially from a sensitive experience. Latter, as the human mind expands its capacity, it becomes also capable of understanding the abstract, the merely intellectual experience; it can construct knowledge at more abstract levels, based on concepts that are already promoting abstractions from the reality. Because one needs no longer to explain clearly what every concept means, one can focus on alternative relations between the concepts which are already commonly understood at least within specific intellectual communities. The radical metaphor is the condition for "the very formulation of mythic as well as verbal conceptions (...) in fact, it is not only a transition to another category, but actually the creation of the category itself"[11].

As a result, the meaning associated to the sign, a shared understanding (or a social construction) is precisely what will distinguish a sign, a noun, from a blur of ink in a piece of paper or from unintelligible sounds.

Cassirer is concerned with the understanding the process by which knowledge is initially produced and expanded to higher levels of abstraction. To him, myth and language evolve from the very same point: the radical metaphorical mental operation by which man attempts to concentrate and heighten simply sensorial experience. "Language and myth stand in an original and indissoluble correlation with one another, from which they both emerge but gradually as independent elements. They are two diverse shoots from the same parent stem, the same impulse of symbolic formulation, springing from the same basic mental activity, a concentration and hightening of simple sensory experience. (...) they are both resolutions of an inner tension, the representation of subjective impulses and excitations in definite forms and figures"[12]. As a result, language and myth are logically connected, having little importance to discover which one came first in time; in fact, they are created simultaneously. And because the logical and symbolic connections are paramount in the realm of knowledge, discourses produced in different periods of human experience do relate to each other, either in a complementary or in a contradictory way. For example, IR scholars still use Hobbes', Machiavelli's, and Tucydides texts because at least some of their ideas are still useful to make sense of the reality as perceived in current times.

In the case of social theoretical thinking, we have discourses that evolve from a social experience, which is itself explained by other linguistic-mediated conceptions. There is no direct sensorial experience from which one could build metaphorical explanations to social facts. Because social experiences are all, necessarily, "objects of our thought", they are also "understandings". There are different perceptions of the same relations, social interactions, and any explanation of them can only make sense when it is opposed, compared, to other explanations.

This happens at a metatheoretical level, although most times people are not aware that this process is taking place. In other words, the very use of specific concepts imply a logical connection to other concepts in the same discourse. That is what will be considered the internal logical consistency of this discourse, one of the necessary characteristics to consider it as a scientific discourse. The logical structure of each discourse, in its turn, makes sense because it can be compared, mentally, to other different discourses about the same subject. Hence we are dealing with different categories that may appear to the mind at different moments, but whose understanding can only make sense when logically constructed in relation to other categories. In other words, theoretical conceptions of the reality reveal themselves only relatively to each other. There is no "absolute" theoretical thinking. But at the same time, they are nothing more than the organization of these categories in a specific way, which produces the uniqueness of each theoretical discourse. The initial categories of thought

are related to each other, engendering more complex concepts, which are represented in linguistic forms. As a result, the theoretical discourse appears as sets of propositions organized in a definite manner, which can only be understood and communicated when conceived (and expressed) in relation to other theoretical discourses.

To a certain extent, the insistence of IR scholars in referring their discourses to Realism has to do with the elegance of the Realist thinking, which facilitates comparisons both of the discourses among themselves and of the sets of phenomena that they explain (or not) in a satisfactory way. However, by such process, scholars reinforce the Realist discourse which they allegedly want to replace, for considering it an over-simplification, or too a cynical view of the world. Those who really want to get rid of the Realist approach (for moral or scientific reasons) should perhaps reflect more attentively upon the behavior of one of the founders of such discourse, Machiavelli. After all, by neglecting moral approaches to political affairs, instead of criticizing or combating them, he created an entirely new way of thinking about political phenomena, including the very definition (or the precision in it) of what should be considered "political" in contrast with what was to be considered "moral". Or, if the reader prefers, by doing so Machiavelli's writings helped defining the boundaries which separate the set of the phenomena which can be considered as political from the set of phenomena which are of a different essence, the moral. Because these sets intersect, as Professor Carr reminds us, thoughtful political thinking ought to consider both phenomena jointly. But the theoretical apparatus to be used to analyze and evaluate them are necessarily different, for essentially different phenomena (or at least phenomena perceived as such by the intellectual community) require different concepts to be understood and explained. In other words, different sets of propositions (discourses which have their own characteristics in terms of their constitutive concepts and in terms of the rules according to which such concepts are organized) are used simultaneously, in parallel mental operations, to address the same phenomena in the reality[13] .

In other words, theoretical thinking is necessary to make sense of the reality. Both human understanding and possible explanations of the reality will depend on the concepts used to make sense of it[14] , hence, on the criteria used to create categories that include specific phenomena and exclude others. In this sense, as constructivists point out, there is a social construction of the reality. Perhaps a better term would be an intellectual construction of the reality based on, and simultaneously capable of, conditioning specific social relations.

In fact, there is not only one such construction of the reality, but there exist necessarily many such intellectual constructions of the reality. Indeed, each discourse does not appear from the vacuum, neither does it exist by itself or merely as a linguistic entity. The very use of the term reflection to represent the act of thinking critically suggests that such activity requires the existence of at least one different possibility of

making sense of the reality under examination. This parameter against which we may judge a given discourse can be constructed from our impressions of the reality, from concurrent discourses, or from a mix of both, depending on the criteria we use as the basis to validate[15] such discourses.

In order to be considered as 'scientific', at least two criteria apply to discourses: internal logical consistency and empirical consistency. Elegance is frequently considered as an important characteristic, as Olson insists[16], but before discussing its pros and cons, let me highlight that scholars, even methodologists, are far from an agreement pertaining the two basic elements.

As for the internal logical consistency, largely due to the long period through which natural sciences remained as a model, the hypothetical-deductive method has prevailed. Stuart Mill's brilliant treatment of inductive logic combined with theory of probability is certainly the basis on which both Popper has developed his ideas on what would be the most appropriate method to produce scientific knowledge. Whether Peirce's concept of "abduction" is a better way to produce an explanatory hypothesis than Mill's more extensive process, or if this simply does not matter, as outlined by Popper, is a discussion that goes beyond this essay. What is important to stress, however, is that they all agree on the need to make use of deductive reasoning as a means to relate the concepts which integrate the discourse that explains both natural and social phenomena.

Whitehead will stress also the need of an external logical consistency, meaning that specific discourses can concur with others to explain either the same or different sets of phenomena in the reality, but they cannot logically contradict each other[17]. This points to a fascinating discussion in the field of methodology of science, and a particular productive one for the social sciences. The immediate interpretation of such a criterion, as made by Kuhn, would imply the need to reject the former "paradigm", proved logically non-valid, and its substitution for a more systematic paradigm, although one can (and should) contest such an idea that paradigms can be more or less systematic. Traditional logic teaches us that either the discourse is systematic, i.e., logically valid or not. Logic does not offer a continuum, but a set of criteria which apply or not to specific discourses.

It is true that some discourses can be less rigorous than they should be, which is not rare in social sciences. But, from a methodological point of view, this is an error of those who have developed such a discourse, and if scholars continue to use them to make sense of the reality this may be related with the absence of better alternative. In any event, Whitehead insists that different scientific discourses can coexist, insofar as they are internally and externally consistent and are not denied by experience. Some discourses can even exist without being "proved true", for instance, because the technical means to demonstrate their correspondence with the positive reality are not available. But they shall have truth-value, in the sense that they can be demonstrated false[18].

But the fact that scientific discourses can be only proved false does not diminish their importance. Neither does not imply that they are, or shall be, immediately abandoned once this happens. Newton's 'laws of Physics' are still taught in schools, despite the fact that they have been proved false, and Kuhn would say, replaced by Einstein's theory of relativity, almost a century ago. This happens not only because of didactic purposes, but because they apply to a great number of phenomena, and, as long as specific conditions are maintained, they are always valid, i.e., they help us making a satisfactory sense of the world. Scholars have dealt with this phenomenon, for instance, by developing the concept of "quasi-truth", which essentially states that rigorous discourses will always be valid to explain specific phenomena, insofar as the conditions they assume prevail[19].

In other words, if such discourses happen to be abandoned it is not because they are less rigorous, or less "scientific", but because other criteria are being used in order to differentiate them from alternative discourses. For example, the second most fundamental criteria according to which scientific discourses are evaluated: their empirical consistency. Not only shall they be reaffirmed by observation[20], as stressed by Popper, but they cannot be empirically denied. Well, what the history of science teaches us is that some discourses are denied by experience and continue to be used by scholars precisely because they are valid to explain specific phenomena, under specific circumstances. This will be even more common if they can explain a great number of phenomena under circumstances that are observed more frequently.

My point here goes beyond informing the reader about an interesting, but far from new, debate among scholars who struggle to understand the evolution of scientific knowledge. I urge you to note that this debate implicitly establishes boundaries, distinguishing phenomena which have specific characteristics, thus which can be aggregated in specific sets, from other phenomena, which have different shared properties and are therefore aggregated in a different set.

In other words, the theoretical debate in the field of international relations would certainly be enriched if scholars realized that different theories explain satisfactorily different sets of phenomena, unless in the cases when the same phenomena have multiple causes, which is not rare. Then, each theoretical approach helps us making sense of one of the dimensions of these phenomena, whereas explanations to other dimensions simply cannot be deduced from the a sole theoretical discourse. On the one hand, the mutual contrast of the explanations derived from different theoretical discourses helps sharpening their concepts and explanatory capacity, enlighten both their strengths and their weaknesses. On the other hand, in this process many scholars perceive that one should chose one of these 'contending' theories and deal with the reality from a single point of view. While such a behavior allows deeper and more systematic research, it also tends to neglect many phenomena that cannot be included in the "realist set" or in the "pluralist set" or in the "cognitivist set", etc.

In other words, if the theoretical pluralism in the area is evident, the method used by each one of them is basically the same: the construction of concepts that represent simplifications (abstract radical metaphors) of the reality, which are connected to each other according to the rules of traditional deductive logic[21] . Even when inductive logic is used, it is used mainly to produce the main hypothesis from which explanations will be deduced. Precisely because of this common methodological nature, these theories can be added to produce complementary explanations of the reality.

By the way, this is not a characteristic only of social sciences. Take the current debate on theoretical Physics, which focuses on how the theory of relativity and the quantum theory can be reconciled. Each 'paradigm' produces logically consistent explanations of the reality, has empirical support, and is not proved wrong by the other; however, they cannot be reconciled[22] . If no imaginative scholar is capable of developing a more abstract set of propositions that can help scientists making sense of the phenomena explained by quantum and by relativity physics, scientists will have to live with these two different sets of explanations to different sets of phenomena. One can imagine the possibility of developing a more abstract scientific discourse that will help scholars explaining the sum of the elements that integrate both the set of phenomena explained by relativity and the set of phenomena explained by quantum physics.

In brief, international relations, as a field of study, is characterized by different theoretical discourses, which explain an enormous, and complex, continuum of phenomena. In fact, this continuum has been divided in a number of different sets of phenomena, which can be explained by different theoretical discourse. Despite the feelings of different scholars, who have developed or who are simply convinced by specific theoretical arguments, there is no such a thing as a 'paradigm' in this field of analysis. There is no consensus among IR scholars on a specific set of claims about the causal relations of the phenomena of which those who work in the field intend to make sense of. As a result, scholars can either develop their work under specific research agendas (in the sense proposed by Lakatos), doing normal science[23] , or focus on the extent to which these theoretical discourses, when confronted to each other, reveal their actual explanatory power. In the latter process, theories have their logical inconsistencies eliminated, their concepts more clearly delineated, either becoming more rigorous theoretical discourses or being dismissed by those who work in the field. In the former process, concepts are also improved, in the sense to their correspondence with objects of "our intuition or of our thought", but the focus is on these discourses' empirical consistency, i.e., the extent to each they help analysts make better sense of the world.

Both activities are very important, and my point here is that the field of international relations has evolved in this direction, observing the development of

alternative discourses and the improvement of the existent one, both through inter-theoretical analysis and through empirical tests. As a result, more intelligible concepts have been created based on concepts that represent clearly defined sets of objects, both real and socially constructed, which are part of the set of human experiences whose assessment are targeted by those who work in the field of international relations.

Take, for example, Kenneth Waltz' clearly distinction of international politics from international relations, pointing to the interactions between the behavior of states in the international realm as constrained by, but capable of changing, the structure of international system. By constructing an elegant and logically consistent theoretical discourse to make sense of international politics, Waltz draws the line of the set of phenomena that can be explained by his set of propositions, which are immediately distinguished from those phenomena about which he has nothing to say. "Whereof one cannot speak, thereof one must keep silent"[24] wrote the first Wittgenstein.

This is more than a sound advice, insofar as if encourages scholars to become always aware of the explanatory power of their claims. In other words, Waltz's theory can be used applied to a specific set of phenomena in international relations, such as those related with conflicts among political sovereign units. It does not state that these are the sole phenomena in international relations, or, for instance, that the domestic dimensions of the foreign policy-making process play no role and shall not be understood by scholars. But it does consider such phenomena as the most important in the international realm, and this is the reason why they are distinguished from other phenomena that also integrate this reality. But note that this is a methodological decision; one could argue that it is indeed a subjective decision, and the justification for selecting this set of phenomena instead of any other does not go beyond a common-sensical argument. And it needs not go beyond that, from the point of view of explanatory discourses, for what counts is the logical consistency and the empirical support of the discourse. In this case, elegance adds a persuasive ingredient in favor of Waltz's analysis.

Others will stress the fact that cooperation also characterizes the interactions of states. The neoliberal institutionalist approach, powered by analysis of brilliant scholars like Keohane, Krasner, Lake and Nye, will stress that depending on the circumstances, states tend to, and do, cooperate with each other. The focus on absolute gains highlights different sets of preferences attributed to states, which, in some circumstances, have no reason to base their interaction on the consideration of relative gains, which encourages them to cooperate with each other. This is facilitated by, and also creates a demand for, repeated interactions through time, as well as by international regimes. A set of cooperative initiatives, which do exist and are perceived by statespersons, scholars and observes, become intelligible in the discussion of international affairs, but remain merely anomalies in relation to Realist discourse. By this process, scholars add discourses that help them making sense of another set of phenomena inherent in current international relations.

But it is not enough to explain conflict and cooperation among states. To makes sense of current international relations it is necessary to consider that the distinction between domestic and international affairs is, to a large extent, arbitrary. In many cases, in which one observes both conflict and cooperation, domestic political processes and international political processes are but a continuum. What happens within countries conditions their foreign policy decisions, as much as international processes constrain their internal (sometimes even their local) political processes. Moreover, there is also a continuum linking political and economic processes, for economic interests are promoted by political means as much as political objectives can be reached, and are advanced through economic initiatives. As a result, statespersons are seen as playing simultaneous games, at the domestic and at the international level, and using their positions in each 'arena' to advance their interests in the other. But note that in this case a further assumption has been relaxed, in addition to that one which considers that states are always primarily concerned with their own security affairs: the state is no longer see as an unitary actor, but as set of institutions and decision-makers who have their own political agendas. Such a two-level game approach[25] adds a further set of phenomena of which scholars who work in the field can become aware, insofar as they are willing to know this new theoretical discourse.

The same process has been used to increase our understanding of other sets of phenomena that condition the evolution of current international relations. Analyses that focus on organizations (e.g., "pluralism"), on economic elites (e.g.., world system and dependency), on individual decision-makers and their cognitive limitations, on group-thinking, on epistemic communities (and the reader can complete the list…), they all add new sets of phenomena of which we can make sense only by appropriating new theoretical discourses. To develop such discourses and enhance our understanding of the world is not an easy task, and will remain an important one insofar as the idea of assessing the reality (and dealing with it) through scientific means continues to be one of human prioritary activities.

But a further challenge is also to be faced by human intelligence, if this scientific project is to be developed in its full extent. This challenge focuses on the use of alternative methodologies, which may require alternative logics, to make sense of the reality. But we will discuss this in part 4, although very briefly, after a deeper analysis of the similarities inherent in the two dominant approaches to international relations these days, at least as perceived by the leading scholars in the field.

3. Hobbes' sons meet Rousseau's daughters (or Why do rationalists and constructivists think they are so different?)

A number of consecrated scholars in the field of international relations seem to share the perception that the field currently observes a third debate, which would

frame most intellectual production in the area. By portraying IR theories as divided between rationalist and constructivist approaches, these scholars point to what they consider distinct sets of epistemological and methodological characteristics inherent in the theoretical discourses used to make sense of current international relations. This new debate occurs at a more abstract level than the previous great controversies in the field, namely Realism vs. Idealism and Neorealism vs. Neoliberalism. However, I argue that it is in fact more about different phenomena in the international reality, and less about methodology and epistemology, than it has been presented so far.

Hobbes' sons…

The very idea of this third debate assumes that analysis as different between them as Keohane's neoliberal institutionalism and Waltz's neorealism belong to the same set of theoretical discourses, because of their core assumptions[26]. The great difference between these approaches, as extensively discussed during the second debate, relies on the extent to which conflict is inevitable, and cooperation possible, among states. Because they are rational, states always interact motivated by cost – benefit analyses, which depend on a clear perception of the hierarchy of their objectives. They cooperate only when they perceive[27] net advantages in such a behavior. On the one hand, and because they assume that states are mainly concerned with their security in a self-help system, Realists stress that cooperation is possible, though not probable, only in non-important issues, for states are always concerned with relative gains[28]. Real cooperation among states, apart from actions inherent in war alliances, is in fact anomalous data from the point of view of Realism. The approach simply does not explain cooperation among states[29].

On the other hand, in fact because they relax the assumption that states are permanently concerned with their security, since there are circumstances in which their survival is not threatened, neoliberal intitutionalists try to identify such circumstances. Hence, cooperation is possible, for, as rational actors, states will try to maximize their benefits whenever this is possible. The initiative and motive to act remain inherent in the actors, and this is why this approach is considered neoliberal; the presence and development of institutions transform the environment where states act, hence the emphasis on institutionalism.

It makes sense to aggregate neoliberal institutionalists and realists in the same set of theoretical discourses. What is implicit in the analysis of Katzenstein et alli.[30], Ruggie[31] and even Smith & Hollis[32] is the idea that the set of rational explanations of international relations is composed by at least two sub-sets of analysis. The first one applies to situations in which conflict, or the propensity to conflict, is dominant, when realists satisfactorily explain the behavior of states. The second subset includes occurrences of cooperation among states, which can not be considered among the

phenomena explained by realists, but do occur in real life. Because of the explanations provided by neoliberal institutionalists, some would say, scholars need no longer be puzzled in regard to those anomalies[33]. Thus, neoliberal institutionalists have in fact enlarged the scope of the rationalist approach, maintaining the assumption that the state, as an unitary and rational actor, is the most important unit of analysis in the field of international relations[34].

In fact, the set of rationalist approaches to international relations could be considered even larger, if we elaborate our reasoning at a higher level of abstraction. In this case, we could consider as rationalist the numerous approaches that focus on actors other than states and try to explain international relations as resulting from their interactions. The rationalist set of explanations would thus be composed not only by the neorealist and neoliberal approaches, but also by theoretical discourses usually included into the first and second levels of explanations[35], and even by economic-based theories, which consider classes or elites as their main units of analysis.

I am not saying that most of these explanations are well constructed, in the sense that they clearly define categories, which are represented by specific scientific concepts, organized according to (logically consistent) rules that indicate the relations allegedly existent between the categories of subjects whose behavior they intend to explain[36]. In many cases one can even dispute, for instance, whether the assumption of an "elite" as a rational actor can help producing useful explanations about the international reality. The Dependentist and world-system approaches so far have tended to be less systematic than neorealism or neoliberalism, in regard both to the precision of their concepts and to their internal logical consistency. It is not a coincidence that they are not part of the core debate. My point is that these discourses assume that actors other than states can be seen as unitary, rational and derive explanations about international relations from the assumptions they have made. They have also assumed that these actors behave rationally, considering the same criteria of instrumental rationality applied by realists and neoliberal institutionalists[37]. Therefore, if one would specify the set of rationalist theoretical discourses completely, these approaches should be included, notwithstanding their conceptual and logical limitations – let alone the extent to which they are corroborated by historical observations.

The discussion about the pros and cons of considering these alternative approaches among the rationalist theories goes beyond this paper. It is enough here to point to the fact that these approaches do more than appear in standard IR textbooks, they also frequent the discussions among scholars in the field, precisely because they explain, better than do neorealism or neoliberal institutionalism, a set of phenomena that affect current international relations. In other words, they maintain the assumption of rationality of actors but, by focusing on non-state actors, they explain phenomena

that would otherwise be regarded as anomalies[38] from the point of view of the dominant approaches. In most cases, it might be said, their scope is also limited, perhaps even more than the scope of neorealism and neoliberal institutionalism, as the ad hoc explanations of decision-making in situations of crisis[39]. In other cases, the focus on economic actors, and the insistence that the political structure would be conditioned by the historical evolution of the capitalist system, points to a consistency in the behavior of economic elites that is hard to find in empirical observations.

In any event, the actors whose behavior is analyzed by the rationalist approaches are assumed to be rational and self-interested[40]. And that is why I have been calling them "Hobbes' sons". In brief, they are concerned mainly with the promotion of their utility, and when the state of nature does not apply, they can, and do, cooperate to advance their second-best interests. The environment in which they are inserted may change, and this leads to a transformation in their perception of their priorities, perhaps engendering a cooperative behavior. Their nature, however, remains one and the same.

In broad terms, one can consider the neorealist and the neoliberal institutionalist explanations from the point of view of the types of phenomena that they explain better. Neorealism explains in a satisfactory way a set of phenomena, among which those related with conflicts between states are paramount. Neoliberal institutionalism explains, also satisfactorily, a different set of phenomena which includes not only events of cooperation between states, but also the emergence of specific regimes and institutions[41], which supposedly facilitate cooperative behavior among states. Some phenomena can be the dependent variable of both theoretical approaches, as the behavior of the U.S. government in the Gulf war illustrates. In other words, to some extent these two aggregates intersect, but there are also a great number of phenomena which can only be explained by one of these theoretical approaches, as the discussions between scholars who see their own production as examples of each of the theoretical approaches illustrate[42].

What is more important, however, is that both sets of phenomena are now considered subsets of the larger set of phenomena that can be explained by rationalist approaches. As a result, the third debate is presented, for instance, by Katzenstein et alli. (1998) and Ruggie (1998) as the distinction between two sets of theoretical approaches, and no longer sets of the phenomena they explain, and that is why I pointed to its higher level of abstraction. Because they consider the nature and the behavior of the actors they focus on as being constant, although influenced by different environments and objectives, the rationalist approach can be seen as associated with Hobbes, surprisingly more popular in the field of international relations than Niccolo Machiavelli.

...and Rousseau's daughters

The idea of "Rousseau's daughters" is obviously provocative to feminist approaches to international relations. It is not my intention here to focus on the gender issue, but on the premise assumed by the feminist discourses, which in fact seem to be more concerned with changing the social institutions and practices whose existence they stress, and criticize, than with understanding these institutions and practices.

If the reader is attentive, he or she may have realized that I am now talking about understanding the international reality, no longer about its explanation. Hollis and Smith (1990) have so far proposed the best framework upon which the contrast between rationalism and constructivism can be carried out. They argue that there are two distinct ways to address international relations, which are the basis of the fundamental difference between rationalists and constructivists. These discourses differ in accepting, or not, a positive reality, which engender two different methods used to frame their arguments. Rationalists believe in a positive reality, of which actors can be well informed or not[43] , but a reality that is exterior to these actors. Thus, clear preferences command the actors' choices, which, once implemented, actually transform or maintain this reality.

Constructivists, as the name suggests, claim that the social reality cannot be compared to the physical reality since it is made of relations and perceptions of these relations. Therefore, they are interested in "how actors and systems are constituted and co-evolve. Their research program focuses on identity issues that include, besides nationalism, subjects such as race, ethnicity, religion and sexuality"[44] . Ruggie is more careful than Katzenstein et alli., by stressing his focus on "constitutive rules", and clearly separating the research programs carried on by those who are more influenced by philosophical pragmatism, the neo-classical constructivists; those who are closer to philosophical realism; and the post-modernists, who focus more on narratives about social practices, challenging the very possibility of developing a scientific discourse about social relations[45] .

Checkel[46] behaves even more carefully, separating the post-modern narratives from the constructivist project, while stressing the sociological origins of the latter, as Ruggie and Katzenstein et alli. do. His presentation of constructivism as a method highlights both the logical consistency and empirical commitment of constructivist essays, therefore its scientific essence, but also the fact that this approach makes use of concepts which helps us in understanding, rather than explaining, international relations. I insist on this distinction because they all build on Hollis & Smith's fundamental, and more abstract, distinction between two methods of approaching international relations.

The method of explaining focuses on rational choices by actors who are constrained by external structures, and is in fact a set of different explanations,

according to the level of analysis at which the scientific discourse has been produced. The method of understanding focuses on reasoned choices made by individuals who internalize specific collective (Ruggie would say, better, constitutive) rules. It fits constructive discourses about a reality which in fact they simultaneously construct and help us make sense of. For constructivists, in other words, both activities come together and the act of understanding the reality, necessarily a linguistic endeavor, is inseparable from the act of constructing the same reality. In a sense, the reality of which humans can make sense is the reality that counts, the one which even scientific discourses refer to.

But the means used to make sense of this reality are not without specific requirements: inter-subjective empiricity and logical consistency are necessarily present in such discourses, or they cannot be counted as scientific. Essentially this is what rules post-modern (and most feminist) discourses out of the constructivist project, for they are closer to literary narratives, or reconstructions, as they prefer to be characterized, of the reality than anything else. Note that this does not make such discourses 'worse', not even less illuminating and capable of producing knowledge about the reality, than scientific discourses. Human experience is vast, and there are numerous manners of producing knowledge, including mythological and artistic experiences and activities[47] . The fact that literary discourses are different from scientific discourses means simply that they do not follow the rules[48] which shall apply to a set of claims about the reality in order to be accepted as a valid scientific discourse.

This deep concern showed by constructivists with producing scientific discourses about a reality that may be understood rather than explained is precisely what make them more similar to rationalists than they think they are. In other words, they are merely trying to make sense of a different set of phenomena, as important as those explained by rationalists, because they are also produced by social interactions. But such phenomena are essentially abstract, related to the definition of actors' identities by themselves, which can only happen through social interactions[49] ; phenomena which, in Ruggie's words, "quite literally, do not exist within the neo-utilitarian rendering of the world polity" [50] .

In the language of theories of sets, which I have been using in this text, one could say that the aggregate of the phenomena dealt with by constructivism does not intersect with the aggregate of the phenomena dealt with, or explained, by rationalism. Ruggie is right when he distinguishes regulative from constitutive rules, the former framing interactions which involve interests, the latter framing interactions which involve identities. Moreover, he does an illuminating job by stressing both "the analytical limits beyond which their [rationalism, or neo-utilitarianism, and constructivism] respective approaches cannot be pushed" [51] . Finally, he also points to the fact that, from a practical point of view, the universe of phenomena which are explained by rationalists favors the production of discourses that are axiomaticaly

structured, "which permits a degree of analytical rigor, and in neoliberal institutionalism's case also of theoretical specification, that other approaches cannot match"[52].

And this is the point in Ruggie's analysis that really deserves repair. He is right in stressing that rationalists can attain a high degree of 'rigor and specificity', as some have in fact done. But the fact that constructivists so far have not attained such a rigor and specificity does not imply that they cannot do so. Furthermore, the fact that these approaches deal with different phenomena in international relations does not produce a "paradigmatic[53] irreconcilability"[54].

In reality, rigor is a logical condition, which depends on the clear definitions of the relevant concepts and on the mental operations permitted by the set of rules which are said to command the connection between these concepts. On the other hand, because the universe of which constructivism occupies itself is constituted by more abstract phenomena, the empirical testability of its discourses is necessarily more complex, which is a practical problem. More abstract human experiences appeal to different research techniques, mainly based on inter-subjective controls over 'experiments'. But this is a technical, not a methodological problem. This makes the scientific discourse necessarily less precise, but not necessarily less rigorous[55]. Most importantly, this does not rule out the possibility of developing scientific and rigorous discourses about these more abstract phenomena.

There is however a fundamental difference between constructivism and rationalism: each approach establishes its basic assumptions through different processes. Because rationalists want to explain international relations, they merely assume what they consider self-evident 'facts', or 'truths', in the international realm, which are represented in specific claims from which they deduce their explanations. By contrast, constructivists follow an inductive process to establish their fundamental claims about how actors internalize their relations, producing a dynamic and permanent reconstruction of the social reality. But once these fundamental constructions are captured by the discourse which aims at understanding the behave of actors, similar deductions about their rational behavior follow. Though the references to Weber and Durkheim are illuminating of the constructivist method, one can easily trace the influence of Mill (System of Logic) underlying their approach to the reality.

In other words, at a more abstract level, constructivism and rationalism are not only reconcilable, but complementary. Constructivism focuses on the means through which actors build identities, identify preferences and, through interacting, continually redefine both of them. Constructivist approaches try to make sense of the abstract dimension inherent in the actors that transform what we call international relations, as well as the dynamics of the processes through which they do so. Rationalism focuses on the extent to which observable actions derive from these identities and preferences.

Rationalist approaches try to make sense of what is permanent in the behavior of these actors, as well as of the actual changes observed in the structures upon which they interact.

But both approaches assume that these actors behave rationally. Hobbes' sons are also self-interested. Rousseau's daughters, like Émile educated under the rules established by the new social contract, do not necessarily seek their self-interest. Fundamentally, they are seen as actors whose essence is not defined once and for all[56] . But constructivists do not go as far as to deny the rationality of the actors whose identities are continually reconstructed. To assume this, as post-modernists do, imply necessarily denying the possibility of developing scientific discourses about the reality.

Therefore, at least some continuity is assumed to remain in the international realm, even if they are only those broad identities, which change through time[57] , and the deductive rationality (for rationalists) or the practical reasoning (for constructivists) manifested by these actors. On the one hand, the rationalists care little with the way the hypotheses from which their argument is deduced are established, relying on common sense, for what matters is the explanation they derive. On the other, constructivists focus on the processes through which the social actors form their "weltanschauung", as well as their preferences, and stress the influence such social constructions have over the behavior of actors.

But, once fixed their fundamental assumptions about the reality, the logical nature of the discourses developed both by rationalists and constructivists is one and the same. Moreover, they both assume that they need to encounter support in the reality, regardless if they see it as a positive or as a constructed reality – they both refer to human experiences in the field of international relations. And when Hobbes' sons meet Rousseau's daughters, these approaches are reconcilable. By sharpening their concepts and stressing their distinctions, they develop better theoretical tools that help us making sense of the world we live in.

4. Are other methodogies possible?

Now we finally arrive at the challenge I have mentioned in the first section of this text. And here I will only present the challenge of developing more abstract theoretical discourses that are capable not only of making intelligible larger sets of phenomena in the field of international relations, but of developing new ways of thinking the field. On the one hand, I am merely observing that the field has so far developed in the direction of higher levels of abstraction, which helps building discourses that are capable of making sense of larger sets of phenomena. On the other hand, this observation recalls us of the extent to which our thinking is limited by, indeed "imprisoned in", a method of reasoning that applies traditional deductive logic to sets of phenomena. By doing so, we merely construct explanations to certain phenomena, whereas others are considered anomalies.

Either the phenomena are part of the sets of phenomena of which we can make sense or not, and this is the Boolean frontier that I mentioned in the title of this text. Our reasoning is educated and trained in a way that it can identify phenomena that are explained by logically and empirically consistent discourses or not. Those of which we cannot make sense remain potential candidates for future theoretical discourses, which may follow the same logic of reasoning and similar limitations in terms of identifying specific phenomena of which they can make sense, which become a new set of 'known' phenomena. At the meta-theoretical level, when this happens we observe the creation of a further theoretical discourse, which certainly contributes to increasing our understanding of the realm of international relations.

The debate between rationalists and constructivists, though at a more abstract level, follows the same pattern, by drawing with better tools more clear boundaries separating the phenomena of the positive international reality from those of the constructed international reality. But still, each approach identify the sets of phenomena it can make sense of, in contrast with the limitations of the concurrent approach and with the set of phenomena explained by the other.

Attempts to apply practical reasoning to the analysis of international affairs, in the philosophical line developed by Von Wright and Apel, have recently been made by scholars such as Howard Alker. Still, the idea of representing practical reasoning in the manner of traditional syllogisms illustrates how significant is the resistance to the construction of scientific discourses based on non-traditional logics. As Costa points out, in other fields of research scholars are also struggling to use logical discourses such as the paraconsistent to develop new forms of rational thinking about the reality. After all, rational discourses need not be based on the traditional logic. In fact, one can rationally relate concepts by respecting different sets of rules according to which, for instance, propositions that would be considered contradictory on the grounds of the traditional logic could be integrated into a discourse that helps us making better sense of the world we live in. A tough challenge, with no doubt. But perhaps a step forward in the consolidation of international relations as a field of study.

Notas

[1] See Fuchs 1991; Ritzer 1989; Zhao 1991.

[2] See Katzenstein et alli 1998; Ruggie 1998.

[3] As proposed by Quincy Wright, in the Mid 1950s, as opposed to a disciplinary study of specific phenomena.

[4] See Cantor 1915, 67.

[5] See Cantor 1915, 84.

[6] See Whitehead 1958, 55.

[7] See Cassirer 1923, 12.

[8] Idem.

[9] This dynamic dimension relating the actors' perceptions of adequate behaviors, as suggested (or prohibited) by specific rules, and their actors' real behavior, repeatedly respecting (and reinforcing) or disrespecting (and making nil) specific rules, is perhaps the best contribution ever made by the concept of international regimes. Its imprecision is also the source of its usefulness, and it is inherent in the fact that the concept tries to explain phenomena that can only be understood, to borrow Hollis and Smith's treatment of international relations theory. In other worlds, the idea of regimes is exaclty in the 'frontier' between the actors' understanding of how they're expected to behave and their actual behavior. Not surprisingly, analysts find difficulties in determining what the dependent variable is, i.e., if they should explain the actors' construction of the reality, including their own preferences, as a result of their perceptions of the regimes, or the transformation of the reality, including the creation of specific regimes, as a result of the actors positive interests and behavior.
[10] Objects which are nevertheless recognized by human senses and intuitively organized in the human mind as a result of its 'natural' interaction with nature.
[11] See Cassirer, 1946, 87-88.
[12] Idem, p.88.
[13] This will not be possible at all times, since the sets of phenomena addressed by 'scientific' and 'moral' discourses are not equal to each other. Though they intersect, each set is larger, and there will be phenomena of which humans can make sense only through moral discourses as well as other of which only scientific discourses will offer a satisfactory explanation.
[14] As well as on the rules according to which such concepts relate to each other (either subsuming, superimposing or considering that they perform similar functions in the discourse). Ultimately, logic is merely a set of rules that establishes valid ways to connect concepts; hence defining also the non-valid ways. As philosophers have demonstrated exhaustively, it cannot tell us anything about the truth of the claims we produce to refer to the realty, both positive and imaginary. It can only tell us whether or not our claims are constructed in a valid (i.e., logically consistent) way.
[15] The process of validation itself is a social process, even for scientific discourses. As Thomas Kuhn has stressed, it depends on the acceptance of a new paradigm by the established scientific community, whose authority in the society as a whole is reinforced when the application of new scientific knowledge to 'practical life' enhances social standards of living, even when merely by broadening our understanding of the world we live in.
[16] See Olson 1982.
[17] See Whitehead 1988.
[18] The concept of falsifiability has only been developed by Popper, in his Conjectures and Refutations, but the idea was already well accepted in the 19th century.
[19] See Costa 1997, mainly Chapter 3.
[20] Which is far from an objective process, for the observation can be theoretically guided, in the sense that the observer tend to look for the expected predictions when he tests his/her theory.
[21] This is essentially what constructivists will do, using Weber's and Durkheim's methods but also heavily relying on Stuart Mill. Moreover, as it will be discussed in the next section, they also focus on a different set of phenomena: values and perceptions instead of preferences.
[22] See Maddox 1998, mainly part one.
[23] The term has been developed and extensively used by Kuhn, in reference to the activity of using existent theoretical discourses to explain and to understand the elements of the reality and how they relate to each other..
[24] See Wittgenstein 1922, 189.
[25] See, for instance, Milner 1997 and Putnam, 1988.
[26] Unitary rational states as the main units of analysis in a context of anarchy.
[27] Part of the literature focus on the difficulties states have to process information, which can lead to misperceptions and actions apparently "irrational" from the point of view of the state. Allison began the debate that Jervis, Vertzberger and many others have developed, focusing on the level of organizations, groups or individuals.

[28] See Mearsheimer 1995, not to mention Waltz 1979 himself.
[29] Much has been said about the concept of cooperation. Communication among states, even tacit bargaining, is not example of cooperation. Positive payoffs from interactions do not necessarily require cooperation. Cooperation is said to occur only when "actors adjust their behavior to the actual or anticipated preferences of others, through a process of policy coordination". See Keohane (1984), in Milner (1997,7). Note that the action of cooperation does not imply necessarily that the results aimed at will be achieved. It would perhaps be better qualified as "cooperative behavior" than as "cooperation".
[30] See Katzenstein et alli, 1998.
[31] See Ruggie 1998.
[32] See Smith & Hollis 1990.
[33] Essentially, such occurrences (considered anomalies by realists) are explained by neoliberal institutionalists because they have a different view of states, which continue to be unitary and rational, but no longer moved primarily by fear, no longer expecting only the worst possible behavior from other states. What is interesting is that they do not assume, either, that states expect positive attitudes from which other. The type of behavior is to be observed empirically; it is not a theoretical assumption.
[34] And because there are circumstances in which they will search for cooperation, there will be a demand for institutions, or regimes, as pointed by Keohane (1982), Keohane & Axelrod (1984) and Milner (1992).
[35] The reference is again to Waltz, now in his 1959's book. Allison has tried to build on this distinction, but with less clarity in distinguishing between the level of the individual (which he calls bureaucratic) and the level of the state, or its organizations (which he names, appropriately, organizational). Scholars like I. Janis tried to build a fourth level in between, treating groups of decision-makers as if they acted as a rational unit.
[36] The Marxist influence over these approaches is obvious. Among the better known are Wallenstein, Cox, Gunder Frank, Cardoso & Faletto, not to mention traditional Marxist approaches like Lenin's or Gramsci's.
[37] Essentially this means that actors can identify their own interests (and only they can do so, although analysts may attribute them some interests, perhaps rightly, perhaps not), organize them hierarchically, identify the best course of action in economic terms (cost – benefit analysis) and act accordingly.
[38] Thus phenomena that would be included in the set of "unexplained" occurrences in international relations, i.e., those of which current theoretical approaches cannot make sense satisfactorily.
[39] Such approaches refer to so many variables specific to the situations they are explaining that can hardly be considered as more than a guide to the analysis of other "similar" situations.
[40] This does not imply that they are egoistic, that they care only about themselves, for, as in any consistent economic approach, actors can increase their utility through helping promoting other actors' welfare. By the way, because of this possibility, and of the focus on absolute gains, neoliberal institutionalists observe cooperation among rational states.
[41] One of the problems of this literature is that it does not distinguish regimes from institutions, when it could, for instance point to the greater dynamics inherent in the phenomena represented by the idea of regimes in contrast with the greater permanence, through time, of those symbolized by the idea of institutions.
[42] There are also a number of phenomena which are more or less satisfactorily explained by other theoretical discourses, most of which apply the instrumental rationality to different assumptions regarding the main actors (organizations, individuals, groups...), the most important issues in the international realm (the expansion of the capitalist system instead of war among states) or both (as Strange's and Sassen's analyses illustrate).
[43] And the extent to which these actors are aware of the reality, along with the boundaries of their own rationality, do condition, enormously, their actions, which, by assumption, will remain rational, however limited by imperfect information it may be.
[44] See Katzenstein et. Alli 1998, 676.
[45] See Ruggie 1998, pp. 880-882
[46] See Checkel 1998.
[47] To take an example from a different area, so far I have not been convinced that Mr. Freud has done more to promote the understanding of human psychological processes and conditions than Mr.Dostoievsky... And both have produced brilliant (but how different!) discourses.

[48] The best and most concise treatment of this I happened to know was made by A.N.Whitehead, in a set of conferences entitled “The Function of Reason” – A função da Razão, 1988.
[49] Because “each culture brings to the interactions (changeable) images of itself and others that are prefigured by myths, texts, and traditions, […] there is no such a thing as ‘first contact’”, as stress Inayatullah & Blaney (1996,82), the dependent variables of constructivism are more difficult to be understood, but they are identifiable, and important, phenomena in international relations.
[50] See Ruggie 1998, 883.
[51] See Ruggie 1998, 883.
[52] See Ruggie 1998, 882.
[53] The choice of the term could hardly be less fortunate, for it is associated with Kuhn’s concept of a shared understanding about the basic causal relations between phenomena of the reality, which he thought to exist in scientific communities devoted to the analysis of physical phenomena.
[54] See Ruggie 1998, 882.
[55] Of course it is also more difficult to produce rigorous discourses which refer to more abstract concepts, but, again, this is a problem that can be solved better training the analysts who will be responsible for producing these discourses. That is what happened in sociology, and it is not a coincidence that constructivists are borrowing concepts and research programs from sociology to the same extent that rationalists borrowed from microeconomics.
[56] In other words, Constructivists adopt Mr. Rousseau’s ‘model of man’, i.e., in times of political correctness, of human being, assuming that human nature can be influenced and changed by social institutions and education. Different processes of socialization may lead to actors who are essentially different in everything but their rational behavior.
[57] Though changing through time, they conserve specific characteristics, or they would not be identities.

References

Alker, H.: 1996. *Rediscoveries and Reformulations- Humanistic Methodologies for International Studies*. Cambridge, Cambridge University Press.

Axelrod, R. & Keohane, R.: 1985. Achieving Cooperation under Anarchy: strategies and institutions. In *World Politics* 38: 226-254.

Cantor, G.: 1915. Contributions to the Founding of the Theory of Transfinite Numbers.

Chicago, The Open Court Publishing Company.

Carr, E.H.: 1964. *The Twenty Years’ Crisis, 1919-1939*. New York, Harper & Row Publishers.

Cassirer, E.: 1923. *Substance and Function in Einstein’s Theory of Relativity*. Chicago, The Open Court Publishing Company.

Checkel, J.: 1998. The Constructivist Turn in International Relations Theory. In *World Politics* 50, 2:324-348.

Costa, N. C.: 1997. *O Conhecimento Científico*. São Paulo, Fapesp, Discurso Editorial.

Hollis, M. & Smith, S.: 1990. *Explaining and Understanding International Relations.* Oxford, Clarendon Press.

Fuchs, S.: 1991. Metatheory as Cognitive Style. In Sociological Perspective, Vol. 34, 3: 287-301.

Inayatullah, N. & Blaney, D.: 1996. Knowing Encounters: Beyond Parochialism in International Relations Theory. In Lapid, J & Kratochwill, F.(ed.): *The Return of Culture and Identity in IR Theory*. London, Lynne Rienner Pub.: 65-84.

Katzenstein, P., Keohane, R. & Krasner, S.: 1998. International Organization and the Study of World Politics. In *International Organization* 52, 4: 645-685.

Keohane, R.: 1984. The Demand for International Regimes. In *International Organization* 36, 2: 325-355.

Kuhn, T.: 1970. *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago, The University of Chicago Press.

Maddox, J.: 1998. *"What Remains to be Discovered"*. New York, The Free Press.

Mearsheimer, J.: 1995. The False Premise of International Institutions. In *International Security* 19, 3:5-49.

Milner, H.: 1992. International Theories of Cooperation: Strengths and Weaknesses. In *World Politics* 44, 2: 466-496.

——: 1997. *Interests, Institutions, and Information. Domestic Politics and International Relations*. Princeton, Princeton Univ. Press.

Olson, M.: 1982. *The Rise and Decline of Nations – Economic Growth, Stagflation and Social Rigidities*. New Haven, Yale University Press.

Ritzer, G.: 1980. Sociological Metatheory: A Defense of the Subfield by a Delineation of its Parameters. In *Sociological Theory*, 6: 187-200.

Ruggie, J. G.: 1998. What Makes the World Hang Together? Neo-utilitarianism and the Social Constructivist Challenge. In *International Organization* 52, 4: 855-885.

——: 1995. The False Premise of Realism. In *International Security* 20, 1: 62-70.

Waltz, K.: 1979. *Theory of International Politics*. Reading, Mass. Addison-Wesley.

Whitehead, A.N.: 1958. *An Introduction to Mathematics*. New York, Oxford University Press.

——: 1988. *A Função da Razão*. Brasília, Fundação Universidade de Brasília.

Wittgenstein, L.: 1922. *Tractatus Logico-Philosophicus*. London, Kegan Paul, Trench, Trubner & Co., Ltd.

Zhao, S.: Metatheory, Metamethod, Meta-Data Analysis: what, Why and How? In *Sociological Perspectives*, Vol. 34, 3: 377-390.

A REPÚBLICA INSEGURA: A DISPUTA ENTRE O BRASIL E A GRÃ-BRETANHA PELA POSSE DA ILHA DA TRINDADE (1895-1896)

Virgílio Caixeta Arraes *

RESUMO

O artigo é um estudo de caso sobre o contencioso entre Brasil e a Grã-Bretanha para posse do território da Ilha de Trindade, no Oceano Atlântico. Diversos atores sociais, sobretudo brasileiros, têm suas participações analisadas. A influência de Portugal para o desfecho do contencioso também é destacada.

ABSTRACT

This article is a case study on the confrontation between Brazil and Great-Britain for the possession of Trindade Island in the middle of Atlantic Ocean. Several social actors, mainly Brazilians, have their participation analysed. The influence of Portugal is also stressed.

1. Introdução

A questão do caso da ocupação da Ilha da Trindade (1895-96) deve ser vista e considerada, para o Brasil, como um momento de desafio da República em face de uma ameaça externa; para a Grã-Bretanha, como decorrente de sua política externa imperialista, anexionista e com larga presença no Atlântico; e, para Portugal, como forma de reaproximar-se do Brasil, após o rompimento de relações por causa da Revolta da Armada (1893-94).

A Grã-Bretanha, à época, estava, apesar da recessão européia, em estado de euforia, graças ao seu predomínio financeiro mundial. Quanto ao Brasil, como os demais países da América Latina, a sua política externa, mesmo com a tendência pan-americana da República, ainda sofria grande influência britânica. Até o fim da Monarquia, foram comuns os atritos entre Brasil e a poderosa Grã-Bretanha, sempre tão atenta à defesa dos seus interesses econômicos, chegando-se ao rompimento de relações diplomáticas, quando da Questão Christie (1861-63).

A ilha da Trindade, descoberta no início do século XVI, situa-se cerca de 1 mil e 140 quilômetros de distância do Espírito Santo e localiza-se a 20°33'de latitude sul e a 29°21'de longitude oeste do meridiano de Greenwich, possuindo uma área de aproximadamente 8,2 quilômetros quadrados. Sua superfície pouco se aproveita para a agricultura, devido à origem vulcânica e o desembarque nela é assaz dificultoso, em

Revista Cena Internacional. 2 (1): 54-78 [2000]

* Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Mestre em História das Relações Internacionais pela mesma universidade.

decorrência da agitação permanente do mar, que se quebra contra grandes rochedos[1]. É ela o ponto mais ao leste do território brasileiro[2].

2. Contextualização

A Grã-Bretanha[3] , após o fim do império napoleônico, em 1815, passaria a agir com plena desenvoltura no mundo, chegando ao ápice no último quartel daquele século. Até 1870, quando do período de concorrência do capitalismo, dois modelos de política econômica prevaleceram: um, adotado apenas pela Grã-Bretanha, advogava a política do livre-câmbio; o outro, praticado pelas demais nações, defendia a proteção da indústria e do comércio.

No último quarto do século XIX, mesmo com o despontar de novos atores, como Alemanha e Estados Unidos, por exemplo, a Grã-Bretanha continuava na América Latina sem rivais à altura[4]. Ela possuía uma posição singular: a sua insularidade, que lhe proporcionou sete séculos sem invasão de seu território; a manutenção da vida econômica preponderante, iniciada uma centena de anos antes; era a maior produtora de carvão e predominava nas áreas de metalurgia e têxtil, apesar de um início de decadência[5]; o poderio de sua frota marítima garantia-lhe a segurança total a suas rotas, bem como a suas bases. Pelo conjunto de sua produção, era o centro comercial e financeiro do mundo[6].

Nessa época, houve um aumento considerável da produção industrial, o que levou a um intercâmbio entre países sem precedentes. A expansão externa seria a condição para a própria sobrevivência do capitalismo, demandando a assistência do Estado. Deste modo, ficavam os objetivos do Estado interligados aos dos governantes[7]. Essa expansão desembocaria na fase monopolista do capitalismo, denominada imperialismo cujo representante principal seria a própria Grã-Bretanha.

Pode-se apontar o imperialismo como o fenômeno mais característico da era contemporânea, porque foi marcado pela necessidade de expansão, em decorrência do impulso do capitalismo com a Revolução Industrial. Ele geraria a demanda por bases de carvão, água potável, alimentos, reparos navais, além de pontos militares e de comunicação que deveriam situar-se no percurso das colônias.

O fato maior do século XIX foi a criação de uma economia global, que, de modo progressivo, atingia o mundo inteiro, emaranhando todas as áreas em uma intrincada rede de transações econômicas, de comunicações, bens e pessoas, ligando os países industrializados aos subdesenvolvidos[8]. Assim, o que se passava na Europa no século XIX repercutia no mundo inteiro, visto que ela havia estabelecido a iniciativa de manter relações duradouras com todos os continentes[9].

Duroselle alega questões estratégicas pelas quais a expansão colonial era indispensável, pois que permitia adquirir pontos de apoio naval dos quais dependia a segurança das comunicações. Este argumento foi de suma importância para os

britânicos, à medida que eram os únicos com capacidade para dominar as principais rotas navais e transformá-las em centros de reparo, abastecimento e combustíveis, além de base de operações[10] .

Para a Grã-Bretanha, o motivo estratégico era o mais importante, visto que as colônias eram, primordialmente, controles de acesso para seus interesses marítimos e comerciais, além de que, com o desenvolvimento da navegação a vapor, elas podiam funcionar, também, como postos de abastecimento, como foi o caso das Bermudas e Aden. Como exemplos de bases estratégicas, enumerem-se Gibraltar e Malta[11] .

O Marquês de Salisbury torna-se Primeiro-Ministro e, também Chanceler, em junho de 1895, após o Conde de Rosebery. Os interesses de Salisbury e de parte considerável da sociedade britânica estavam então no mundo d'além-mar onde o movimento imperialista estava no auge. Consoante Crouzet, Salisbury procedia de acordo com as circunstâncias: ocupava territórios para descartá-los da ocupação de outros rivais[12] . Churchill coloca que Salisbury não pensava em efetuar grandes esquemas de expansão, porém nunca deixaria de apoiar as iniciativas pertinentes. Durante sua gestão, surgiriam muitas disputas, todas encaminhadas por ele através de soluções negociadas[13] .

3. A América Latina e a Grã-Bretanha

A Grã-Bretanha, após 1815, era a única nação que possuía condições materiais de ampliar a sua área de atuação fora da Europa, porém esbarrava em um empecilho: o mercantilismo vigente na América Latina e outras áreas sob domínio colonial, que prejudicavam suas exportações na busca de novos mercados. Assim, ela apoiaria, com sucesso, a emancipação das colônias[14] . Após isto, os novos países somente se definiriam em suas relações externas a partir dela. Os interesses do governo britânico e de suas empresas variavam de acordo com o volume de negócios, o montante de investimentos e a posição geopolítica de cada país.

Na mesma época, multiplicavam-se os cabos submarinos que eram, em sua maioria, britânicos[15] . A extensão da rede telegráfica de sinais Morse passava de 160 mil em 1858 para 6 milhões de quilômetros em 1900, seduzindo os países de diminutas redes de estradas de ferro porque seria mais fácil colocar postes e estender fios que construir leitos de balastro. A linha telegráfica não era detida nem pelo mar[16] . No Brasil, até 1874, as notícias do exterior chegavam por carta. Nesse mesmo ano, a agência telegráfica *Reuter-Havas* instalou no Rio de Janeiro sua primeira sucursal[17] .

4. Brasil República

Após a instalação da República, em novembro de 1889, o federalismo, o presidencialismo e a ampliação da representatividade foram, para Souza, os três pilares

básicos do novo regime que se apoiava ainda na grande propriedade. Isto fixou o sistema político de sustentação nos estados, reforçando o poder oligárquico local[18]. Assim, afrouxadas as correntes centralizadoras, atendeu-se à reivindicação das oligarquias estaduais, notadamente a dos setores cafeicultores. Sem base nacional, o poder Executivo amparou-se acentuadamente nas bancadas de São Paulo e Minas Gerais.

Com Prudente de Morais (1894-98), houve a estabilização das instituições republicanas, defendidas a ferro e fogo pela gestão de Floriano Peixoto[19]. Sua administração formou o molde a ser consolidado nos mandatos futuros: o fortalecimento do federalismo, o qual gradativamente afastaria as Forças Armadas e garantiria a hegemonia de São Paulo e Minas Gerais. A tentativa de compor partidos de âmbito nacional fracassou[20]. Ele teve de realizar a transição da transmissão de poder da classe militar para outra, a de civis, egressos da camada agroexportadora.

Prudente de Morais, além dos problemas internos, se depararia, na área externa, com uma questão de limites com a Argentina, o reatamento de relações diplomáticas com Portugal, a presença do *Bolivian Syndicate*, no Acre, além da questão da ocupação britânica na ilha da Trindade. Essa instabilidade se refletiria na atuação do Congresso, principalmente quanto à viabilidade da República, incapaz de, até aquele momento, organizar internamente o país e de suportar as pressões externas. Mal se podia imaginar que a Trindade, semi-abandonada e aparentemente sem valor, pudesse causar tanto rebuliço, o que ocorreria pelo fato de a ocupação pela Grã-Bretanha ferir, simbolicamente, o projeto da República. As reações à ocupação seriam variadas e, assim, analisar-se-ão as participações do Executivo, Legislativo e imprensa.

4.1. O Legislativo

O Legislativo brasileiro representou, no século XIX, o principal centro de debates e estudos das questões nacionais, desde o início de seu funcionamento em 1826. No entanto, a influência do Legislativo republicano era menor que no período monárquico, haja visto que o poder atribuído ao Presidente foi maior que ao Imperador, afora a questão da diminuição constitucional das prerrogativas senatoriais em política externa, somada à extinção do Conselho de Estado, um órgão importante no regime anterior[21]. Acrescente-se que a atenção dispensada às questões internacionais nos programas partidários era pouca, exercendo o Presidente, na Primeira República, a condução da política externa[22].

4.2 A Imprensa

O fim da Monarquia não alterou o desenvolvimento da imprensa, mas a reestruturou: os jornais republicanos, naturalmente, tiveram mais força e prestígio ao

passo que os de tendência monarquista, mais combatividade, apesar das tentativas de coerção e censura. Após algum tempo do novo regime, Laët considerou-o incompatível com a liberdade de expressão, lamentando que a imprensa brasileira tivesse descido de um nível inglês ou belga para um argentino ou paraguaio[23] . A cobertura do episódio da ocupação da Trindade foi fartamente registrada por três jornais: o *Jornal do Brasil*, a *Gazeta de Notícias* e o *Jornal do Comércio*, que, na época, eram os mais importantes da Capital[24].

5. A Ilha da Trindade: Sumário Histórico

No último ano do século XVII, o Capitão Edmond Halley tomou posse dela para o governo britânico, julgando-a sem soberania. Em 1724, o Vice-Rei do Brasil, Vasco César de Meneses, após consultar o Conselho Ultramarino, determinou, sem sucesso, a fortificação da ilha. Até o século XVIII, foi freqüente designar, para um mesmo território, dois nomes: Trindade e Ascensão ou identificar uma ilha ao lado da outra, sem que realmente existissem duas. Todos os historiadores e geógrafos antigos tratam de um arquipélago, o qual compreenderia Ascensão, Trindade e Martim Vaz (que teria sido um piloto de que não há notícia, que poderia figurar no rol dos seus presumidos descobridores).

Em 1781, guerrearam entre si Espanha e Grã-Bretanha. Esta ocupou a ilha. Lá fortificou e estabeleceu um entreposto para reprimir o contrabando que se fazia à sombra de seu comércio regular com as Províncias espanholas do Prata. Em conseqüência de reiteradas reclamações por parte da Espanha, Portugal, através de seu Plenipotenciário em Londres, negociou a retirada daquele país em fins de 1782 e ordenou ao Vice-Rei do Brasil que mandasse uma expedição à Trindade, “ (...) que inquestionavelmente pertencia aos domínios portugueses da América meridional”[25] . Até a nova ocupação britânica, a ilha pouca atenção despertou tanto em Portugal como, posteriormente, no Brasil, cujo governo nunca tencionou seriamente dar-lhe destinação.

Inúmeras são as referências históricas sobre o conflito pela posse da ilha da Trindade, porém, à exceção do laborioso trabalho de Peixoto, do recente artigo de Tonelli e de um subcapítulo de Bueno, nenhuma delas ocupa mais que poucos parágrafos, limitando-se a uma narrativa quase uniforme. Bueno, em relato preciso e enxuto, vê a questão como derivada do imperialismo[26] .

6. As repercussões e as iniciativas

O Brasil nunca se preocupou seriamente com a ilha da Trindade, segundo Octávio[27]. A usurpação ocorreu em janeiro de 1895, por meio de um navio militar britânico, Barracouta, que se assenhorou dela, fincando a bandeira de seu país e uma

proclamação da Rainha Vitória. O Brasil, no entanto, só tomaria conhecimento seis meses depois, através de uma nota publicada em um jornal destinado à comunidade britânica do Rio de Janeiro. O *Rio News*, do dia 16 de julho de 1895, transcreveu um telegrama do *Financial News*, de 4 de junho:

> "A curious addition to the British Empire was made a few months ago without attracting much attention. This latest annexation is not likely to be much of a burden on the imperial revenue, and it certainly will not add to it. The desert island of Trinidad, off the coast of Brazil, is the new possession (...)""[28] .

A notícia transtornou o Executivo, o qual, prontamente, via Ministério das Relações Exteriores, solicitou, no dia 19 de julho, ao Ministério da Indústria, de Viação e Obras, da Guerra, da Marinha, da Fazenda e da Justiça e à Legação em Lisboa, além do Arquivo Público e Biblioteca Nacional, que vasculhassem e recolhessem documentos que fizessem menção à ilha. Em poucos dias, teria farta documentação. No dia seguinte, o Plenipotenciário em Londres, Artur de Sousa Corrêa, recebeu telegrama do Chanceler Carlos de Carvalho cientificando-o da suposta ocupação. Logo após, Corrêa dirigiu-se ao *Foreign Office* e confirmou o fato.

Na imprensa, os registros iniciais, sobre presença estrangeira indevida na ilha, deram-se aos 20 de julho pelo *Jornal do Comércio* e *Gazeta de Notícias*. Cada um a seu modo comentou a questão, porém sem noticiá-la com grande impacto, podendo presumir-se que boatos já circulassem na Capital. Sousa Corrêa, no dia 21, telegrafaria ao Ministro:

> "Lorde Salisbury ausente (...) Trindade ocupada governo inglês janeiro último para cabo submarino argentino; fato não teve publicidade nem notificação oficial primeira ocupação inglesa 1700 Dr. Halley; colônia inglesa fundada em 1781 depois abandonada novos imigrantes ingleses 1789, desde então visita regular navios guerra ingleses, sendo último *Ruby* 1889 (...) tudo sem protesto (...) afirmam não havia ali vestígio outra ocupação"[29] .

Corrêa informou ao Ministro Carvalho que o motivo fora estabelecer-se uma estação telegráfica, ligando Londres diretamente a Buenos Aires, a ser operada por alguma empresa particular de cabo transatlântico. O Plenipotenciário disse que indagara ao *Foreign Office* o motivo de o ato ter sido feito sem publicidade ou notificação oficial. O órgão lhe respondera que realmente não havia registro no *London Gazette*, uma espécie de diário oficial, visto que considerava suficiente o termo de posse lavrado pelo comandante do navio de guerra[30] .

Corrêa, ainda no telegrama, desculpou-se com o Ministro Carvalho pelo fato de não ter lido nada a respeito da ocupação, pois o citado jornal dedicava-se principalmente a questões econômicas. Preocupado, comunicou a Carvalho que a falta não se devia a um descuido no cumprimento de seus deveres, nem desatenção aos interesses do país[31] .

No Congresso Nacional, a primeira manifestação fez-se, através da Câmara, aos 22 de julho, pelo Deputado Belisário de Sousa, o qual avisou ao Plenário ter expedido uma solicitação ao Ministério das Relações Exteriores para que fosse explicada a presença estrangeira na Trindade, confiando a resolução da questão na “ (...) firme altivez (...) e patriotismo do Presidente”, no que foi muito apoiado. Encerrou a comunicação, de modo ufanista, relembrando que, apesar de não necessitar o caso do artifício da guerra, o Brasil soubera antes “ (...) repelir da terra sagrada (...) o invasor holandês”[32] . O *Jornal do Brasil*, do dia 23 de julho, teceu, de modo iracundo, considerações sobre a atuação dos diplomatas brasileiros e, em especial, de Sousa Corrêa:

> “ (...) Ordinariamente, as chancelarias brasileiras são pouco trabalhosas, mais lugares de representação e de luxo do que repartições de trabalho. Lá, uma vez ou outra, surge um acontecimento, que requer a intervenção dos Embaixadores e, nessas raras vezes, os excelentíssimos chegam quase sempre muito tarde (...) esperamos todos o Decreto exonerando o senhor Sousa Corrêa de Ministro do Brasil em Londres”.

Na sessão do dia 24, o Ministério das Relações Exteriores apresentou a resposta ao requerimento do Deputado Belisário de Sousa. Nela, informava o Ministro Carlos de Carvalho que, por meio de contato com o diplomata britânico, Phipps, este lhe corroborara a ocupação desde fevereiro, e não janeiro, de 95. O Ministro comunicou-lhe que o país remeteria à ilha um navio de guerra para confirmar o fato, gesto logo repelido pelo representante britânico, que solicitou um prazo de 48 horas dentro do qual receberia instruções de seu governo, já que, inicialmente, se tratava de “ (...) território abandonado e nele não haver vestígio algum de posse de qualquer outra nação (...)”, achando-se o governo britânico na posse irrestrita de seus direitos[33] .

Carvalho replicou ao Plenipotenciário Phipps com um longo histórico da ocupação luso-brasileira desde o século XVI, informando ser a ilha pertencente ao Estado do Espírito Santo. A finalidade a ser dada pelo novel governo republicano seria transformá-la em lugar para serviços penitenciários[34] . Carvalho continuou a insistir sobre os direitos brasileiros em relação à Trindade, mesmo quando invocada pelo interlocutor a presença e soberania da Grã-Bretanha nela, em face de suposta presença mais que centenária, remontando ao século dezessete (1700). Em face desse argumento, o Ministro Carvalho disse que, em 1782, a Grã-Bretanha houvera

desocupado a ilha, porque reconhecera os direitos portugueses, de modo espontâneo e amigável. O Chanceler Carvalho destacou que o Brasil não renunciara à Trindade pelo fato de não ter prévia destinação e:

> " (...) Apresentando estas reflexões ao senhor Phipps, acredito que não se dedignará de submetê-las ao governo de Sua Majestade, a Rainha de Inglaterra, como protesto contra a ocupação da ilha da Trindade, que faz parte do território brasileiro, e estou certo de que, desfeito o equivoco do abandono e de ser, portanto, a mesma ilha res nullius, ele expedirá suas ordens no sentido da desocupação (...)".

Na mesma sessão, o Deputado Sousa ponderou que:

> "O nosso Ministro, na nota com que replicou à nota do Ministro inglês, prova com os fatos da história, da geografia e em razões irrefutáveis de direito internacional, a nossa posse incontestada e incontestável. (Muito bem, bravos)"[35] .

De noite, em Londres, em uma recepção, Corrêa conversou com Lorde Salisbury e alertou-o para a má impressão gerada no Brasil do ocorrido e as graves conseqüências que dela poderiam advir. Salisbury disse-lhe que, em virtude de ocupações anteriores, o território pertencia a seu país. Corrêa redargüiu que nação alguma alhures havia contestado a posse brasileira, herdada de Portugal. Salisbury afirmou que o Brasil ainda não dispunha de elementos para contestar, todavia estava disposto a discutir, oficialmente, as reclamações brasileiras[36] .

Na sessão do dia 25, o Deputado Nilo Peçanha lembrou que era " (...) Oposição constitucional do presente governo (...)" mas ante a " (...) imagem da pátria querida e por cuja integridade territorial somos um só homem e uma só vontade, desaparecem os partidos e os atritos, as discórdias e as reações" (apoiados gerais). Eivado de anglofobia, lamentou o incidente, enfatizando, contudo, que, para a Grã-Bretanha, o Brasil era uma espécie de protetorado, tendo em vista o enorme valor de aplicações, cerca de 80 milhões de libras esterlinas. Chegou ao ponto, em sua indignação, de realçar que, no país, a bandeira que tremulava era a britânica. Logo a seguir, proporia uma moção de repúdio a este país, que receberia 152 votos [37] .

Ainda na sessão, o Deputado Vergne de Abreu registrou que aquele ano trouxe à República incidentes exteriores que a punham à prova, mas o novo regime saberia resgatar as gloriosas tradições do passado ao solucionar a questão da Trindade e manifestou a confiança de que a Grã-Bretanha, através do exame dos registros históricos e geográficos, convencer-se-ia da posse brasileira envolvendo a ilha[38] .

A *Gazeta*, no dia 28 de julho, noticiou a seus leitores que a hipótese de autorização para a instalação de um cabo submarino na ilha não seria tão simples porque o Brasil concedera o "monopólio natural da telegrafia internacional da América do Sul" a duas companhias: *South American Cable limited* e a *Brazilian Submarine Telegraph Company*.

Quatro dias depois, 1º de agosto, o *Jornal do Comércio* reproduziu declaração do diário argentino *Standarde,* de 24 de julho, favorável à ocupação estrangeira ao afirmar que, em edificando um farol e uma estação de carvão na Trindade, "rocha desabitada, desolada e vulcânica", estaria a Grã-Bretanha fazendo "enorme benefício para a civilização".

No mesmo dia, Corrêa informou ao Brasil que apresentara nota à Chancelaria britânica, em francês, refutando a tese de que a ilha estava abandonada ou de que pertenceria aos britânicos. Lembrava à Grã-Bretanha de que, nos atlas geográficos, a ilha constava como brasileira. O *Foreign Office*, por seu turno, acrescentaria que a resolução nem dependeria de Salisbury, uma vez que teria de ser submetido obrigatoriamente ao Conselho de Ministros.

Registrou Corrêa que três jornais se manifestaram quanto à matéria—*Daily Chronicle, Sunday Times* e *South American Journal*—e todos deram razão ao Brasil. No entanto, alertou ele para o fato de que Salisbury não poderia demonstrar, de imediato, desejo de conciliação, visto que este posicionamento era delicado à medida que, se fosse justificar a revogação do ato, indiretamente atingiria gestão anterior a sua[39] .

Em ofício, Corrêa informou, alguns dias depois, que comentara com Salisbury e seu imediato, Sanderson, a proposta de arrendamento para o serviço telegráfico, levantada pelo Plenipotenciário Phipps, ao Brasil. Em sua opinião pessoal, a hipótese era uma idéia "vaga e mal definida", lançada com vistas a apreciar se ela podia ser objeto de negociação. Apurou que a Grã-Bretanha manifestava interesse em estabelecer uma comunicação telegráfica entre São Vicente, nas Antilhas, e a ilha de Ascensão, onde mantinha base. Sem desejar instalar a linha com recursos próprios, o governo britânico acenava com um acordo com empresas particulares telegráficas[40] .

Todavia, como elas avaliavam que a linha era improdutiva, solicitaram uma compensação, que seria a extensão até o rio da Prata, na Argentina. Para tal, avaliou-se a necessidade de uma estação intermediária: a Trindade se encaixaria perfeitamente[41] . Corrêa disse ao Ministro Carvalho que, toda vez que abordava o assunto com Salisbury, este alegava que teria de submeter a documentação recebida ao exame do Ministério das Relações Exteriores, para, posteriormente, submetê-la o Conselho de Ministros à deliberação final, como era praxe. Corrêa rematou o ofício com a informação da descoberta do despacho da ordem do Almirantado, Ministério da Marinha, de 22 de agosto de 1782, determinando a imediata desocupação da ilha[42] .

O *Jornal do Comércio*, em edição do dia 11 de agosto, mencionou reportagem do *Times*, que asseverava serem "ridículas as agitações dos brasileiros e os calorosos

discursos na Câmara". Segundo o jornal britânico, o Brasil devia lembrar-se da superioridade militar da Grã-Bretanha, que era também sua credora, e declarou que a Trindade encontrava-se abandonada. Desta forma, por não desejar mais depender do Brasil para efetuar suas transmissões telegráficas com a Europa, a Grã-Bretanha anexou-a[43] . Corroborando Corrêa, a *Gazeta de Notícias*, de 22 de agosto, escreveu que, com o fracasso da isolada estação da Ascensão, que não gerara os resultados esperados, cogitara-se estender um cabo submarino até o rio da Prata, porém, por poupar tempo e despesas, além de parecer mais "fácil", a Trindade fora lembrada.

Um dia antes, Corrêa comentou sobre o causador da ocupação britânica da ilha: Sir John Pender, representante de 7 companhias de cabos submarinos, que foi o mentor desse projeto, sob a justificativa de proteger a *Brazilian Submarine*, da qual era Presidente. O motivo alegado estava na iminência de a empresa sofrer grandes prejuízos por causa do Brasil, quase proprietário da *Great Western and Brazilian Telegraph*, por estar, recentemente, autorizado a comprá-la. De acordo com ele, com a aquisição, o governo brasileiro poderia privá-lo da transmissão dos telegramas ou impor-lhe condições onerosas para operar.

Destarte, cogitou ele de estabelecer um cabo direto para a Argentina cuja instalação se realizaria através de uma subvenção que o governo platino se mostrava disposto a conceder. Porém, coincidentemente, após a ocupação, a Argentina retirou a proposta de subvenção, visto que não havia mais disponibilidade financeira.

7. A proposta de arbitramento

No dia 23 de agosto, o Primeiro-Ministro Salisbury insistiu com Sousa Corrêa que a Grã-Bretanha poderia negociar, se o Brasil se mostrasse disposto a ajustar preliminarmente com as companhias telegráficas britânicas, caso fosse necessário, para a instalação de um cabo direto para a Argentina, via rio da Prata. Corrêa destacou que Salisbury sugeriu essa idéia de modo confidencial, pedindo-lhe "estrita reserva" e desejando saber se o país aceitava essa proposta como base de negociação, delegando a ele, Corrêa, a autorização para celebrar o ajuste ou tratar ad referendum. Dessa forma, a Grã-Bretanha reconheceria a soberania brasileira e propiciaria até mesmo uma guarnição militar na ilha. Corrêa retrucou que o Brasil mantinha a mesma posição anterior[44] .

Duas semanas mais tarde, 6 de setembro, Corrêa mencionou mais um fato que obstaria a pretensão da Grã-Bretanha de colocar um cabo submarino na ilha: a evasão de renda dos cofres brasileiros à medida que diminuiria o envio de telegramas, os quais passariam a ser emitidos a partir da Argentina[45] . Alguns dias depois, perguntava a Carvalho se, em último caso, poderia sugerir a arbitragem. No dia seguinte, o telegrama do Ministro viria com um lacônico não[46] .

A *Gazeta* publicou, no sábado, 7 de setembro, comentários de Aníbal Falcão, residente em Londres, satirizando o redator do *Pall Mall Gazette* sobre o texto que

indicava que a Trindade, nos atlas, era representada por uma "red-line indicativa das possessões britânicas" Para contrabalançá-lo, enumerou Falcão vários atlas britânicos, inclusive o *Official Colonial List*, sem que, em nenhum momento, a ilha aparecesse como possessão da Grã-Bretanha.

O *Jornal do Comércio*, no dia de 13 de outubro, resumiu texto do *Boletim Telegráfico da Repartição Geral dos Telegráfos*, em seu número correspondente a agosto, mas publicado em outubro, que continha o teor de um memorando que o Executivo brasileiro dirigira a "7 ou 8 companhias telegráficas do mundo", inclusive a de Sir John Pender, presidente da *Brazilian Submarine Telegraph*.

Esse memorando continha a informação de que a Legação brasileira em Londres recebera proposta de dois diretores dessa companhia, o Almirante Richards e Lorde Sackville Cecil, irmão de Salisbury, para que passasse à empresa deles o direito de explorar as linhas de outra companhia, a *Great Western Telegraph*. Como contrapartida, a empresa daria ao Brasil uma porcentagem do tráfego, além de afiançar-lhe a garantia de que a *Western* poderia ser comprada por 2 (dois) milhões de libras esterlinas. Se o Brasil se interessasse em adquirir a *Western*, a *Brazilian* comprometer-se-ia a pagar pelo uso das linhas. Advertia, porém, ao Brasil que o tráfego diminuiria porque, no futuro, a empresa utilizaria uma derivação do rio da Prata, via a ilha de Galveston (Estados Unidos), ou, até mesmo, por linha direta que a Argentina estudava fazer[47] .

No dia 18 de outubro, o *Jornal do Comércio* ironizou o *Times* pela publicação de um "excelente" atlas geográfico, pelo qual: " (...) recorrendo-se ao mapa da América do Sul, às páginas 99-100 do atlas, encontra-se a ilha da Trindade como brasileira. Uma prova cabal da soberania brasileira (...)".

Na tarde do dia 23,Corrêa se encontrou com Salisbury e expôs-lhe "com toda firmeza" os inconvenientes da demora, que estavam redundando, no Brasil, em agitação popular e pânico. Esses sentimentos podiam voltar-se contra a Grã-Bretanha, afetando suas atividades comerciais e industriais no Brasil. Salisbury, "com toda a afabilidade", explicou-lhe que a demora não dependia dele à proporção que a pesquisa e consulta aos arquivos históricos britânicos eram demoradas e ainda tinha de se aguardar parecer. Perguntando-lhe se não poderia apressá-lo, Salisbury atalhou que os homens da lei eram "sempre morosos" e ademais cada advogado daria um parecer separado, reunindo-se tão-somente se houvesse divergência para a expedição do parecer final[48] .

No mesmo dia, a *Gazeta* publicou, indignada, um editorial em que reclamava das arbitrariedades executadas pelas grandes potências contra os países sul-americanos. Destacou a França com o Brasil, no Amapá, e a Grã-Bretanha com o Brasil e com a Venezuela e, ultimamente, com a Argentina e evocava o pan-americanismo como modo de resistir a essas arbitrariedades.

No dia 12 de novembro, o *Jornal do Brasil* questionou o governo pela demora na resolução do conflito e ponderou que isto era considerado "fraqueza imprópria de quem tem por seu lado o direito", sendo já momento de um protesto internacional.

Corrêa, em ofício do dia 15 novembro, citou o diário britânico *Commerce,* de 6 de novembro, que relacionou a ocupação da ilha da Trindade à necessidade de ter-se a existência de uma linha telegráfica independente do Brasil à medida que durante " (...) a recente insurreição (alusão à Revolta da Armada, 1893-94) no Brasil foi suspenso o serviço telegráfico internacional e que, em previsão de repetir-se semelhante ocorrência, seria vantagem estabelecer-se uma linha direta para a América do Sul"[49] .

Em um longo ofício do dia 19 de novembro, Corrêa rememorou que Salisbury lhe comunicara verbalmente que sentia divergir do Brasil em relação aos títulos apresentados pela posse da Trindade, pelo que, considerando as boas relações entre as duas nações, propunha o arbitramento. Sugeria vários países como árbitros ou até algum jurisconsulto abalizado. Corrêa opinou a Carvalho que a proposta de Salisbury era o melhor meio de resolver a questão, dado que, para ele, Salisbury se inclinava ao Brasil, mas, desta forma, esquivava-se de reconhecer os direitos brasileiros por "arranjo direto", o que poderia configurar uma condenação de um ato da gestão anterior. Ao mesmo tempo, evitavam-se censuras do Legislativo britânico. Contudo, lembrou ele, havia uma dificuldade: o Brasil, constantemente, recusava juízo arbitral com outras nações[50] .

Para ele, a posição de Salisbury pelo arbitramento era a justificativa necessária para restituir o território. Caso o Brasil optasse por essa resolução, Corrêa recomendava cuidado na escolha do árbitro, de modo que não houvesse revés. Descartou, de início, a Rússia, a qual seria contrária ao Brasil, ante o conhecimento de suas posições internacionais. Preferia a Espanha, que seria favorável ao país, pelo fato de ter tido um caso análogo ao do país: as ilhas Carolinas[51] .

Em pronunciamento no Senado, Quintino Bocaiúva tratou com amplitude e competência as questões pertinentes à política externa brasileira, quando da discussão do orçamento do Ministério das Relações Exteriores. Ponderou serem " (...) os assuntos de ordem melindrosa (...)", salientando que:

> "(...) temos algumas questões pendentes com potências européias (...) Algumas delas acostumadas a exercer nas suas relações internacionais o cunho avassalador do seu predomínio e dos seus vastíssimos recursos (...)"[52] .

Classificando como de "alguma gravidade" as contestações com esses países, enfatizou que, com relação ao governo britânico, a questão da posse da ilha da Trindade se afiguraria para ela como comercial e industrial ao passo que, para o Brasil, era política[53] . Para Bocaiúva, a ocupação decorrera do fato da " (...) pressão de um grande interesse industrial"[54] para instalar um cabo interoceânico, refutando, veementemente, a hipótese de arbitramento, caso fosse proposto de modo oficial pela Grã-Bretanha, à medida que não se tratava de um " (...) direito duvidoso ou interesse litigioso, mas de um direito líquido a favor do Brasil(...)". Aceitaria a mediação (bons ofícios), desde

que ofertada, posto ser um recurso diplomático válido, onde um terceiro amistosamente se interporia entre dois litigantes para tentar harmonizar os interesses, removendo os entraves existentes[55] .

Em resposta a uma solicitação de Carvalho, o Plenipotenciário em Washington, Salvador de Mendonça, sondara o Chanceler Olney sobre a proposta de arbitramento para a resolução do caso. Este lhe confidenciou que era favorável por ser "constitucional e firmar princípio". O motivo decorria do fato de que os Estados Unidos estavam exigindo da Grã-Bretanha que também o aceitasse na sua disputa com a Venezuela. Caso o Brasil divergisse da aplicação do instituto, ficaria enfraquecida a posição dos Estados Unidos. Olney propunha a adoção do arbitramento para as duas questões que envolviam o Brasil e a Grã-Bretanha: a Trindade e o limite das fronteiras com a Guiana Inglesa. Assim, com esse princípio eminentemente americano, os Estados Unidos pressionariam a Grã-Bretanha a aceitá-lo. Lembrou que o arbitramento constava do texto constitucional brasileiro[56] . No dia 19 de dezembro, a Grã-Bretanha propôs formalmente que o caso fosse levado ao arbitramento. Sousa Corrêa, que, anteriormente, havia sido informado para se posicionar contra a proposta, ao receber a nota, manifestou o pensamento do país.

No dia 23 de dezembro, o Deputado Nilo Peçanha comentou que a situação externa da República era " (...) tão precária, tão dolorosa e tão grave" e elogiou o Presidente norte-americano Cleveland pelo senso realista nas questões externas desse país, principalmente em relação à Grã-Bretanha[57] . Condenou a hipótese do arbitramento para a resolução do litígio, tecendo a consideração seguinte: "O senhor Doutor Prudente de Morais responda à Inglaterra, como a Inglaterra respondeu, um dia, à América: o arbitramento aí é ofensivo à dignidade da nossa pátria (apoiados, muito bem) (...)"[58] .

Mesmo contando com a simpatia e o apoio norte-americanos, o Brasil recusou-se oficialmente a decidir a questão por meio do arbitramento e comunicou à Grã-Bretanha, no início do ano de 1896, sua posição, alegando que a ilha da Trindade era de jure brasileira[59] .

O *Jornal do Brasil*, no dia 8 de janeiro de 96, noticiou que Phipps já com antecedência fora comunicado verbalmente da decisão do Presidente. Informaria que a " (...)Inglaterra não insistirá em sua pretensão, tanto mais que a nota foi feita nos termos mais próprios para que a Grã-Bretanha possa reconsiderar seu ato".

O *Jornal do Comercio*, em 14 de janeiro, fez reportagem sobre considerações emanadas do jornal francês, *Journal des Débats*, que assinalou ser de suma importância, para as potências européias possuidoras de colônias, ter um sistema independente de comunicações telegráficas, utilizando-se de cabos submarinos; sem isso, havia a possibilidade de comprometimento dos interesses nacionais e de a segurança ficar dependente de alguma nação estrangeira. Para confirmar a importância dessa tese, o jornal citou, como exemplo, a Grã-Bretanha[60] , que possuía a intenção de lançar uma linha subsidiária partindo de São Vicente, passando pela Ascensão e terminando em

Buenos Aires. Era nesse percurso que o cabo seria empregado na Trindade, resultando duas vantagens: diminuição de despesas de instalação e outra que era “ (...) justamente a transformação da ilhota estéril em um maravilhoso posto receptor (...), análogo àqueles que a Inglaterra dispõe em cada oceano”.

Dois pontos a destacar da reportagem: o governo britânico não sentia embaraço algum em se ver representado nos conselhos de administração das companhias de cabo e, segundo, para favorecer os interesses dessas empresas, ao mesmo tempo que os seus próprios, não hesitava em suscitar incidentes diplomáticos e apoiar pela força a tomada de território cuja legítima propriedade era reclamada.

8. O arrefecimento britânico: mediação

No dia 6 de fevereiro, Corrêa, em audiência com Salisbury, foi por ele informado, de modo lacônico, que estimaria encontrar algum meio de conciliação na divergência existente entre as duas nações[61] . Dias depois, relataria uma sessão do dia 13, da Câmara dos Comuns, em que um Deputado, T. G Bowles, membro da oposição, dirigiu ao Secretário-Geral da Chancelaria, Curzon, a seguinte pergunta:

> ‘Se, desde a ocupação da ilha da Trindade determinada pelo último governo, tinha-se conhecimento de que a mesma ilha tivesse sido previamente ocupada em 1782 pela Grã-Bretanha e que, sob representação do governo do Brasil, tivesse sido posteriormente restituída a esse país, cuja soberania foi então reconhecida (...)’.

Curzon respondeu-lhe:

> ‘A ilha da Trindade foi ocupada pela Grã-Bretanha em 1781 e evacuada em 1782 por motivo de representações feitas, não pelo governo do Brasil, que nesse tempo ainda não tinha vida independente, mas pelo governo de Portugal. A correspondência desta transação está no arquivo da *Repartição Pública*. A ilha foi ocupada pelo governo passado não em virtude da prévia ocupação pela Grã-Bretanha em 1781, mas sim pelo fundamento de que, tendo sido abandonada por um século, já não pertencia a ninguém. O governo de Sua Majestade propôs o arbitramento ao do Brasil como, no seu parecer, a melhor solução desta dificuldade’.

Corrêa destacou a discrepância entre a justificativa de Curzon e uma nota de Phipps, de julho de 1895, sobre o motivo que originara a ocupação, não tendo a Grã-Bretanha como deixar de reconhecer a restituição formal feita a Portugal, ainda que ignorada solenemente ao ocupá-la novamente em 1895. A saída honrosa do governo

britânico foi declarar que a ilha estava abandonada[62] . Em ofício de 28 de março, Corrêa comentou que Salisbury respondeu-lhe que seria válido tentar a mediação de alguma nação, em vez do arbitramento. Ele disse-lhe que, em rejeitando o Brasil o arbitramento, cabia-lhe oficializar outra proposta[63] .

Poucos dias depois, Corrêa perseverou, junto ao Ministro Carlos de Carvalho, na idéia de que não adiantava o Brasil querer a restituição pura e simples da ilha da Trindade, uma vez que a Grã-Bretanha:

> “ (...) já tem acrescentado ao seu império colonial tantas ilhas, que se reserva sem dúvida o direito que julga ter de ocupar ainda outras, fundando-se em que são desertas e abandonadas. Quando tiverem certa importância ou puderem ser aproveitadas, ela se limitará a dar essa explicação e a fortificá-las e defendê-las, sem aceitar arbitramentos ou mediação. Pode proceder assim porque tem por si a força e domina os mares com sua poderosa marinha de guerra (...)”[64] .

A tendência da Grã-Bretanha, desde havia algum tempo, era de aceitar o arbitramento porque tinha como certo que o veredito seria favorável à parte contrária e mais fraca e, por isso, julgava Corrêa que Salisbury estava resolvido a encerrar a questão, quando propunha esse instituto. Como prova da estima britânica, Corrêa citou o caso das ilhas Malvinas em que a Grã-Bretanha não aceitava arbitramento, nem mediação[65] .

O *Jornal do Brasil*, no dia 29 de abril, elogiou o Presidente Prudente de Morais e seu Ministro Carlos de Carvalho, afirmando que encontraram:

> “ (...) o país de braços com cem mil dificuldades internacionais. Parecia que não evitaríamos uma guerra com todo mundo (...) Às múltiplas reclamações, agregaram-se o conflito do Amapá e a ocupação do arquipélago da Trindade. As dificuldades, porém, foram vencidas, uma por uma, pela tenacidade e trabalho da nossa Secretaria do Exterior (...) As questões de ordem política (...) já com a Inglaterra podem dar-se como resolvidas airosamente, pois (...) só faltam algumas formalidades para ser restituída a ilha da Trindade. Podemos nos felicitar (...) de um situação exterior difícil para uma liquidação honrosa para a nossa pátria”.

9. A resolução do conflito

Logo depois, no dia 1º de maio, Portugal ofereceria, a princípio reservadamente, a mediação, por bons ofícios, aos dois países, como uma retribuição por ter a Grã-Bretanha mediado o reatamento de suas relações diplomáticas com o Brasil, no ano

anterior. Estas haviam sido interrompidas em função da concessão de asilo aos insurgentes da Revolta da Armada (1893-94) por parte de Portugal, e posterior fuga destes para o Uruguai, onde as corvetas lusas reabasteciam para seguir viagem. A Grã-Bretanha aceitaria os bons ofícios dez dias depois, ao passo que o Brasil apenas confirmá-los-ia no dia 20 de maio[66] .

No dia 8 de julho, Corrêa informou que, após pesquisas geológicas na ilha, comprovara-se a sua inutilidade para uma estação telegráfica, o que fizera a Grã-Bretanha deliberar que o cabo submarino devia passar diretamente pela ilha de Ascensão, Santa Helena e, por fim, Malvinas[67] . Estes estudos foram elaborados, de início, de forma sigilosa, e podem ter sido a pá de cal para que a Grã-Bretanha resolvesse, em face de outros problemas já mencionados, devolver a ilha. Ao ensejo, comunicou o falecimento de Sir John Pender[68] .

Alguns dias depois, em sessão de 13 de julho, quando se discutia a votação orçamentária do Executivo, o Deputado Holanda de Lima apresentou Projeto de Lei, subscrito por mais 25 parlamentares, extinguindo a representação diplomática brasileira na Grã-Bretanha. Justificou-o devido ao descaso e falta de respeito com que aquela nação tratava o Brasil, apontando que seria o único modo de contrapor-se a ela.

O Deputado César Zama retrucou-lhe que, por lei local, a Grã-Bretanha não devolveria a Trindade ao Brasil. Todavia, apoiou-o, à medida que protestava contra a inércia do Executivo. Outro Deputado, Alberto Torres, discordou totalmente do Projeto, alegando que não cabia ao poder Legislativo, nos termos da Constituição, deliberar matéria de iniciativa do poder Executivo, restando-lhe apenas aprovar ou desaprovar, julgando-o, destarte, como inconstitucional[69] .

Após veementes debates, prevaleceu a expressão moderada de apoio ao Executivo, o qual, naquela altura, aguardava parecer de Portugal para a solução da questão. O sentimento foi de que o acirramento dos ânimos era prejudicial politicamente e prevalecera o entendimento de que se deveriam manter em bom termo as relações diplomáticas com uma nação possuidora de parte de território presumidamente brasileiro e, dias depois, a Comissão de Orçamento reprovaria o Projeto por estar em desacordo com a Lei Magna do país[70] .

Após a mediação aceita, Portugal elaborou o documento com seu posicionamento cuja forma final ocorreu aos 20 de julho e seria divulgado, para os dois países, alguns dias depois, com o seguinte conteúdo:

> “Desde que a ilha da Trindade foi, em princípios do século XVI, descoberta por João da Nova, então ao serviço destes reinos (...) nunca para nós foi discutível a legitimidade da soberania de Portugal nessa ilha. Por ocasião da sua temporária ocupação pelo Comodoro Johnstone em 1782, foi essa soberania claramente reconhecida pelo governo britânico (junto do qual o de Sua Majestade se deu pressa em afirmar) ordenando a sua evacuação com uma presteza e lealdade (...). Quando, pelo Tratado do Rio de Janeiro,

> de 29 de agosto de 1825, confirmou Portugal a independência da nossa antiga colônia, transferiu-se a ilha da Trindade, com as do grupo a que pertence, para a posse formal do novo império. Não pode para o governo de Sua Majestade existir dúvida a tal respeito, embora dessa transferência não se faça especial menção, estando, como estava, a ilha administrativamente anexa à Província do Espírito Santo, dependente da Capitania-Mor do Rio de Janeiro. É certo que, tendo sido infrutuosas todas as tentativas para a agricultar e povoar (...), se tem conservado a ilha até nossos dias sem cultura e habitantes, portanto, aparentemente, abandonada. Foi este aparente estado que induziu à recente e menos exata suposição de abandono definitivo e real (...); mas sendo esse abandono transitório, determinado apenas pelas condições especiais da ilha, nunca tendo deixado o governo brasileiro de afirmar por atos o seu propósito de a possuir, pode esse estado tornar e torna absolutamente explicável o engano sucedido; não pode, porém, no conceito de Sua Majestade, justificar e legitimar a ocupação e a posse levada a efeito por virtude desse engano. Em presença desses fatos (...), confia o governo de Sua Majestade que o de Sua Majestade Britânica se prontificará a reconhecer a plena soberania do Brasil sobre a referida ilha. Pondo por esta forma desejado termo à questão (...)"[71] .

Somente aos 5 de agosto expediu-se a nota oficial de Portugal ao Brasil por que se comunicou o reconhecimento da soberania brasileira sobre a ilha pela Grã-Bretanha[72] . No mesmo dia, a *Gazeta* antecipou-se aos demais grandes jornais e publicou que os "(...) nossos colegas da *Notícia* receberam ontem o seguinte telegrama, que tiveram a gentileza de nos mostrar: Lisboa, 4 — ilha da Trindade finalmente brasileira. É possível que Antônio Ennes seja nomeado Ministro português no Rio".

No mesmo dia, o Presidente do Senado, interrompendo a sessão em que se discutia questão de emissões de bilhetes bancários, afirmou, através da Mensagem do Presidente da República, que o país tivera reconhecido pela Grã-Bretanha seu direito à soberania da ilha da Trindade. O mediador fora o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Marquês de Soveral, que desfrutava de muito prestígio junto ao governo britânico, ajudando, desta forma, o Brasil. Contudo, apesar da boa notícia, houve divergência quanto à solução empregada na resolução do conflito, haja vista que o Senador Esteves Júnior fizera constar declaração acerca do desprezo da Grã-Bretanha para com o país[73] .

Na Câmara, naquele momento, o Deputado Nilo Peçanha ironizou, aproveitando a discussão sobre a devolução, que o direito à ilha pelo Brasil fora vitória da diplomacia lusa, no que foi cortado pelo Deputado Bueno de Andrade que afirmou ser "(...) uma vitória puramente nacional (apoiados)"[74] .

O Deputado Medeiros e Albuquerque aproveitou para apresentar uma moção de cunho nacionalista, congratulando-se a República com a população. Afirmou que não havia motivo para a Mensagem Presidencial, uma vez que nunca se pusera em

dúvida a posse da ilha, tanto que não julgou ser necessário aludir aos préstimos de Portugal, parecendo-lhe que o caso foi conduzido e solucionado “em terreno perfeitamente calmo”. A moção seria aprovada com 47 votos[75] .

Na sessão do dia seguinte, o Deputado Tomás Cavalcante explicou porque votara contra a moção de Medeiros e Albuquerque; alegou que a devolução ocorrera não por bons préstimos de Brasil ou Portugal, mas pelo desinteresse da Grã-Bretanha pela ilha após o falecimento do empreendedor, Sir John Pender, que a tencionara explorar comercialmente, através do serviço de cabo submarino para comunicação interoceânica.

Foi contestado pelo Deputado Francisco Glicério, o qual colocou que a mediação portuguesa não diminuía o valor do Brasil, tendo em vista que partiu daquela nação a proposta, apesar do embaraço diplomático da Revolta da Armada, quando Portugal concedera asilo aos revoltosos. Na sua visão, com a questão da ilha da Trindade, dissipava-se o arrufo entre Brasil e Portugal cujas relações entre os povos nunca se haviam interrompido (apoiados; muito bem)[76] .

No mesmo dia, todos os três jornais informaram com grande destaque a devolução da Trindade. O *Jornal do Brasil* destacou que não poderia haver para a Grã-Bretanha, “ (...) mais sensível dissabor do que o reconhecimento público e solene de que procedeu incorretamente (...)”. O *Jornal do Comércio* viu com “sincero júbilo” a remoção da pendência diplomática que, durante mais de um ano, abalara as relações entre o Brasil e a Grã-Bretanha. Informou que Portugal oferecera seus bons ofícios para resolver a causa da desarmonia, aceitos após muita demora, a qual fora “mais ou menos justificada”. Elogiou a atuação do Ministro Plenipotenciário em Londres, Sousa Corrêa, que graças a sua “ (...) legítima influência em Londres devemos as boas disposições em que se tem sempre achado Lorde Salisbury para reparar o erro de seu antecessor”. Já a *Gazeta de Noticias* opinou que a restituição da Trindade era:

> “(...) motivo de justo orgulho e grande satisfação para todos nós, brasileiros, que tão serenamente e com tanta firmeza mantivemos o nosso direito perante uma nação forte, sem ceder uma linha e sem sair durante toda discussão da linha da mais perfeita cortesia, de modo que nunca foram interrompidas boas relações entre os dous governos (...) E o júbilo nacional cresce pelo fato de ter o governo português (...) interposto os seus bons ofícios para que se chegasse a este resultado, tão honroso para as duas nações”[77] .

Reproduziu o telegrama que a *Notícia* recebera de Lisboa, no dia 5 último:

> ‘Ontem, o governo recebeu nota da Inglaterra dizendo que, atentas as razões expostas lealmente por Portugal, a Inglaterra reconhecia plena soberania do Brasil na ilha da Trindade, terminando o conflito

> honrosamente para ambas as partes. Os documentos diplomáticos serão publicados brevemente. Recusam no Ministério mais pormenores (...)'.

No dia 7 de agosto, a *Gazeta* foi de encontro ao pensamento de que a solução não era uma vitória completa da diplomacia brasileira, porque, segundo o jornal, o governo nunca " (...) cedeu uma linha (...) chegou até recusar o arbitramento, que a muita gente se afigurava recurso aceitável e honroso". Com a proposta de bons ofícios de Portugal, caso ela não nos fosse favorável:

> "(...) recusaríamos, sem melindrar o governo português, porque os bons ofícios não obrigam a quem quer que seja (...) Este terceiro faz assim de funções de árbitro, com a diferença que a sua opinião é uma opinião e não um julgamento e, portanto, não obriga nem uma nem ambas as partes litigantes (...) É este rigorosamente o nosso caso (...) não aceitamos o arbitramento porque isso seria reconhecer a possibilidade de ser aquele contestado; aceitamos os bons ofícios do governo português porque estes eram possíveis sem que nos arredássemos da linha que o respeito à soberania nacional nos traçava (...)".

Poucos dias após a devolução da ilha, o Deputado José Carlos de Carvalho, aos 11 de agosto, apresentou um Projeto de Lei sobre a Trindade e Fernando de Noronha, retirando-as da órbita estadual respectiva, Espírito Santo e Pernambuco, por considerações estratégicas, militares, comerciais e de comunicação[78]. O artigo 1º estabelecia: "Pertencem à jurisdição privativa da União os territórios (...) de Fernando de Noronha e Trindade, bem como o das pequenas ilhas que as cercam, constituindo todas uma só circunscrição"[79].

No dia 14, o Plenipotenciário em Lisboa, Assis Brasil, noticiou o agradecimento ao "(...) governo de Sua Majestade a sua intervenção oportuna, amistosa e eficaz para a solução que acaba de ter a questão entre Brasil e Inglaterra (...)"[80]. De Londres, no mesmo dia, Corrêa informou que Salisbury já havia determinado ao Almirantado que removesse com a maior brevidade possível a bandeira britânica. A imprensa britânica, em especial, o *Times*, aprovou a devolução da ilha e solicitou a instalação de um farol nessas "perigosas paragens para a navegação"[81].

No dia seguinte, em ofício ao Ministro Carvalho, Assis Brasil comunicar-lhe-ia uma informação que confidencialmente Soveral lhe fizera. Salisbury havia solicitado a Portugal que não publicasse toda a documentação relativa ao caso, mas apenas a parte que por si só resolvera a questão, deixando à margem os demais documentos que foram trocados durante as negociações[82].

O *Jornal do Brasil*, 25 de agosto, informou que o Ministro das Relações Exteriores recebera nota do Encarregado de Negócios britânico de que fora dada a ordem para

que o cruzador *Barracouta*, estacionado no Rio, seguisse para a Trindade a fim de retirar todos os sinais britânicos que ali se achavam, inclusive a bandeira. O *Barracouta* iniciara a presença britânica na ilha da Trindade e também a encerrara.

Algumas semanas mais tarde, A *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* publicou, de um jornal lisboeta do dia 18, a transcrição de sessão parlamentar do dia 14 de agosto, com o seguinte teor: uma pergunta do Deputado Sir Edward Gourley ao Secretário-Geral Curzon sobre o motivo da desocupação da ilha. Gourley perguntou se ela fora devolvida em face de a Grã-Bretanha dela ter tomado posse indevidamente ou se a julgara imprópria para a estação telegráfica a que o governo concedera autorização. Curzon, de modo lacônico, não respondeu diretamente, apenas afirmando que o governo britânico aceitara de "boa vontade" a opinião de Portugal de ter sido a ilha transferida ao Brasil em 1825[83] .

No dia 24 de janeiro de 1897, colocou-se uma haste de bronze com a marca "Brasil" com cerca de três metros, tendo na parte superior a seguinte inscrição: "Este marco foi colocado pelo cruzador *Benjamin Constant* sob o comando do Capitão de Fragata Rodrigues Torres em viagem de instrução da turma G.G. M.M. de 1896—janeiro de 1897"[84] .

O General de Brigada Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira, substituto de Carvalho, assinou o Relatório Ministerial de 1897, que seria conciso ao reconhecer os bons ofícios de Portugal. Em maio de 1897, constaria no Relatório do Ministério:

> '(...) cabe-me a satisfação de registrar a feliz solução que ela teve pouco antes de passar-me o dito senhor a direção deste Ministério. Essa solução foi obtida pelo governo de sua Majestade Fidelíssima, cujos bons ofícios foram aceitos pelos dous interessados (...) Como consta da correspondência anexa a este relatório, o Encarregado de Negócios de Portugal comunicou a este Ministério, em 6 de agosto do ano próximo passado, que o governo britânico reconhecia a soberania do Brasil sobre a ilha da Trindade. Essa comunicação de um ato de justiça nobremente praticado foi poucos dias depois confirmada pela Legação de Sua Majestade britânica em nota que nos anunciou a partida do navio de guerra *Barracouta* para a ilha, com o fim de remover os sinais de ocupação ali deixados'[85] .

Na Mensagem Presidencial de 1897, Prudente afirmou que o Brasil estava em paz com todas as nações e, sobre o desfecho do caso da Trindade, informou:

> "(...) A 5 de agosto do ano próximo passado, vos comuniquei que, mediante os bons ofícios oferecidos pelo governo de Portugal, a Inglaterra reconheceu a plena soberania do Brasil sobre a ilha da Trindade, ficando assim solvida essa questão de modo digno e honroso para ambas as nações

> (...) Removidos esses sinais, o governo resolveu colocar naquela ilha um padrão com a inscrição — Brasil — para assinalar a nossa soberania (...)"[86].

O caso ajudou a sustentar a unidade interna do governo à medida que um choque ou divergência na ação da política externa podia conduzir a movimentos populares ou a um novo golpe militar. O Brasil não tinha condições de declarar guerra e, destarte, a lenta e cansativa negociação diplomática foi o caminho mais racional e souberam isto até mesmo os republicanos jacobinos[87]. Para Octávio, a questão da Trindade é "(...) talvez o mais brilhante triunfo de nossa diplomacia"[88]. Lyra descreve o conflito como uma tentativa de roubo por parte da Grã-Bretanha, fruto da "(...) tradicional cobiça do Leão britânico (...) sob o falso pretexto de que a ilha estava abandonada"[89].

10. Conclusão

Após 1870, a par das questões econômicas, surgiram as estratégicas por que esta nova expansão colonial era indispensável, pois permitia adquirir pontos de apoio de bases navais, que, por seu turno, acarretavam a segurança das comunicações. Este argumento foi utilizado pelos britânicos à medida que eram os únicos com capacidade para dominar as principais rotas navais. Essa sua política mais agressiva possuía um caráter preventivo: podia nada ganhar incorporando um território, mas, certamente, perderia se outro país o fizesse. O principal não era a situação preexistente, mas a perda ou o lucro com a situação que pudesse predominar, caso um rival se antecipasse no avanço territorial. Assim, estava a convicção de que, em breve, podiam adquirir valor comercial ou estratégico.

Para os britânicos, a Trindade serviria para instalar uma estação telegráfica, ligando Londres a Buenos Aires, tirando do Brasil o monopólio da passagem das informações. A justificativa alegada deveu-se às recentes vicissitudes políticas brasileiras, que interromperam o fluxo de informações, prejudicando países. Destaque-se que os interesses do governo da Grã-Bretanha no caso convergiam com os de suas empresas. A desistência poderia ser atribuída aos seguintes fatores: corte do subsídio do governo argentino para o projeto, dificuldades físicas para a instalação de uma estação na ilha, falecimento do representante das companhias telegráficas e a inesperada reação do Brasil.

Em relação a este último, embora tenha havido convergência na defesa da soberania, o grau variou. Na imprensa, a manifestação foi bastante presente com uma cobertura recheada de críticas ao Executivo, centrando-se em seus agentes. O Congresso, desde logo, posicionou-se contra a atitude da Grã-Bretanha, externando, através de alguns parlamentares, comportamento mais radical em relação à condução da questão pelo Executivo. A afronta britânica ressoou tão forte que se chegaria a apresentar Projeto de Lei extinguindo a representação brasileira em Londres.

No Executivo, dentro do propósito de recuperar a ilha, os pensamentos foram distintos. Sousa Corrêa, diplomata de carreira, foi o mais inseguro, provavelmente em decorrência da amizade pessoal que mantinha com os altos dignitários daquele país— além de Salisbury, o próprio Príncipe de Gales, futuro Eduardo VII. Foi visível o seu constrangimento em negociar um assunto de pouca importância (até aquela data, a ilha era praticamente ignorada), todavia de grande simbolismo para o novo regime.

Quanto ao Ministro Carvalho, manteve-se intransigente no modo de conduzir a negociação relativa ao incidente, logrando sucesso em sua postura política, ainda que o Presidente não lhe reconhecesse o valor. Por fim, este, somente após o firme posicionamento de seu Ministro, é que explicitamente rejeitaria a proposta inicial da Grã-Bretanha, que era de arbitramento.

A questão da Trindade propiciaria ao regime republicano a oportunidade para mostrar que possuía a mesma vitalidade que a Monarquia na defesa dos interesses nacionais. Situação e oposição se apresentaram unidas em defesa da soberania do país. A pressão da opinião pública reverberou no Congresso Nacional e na imprensa, os quais funcionaram como caixa de ressonância ante os desideratos da população.

Notas

[1] TONELLI, Nicélio. A dimensão da ocupação britânica da ilha brasileira de Trindade. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v.1, n.2, p.112,1995. Ferraz afirma que a ilha possui 9,2 quilômetros quadrados e fica a 1200 quilômetros de Vitória. A sua origem vulcânica, com um litoral cheio de corais, torna o desembarque uma operação árdua. Ver FERRAZ, Silvio. Ilha dos Extremos. *Veja*, São Paulo,p.78, 13 maio. 1998. Ricardo reitera também o penoso modo de atracação e a distância de Vitória. No entanto, as coordenadas seriam 29º31'de longitude oeste e 20º32' de latitude sul, com uma área de 8,2 quilômetros quadrados. Ver RICARDO, Nilton, CALDERARO, Carlos. Viagem ao princípio das terras do Brasil. *Manchete Especial*, Rio de Janeiro, p.28-32, jul. 1996. MENEZES, Eurípides. A ilha da Trindade: posto avançado no Atlântico Sul. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, n. 70, p. 74, mai-jun.1982. Para ele, a ilha dista 1 mil e 113 quilômetros da costa.

[2]MONTENEGRO, Álvaro. A costa no Brasil. Folha de São Paulo, São Paulo, 17 maio. 1998. Caderno Especial Oceanos, p.10

[3]Para a Grã-Bretanha, o imperialismo teve maior importância à medida que sua supremacia econômica dependia de sua relação com os mercados d'além-mar, que compravam seus manufaturados e forneciam-lhe matérias-primas. HOBSBAWM, Eric. *A era dos impérios*. 3 ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p.111

[4]MAGDOFF, Harry. *Imperialismo: da era colonial ao presente*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 39

[5]A indústria britânica se caracterizou pela negligência no desenvolvimento da técnica e falta de flexibilidade, ao mesmo tempo em que seus empresários se mostraram despreparados para empreender a modernização das fábricas. DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, p.388

[6]SCHNERB, Robert. *O século XIX: o apogeu da civilização européia*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p.302-304

[7]BUENO, Clodoaldo. *A República e sua política exterior (1889-1902)*. São Paulo: Universidade Estadual de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1995, p.15-16

[8] HOBSBAWM, op. cit., p.95

[9] RÉMOND, René. *O século XIX(1815-1914*). São Paulo: Cultrix, 1976, p.177-179

[10]DUROSELLE, Jean-Baptiste, RENOUVIN, Pierre. *Introdução ao estudo das relações internacionais*. São Paulo:

DIFEL, 1967, p.59-60

[11]HOBSBAWM, op. cit. P.101-104.Não é demais lembrar que a Índia era a jóia do império britânico e, estrategicamente, a Grã-Bretanha controlou, além das rotas marítimas curtas—Egito, Oriente Médio, mar Vermelho, Golfo Pérsico e Arábia do Sul—e longas — Cabo da Boa Esperança e Cingapura—, todo o acesso ao oceano Índico.

[12]CROUZET, Maurice. Joseph Chamberlain. In: RENOUVIN, Pierre. *Les politiques d'expansion impérialiste*. Paris, França: Presses Universitaires de France, 1949, p.61

[13]CHURCHILL, Winston S. *História dos povos de língua inglesa*. São Paulo: Instituição Brasileira de difusão Cultural, 1960, v.4, p.311-312

[14]SWEEZY, Paul. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973, p.327-329. A penetração do imperialismo foi, principalmente, pela via financeira, que podia assim abarcar praticamente todas as atividades da América do Sul.

[15]MAURO, Frédéric. *História econômica mundial*. Rio de janeiro: Zahar, 1973, p.200-201

[16]SCHNERB, op. cit., p.249-250. Em 1878, a Rainha Vitória passou uma mensagem ao Presidente norte-americano Buchanan, que levou quase 18 horas. Nascia uma rede mundial dominada pela Grã-Bretanha, que, em 1890, já possuía 125 mil quilômetros e Londres era a única capital a poder-se comunicar diretamente com a maioria dos países. Em 1896,por exemplo, a resposta de um telegrama da Grã-Bretanha aos Estados Unidos levava, apenas, 7 minutos. Destaque-se que James Buchanan foi Presidente de 1857 a 61, o que confrontaria com a data colocada por Schnerb.

[17] Na edição de 1º de agosto de 1877,o *Jornal do Comércio* publicou o seu primeiro telegrama: "Londres, 30 de julho às 2 horas da manhã—Faleceu ontem W. Christie, antigo Ministro da Inglaterra junto ao governo brasileiro". O primeiro jornal a utilizar-se da telegrafia foi a *Notícia*, em 1895, na Guerra de Cuba; o público só acreditaria quando, no dia seguinte, o *Jornal do Comércio* confirmou os eventos do conflito. WERNECK SODRÉ, Nelson. *História da imprensa no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977, p.247 e 305

[18] SOUZA, Maria do Carmo de. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme, org. *Brasil em perspectiva*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,1988, p.163

[19] AMARAL, Antônio B. do. *Prudente de Moraes. Uma vida marcada*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1971, p.170

[20] FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*. 2ª ed. Porto Alegre: Globo ; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975,p.561-63

[21]RODRIGUES, José Honório. *Interesse nacional e política externa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p.43

[22]IDEM, p.80-93

[23]LAËT, Carlos de. A imprensa. In: OURO PRETO, Afonso Celso de, AMARAL, Ângelo do, et al. *Década republicana*. Brasília: Universidade de Brasília, 1986, p.257

[24]Todas as citações dos jornais são extraídas da 1ª página.

[25]PEIXOTO, Eduardo. *Publicações do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1932, p.249

[26]BUENO, op. cit., p.332

[27]OCTÁVIO, Rodrigo. *Minhas memórias dos outros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1978, p.101

[28]PEIXOTO, *Op. cit.*, p.619.

[29] Ofício reservado nº12, 2ª seção, da Legação de Londres, de 26 de julho de 1895, do Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), do Rio de Janeiro. A documentação britânica foi consultada da estante 254, prateleira 3, maços 11 e 12 e estante 217, prateleira 2, maços 5 e 6. Optou-se por atualizar a grafia nos moldes do Formulário Ortográfico, aprovado pela Academia Brasileira de Letras em agosto de 1943, além da Lei nº5.765/71.

[30] IDEM

[31] IBIDEM

[32] Anais da Câmara dos Deputados (ACD), sessão de 22 de julho de 1895, ano VII, p.234

[33] ACD, sessão de 24 de julho de 1895, ano VII, p.268

[34] IDEM, p.269

[35] IBIDEM, p.270-271

[36]Ofício reservado nº12, 2ª sessão, da Legação de Londres, de 26 de julho de 1895.

[37]ACD, sessão de 25 de julho de 1895, ano VII, p.283-284

[38]IDEM, p. 285

[39]Ofício reservado nº14, 2ª seção, da Legação de Londres, de 1º de agosto de 1895.

[40]Ofício reservado nº15, 2ª seção, da Legação de Londres, de 9 de agosto de 1895.

[41]Corrêa já remetera a Salisbury muitos documentos comprobatórios da soberania brasileira, sem, contudo, cessar sua busca por mais informações. IDEM

[42]Ofício reservado nº18, 2ª seção, da Legação de Londres, de 15 de agosto de 1895.

[43]Oito dias depois, 19 de agosto, o *Jornal do Comércio* abordou o tema, citando um artigo da publicação francesa *Politique Coloniale*. Para ela, a ocupação da ilha da Trindade não valeu o esforço à proporção que as dificuldades físicas para se instalar foram muitas: "A ressaca torna muito difícil a abordagem", além de embaraços diplomáticos que se criaram com o Brasil.

[44] Ofício reservado nº20, 2ª seção, da Legação de Londres, de 23 de agosto de 1895.

[45] Ofício reservado nº22, 2ª seção, da Legação de Londres, de 6 de setembro de 1895.

[46] Ofício reservado nº26, 2ª seção, da Legação de Londres, de 18 de outubro de 1895.

[47] Ante essa exposição, o texto informou ainda que a imprensa do Chile e Argentina manifestou-se contra a *Western* ser encampada pela empresa de Sir John Pender.

[48] Corrêa relatou que o ato fora divulgado casualmente, através de uma carta de um oficial do *Barracouta,* que mantinha relações de amizade com um redator do *Financial News*. Apontou a Carvalho o fato de que havia influências de membros do gabinete britânico na instalação do projeto do cabo argentino. Ofício reservado nº27, 2ª seção, da Legação de Londres, de 25 de outubro de 1895.

[49] Ofício nº57, 2ª seção, da Legação de Londres, de 15 de novembro de 1895.

[50] Às instruções enviadas a Phipps, Corrêa tivera acesso "confidencialmente", o que demonstrara por parte de Salisbury que a Grã-Bretanha desejava, amigavelmente, resolver a pendência. Ofício confidencial nº32, 2ª sessão, da Legação de Londres, de 19 de novembro de 1895.

[51] Ofício reservado nº30, 2ª seção, da Legação de Londres, de 23 de novembro de 1895. Estas ilhas foram pretendidas pela Alemanha, que invocou seu direito baseando-se nas regras da Conferência de Berlim (1884-85). A Espanha, em sua defesa, invocou que isto só valia para as costas africanas. Em 1898, a Espanha as venderia para a Alemanha.

[52] Anais do Senado Federal (ASF), sessão de 20 de novembro de 1895, ano VII, p. 3027

[53] IDEM, p.3027-3028

[54]Referiu-se a Sir John Pender, Presidente da *Brazilian Submarine Telegraph Company*.

[55]ASF, sessão de 20 de novembro de 1895, ano VII, p.3029

[56]Ofício confidencial nº7, 2ª seção, da Legação de Washington, de 5 de dezembro de 1895, do AHI, RJ. A documentação norte-americana foi consultada da estante 233, prateleira 4, maço 11.

[57]ACD, sessão de 23 de dezembro de 1895, ano VII, p.3410

[58]IDEM, p. 3411

[59]BUENO, op. cit., p.335

[60]Assim, a Grã-Bretanha indicava a importância da posse da ilha porque ignorava as conseqüências de um conflito diplomático com uma nação amiga, demonstrando que o ponto que lá se pretendia aterrar tinha a mesma importância das Bermudas, no Atlântico Norte.

[61]Ofício reservado nº4, 2ª seção, da Legação de Londres, de 6 de fevereiro de 1896.

[62]Ofício nº14, 2ª seção, da Legação de Londres, de 15 de fevereiro de 1896.

[63]Ofício reservado nº8, 2ª seção, da Legação de Londres, de 28 de março de 1896. Corrêa informou que Salisbury intimamente cria que à Grã-Bretanha não assistia direito em relação à ilha da Trindade, porém considerava-se impossibilitado de repudiá-lo depois das publicações oficiais feitas e dos pareceres dos Conselheiros da Coroa. Procurava "algum modo honroso" para reconhecer a soberania do Brasil, fosse por arbitramento, fosse por mediação. Ofício reservado nº9, 2ª seção, da Legação de Londres, de 7 de abril de 1896.

[64]Ofício reservado nº10, 2ª seção, da Legação de Londres, de 18 de abril de 1896.

[65]IDEM
[66] PEIXOTO, op. cit., p.153-155
[67] Ofício reservado nº15, 2ª seção, da Legação de Londres, de 31 de julho de 1896.
[68] Ofício nº30, 2ª seção, da Legação de Londres, de 8 de julho de 1896.
[69]BUENO, op. cit., p.336-337
[70]IDEM, p.338-339
[71]PEIXOTO, op. cit., p.155-157
[72]BRASIL. Relatório do Ministério das Relações Exteriores, 1897, anexo I, p.3
[73]ASF, sessão de 5 de agosto de 1896, ano VIII, p.1146
[74]IDEM, p.1149
[75]IBIDEM, p. 1156
[76]ACD, sessão de 6 de agosto de 1896, ano VIII, p.1170-1172
[77]Na manhã anterior, o representante português, João Camelo Lampreia, comunicou oficialmente ao Ministro Carlos de Carvalho a resolução do governo português.
[78]ACD, sessão de 11 de agosto de 1896, ano VIII, p. 1243
[79]Não se conseguiu localizar o destino do Projeto, visto que, apenas, a partir de 29 de maio de 1957, passou a ilha a estar sob guarda e administração do Ministério da Marinha. Ricardo, op. cit., p.32
[80]Oficio reservado nº 25, 2ª seção, da Legação de Lisboa, de 14 de agosto de 1896. A documentação portuguesa foi consultada da estante 214, prateleira 3, maço 7.
[81]Ofício reservado nº 16, 2ª seção, da Legação de Londres, de 14 de agosto de 1896.
[82]Ofício confidencial nº 3, 2ª seção, da Legação de Lisboa, de 15 de agosto de 1896.
[83]A restituição da ilha da Trindade ao Brasil. In: REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (RIHGB), t.60, v.2, 1897, p.168-169
[84]PEIXOTO, op. cit., p.215
[85]Apud RIHGB, op. cit., p.165-166
[86]BRASIL: Mensagem Presidencial, 1897, p.150
[87]TONELLI, op. cit., p.119-120
[88]OCTÁVIO, op. cit., p.101
[89]LYRA, Heitor. *A diplomacia brasileira na Primeira República (1889-1930*). Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1992,p.145.

THE CHEMICAL WEAPONS CONVENTION AND THE OPCW: A MODEL FOR THE FUTURE

José Maurício Bustani*

RESUMO

O autor analisa o funcionamento da Convenção de Armas Químicas e seu desdobramento institucional mais importante, a Organização para Proibição de Armas Químicas. São descritos os principais êxitos obtidos pela organização, bem como os seus desafios para o futuro.

ABSTRACT

The author analyses the functional scheme of the Chemical Weapons Convention, and its closest institutional implication: the OPCW. The main achievements are described as well as challenges for near future.

Introduction

One hundred years ago, the representatives of the then leading 26 nations gathered in The Hague to discuss "the prevention of armed conflicts by pacific means". What later became known in history books as the First International Peace Conference of 1899 marked the first signs of the coming of the "age of disarmament". The now familiar concepts of the "interdependence" of States, collective security, peaceful settlement of disputes, and curtailing the arms race were "coined" during The Hague process.

While the 1899 discussions in The Hague focused primarily on the development of legal instruments for conflict resolution and the "rules of war", the Conference also adopted the first ever international document on chemical arms control – the "Declaration to abstain from the use of projectiles the sole object of which is the diffusion of asphyxiating and deleterious gases". The long and difficult path towards a global ban on chemical weapons thus began one hundred years ago in The Hague, which is now the seat of the Organisation for the Prohibition of Chemical Weapons (OPCW).

Regrettably, the above mentioned concepts proved too challenging for their time, and fell into disuse, as was amply demonstrated when, only fifteen years later, the world was confronted with the horrors of the First World War, which also marked the first large-scale use of chemical weapons.

Revista Cena Internacional. 2 (1): 79-91 [2000]

* Director-General of the Organisation for the Prohibition of Chemical Weapons. Ambassador Jose Mauricio Bustani is a career diplomat. He was appointed as the first Director-General of the OPCW at the First Session of the Conference of the States Parties to the Chemical Weapons Convention in May 1997. Prior to this appointment Ambassador Bustani was Director of the Department of International Organisations at the Ministry of External Relations of Brazil.

Only in the mid 1980s had the world started to see a dramatic shift away from the arms race towards cooperation, from "brinkmanship" towards an acceptance of the principles of collective security and genuine disarmament. With this shift has come a growing recognition that the future of humankind lies in those very notions advanced at the First Hague Peace Conference in 1899 – the notions of cooperation, not confrontation; of integration, not fragmentation, and of disarmament, not armament.

The birth of the OPCW, just less than one hundred years after the First Hague Peace Conference, is an evidence of this emerging trend in international relations. The OPCW has been mandated by the international community to implement the global Convention on the Prohibition of the Development, Production, Stockpiling and Use of Chemical Weapons and on Their Destruction (CWC). The Convention – which entered into force on 29 April 1997 – calls for the destruction of all existing chemical weapons stockpiles, as well as for the destruction or conversion of all chemical weapons production facilities. It requires all States to renounce chemical weapons forever, and contains effective mechanisms to ensure that these terrible weapons of mass destruction never re-emerge, anywhere in the world.

It is truly symbolic that, while the turn of the twentieth century marked humankind's first step toward global chemical disarmament, the eve of the new millennium is finally seeing the actual realisation of that noble goal.

Unique attributes of the Convention and the OPCW

The Convention is a unique multilateral legal instrument. It is the first global disarmament and non-proliferation treaty which is simultaneously comprehensive, non-discriminatory and verifiable. It is comprehensive in that it aims to eliminate an entire category of weapons of mass destruction within specific, pre-determined time frames. It is non-discriminatory in that all States Parties to the Convention, without exception, have undertaken to relinquish all chemical weapons-related activities. The Convention is verifiable in that it provides for an effective regime which combines declarations, and on-site inspections, including short notice challenge inspections, to ensure compliance. The implementation of the Convention is guided by the all important principle of the equal application of its provisions to all States Parties.

Contrary to public perception, the Convention is not just a disarmament treaty. It also obligates States Parties to provide assistance to those members of the "OPCW family" which may be attacked, or threatened with attack, by chemical weapons. Furthermore, it encourages international cooperation, and requires its States Parties not to maintain amongst themselves restrictions impeding trade and knowledge promoting the peaceful use of chemistry.

The Chemical Weapons Convention has four pillars: disarmament, non-proliferation, assistance, and cooperation.

The fact that the Convention has captured the prevailing trends of the post Cold War world explains a one third increase in its membership since 1997 – a particularly impressive achievement for a disarmament and non-proliferation treaty which is only two and a half years old. From 87 States Parties when the Convention entered into force, the OPCW's membership has now grown to 126 States. A further 44 countries have signed the Convention, but have yet to ratify it.

The Convention is not only evidence of a new era in international relations. It is also a key element of the momentum in the field of disarmament which the world has witnessed over recent years, although the recent failure of the Conference on Disarmament to agree on a programme of work for next year, and the even more recent decision by the United States Senate not to ratify the Comprehensive Nuclear Test-Ban Treaty have meant that, on the eve of a new millennium, international hopes and expectations for disarmament are under a gathering cloud of uncertainty. The successful implementation of the Convention will be a critical factor in the further development and strengthening of a comprehensive international regime to prevent the proliferation of all weapons of mass destruction. The Convention's success in that regard will be a litmus test of the viability of multilateral disarmament mechanisms in maintaining international peace and security in the new millennium. The experience of implementing the Convention will assist the international community to answer a truly fundamental question: "Should nations act alone or together in their efforts to maintain international peace and security?"

Progress so far

The Organisation for the Prohibition of Chemical Weapons has faced, and will continue to face, unprecedented challenges as it pursues its task of implementing the Chemical Weapons Convention. No other international agency of its kind has been constituted with so broad a mandate. Although the OPCW is less than three years old, its progress has been remarkable.

Firstly, the world's largest known stockpiles of chemical weapons are now fully subject to the Convention's verification and destruction regime.

Secondly, the scope of the Convention extends to almost all countries with important chemical industries. Nearly 1,000 facilities have been declared by States Parties as dealing with the "dual-use" chemicals listed in the three Schedules – lists of chemicals – which are monitored under the Convention. In addition, over 3,500 plant sites producing other "discrete" organic chemicals have been declared. These plant sites are important because, although they have been built to meet legitimate commercial needs, the very nature of their design makes it possible for them to be

reconfigured to produce chemical weapons or their precursors. Moreover, they can be found in most countries of the world. All of this represents an enormous verification task for the OPCW, which began its inspection programme in June 1997.

Since that date, the Organisation has carried out almost 600 inspections in 35 States Parties at both military and chemical industry facilities – an average rate of five inspections per week. All of the 60 chemical weapons production facilities declared by States Parties have been inspected, and their inactivation has been confirmed. Fourteen of these facilities have already been certified as destroyed, and five have been approved for conversion to peaceful uses. With respect to the destruction of declared chemical weapons, three of the four States Parties which have declared the possession of existing stockpiles of chemical weapons (India, the Russian Federation, the United States of America, and one other State Party) have already started their destruction operations at specially designed and constructed chemical weapons destruction facilities. OPCW inspectors have so far monitored the destruction of approximately 3,600 tonnes of chemical agents and almost one million munitions.

How to ensure compliance with the Convention

Since verification activities form the core of the work of the OPCW, ensuring compliance with the Convention is of paramount importance for the long-term success of this new multilateral regime. The Convention contains a wide range of measures and provisions designed to ensure compliance by States Parties with their treaty obligations.

These include national measures, such as enacting legislation in order to collect necessary data, to receive OPCW inspections and to prosecute any violations of the treaty committed by persons under their jurisdiction or by their citizens abroad.

States Parties are also obliged to submit to the OPCW their declarations, which provide the point of departure for assessing their compliance with the treaty. These declarations are subject to independent verification by OPCW inspectors in the course of routine on-site inspections and data monitoring. The Secretariat may also seek clarifications from a State Party if it appears, as the result of an inspection or of a review of documentation submitted in fulfilment of the Convention's requirements, that the information provided may have been incomplete or incorrect[1]. The verification activities are reported regularly to the OPCW's "Board of Governors" – the Executive Council, and to the Conference of the States Parties – the principal policy-making organ of the Organisation.

Normally, any ambiguities which come to light as a result of verification activities are discussed by the Secretariat and the State Party in question, with a view to their resolution. The Executive Council has the power to address any compliance issue that is brought to its attention, should the clarification process between the

Secretariat and the State Party not produce the desired result. The Council may give directions to the Secretariat, may make requests or recommendations of the State Party in question, and may, in particularly serious cases of non-compliance with the Convention, refer the issue to the Conference. If States Parties themselves have concerns in relation to possible non-compliance by another State Party, these may be resolved under the range of clarification procedures set out in the Convention[2].

As an ultimate safeguard and deterrent, States Parties have the right to request a challenge inspection of any location on the territory of a State Party, in order to clarify a concern about possible non-compliance[3]. No State Party may refuse such a request for a challenge inspection. Such an inspection can be invoked anytime and in relation to any site, whether declared or not. The scope of the challenge inspection mechanism as defined in the Convention is unique. No other international non-proliferation and disarmament treaty has comparably far-reaching challenge inspection provisions. Challenge inspection relies on a complex procedure designed to protect the legitimate rights of an inspected State Party in relation to the protection of sensitive information, while at the same time enabling an inspection team to conduct an inspection and making it possible for the inspected State Party to demonstrate its compliance with the Convention. The challenge inspection procedure has, as one of it pillars, the concept of "managed access". The term itself emphasises that, while access may be "managed" in order to protect confidentiality, it can not be denied, if it is required in order to demonstrate compliance.

The mechanism of challenge inspections has yet to be tested in practice. In the absence of real requests, it is the OPCW's duty to maintain a high degree of readiness for a challenge inspection. The realistic testing of these far-reaching procedures requires the active cooperation of States Parties. Earlier this year the Organisation once again participated in a challenge inspection exercise organised by the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland at a military site. An equally "challenging" exercise at a civilian facility recently became possible when a private Brazilian chemical company agreed to participate in a mock challenge inspection, and to provide access to a commercial plant site for the purposes of testing OPCW procedures and of training OPCW inspectors. This mock challenge inspection exercise has just been successfully completed. The lessons learned from it have been extremely valuable for the credibility of the verification regime under the Chemical Weapons Convention and for multilateral verification in general. Exercises such as this prove that the challenge mechanism can not only work, but can also be made to work effectively. I wish to register my gratitude to both the Government of Brazil and the chemical company "Formil Química", which made this exercise both possible and a success story.

While the Convention relies on the principle of voluntary compliance, the Convention does recognise the need to enforce compliance in the unlikely event that

a State Party may choose to deliberately violate its obligations under the Convention. Enforcement measures provided for under the Convention include restriction or suspension of rights and privileges, or even sanctions[4]. Alternatively, the Executive Council may draw the matter to the attention of the UN Security Council or the UN General Assembly[5].

To summarise, the machinery provided by the Convention for ensuring compliance is based on three pillars: *declarations (initial and annual)* provided by the States Parties, in accordance with the requirements of the Convention; *verification* of the data provided in the declarations through inspections, and *measures* to redress non-compliance through the OPCW or – in cases of particular gravity – through the UN Security Council and the UN General Assembly.

International cooperation

While the verification system forms a key component of the work of the OPCW, there are other no less important functions to be performed, a critical one being the implementation of Article XI of the Convention, on economic and technological development. This Article of the Convention reflects the intimate relationship between disarmament and non-proliferation commitments on the one hand, and free trade and cooperation for peaceful purposes, on the other. It is essential for this balance to be preserved as the Convention is implemented.

After the entry into force of the Convention in 1997, the OPCW had to prioritise the use of its available resources. Accordingly, it focused first on the disarmament area. After a verification system had been established under the Convention, the Organisation could finally devote more energy and resources to the equally important goal of fostering international cooperation in the peaceful uses of chemistry. While the scope of the OPCW's activities in this field is still modest, it initiated a range of programmes intended to assist States Parties in the building of technical and scientific capacities in the field of the peaceful use of chemistry. Scientists from developing countries, as well as from countries with economies in transition, have received financial support from the OPCW to enable them to participate in scientific conferences and seminars. The OPCW has supported or co-sponsored a small number of research projects in relevant fields of chemistry, as well as some scientific meetings. The OPCW's internship programme has helped scientists and engineers from developing countries or countries with economies in transition to gain experience by working at an advanced research institution. The OPCW operates an information service for companies, individuals and officials from developing countries. This free service provides information on substitutions for toxic materials, on safety and health data for toxic chemicals, and on issues that relate to the implementation of the Convention or to its implications for certain types of commercial enterprise in the chemical

industry. The OPCW's budget for international cooperation programmes is steadily on the rise.

The OPCW's programmes under Article X, on assistance and protection, have been placed on a firm foundation with the establishment of a "chemical weapons protection network". The aim of this network is to ensure that States Parties seeking assistance or advice regarding protection against chemical weapons can gain swift access to relevant experts and expertise. Training courses in protection against the use of chemical weapons are a regular feature in the OPCW's calendar. Thanks to the support and cooperation of States Parties, the Organisation is able to test, through comprehensive exercises, its ability to investigate alleged use and to provide appropriate assistance.

The provision of administrative and technical support to States Parties, in the form of training and advice, has become an important task of the OPCW. The main emphasis of this support has been on the more practical aspects of implementing the Convention such as the setting up of a National Authority, the preparation of required declarations, and escorting OPCW inspection teams.

Challenges ahead

The picture painted so far is of a pioneering, vibrant Organisation blazing a trail in the field of global security and disarmament. That should not imply that the Organisation does not face any challenges. Indeed, the OPCW has faced many since its inception. One important challenge is the need to develop a culture of transparency regarding the work of the OPCW. It is true that the Convention itself requires the protection of confidential information, and that this reassurance undoubtedly facilitated the acceptance of such a comprehensive verification system in the first instance. However, the protection of confidential information needs to be balanced against the need to be as open and transparent as possible about the compliance of States Parties with their obligations. The credibility of the OPCW as a body capable of overseeing the elimination of chemical weapons depends in part on its ability to provide information on its activities, as well as on progress made in identifying and destroying chemical weapons stockpiles and programmes. The OPCW's mandate is to protect confidential information, not to perpetuate secrecy. Some States Parties have agreed to release general information about their declarations, thereby demonstrating commendable long-range vision about the need for concrete support for the Convention in order to achieve a truly global and effective instrument.

There is still some way to go with respect to the implementation of the Convention's provisions. Two and a half years after the entry into force of the Convention, many States Parties have yet to submit their initial declarations. Whilst most possess neither chemical weapons nor any declarable chemical industry, their

failure to fulfil a basic obligation under the Convention sends the wrong signal about the effectiveness and cohesion of the Organisation.

Moreover, the declarations of a significant number of States Parties are still incomplete. In many cases the missing information relates to minor notification requirements, while the omissions are of a more serious nature in other cases. For example, the United States of America – the State Party with the world's largest chemical industry, and one of the staunchest advocates of the Convention – has yet to submit a full declaration under Article VI in relation to its chemical industry facilities. It was prevented from submitting its industrial declaration due to a considerable delay in the adoption by the US Congress of the national legislation mandating the US chemical industry to submit the necessary information to the US Government. As a result – unlike the chemical industries of other States Parties, several of which are major producers of chemicals – the chemical industry of the United States has not yet been subject to verification More than two years after the entry into force of the Convention, it is hard to see how such a level of continuing "procedural" non-compliance can be justified.

The well-being of the non-proliferation pillar of the Convention's verification regime depends to a large degree on the support of the major chemical industries of the world. This support is founded on two key understandings: firstly, that the respective States Parties and the Organisation are ensuring adequate protection of any confidential business information whose disclosure is necessary to demonstrate compliance with the provisions of the Convention; and secondly, that the burdens imposed by the Convention are falling equitably on the chemical industries of all States Parties.

Feedback from the chemical industry suggests that the concern about the protection of business information has largely been met. The same is unfortunately not true of the second concern, about industry inspections. The present imbalance in the application of the Convention's verification regime is placing an increasing strain on the Organisation, and on the patience of those States Parties, including major producers of chemicals, which fully comply with their treaty obligations by subjecting their chemical industries to routine inspections. If the balance is not restored by the US industry declaration, which is expected in the first half of the year 2000, some States Parties will come under growing pressure to scale down inspections of their respective chemical industries – a scenario which would strike a blow at the very heart of the Convention's verification regime.

There is also no room for complacency as far as the destruction of chemical weapons is concerned. More than eight million chemical munitions have been declared worldwide. The Convention requires all of them to be destroyed by April 2007. A key to the achievement of this target will be the effective implementation of a chemical weapons destruction programme within the Russian Federation. This is a

major challenge, not only for the Russian Federation, but also for the OPCW and the international community as a whole. It is now clear that, due to continuing economic difficulties in the Russian Federation, the destruction of its chemical weapons stockpiles (consisting of over 40,000 tonnes of chemical weapons/agents) will require considerable financial effort on a global scale. If the OPCW is to meet the deadlines foreseen in the Convention, all of its Member States must – to the extent possible – face up to this challenge.

Another fundamental challenge is the promotion of the universality of the Convention. Only when universality is achieved will it be possible to realise a world free from chemical weapons. The reasons why some States abstain from accession to, or ratification of, the Convention are not necessarily related to its fundamental objectives. Indeed, if the latter were the case, this would imply an acknowledgment on their part of a chemical weapons capability or aspiration. In some cases, lack of political will and vision, coupled with a failure to appreciate the disadvantages which, for non-members, will be associated with the progressive implementation of restrictions on trade in chemicals, lie at the heart of the problem. To overcome this, States Parties must be active on all fronts, bilateral, regional and international, in support of the objectives of the Convention.

The benefits of membership

Certain States sometimes do not regard accession as a priority, as they possess neither chemical weapons, nor a significant chemical industry. In short, such States erroneously see little benefit in joining the OPCW. In reality, each and every State has much to gain from the Convention, which serves both political and humanitarian goals and security needs, as well as national and multilateral requirements in fields as diverse as trade, the environment, economic development, and international cooperation.

The global and individual security benefits of membership are clear. The Convention could not have been adopted without them. A window of opportunity presented itself in the aftermath of the Cold War. Most States, in their wisdom, seized it with both hands. The Convention provides international assistance in the event of a chemical weapons attack, and cooperation on a multilateral and regional basis, while also reinforcing systems of protection and preparedness.

But the Chemical Weapons Convention also contains provisions regarding trade: while it promotes trade among States Parties, it also provides for a gradual increase in restrictions on trade in chemicals which pose a threat to the object and purpose of the Convention between States Parties to the Convention on the one hand, and those which remain outside the Convention, on the other. These additional restrictions, which will enter into force very soon, will have a significant impact on

the import by States which are not party to the Convention of certain fundamentally important chemicals. This is of particular concern because these non-Member States are, without exception, all developing countries with an imperative need to import chemicals for use in pharmaceutical, agricultural and basic products such as textiles. While much of the world is apparently spellbound by the symbolism of 1 January 2000, the OPCW is focusing on the practical implications of 29 April 2000 – the date, only six months away, when the next group of restrictions on trade in chemicals listed in one Schedule of the Convention will take effect.

Many non-Member States are unaware of the extent to which these import-export controls on chemicals will affect them. They are frequently unaware that many of the chemicals, or mixtures of chemicals, which they import for use in pharmaceuticals, pesticides, and even for such mundane items as inks and dyes, will be affected by the export controls. These restrictions will be imposed by the States Parties to the Convention, which include in their ranks all of the world's major producers of chemicals.

Amongst the questions which these States need to ask themselves are the following: Can my industry afford not to have access to the chemicals which fall within the purview of the Convention? Is it still true that I can afford not to join the Convention? At the economic level, the Convention will also provide a boost for any country with a chemical trade or with various chemical and related industries. Additional restrictions against non-Member States will be considered in the near future. For example, in April 2002 Member States will consider whether to extend trade restrictions to the chemicals listed under Schedule 3 of the Convention. Such actions will have a severe impact on the import by non-Member States of some essential chemicals, including many with a wide range of commercial applications.

To put all of this into a broader perspective, five and a half billion, or more than 90%, of the world's just over six billion people live in countries which have ratified, or acceded to, the Chemical Weapons Convention. In the context of the imminent trade restrictions which will flow from the Convention, if the seven most populous countries remaining outside the regime of the Chemical Weapons Convention – Colombia, the Democratic People's Republic of Korea, the Democratic Republic of the Congo, Egypt, Myanmar, the Syrian Arab Republic, and Thailand, – were soon to join the Convention, this percentage would rise to more than 95%. Three of those five countries – Colombia, Myanmar, and Thailand – are already signatory States.

The rationale for joining the Convention is, therefore, compelling. All States will, in one way or another, need chemicals for their development. The benefits of joining the Convention apply in equal measure to smaller nations and to those without chemical weapons or significant chemical industries of their own. For those States with limited resources or capacity, regional coordination and consultation, in both the adoption and the implementation of the Convention, may also help in identifying

common strategies and ensuring positive trade results for the development and use of chemicals for peaceful purposes.

The relevance of the OPCW for the new international agenda

One thing is self-evident – multilateral disarmament agreements are by definition more effective than bilateral ones. The Chemical Weapons Convention has so far proved to be perhaps the only functioning treaty on the recent disarmament agenda. It contains balanced, confidence-building features. It is a positive, unprecedented model, which should encourage and strengthen current initiatives in the disarmament and non-proliferation field to achieve tangible results.

The OPCW subscribes fully to a strategic vision which encompasses the following: international cooperation, the strengthening of global institutions; the fostering of a sensitively managed climate of transparency; and, most importantly, the pursuit of a culture of prevention – all of which apply at least as much to the elimination of weapons of mass destruction as they do to the non-proliferation of small arms. The Convention's contribution to the goal of reducing human suffering will ultimately be measured in terms of its universal acceptance and implementation by States.

One important precondition for the success of the Convention is, however, the resolution of questions relating to the fostering of international co-operation, and particularly to the issue of maintaining a balance between the non-proliferation requirements of the Convention and the equally important need to promote the unrestricted transfer of chemicals between States Parties. The Convention itself provides the means for checking proliferation and, by its very nature, lends itself to being applied in a dynamic manner which is not only responsive, but also preventive, positive and flexible. In Article XI, the Convention provides for the facilitation of exchanges for non-prohibited purposes, and limits barriers to trade and development for a range of peaceful purposes. As the United Nations Under-Secretary-General for Disarmament Affairs, Mr Jayantha Dhanapala, stated recently, in delivering the 1999 Olof Palme Memorial Lecture:

> "We should take the relationship between 'disarmament and development' seriously and work harder on bridging the gap between rich and poor between and within countries. We should not, however, hold progress on disarmament hostage to solving all the problems of development – or vice versa[6].'

It must be remembered that history has already demonstrated that "technology denial" will not, of itself, prevent proliferation.

The OPCW is now a fully-fledged international organisation. It has emerged as the centrepiece of international efforts to prove that disarmament regimes can be viable, effective and cost-efficient.

The OPCW is a lean Organisation, ready and willing to fulfil its mandate. Operating on a very modest annual budget of approximately 65 million US dollars (the cost of two modern jet fighters) it has learnt to maximise its use of the available resources, whilst at the same time remaining flexible and responsive to the needs of the moment in their allocation. Its staff of slightly in excess of 500 people have a well-deserved reputation for integrity, impartiality and professionalism. It is perhaps worth noting that this number includes over 200 inspectors and inspection assistants, and that 60% of staff in the Secretariat are directly involved in implementing the Convention's verification regime.

The OPCW is rapidly maturing as an international organisation. It is slowly, if somewhat painfully, being accorded the international recognition which it rightly deserves. The skill and professionalism of the OPCW's staff were amply demonstrated recently when the Chairman of the UN Secretary-General's review panel on Iraq, Ambassador Celso Amorim of Brazil, approached the OPCW in search of authoritative and independent expertise in the field of chemical weapons to assist the UN with its review of UNSCOM's work in Iraq. In July of this year, the OPCW had another opportunity to demonstrate the skill and professionalism of its staff when, in response to a request from the United Nations Secretary-General, OPCW inspectors successfully completed a mission to close down UNSCOM's laboratory in Baghdad. Iraq is not a Member State of the OPCW. And the OPCW is not a part of the United Nations common system. The fact that, despite these constraints, the OPCW was nevertheless able to undertake this mission, highlights the significant confidence-building mechanisms which the OPCW and the Chemical Weapons Convention are capable of supporting. The Baghdad mission also enabled the OPCW to demonstrate to the wider international community the efficiency and impartiality of its staff.

Conclusions

The Chemical Weapons Convention is one of the few functioning treaties on today's disarmament agenda. It is a positive, unprecedented model which has a workable and effective verification regime. The OPCW is earning its place in the global system of international security. If properly nurtured, it will mature into a cost-effective, global instrument to eliminate the scourge of chemical weapons from the planet. Moreover, the lessons learned from its establishment, and from the successful implementation of the Convention, should give some impetus to other comparable initiatives in the fields of disarmament and non-proliferation, including the Preparatory Commission for the Comprehensive Nuclear Test-Ban Treaty and the negotiations for a Verification Protocol to the Biological Weapons Convention.

With the sustained political support of all States Parties to the Convention, the OPCW will continue to flourish, and will play a leading role in advancing the cause

of international disarmament. The international community must continue to make good use of this multilateral instrument to avoid the mistakes of the past century and to foster prospects for lasting peace and security in the new millennium.

Footnotes

[1] Para 64 of Part II of the Verification Annex.
[2] Paras 3-7 of Article IX of the Convention.
[3] Paras 9-25 of Article IX of the Convention.
[4] Paras 2 & 3 of Article XII of the Convention.
[5] Para 4 of Article XII of the Convention.
[6] 1999 Olof Palme Memorial Lecture, "A Future Arms Control and Disarmament Agenda" by Jayantha Dhanapala, UN Under-Secretary-General for Disarmament Affairs, at the Stockholm International Peace Research Institute, Sweden, on 30 September 1999.

DROGAS ILÍCITAS EM ESPAÇOS TRANSFRONTEIRIÇOS

Argemiro Procópio *

RESUMO:

Esta é uma análise das questões do narcotráfico no espaço transfronteiriço amazônico. O artigo está voltado ao estudo dos fatores sociais que circunscrevem a problemática das drogas e seus efeitos sobre a sociedade local.

ABSTRACT:

This is an analysis on the drug problem throughout the borders of the amazon region. This article aims at establishing an understanding of the main social factors that contribute to this problem as well as its noticeable effects on the local society.

Introdução

Notadamente nos espaços sociais transfronteiriços amazônicos, a população rural jamais beneficiou-se das políticas de combate às drogas; ela é um sofrido testemunho das debilidades estatais. Por conseqüência, políticas dos estados nacionais, isoladas da própria sociedade, esmorecidas, dobram-se diante da impotência da contenção do tráfico e principalmente do consumo abusivo de psicotrópicos. A globalização, se em certo sentido, como no caso da União Européia e do Mercosul, contribuiu para o alargamento das fronteiras do mundo dos narcóticos, poderia da mesma forma criar instrumentos coletivos e ações concentradas na busca de respostas eficazes ao combate às drogas.

Historicamente as drogas mostraram-se eficiente instrumento e vetor de integração no continente. Antes de Cristóvão Colombo, a coca chegou a ser espécie de amarra do intercâmbio entre as sociedades indígenas andinas e amazônicas que, há séculos, comerciavam para consumo próprio as colheitas das plantações de coca ou *ipadu*. Centúrias e centúrias depois, o hedonismo sustentado no consumismo encarregou-se de reviver, inicialmente entre a juventude do país militarmente mais forte do mundo, as virtudes alucinógenas da coca. Um de seus derivados, a cocaína, abraçou diferentes estratos sociais pelo continente afora. Na ilegalidade, a droga transformou-se em poderosíssimo instrumento de dominação, nunca deixando as armas da corrupção usadas também na sociedade rural dos países amazônicos.

A história do papel da coca, da cocaína e do contrabando em geral nos países amazônicos não tem como ser esquecida pelos estudiosos da integração. A coca na historiografia amazônica pré-colombiana antecede o processo de integração continental tão acalentado por Bolívar. No período colonial a Igreja Católica em suas dioceses espalhadas no que é hoje Peru e Bolívia cobrava o dízimo em folhas de coca.

Revista Cena Internacional. 2 (1): 92-122 [2000]

* Professor Titular de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Doutor em Sociologia pela Universidade de Berlim.

Não apenas o banditismo formal, mas principalmente parte dos herdeiros da oligarquia política latino-americana emergente, que até bem pouco vivia do contrabando, possui hoje em suas mãos bom bocado dos negócios das drogas. A globalização dos negócios do narcotráfico levou tais elites a consensos e estratégias comuns. Obrigou a muitos destes donos de poder ao arquivamento de tradicionais disputas e rivalidades em prol da ampliação de territórios, curvando-os diante da convergência de um novo consenso: a integração paralela das sociedades amazônicas por meio do narcotráfico. É bom relembrar que o comércio das drogas na Amazônia não nasceu do nada.

A crise da agricultura amazônica no início dos anos de 1970 foi a primeira grande ponte para a entrada do ainda ineficiente comércio de narcóticos no Brasil. A assustadora queda do preço das gigantescas safras de arroz deixou endividados e falidos milhares de colonos e fazendeiros na Amazônia. A desgraça do arroz foi seguida pelas grandes plantações de soja na Amazônia Legal, em Rondônia e no Pará principalmente. A ausência de estradas para o escoamento das safras e a falta de silos levaram muitos produtores ao desespero. Centenas deles partiram para a agropecuária. As florestas queimadas que cederam lugar às plantações de soja, parte delas posteriormente viraram pasto. Gigantescas boiadas surgem no Mato Grosso, Goiás, Tocantins e Pará, entre outros[1].

A via sacra do caminho da destruição florestal não termina aí: o quebra-quebra daqueles que foram para a Amazônia guiados pelo projeto de povoamento agravou-se. As chamadas fronteiras vivas criadas como parte de projetos geopolíticos não conseguiram o vigor esperado nem com a agricultura, nem com a pecuária. Nos espaços sociais transfronteiriços, a amargura por se viver em péssimas condições substituía a esperança do existir com dignidade por meio do trabalho.

A crise da agricultura e os garimpos

No binômio cansaço e desesperança no futuro, ressurgiu na Amazônia a febre do ouro. É sobre o ciclo das desgraças aportadas pela globalização amazônica que se pretende adentrar neste texto numa tentativa de tecer pequena teia de aranha da sociologia dos problemas amazônicos.

A análise de realidades extraídas do cotidiano do povo amazônico mostrará como a degradação da agricultura na Amazônia tem sua razão de ser. O garimpo que surgiu como atividade redentora para empregar uma mão-de-obra expulsa da agricultura de exportação, igualmente teve sua ascensão e queda. Para entender melhor a simbiose da crise agrícola com a procura do ouro e mais recentemente com o comércio de drogas serão escritas algumas linhas sobre um garimpo que abrigava, no início de 1989 cerca de 40 mil homens. Ele explica a febre do ouro no rio Madeira. Nas entrevistas com garimpeiros, na localidade conhecida como Cachoeira do Teotônio, no final de 1988 e em março de 1989, constatamos ali um novo perfil social. De fato, o garimpo do ouro

em Rondônia parece bem diferente do estudado alguns anos antes no estado do Mato Grosso.

As principais diferenças anotadas foram: os garimpeiros em Rondônia, no rio Madeira, eram em sua maioria recém-chegados, com menos de dois anos no estado. Entre os garimpeiros, a presença de nordestinos, migrantes típicos do Brasil, foi bem menor do que se esperava. Encontrou-se sobretudo gente do Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Em ordem de importância, procediam principalmente do Paraná, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Goiás. Notou-se igualmente um nível de escolaridade melhor; ali a origem dos homens, ao contrário do que se pensava, era sobretudo urbana. Ou seja, modificou-se enormemente o panorama, visto nas minas de Araés, no Mato Grosso, onde a presença quase que total era de garimpeiros oriundos do meio rural. Daí, inclusive, a tese do ouro como fator de absorção de mão-de-obra rural numa intensidade tal que terminou desarticulando por completo a agricultura local.

Observou-se igualmente que não existe concordância entre o lugar de procedência e localidade de nascimento. Alguns garimpeiros chegaram de Mato Grosso, mas eram originários do Rio Grande do. Sul. Outros eram nordestinos, mas vinham de São Paulo, e assim sucessivamente. Daí a conclusão que há várias etapas no processo de migração para a Amazônia. Sem chances num lugar, o migrante vai procurando outras plagas onde pensa viver melhor. O homem sem terra transvestido de garimpeiro transformou-se em um nômade: seu horizonte era o ouro e não importa o lugar onde este metal possa estar [2].

Outro ponto a ser salientado sobre os garimpeiros do rio Madeira, além do nível de escolaridade mais avançado ao até então conhecido em outras minas, foi ter-se encontrado, trabalhando nas balsas e dragas, pessoas com perfil típico das classes médias brasileiras. Alguns possuíam inclusive diploma de curso superior. Uma draga, empregada para extração mecanizada, custava em abril de 1989, aproximadamente, seis quilos de ouro. Muitos garimpeiros afirmaram economizar o que fosse possível para logo comprar a própria draga. Outros preferiam ser empregados, impedidos de realizar grandes investimentos por causa dos encargos familiares. Bom número deles enviava mensalmente dinheiro para o sustento dos filhos que não conseguiram trazer consigo para Rondônia por causa do custo das passagens, aluguel e difíceis condições de vida.

É possível provar que o fenômeno de garimpeiros procedentes das classes médias relaciona-se à contínua e rápida deterioração do emprego nas cidades aportada pela globalização que faz o desemprego assumir dimensões de tragédia. Em função da crise, viu-se que o garimpo não abrigou apenas estratos inferiores da população. Tampouco abriu seus braços exclusivamente para a "população excedente" vítimas da modernização do setor primário. Nos garimpos encontravam-se engenheiros, bancários, comerciantes, ex-militares, etc. Pessoas que posteriormente caíram do céu para as atividades no narcotráfico, até então carente de pessoal com instrução formal nos vastos espaços transfronteiriços amazônicos.

Fôssemos descrever aqui o passado profissional e familiar dos que trabalhavam nos garimpo visitados teríamos uma verdadeira Torre de Babel. A crise econômica se abriu de tal forma na Amazônia que os garimpos absorveram gente de quase todos os estratos sociais com diferentes histórias de vida.

O estado de Rondônia, com seus 243 mil Km² , está numa zona de transição geográfica entre a Bacia Amazônica e o Maciço Central. Na década setenta, ele teve uma taxa de crescimento anual da ordem de 15,8%, a mais alta do Brasil. Em sua capital, Porto Velho, as ruas, pode-se dizer, exalavam o cheiro do ouro da pobreza que poucos anos depois se abriram para a força silenciosa do narcotráfico. Cidade mal cuidada, esburacada, água de péssima qualidade, pouco arborizada e sem parques públicos, tem bares sujos e caros. Porto Velho mostra, melhor do que poucas outras cidades no Brasil, o custo de ser administrada por elites atrasadas e sem visão de futuro e incompetentes para reter a riqueza que lá sempre rola como água entre os dedos.

A população antiga é das que mais sofrem porque seus pontos de referência culturais rapidamente se diluem com a chegada de gente nova, na maioria das vezes sem se importar em conhecer a história do lugar.

Em Porto Velho no início de 1990 existiam ainda cerca de cem casas que se ocupavam com o comércio do ouro. Na maioria delas estava escrito, da forma mais ostensiva possível, “Compra-se ouro”. São pequenas lojas mal-arrumadas e apertadas. Seus funcionários para satisfazer necessidades fisiológicas, eram obrigados a procurar bares e restaurantes. Não fossem os quilos de ouro em seus cofres, poder-se-ia dizer que tais lojas eram bazar de favela. Sem exagero pode-se afirmar que um quarto da população de Porto Velho dependeu de atividades direta ou indiretamente relacionadas ao garimpo. Incluem-se aí desde as prostitutas, sempre prontas a atender, acariciar o garimpeiro carente, mas que tenha dinheiro no bolso. As indústrias de construção, reparação de dragas, adaptação de motores, equipamentos, armas, munições, produtos alimentícios e até os terreiros para pedir proteção às divindades, livrar os garimpeiros da inveja e mal-olhado estavam lá. Pede-se geralmente às entidades do candomblé, centros espíritas e santos da Igreja Católica o que a justiça do trabalho lhes nega.

O trabalho do garimpeiro sempre foi incerto. Por estar sujeito a fatores que fogem inteiramente a seu controle, o garimpeiro, apesar de tudo heroicamente tentou sobreviver. A população antiga profeticamente contava que a “festa do rio Madeira um dia iria acabar”. Lembradas eram as descobertas dos aluviões de cassiterita que, através da lavra manual, empregou milhares de homens nos anos sessenta, mas que, em 1971, foi proibida pelo Governo Federal. Os garimpeiros acabaram substituídos por máquinas de empresas mineradoras. Eram recebidos a tiros e mortos quando tentavam entrar em tais minas de cassiterita cuja enorme riqueza, ao que se saiba, nada aportou em termos de bem-estar e prosperidade para o povo de Rondônia. A insegurança dos garimpeiros tinha suas sólidas razões. Era praticamente impossível trabalhar isoladamente no garimpo. Ou se sujeitava às máfias, às suas leis ou se era exterminado por elas.

Em Roraima, no Amazonas e em um pequeno número de minas no estado do Pará é possível ainda para algum garimpeiro teimoso ficar meses e meses à procura de uma pepita de ouro. No rio Madeira isso é impossível. Lá o que existe são faíscas minúsculas, quase microscópicas que se agrupam apenas por meio do uso do mercúrio. Em razão desta dificuldade, a divisão do trabalho se instalou nos garimpos onde cada homem tinha sua função específica. Trabalhando em rústicas balsas no meio do rio, um cuidava do motor, outro da mangueira a ser levada ao fundo do rio para aspirar areia ou cascalho com faíscas de ouro. O garimpeiro de balsa que mergulhava amarrado levando a mangueira ao leito do rio, onde o teor de faíscas é mais alto, nem sempre voltava. Acidentes de trabalho foram uma constante no rio Madeira onde a profundidade média varia entre 10 e 15 metros. O mergulhador carregava a mangueira às cegas. A corda com que era amarrado para ser trazido de volta, quando não se enroscava na de outros mergulhadores, era arrastada e levada por troncos de árvores que rolam pelo rio, característica inclusive que justifica seu nome, rio Madeira. Lá um mergulhador admitiu que usava cocaína para ir ao fundo do rio. Que ela ajudava, mas ademais tinha muita fé em Deus, na proteção do seu anjo da guarda. A prova de tal proteção é que trabalhava há um ano e ainda estava vivo! Indagado se usava cocaína noutras ocasiões disse que não. Acrescentou que, apesar do preço barato da cocaína na fronteira, os mergulhadores não abusam do uso dela. Isso não obstante a facilidade de obtenção e a fartura da droga no lugar. Com o aparecimento das dragas, o trabalho dos mergulhadores nas balsas quase desapareceu. Isto porque o aspirador das dragas é manejado da superfície por instrumentos mecânicos. Sob este aspecto, as dragas pouparam a vida de muitos jovens, a maioria de desempregados.

As dragas significavam, de fato, certo avanço na tecnologia do garimpo. Seu inconveniente foi reforçar em torno dela a concentração da renda. Desta forma, o estado de Rondônia, apesar dos enormes ganhos dos que aplicavam no setor financeiro impulsionados pela inflação, lá muita gente investiu na produção de ouro. Alguns chegaram a ser proprietários de dezenas de dragas. Os vínculos da elite amazônica com o latifúndio nunca deixaram de existir, ainda que parcialmente desfeitos nos anos de apogeu dos garimpos. Ex-barões da soja transformaram-se ontem em barões do ouro e agora são os barões da droga. Discretos, evitam ser vistos em qualquer parte. Vários deles moram em mansões cercadas de altos muros. Dotadas de sistema eletrônico contra roubo e assaltos, dão a impressão de fortalezas inexpugnáveis. A quantidade dessa classe de gente aumenta na Amazônia toda. Seu poder e perigo é maior do que se imagina. Denunciar suas atividades ilícitas significa incorrer em perigo de vida.

Atualmente é preciso mais do que sorte para se produzir ouro como se produzia em passado recente. Na estação das chuvas, devido às cheias, as balsas nunca trabalhavam no rio Madeira. Apenas as dragas conseguem operar praticamente todos os meses, tendo de produzir no mínimo um quilo de ouro mensal para cobrir seus custos, com alta margem de ganhos para o proprietário. Partindo deste pressuposto,

pesquisadores chegaram à conclusão de que cinco toneladas de ouro estariam sendo extraídas do leito do rio Madeira mensalmente nos anos 1980. Este dado baseia-se em estimativas da Capitania dos Portos, que filmou e posteriormente contou as embarcações que trabalham na extração do ouro. Ainda segundo os estudiosos, baseados em declarações do Sindicato dos Garimpeiros em Rondônia, as comparações estatísticas mostram que para a obtenção de um quilo de ouro utiliza-se, em média, um quilo e meio de mercúrio [3]. Isso leva à trágica conclusão de que o rio Madeira recebia então, nada menos de 90 toneladas de mercúrio anualmente.

Além de o mercúrio ser um metal caro, sua utilização no Brasil, para essa finalidade, é proibida por lei. O fato de não ser produzido no país, devendo ser adquirido à base do dólar, deveria justificar maior preocupação com seu reaproveitamento. O uso do instrumento denominado cadinho, além de evitar a liberação do mercúrio contaminando o meio ambiente e envenenando de pouco em pouco a todos, permitiria economia para o proprietário. Contudo, mesmo que se reaproveitasse metade das noventa toneladas de mercúrio utilizadas em passado recente nos garimpos do Madeira, o restante que ficou nos ares, nas plantas, nas águas e até nos cabelos dos garimpeiros constitui ainda um alarmante perigo contra a saúde pública e contra a natureza. O pior e que o processo não para aí. Como nas Minas de Araés, em Mato Grosso, o ouro do rio Madeira vendido em Porto Velho, antes de sair contrabandeado para o exterior, passava por um segundo processo de beneficiamento. Por causa das impurezas com que ele é geralmente vendido na primeira transação, seria baixa sua aceitação nos países ricos onde historicamente ele tem seu depósito final. A purificação do ouro que chegava agregado ao mercúrio, envenenava o ar que o cidadão respirava. A situação era grave, porém nunca se tratou o controle da poluição das cidades e dos rios amazônicos, bem como a preservação de suas florestas como problema social, ecológico, político, econômico, moral e técnico. A sociedade amazônica não é de hoje que suporta a destruição de sua população e sua natureza em benefício de minorias. Estas que, por seu modo de viver e consumir globalizado, se acoplam aos privilégios dos que lá executam a pilhagem.

A transformação de Rondônia em um estado agrícola não foi suficiente para absorver a população garimpeira desempregada, inclusive porque os ex-garimpeiros não são mais grupo de formação predominantemente rural. Segundo porque a modernizada agricultura de exportação, plantada sobre o corpo carbonizado da floresta, absorve relativamente pouca mão de obra e tem altíssimo custo ecológico. A situação social da maior parte da população rural de Rondônia continua desanimadora. Desta forma é bom recordar os poucos benefícios decorrentes das descobertas, mesmo das terras relativamente férteis, em torno da rodovia Cuiabá-Porto Velho. Terras, aliás, mostradas como cartão-postal para desmentir as teses da improdutividade do solo amazônico. O problema aqui extrapola a característica das terras nas áreas desmatadas. Férteis ou não, a qualidade de vida do agricultor que nelas trabalha não muda muito.

Do contrabando do ouro à busca da cocaína

Atividade comum na Amazônia é a dos colonos que se aventuram a ser também proprietários de rústicas serrarias. Vivem hoje como ontem na pobreza. Alguns, com partes do corpo mutiladas pelas serras temem que seu futuro seja de pedidor de esmolas.

Espécies nobres de madeiras, agora quase extintas, retiradas da floresta para exportação são: o ipê *(Tabebuia seratifolia)*, o jatobá *(Hymenaea courbario)*, o piquiá *(Caryocar sp)*, a tatajuba *(Bagassa guianense)* e a maçaranduba *(Manikara huberi)*. Esta última produzia frutos consumidos por aves e animais, como macacos, papagaios, coatis e tartarugas. Sua extinção leva outras espécies à morte. Até metade do século passado a grande maioria da madeira extraída da Amazônia vinham de um seleto grupo de meia dúzia de espécies. Hoje, mais de 250 espécies de árvores são abatidas para fins comerciais. O mogno *(Swietenia macrophylla)* exportado para os EUA, Europa e Japão é retirado ilegalmente de reservas indígenas baixo o suborno. Problemas das madeireiras Bannach, Perachi e Ferreira corrompendo, cooptando ou perseguindo índios que não aceitam o suborno, servem como prova do desenvolvimento do ciclo das atividades ilícitas que abriram as portas ao narcotráfico na Amazônia brasileira. O contrabando de madeiras nobres é exemplo.

Só os privilegiados da sociedade podem dispor de móveis, casas feitas e erguidas com ossadas de árvores nobres. Grande parte de tais madeiras é exportada. Seu destino no mundo globalizado é o mesmo do ouro, da soja e outros produtos amazônicos. Enquanto a inclusão capitalista teimar em reforçar hábitos consumistas, poucas chances terá a globalização de apresentar soluções ecologicamente adequadas para sobrevivência do meio ambiente amazônico. Rondônia é a trágica prova disso, como a parte mais devastada da Amazônia, social e ecologicamente falando.

Em torno da rodovia Cuiabá-Porto Velho foram descobertas, como se escreveu acima, áreas de terras relativamente férteis. Isto provocou afluxo de migrantes sobretudo do Sul e Sudeste. Além da soja e da carne, o estado produz de café. A migração nordestina ocorreu no início do século, voltada para a extração da borracha ao longo da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré de Porto Velho a Guajará-Mirim. Na década de cinqüenta trabalharam os retirantes nordestinos nas minas de cassiterita no Norte de Rondônia. Depois do final de 1960 cresce o número dos migrantes do Sul e Sudeste. Mais da metade da população, segundo dados estatísticos do IBGE, está em Rondônia há menos de 25 anos. Isto equivale a dizer que este estado abriu-se para uma das frentes pioneiras agrícolas mais relevantes e dinâmicas da Amazônia. O Madeira, que infelizmente é um rio de águas quase mortas pelo mercúrio, pelo óleo, esgotos das dragas e balsas nele lançados sem tratamento, deu seu quinhão de sacrifício da Amazônia para solucionar problemas ocasionados pela crise da agricultura. Recebendo os garimpeiros, deslocaram-se problemas não resolvidos no meio rural.

A droga como moeda de grande valor

Com o fim da febre do ouro, agora são o comércio de químicos controlados e o comércio de cocaína que criam os novos barões do tráfico. As drogas alucinógenas no raiar do novo milênio são como a única moeda com valor de troca no atual cenário da globalização em que se insere a Amazônia.

Maconha, coca e papoula dão tanto trabalho quanto o plantio e a cultura de produtos, como milho, arroz, feijão, mandioca ou batata. Seus dividendos, expressivamente melhores, agradam o cultivador de plantas alucinógenas que ainda assim não recebe nem a décima parte do ganho dos intermediários e atravessadores no ramo destes negócios[4]. Os narcotraficantes constituem espécie trapaceira de intermediários natos. Isso explica a continuação da pobreza no meio rural agora atraído para o cultivo de plantas alucinógenas pelo continente afora. Se maconha trouxesse prosperidade, o sertão nordestino seria oásis de riquezas. Se a coca significasse fortuna, os camponeses bolivianos e peruanos desconheceriam a amargura da exploração do trabalho no cotidiano de suas vidas.

No Brasil, o fluxo de capital obtido nas diferentes etapas do narcotráfico retirado em direção ao exterior, que depois volta lavado, chega aqui atraído pelas altas taxas de juros, privatização de estatais e pela facilidade com que é recebido na trama das engrenagens da globalização.

Na sociedade rural, em passado recente, o narcotráfico beneficiou-se do processo migratório sem precedente nas últimas décadas. Todo este movimento de gente, grande parte dele ocorreu graças à crise da agricultura no sul e sudeste paralela à expansão das novas fronteiras agrícolas. Depois foi a hora da já mencionada busca do ouro nos garimpos amazônicos. Manaus, Macapá e Guajará-Mirim, todas zonas francas, abriram oportunidades logísticas tanto aos insumos químicos, quanto ao recebimento e despacho da cocaína e, recentemente, de anfetaminas para outras regiões. Graças ao contrabando, ao fluxo de pessoas, capital, serviços e comércio de drogas, algumas dezenas de cidades amazônicas transformaram-se em comandos regionais de tráfico, articulando-se com matrizes espalhadas pelos Estados Unidos da América e Europa, notadamente Miami, Madri e Roma.

A chave do sucesso do crime para os narcotraficantes amazônicos consiste em acompanhar com rapidez e competência os passos das máfias américo-colombianas, misturando os negócios ilícitos à agropecuária, inclusive ao *agribusiness*. Importantes áreas agrícolas do país gozam da fama de ponto de trânsito da heroína, cocaína e anfetaminas. Quanto aos laboratórios para o refino de drogas em fazendas e roças, isso comprova a ação sem limites dos narcotraficantes no meio rural.

A globalização também dos costumes que vem se adentrando, mistura os conhecimentos da sociedade agrária recriando estratégias necessárias a praticamente todas as etapas do narcotráfico. A logística do comércio de drogas no meio rural

amazônico é no sentido de impedir o desabastecimento necessário nas etapas de refino. Os insumos químicos essenciais à elaboração da heroína, quase os mesmos destinados ao refino da pasta básica, fabricam-se agora, menos em indústrias localizadas nas cidades amazônicas e mais no exterior. Quase metade dos produtos químicos controlados que chegam dos EUA podem estar estocados em grandes latifúndios assim como outros produtos igualmente empregados em fases da produção de drogas. Neste caso, parte do refino da cocaína e da heroína articula-se dentro de conglomerados rurais gerando situações novas.

A produção da heroína na Colômbia, Guatemala e México comprova a integração do mundo rural e urbano na racionalização do processo produtivo dessas drogas. Parte da produção da cocaína colombiana substituiu-se pela boliviana e peruana, sem alterar a macro-estrutura dos oligopólios da droga que passaram ter nos espaços sociais transfronteiriços com a Amazônia brasileira, talvez seus melhores centros de estocagem e distribuição.

Vetores de atração da contravenção

Segmentos organizados controlando o poder em permanente trama e manobras, atraindo para si benesses do Estado, contribuíram para expandir os problemas associados ao narcotráfico. Gente desta casta, cujo dinheiro "cai do céu", encontra-se expressivamente no rol dos corruptos envolvidos pelos narcotraficantes.

A baixa renda da população amazônica e o ingente poder aquisitivo das oligocracias do lugar são paradoxais vetores de atração da contravenção para dentro das instituições porque patenteiam o descompromisso para com a cidadania. Derrubam ações efetivas contra a corrupção e a imoralidade administrativa. Os corriqueiros desacertos em torno dos valores cristãos espelham-se na manutenção de injustos privilégios adquiridos. Aí os desarrazoados contracheques convertem-se em garantias pétreas dos fiadores do pacto das elites dominantes. Pouco importa saber se de embaixadores, magistrados e políticos, entre outros.

Dificuldades como as vividas na sociedade amazônica, paralelas ao somatório de regalias das classes dominantes, avacalham o sentimento de solidariedade inerente ao homem. Este esculacho em torno do cumprimento dos deveres cívicos, ao redor de regras substantivas para o convívio em sociedade, incluindo o descaso para com a vida da sofrida população rural insufla fortemente os ventos a favor da violência das drogas. Inflam as contradições do mundo da riqueza e da pobreza, num universo multifacetado com dúvidas ainda conceituais sobre o justo e o injusto.

A sociedade, parcialmente apodrecida pelos maus costumes, indolência social e pela inópia de solidariedade humana, constrói imagem excessivamente vaga sobre as conseqüências da penetração do narcotráfico na sociedade amazônica. Nas relações dialéticas entre homem e drogas ilícitas, as contradições são tantas e tão corriqueiras

que, acostumadas com a convivência no ilícito, perdem a dimensão de sua gravidade. Por exemplo, se não há como esconder a existência de relação mecânica entre pobreza, delinqüência e drogas, não há porque camuflar idêntica relação entre riqueza, desperdício, altos salários e drogas.

Proibido e na ilegalidade pelo formalismo das leis, porém banalizado no cotidiano das vidas pelo gigantismo do número de consumidores, o narcotráfico, em suas diferentes fases, transformou-se na Amazônia numa rotina como outras. É fato a invasão das substâncias psicoativas no dia-a-dia da sociedade. Ela se efetiva pelas mãos da passividade em face da corrupção, pela pobreza das populações ribeirinhas e pelos privilégios dos donos do poder e expressivo quinhão daqueles que representam na Amazônia o próprio Estado. A corrupção no judiciário é um exemplo entre tantos.

O egoísmo enraizado na maneira de ser da democracia restritiva de uma minoria, o hedonismo e as dificuldades construídas em torno de sua percepção obstacularizam substantivamente a identificação da fenomenologia social relacionado à intensificação e expansão do uso dos alucinógenos. Não querer entender, dissociar o narcotráfico do consumismo das elites amazônicas, sedentas de poder e prazer, fortemente habituadas a conseguir dinheiro fácil, como também dissociá-lo do desemprego, da concentração da renda, da desordem institucional equivale a mera artificialidade interpretativa.

Desconsiderar a epistemologia, os esforços de interpretação em volta do fenômeno da globalização do narcotráfico, partir para ignorância do seu combate pela força das armas correspondem a mutilamento desnecessário da sociedade com perda irreparável da esperança na solução dos problemas pela globalização das boas iniciativas. Pensando assim, ao se tentar explicar o fenômeno das drogas no espaço rural amazônico, percebe-se como preocupantes os discursos das autoridades. O combate às drogas como pauta prioritária nas relações internacionais por suas ameaças à segurança nacional poderão levar os militares à nova função de combate ao narcotráfico nas áreas de fronteiras com os vizinhos amazônicos. Isso vai além do resgate das Forças Armadas do limbo existencial, lá relegadas desde a agonia e morte do comunismo soviético. Sem reforma estrutural dos conceitos de segurança hemisférica herdados do autoritarismo, ao transferir-se simbolicamente para o Ministério da Defesa o comando de força impregnado das velhas doutrinas e arraigados vícios sociais, típicos das elites onde a riqueza é perversamente distribuída, tudo isso mostra o caráter epidérmico da democracia do Brasil. Comprova-se o divórcio da segurança com a questão da justiça e da eqüitativa distribuição da renda. A globalização deveria proporcionar também, uma viva conscientização mundial contra a pobreza, contra o subdesenvolvimento e a favor do resgate dos direitos e valores humanos.

Em vez de ensaiar paradas, formar taifeiros, montar guardas em casas de oficiais de alta patente e de políticos importantes e, agora, treinar para atirar em traficantes, seria bom ver o militar corno o cidadão fardado. No exercício da cidadania os militares endossariam coletivamente as esperanças e. a confiança na pátria ao construir e

trabalhar com a população civil de todos os lugares do país. Arregaçando as mangas das fardas em tarefas específicas para a segurança social e prosperidade nacional, finalmente estarão sendo cumpridas as tarefas essenciais da caserna moderna. O soldado desferirá pesadíssimo golpe na contabilidade do narcotráfico sem o desalento da falta de vitória da guerra contra as drogas, que eliminará sua razão de ser.

A opção das Forças Armadas pela segurança humana e não simplesmente para a repressão evitaria sua queda na arapuca que se lhes prepara. Se a sociedade militar aquilatasse o pesado ônus da derrota do envolvimento na guerra contra as drogas terceirizada pelos EUA, com certeza nenhum de seus batalhões entraria nesta trágica aventura. Jamais pisaria no terreno do túnel sem saída da militarização da luta contra o narcotráfico dentro ou fora das fronteiras nacionais, lembrando que droga não é assunto exclusivamente de segurança hemisférica.

A montagem de coordenação para profundo envolvimento e uniformização do sistema jurídico com nações amazônicas empenhadas na extinção da delinqüência transnacional organizada descapitalizaria o crime. A oligopolização da produção e do comércio de drogas ridiculariza o combate ao narcotráfico com tropas, sabendo-se antecipadamente do fiasco dos resultados. Nos países que experimentaram tais métodos como Colômbia, Bolívia e Peru, ninguém em sã consciência deixa de sentir remorso pelos equívocos. No caso amazônico, o envolvimento das Forças Armadas brasileiras na seara das drogas, contradirá ao invés de esclarecer. Infelizmente hoje a corrupção e a miséria são os principais suportes da delinqüência que ampara os negócios da drogas na Amazônia rural e urbana. Sobretudo nas capitais e grandes cidades dos estados amazônicos, volta e meia os serviços de inteligência de instituições encarregadas do combate ao crime organizado como, por exemplo, Polícia Federal, Secretaria Nacional Antidrogas, Polícia Civil e Militar dos estados, praticam ente si o canibalismo político. Tamanho imbróglio, tamanha falta de coordenação, mostram a falta de profissionalismo com que é tratada a luta contra o narcotráfico, no Brasil, restrita às cidades [5]. A prevenção às drogas é inteiramente desconhecida na sociedade rural amazônica.

A integração do crime organizado

Por sua natureza ilegal e pela conseqüente necessidade de procurar escapar do monitoramento das forças de segurança, o narcotráfico na sociedade agrária, em suas diversas dimensões, tende a assumir características de constante inovação e integração. Esse aspecto é particularmente claro no que diz respeito aos caminhos utilizados. As rotas do narcotráfico na Amazônia são a maior prova do processo de integração pelas drogas que envolve por demais importantes segmentos da sociedade rural. Pouco importa se tais rotas são abertas, fechadas, mudadas e, em alguns casos, esquecidas por um espaço de tempo e depois rearticuladas e reutilizadas.

Nesse universo de troca o mundo rural aproxima-se do urbano na Amazônia. O comércio da pasta básica chega na Amazônia pelos rios, por campos de pouso e por caminhões transportadores de madeira e de gado com fundos falsos. A pasta base que entra no Brasil pela Bolívia, Peru e Colômbia ultimamente é produzida em localidades de cultivo e colheita da coca; após o processamento das folhas, seu volume se reduz enormemente, facilitando o transporte por via aérea, fluvial ou terrestre. Grande problema para a fabricação de cocaína no Peru e na Bolívia é a dificuldade de obtenção dos produtos químicos controlados. Em anos passados, esses produtos entravam e saíam do Brasil por Tabatinga no Estado do Amazonas, fronteira com a cidade colombiana de Letícia. Por haver se transformado em rota famosa, ficou policiada. A pasta base que entra ou que é processada no Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Goiás, segue para as cidades do interior de São Paulo e de Minas Gerais, antes de ser consumida, não importa onde. Essa rota recebeu o nome de “rota caipira”, por seu caráter rural e interiorano. Ademais, ela tem sido usada como meio de estoque da cocaína.

Supõe-se que as esquecidas e velhas ferrovias sejam utilizadas pelos narcotraficantes que misturam a cocaína ao café, à soja e ao trigo. A rota caipira prova como o narcotráfico soube penetrar no mundo rural brasileiro.Pela rota caipira, desconfia-se que se transporte de tudo, inclusive químicos. As drogas correm de norte a sul do subcontinente: vai de Manaus até mesmo à Ushuaia que, por serem zonas francas, fornecem infra-estrutura física, humana e bancária extremamente favoráveis ao contrabando e ao narcotráfico.

Até os anos oitenta, o Brasil era o único país na América do Sul a fabricar o éter e a acetona em escala industrial. Com a rijeza na fiscalização de tais produtos e constante vigilância da *Drug Enforcement Administration* , DEA, exigindo maior rigor na exportação, parte da cocaína consumida no Brasil passou a ser processada na Amazônia mesma. Em razão da vigilância policial praticada nas cidades sobre os químicos controlados na fase da produção, tornou-se comum o desvio dos mesmos para o meio rural. Difícil dizer o quanto as sociedades camponesas do Peru, Colômbia e Bolívia exportam em pasta-base, e o quanto desses produtos são transformados, consumidos e reexportados a partir do meio rural. Certo é que as estratégias são tão diversificadas a ponto de se saber que já se cultivou o *ipadu* em escala comercial na região da Cabeça de Cachorro, no Estado do Amazonas. Se hoje ainda o é, não se sabe. As plantações de coca e papoula seguem à risca receituários agronômicos, ao que se supõe, a princípio estudados nos Países Baixos. Assim, as plantações de papoula na América Latina chegaram modernizadas, com alta tecnologia e bom nível de produtividade, graças à globalização e à “cooperação” técnica holandesa.

Não existem estudos nem história da cooperação informal do narcotráfico criador de raízes no meio rural e nas cidades. No entanto, a política de cooperação do mundo da contravenção tanto é real que rende frutos. Os esquemas ajudaram a tornar madura,

rápida e operante a contravenção. É necessário ver que os narcotraficantes na Amazônia passaram de aprendizes a mestres no domínio da cocaína. No campo das drogas sintéticas, há bastante caminho ainda a ser percorrido para uma total auto-suficiência, com drogas menos impuras e menos falsificadas. Existem indícios de que autoridades de países europeus envolvidas no combate às drogas contra-atacam inundando seus países com drogas falsificadas e menos perigosas para a saúde. Isso indiretamante fazem os narcotraficantes daqui. Para conseguirem maiores lucros adicionam enorme coisas na cocaína aumentando seu volume. Tal fato ajuda a desmoralizar o mercado a varejo que, diga-se de passagem, não tem boa reputação, salvo algumas exceções. Esta atividade clandestina, mesmo tendo a seu lado a desculpa da explicação de que os fins justificam os meios não ajuda a diminuir o número de consumidores.

A contravenção é infiltrante, crescente e de difícil controle no meio rural da Amazônia. Move-se de um lugar para outro das cidades aos povos das florestas. Vai e volta. Quando se pensa havê-la eliminado em um centro, regressa continuada. Suas ramificações "invisíveis" alcançam segmentos em praticamente todos os níveis sociais, até mesmo dentro das forças criadas para seu controle e erradicação. O narcotraficante tem respostas. Suas decisões imediatas são apoiadas por complexa capacidade operativa. Conforme se disse, a estrutura do narcotráfico amazônico, comparativamente, possui elementos e especificidades sociológicas que, de alguma forma a particulariza dos outros. Em quase todos os países diretamente afetados pelo tráfico de drogas, as vinculações entre o narcotráfico e atividades ilegais, como a corrupção, a lavagem de dinheiro, o tráfico de armas, o roubo de carro, o desvio de cargas e o contrabando de mercadorias, são realidade, porém sem a banalidade que reluz o banditismo nesta parte do Brasil. Por isso é obrigatório olhar para as origens da organização dos cartéis.

No caso da vizinha Colômbia, a título de exemplo, a estrutura do narcotráfico ampara-se principalmente em cartéis controladores da produção e da comercialização em rede que alcança agentes atuando na sociedade dos produtores rurais e estende-se aos mercados de consumo. Os cartéis possuem sustentação em capacidades operativas próprias. As vinculações com outras estruturas delitivas representam modo de maximizar suas próprias capacidades e de garantir condições de proteção e operacionalidade ao longo de todo o processo de plantio, transformação e comercialização das drogas. Trata-se de padrão organizacional amparado em bases, em macrounidades de comando hierárquico, o que torna possível conhecer melhor quem são as estrelas do narcotráfico e identificar suas respectivas organizações. Com a intensificação do comércio das drogas que já nasceu globalizado, parte da cocaína amazônica, destinada ao mercado nacional e europeu, às vezes dá voltas inexplicáveis. Máfias libanesas radicadas no Paraná, em São Paulo e no Mato Grosso do Sul atuam fazendo com que parte dela rode o país, tonteando qualquer controle. Os libaneses mafiosos são como peixe dentro d'água no mundo árabe. Suas bases nunca são as mesmas, mas está no Brasil uma parte da inteligência do comando desse poderoso cartel.

A globalização e o narcotráfico

O processo de integração fomentado oficialmente pelo Tratado de Cooperação Amazônico tentando promover a intensificação da circulação livre de bens através das fronteiras entre Colômbia, Brasil, Bolívia, Peru, Venezuela, Equador e Suriname foi um fracasso. O contrário ocorreu com o processo de integração movida pelos narcodólares. É essencial recordar que o tráfico de drogas há tempo sopra o processo de integração paralela nas relações econômicas e sociais nos países amazônicos. Daí ser impossível a narcogeografia regional separar-se das vantagens da globalização, como por exemplo a intensificação e as maiores facilidades de circulação de bens e pessoas e da existência de meios de transporte e de comunicações em escala global.

Se houvesse vontade política, o mesmo processo de globalização poderia trazer soluções com substantivas desvantagens para o narcotráfico. Ações conjuntas em escala global acabariam com o contrabando de armas, fabricadas principalmente no Brasil para matar brasileiros, começando o controle nas próprias fábricas de armas sediadas principalmente no estado do Rio Grande do Sul. O narcotráfico no Brasil tem seu arsenal bélico procedente em sua maior parte daí. Outras fontes menores estão na Flórida, na Califórnia, em Hamburgo, em Roterdã e em Marselha. A entrada mais conhecida é pela fronteira Brasil-Paraguai, todavia existem outras nas divisas com Bolívia e Peru. Entendimentos oficiais entre governos restringindo a exportação de armas não afetou em nada esse mercado da morte. Armas em abundância continuam chegando como sempre. Mostram a versatilidade do comércio de narcóticos presentes em todas as partes onde existem outras contravenções. O caso do contrabando de armas junto com o das drogas é apenas um exemplo entre tantos.

Para não esquecer a agilidade imposta pela integração paralela, inclusive entre os mundos da delinqüência rural-urbana, existem exemplos desse processo nas fronteiras agrícolas. O transporte da pasta-base ou da cocaína tem sido feito graças ao trabalho conjunto de quadrilhas e máfias atuando também no meio rural. Sem essa cooperação, seria impossível driblar a vigilância dos poderosos agentes norte-americanos equipados com radares instalados em Letícia, na Colômbia, Lago Agrio, no Equador e Yurimaguas, no Peru. Pequenos aviões voando baixíssimo despistam a vigilância norte-americana. Os rios amazônicos servem como referência básica de orientação. Parte desses aviões segue a rota Peru-Brasil-Colômbia. Outros vão diretamente para as cercanias das cidades de Manaus, Boa Vista e Belém. Dali, a droga segue utilizando-se de variados caminhos e estratégias. Quando vai diretamente para os Estados Unidos da América via México, até o mar serve como esconderijo. Nesse caso, a droga pode ser também colocada em tambores, para ser depois resgatada por mergulhadores. A vigilância dos radares e aviões espiões norte-americanos, que freqüentemente invadem o espaço aéreo brasileiro obrigou os narcotraficantes a montarem novos esquemas logísticos na Amazônia. Eis alguns exemplos: reconstruíram

os campos de pouso em velhos garimpos no Peru, na Colômbia, no Equador e no Brasil; reforçaram o sistema tradicional por via fluvial. Ou seja, o transporte aéreo das drogas funciona em conexão com o fluvial. A vantagem dessa estratégia é que os laboratórios nas beiras dos rios são móveis e nenhum radar os incomoda. Barcos da região, transformados em espias, alertam os traficantes que têm eficientes sistemas de fuga.

Em São Paulo de Olivensa e em Vila Bittencourt, no Estado do Amazonas, em povoados do rio Japurá, há tantos produtos químicos e pasta base depositados pelos cartéis, a ponto dessas localidades terem se transformado quase em armazéns. Os rios Içá e Japurá, conhecidos na Colômbia como Putumayo e Caquetá, são extremamente importantes na geografia das drogas. Outras comunidades rurais estão nos municípios de Tabatinga, Ipiranga e Benjamin Constant, o que demonstra estar de vento em poupa o processo de integração amazônica pelas vias do crime organizado.

A droga peruana para o Brasil chega e segue pelo rio Javari. Os aeroportos de Cruzeiro do Sul e Tarauacá, no Acre, e Carauari, no Amazonas, são pontos conhecidos pelos serviços de informações na Amazônia. Qualquer coisa serve: transporte aéreo, fluvial, rodoviário e até mesmo o humano. Em outros lugares, a droga é atada a troncos de madeiras nobres, tal como o mogno, e jogadas nas correntezas do rio, Essa técnica é usada no povoado de Bom Jesus, vizinho de Palmeiras do Javari, no Estado do Amazonas. Tal prática comprova a tese do narcotráfico ligado ao contrabando e à evasão de riquezas nacionais.

A exploração de produtos do extrativismo vegetal, como a castanha do Pará, a borracha e a juta, entre outros, sofre violenta decadência. A pecuária extensiva, o garimpo e o comércio de drogas prejudicaram o tradicional extrativismo na Amazônia. O serviço de sangria e coleta do látex já não dão o emprego que ofereciam antes. Ademais os poucos centavos pagos por quilo do coágulo desanimam qualquer seringalista. O Brasil produz cerca de 60 mil toneladas de borracha seca por ano. A produção poderia ser maior. Todavia o baixo preço, além de frear qualquer tentativa de aumento de produção, levou numerosos seringalistas a buscarem emprego melhor no comércio de drogas.

O contrabando de madeiras nobres e raras, sempre aceito pelas indústrias de construção no Brasil e no exterior, há mais de década e meia atrela-se aos negócios da cocaína. Mais do que isso, ajuda na penetração de produtos químicos controlados provenientes dos Estados Unidos da América, via Caribe. Nos Estados Unidos e em alguns países asiáticos como Japão e Formosa existem receptadores de madeiras nobres roubadas na selva amazônica que traficam também a cocaína.

Outro aspecto que merece atenção, é o mercado de carros roubados. Investigações recentes da Polícia Federal mostraram que grande parcela dos carros roubados no Brasil fica no próprio país. Segundo o Diretor do Detran, Kasuo Sakamoto, são roubados por ano aproximadamente 200 mil carros no Brasil. Desse total, 70% são recuperados, ou por terem sido abandonados pelos ladrões ou por busca policial. Dos 30% restantes,

7% são desmanchados para venda das peças, 3% são transformados em "bugres", 10% voltam a circular no país com documentação falsa ou mesmo sem documentação e apenas 5% são negociados no exterior A máfia dos seguros age nesse processo. Segundo a Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos Automotores Terrestres, boa parte dos reais pagos em prêmios de seguros relacionam-se a processos fraudulentos.

A conexão entre roubo de carros e narcotráfico antigamente se fazia na fronteira entre Brasil, Paraguai e Bolívia, onde o escambo funciona livremente. Hoje trocar carro roubado por cocaína é prática constante em qualquer cidade do Brasil. A forma de obter o carro varia: há casos em que o próprio dono leva seu automóvel para a Bolívia ou o Paraguai e lá o troca por cocaína, ao mesmo tempo em que dá queixa à polícia e entrada na papelada para receber o seguro. O Estado do Mato Grosso do Sul é o maior fornecedor de veículos automotores para o escambo por cocaína na Bolívia. Um carro roubado em Campo Grande em poucas horas atravessa a fronteira com aquele país. O escambo funciona da seguinte forma: o veículo furtado é passado ao receptor paraguaio ou boliviano, que o renegocia com os revendedores. A cocaína é entregue ao receptor que a repassa ao vendedor do automóvel no Brasil.

Com relação ao termo de troca, o carro roubado vale aproximadamente metade do seu preço de mercado no Brasil. Em 1998, um bom automóvel de luxo, pouco rodado, era trocado por alguns poucos quilos de cocaína. Agora, pelo mesmo carro, é pedido mais em droga. Em São Paulo, se o quilo da cocaína com aproximadamente 96% de purezas vale menos que no passado, ainda rende bom dinheiro. Dependendo da adição de outros produtos para ser vendido em pequenas quantidades, o quilo do pó chega ao consumidor com valores multiplicados. Por essa razão, compensa o negócio de dar armas e coisas roubadas em troca de drogas.

A geopolítica das drogas matou, sepultou o principio da soberania transformando as fronteiras nacionais mais em símbolo cartográfico do que realidades políticas. A integração, promovida pelo banditismo das drogas, desde seu nascedouro ignora o princípio da soberania, limites e marcos divisórios. A saída ilegal das riquezas e o histórico contrabando na Amazônia brindaram o meio rural com ambientes extremamente propícios à contravenção. O contrabando secularmente alimenta elites e gerações de políticos, nas três Américas. Aí com certeza plantaram-se as raízes históricas da tolerância das elites para com os negócios do narcotráfico.

Não importa onde, se na Europa, na América Latina, nos EUA. Em quase todas as nações, inclusive naquelas onde a legislação antidrogas aplica-se com certa determinação, resultados são insatisfatórios. Na questão da política antidrogas aqui se tem o retrato velho e amarrotado de coisas experimentadas que não deram certo noutros lugares. Isto, basta na argumentação para buscas de soluções próprias. Por infortúnio somos sensivelmente piores que o resto do mundo no campo da segurança e da justiça. No Brasil rural, por exemplo, justiça social ainda é sinônimo de distribuição de renda, que aliás, entre nós sequer começou. Na Europa e Ásia, o conceito de justiça social e

de direitos humanos é profundamente mais radical: significam segurança, saúde, acesso ao conhecimento, à informação etc. Falta-nos a visão do conceito a inclusão em seu sentido abrangente, aumentando o espaço de manobra dos Direitos de Terceira Geração e com isso usar a arma da dignidade na luta contra narcotráfico.

É fato histórico a constatação da saída das riquezas amazônicas montando estrutura a favor da contravenção. A evasão desses bens criou e serve como suporte logístico ao contrabando de drogas. O rotineiro embarque de narcóticos sempre acasalou-se ao comércio ilegal de mercadorias. Geralmente se desconhece que, da mesma forma, o comércio na Amazônia dos insumos químicos básicos destinados à produção e ao refino das drogas alucinógenas utiliza-se de tais métodos tornando-o tão lucrativo quanto as próprias drogas. Por este motivo integram o rol de produtos bem comercializados. Principalmente os proprietários das gigantescas fazendas estão ganhando rios de dinheiro ao permitir o estocamento de produtos químicos controlados em seus domínios. O exemplo a seguir, mostra como certos latifúndios acabaram prestando-se também a este tipo de serviço.

O latifúndio e as drogas

Vale quase tudo nos estudos sobre o narcotráfico, inclusive ouvir a versão do ganho declarado apresentado pelos grandes proprietários de terra, parte deles mestres na arte da contravenção. O caso a seguir explica porque o latifúndio crescentemente se presta ao comércio e trânsito de drogas e dos produtos químicos controlados.

Um proprietário de fazenda com 1.250 hectares de terra pode com tal extensão de terra ser dono de invejável rebanho de 1.000 vacas e 50 touros com reprodução de 800 crias. Tudo isto dentro de fazenda que tenha 80% de produtividade com lotação média de uma cabeça por hectare.

Possuir 1.850 cabeças de gado constitui façanha que impressiona quando se pensa sobre o tamanho de tal boiada e a extensão dos campos em que pastam. Os números do Sindicato Rural [6] referindo-se às despesas do proprietário com tanta terra, dizem o seguinte: seus gastos com manutenção de currais, aguadas, cercas, estradas, eletricidade e telefonia somam R$ 1.200,00 mensais. Metade disso corresponde à taxa mensal de condomínio em excelente bloco de apartamentos do latifúndio urbano no plano piloto da Capital federal. A maior parte deste latifúndio urbano chamado de apartamentos funcionais foi praticamente doada por Fernando Collor de Mello a seus privilegiados moradores.

Com trator, óleo diesel, pneus, peças e amortização, o custo é de R$ 416,67 mensais. A caminhonete a serviço da fazenda, gastando combustível, mecânico de vez em quando, peças e amortização, rodando pouco, também permanece na faixa dos R$ 500,00 a cada 30 dias. O custo das obrigações para com o fisco, quando não burladas, vale dizer, Imposto de Renda, ITR, IPVA, IAGRO, sai ao ano por R$ 5.000,00.

Comprovantes dos impostos em dia, mostrando a utilização da terra são zelosamente guardados por proprietários, duvidosos da segurança de seus bens e de sua integridade física confiadas ao Estado. Desconfiados em face da rotina das invasões organizadas de terra, numerosos entre eles temem pelo futuro de suas fazendas. Conhecem-se, outrossim, latifundiários torcedores por de invasões do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, ávidos para vender suas fazendas ao INCRA a preços superfaturados.

Explorador nato de mão-de-obra barata, pesam na carteira do latifundiário estudado R$ 16.173,00 destinados no ano inteiro ao pagamento de quatro empregados, despesa com alimentação, FGTS e outros encargos sociais.

Multiplicados por 12, os gastos mensais com trator, caminhonete, manutenção e rodízio de pastagens acima mencionadas alcançam R$ 25.400,00. Somadas aos R$ 5.000,00 dos impostos e R$ 16.173,00 da mão-de-obra, anualmente o proprietário gasta R$ 44.573,00.

Acrescente-se o dinheiro despendido com o custeio, por exemplo, em vacinas contra a febre aftosa, brucelose, botulismo, carbúnculo, raiva, mais o sal, os vermífugos, remédios contra doenças, bernes, ferimentos e os hormônios proibidos, porém utilizados no crescimento e engorda rápida do rebanho. Se comprados dentro do estritamente necessário, sem desperdícios e via de regra obtidos por meio da sonegação em troca do "esquecimento da nota fiscal", tudo isso anualmente pesará no bolso do pecuarista o equivalente a R$ 14.537,00. Somados todos os itens acima especificados, o gasto total do rico produtor rural alcança R$ 59.110,00 anuais.

Despejando semestralmente no mercado, sem se descapitalizar, 400 cabeças de bezerros e bezerras, ou bocado a menos porque não é sempre que se consegue acalmar São Pedro, pondo seu rebanho livre do prejuízo das enchentes e das secas, mas sobretudo tapando ouvidos ao ditado da desgraça rural que "quando existe produto não existe preço, e quando tem preço não existe o produto", o Sindicato Rural de Campo Grande afirma que o pecuarista embolsará R$ 90 mil.

Descontadas as despesas apontadas, o criador de gado, cuja categoria não goza simpatia alguma da opinião pública, conseguirá, no total, renda líquida anual de R$ 20.890,00. Ou seja, sobram R$ 1.740,00 mensais para pagar colégio dos filhos, dar comida, roupas, casa etc. Será injusto omitir o fato de esta categoria não receber o 13º salário, seguro-saúde, vale transporte e nem vale-alimentação. Tampouco freqüentam clube ou colônia de férias subvencionadas pelo contribuinte. Não viajam de primeira ou *business class* nem amealham prêmios às custas do pagador de impostos.

Todo esse sacrifício embute compensações! Na outra face da moeda estão os privilégios. Eles mostram a vida menos amarga da ainda todo-poderosa oligarquia rural. Aquela que o Estado adoça a boca com polpudos empréstimos. Veja-se, por exemplo, a tradição dos fartos créditos agrícolas em benefício da grande propriedade na Amazônia através das porteiras sempre escancaradas da estatal que é o Banco do

Brasil. Os ricos fazendeiros e usineiros ensinam: dar calote no Estado não incomoda a ninguém.

O latifúndio amazônico valeu-se do passado ao presente de subsídios. Graças à influência do coronelismo político obteve, quase sempre, financiamentos e refinanciamentos extremamente cooperativos das dívidas agrícolas. Não poucos ruralistas simularam catástrofes e outros truques para o perdão integral ou parcial de pagamentos da carteira agrícola.

Contabilizar o montante dos empréstimos subsidiados destinados à produção de grãos desviado ilegalmente para a compra de cavalos de raça, de aviões e apartamentos, inclusive no exterior, principalmente em Miami, é tarefa ainda a ser empreitada. A crise da desvalorização do real em fins de 1998 e inícios de 1999 derrubou parte expressiva do comércio imobiliário na Flórida. Precisamente naquele Estado, os latifundiários daqui, com renda declarada tão inexpressiva e os magnatas do serviço público realizam seus investimentos preferidos. Parte deles, regados pela corrupção, pelo roubo de verbas públicas, por desvio de empréstimos agrícolas e pelo dinheiro obtido no comércio das drogas ilícitas.

Se verdadeiros os números do Sindicato Rural, a renda do pecuarista em questão, exemplo vivo de rico pobre, com patrimônio de 1.850 cabeças de gado, 1.250 hectares de terra e formidável infra-estrutura, explica porque não poucos latifúndios abrem as portas à praticamente todas as etapas necessárias ao comércio das drogas. Afinal, diante dos números apresentados pelo Sindicato Rural é fácil compreender as razões da crise agropecuária. Concordando ou não, a obrigação de transcrever dados do Sindicato Rural de Campo Grande, capital do Estado de ponta na agropecuária brasileira, está feita.

Nesse mar de dúvidas, tais números permitem provocativas analogias: o funcionário público para ganhar salário mensal de R$ 3.480,00 necessita possuir o equivalente a 3.700 reses, com o dobro de pastos do latifundiário anteriormente apontado. Esquecendo os riscos e prejuízos correndo por conta própria do pecuarista, o salário líquido de R$ 3.480,00, *mutatis mutandis*, custa para a sociedade um latifúndio de 2.500 hectares de terra. Para obter renda líquida de R$ 6.960,00 mensais, o fazendeiro necessita de aproximadamente 4.800 hectares [7]. Isso mostra que o lucro por meio da criação extensiva hoje no Brasil jamais se iguala ao ganho das oligocracias do serviço público. Para granjear um salário líquido mensal de US$ 18 mil equivalente ao que o contribuinte paga hoje para sustentar o embaixador brasileiro que está ou em Paris, em Roma, em Washington ou em Londres, o latifundiário não poderia dispor de menos de 16.000 hectares. Daquelas terras que encostam no céu, no horizonte a sumir de vista.

Independente ou não da crise da pecuária de corte no Centro-Oeste, no Pantanal e igualmente nas vastas áreas desmatadas na Amazônia transformadas em pastos para bois, por falta dos preços justos para o produtor rural o narcotráfico penetra com todos seus impulsos na grande e na pequena propriedade rural.

O Direito sem fronteiras

O desiderato do Brasil por cadeira no Conselho de Segurança da ONU desacompanha-se dos cuidados em prol de radicais reformas a favor da justiça social e do acesso da população aos benefícios da verdadeira democracia. A distribuição da renda resgataria a imagem da existência nacional nas desigualdades e na violência.

Conhecidos os precedentes da política de ingerência em assuntos internos da periferia mundial, sabendo exatamente em qual mingau alheio se mete a colher, pressente-se o destino do Brasil e de seus vizinhos amazônicos como palco ideal da aplicação dos princípios do polêmico direito sem fronteiras, da extraterritoriedade das leis dos mais fortes [8].

A trilogia do narcotráfico às soltas, dos direitos humanos violados e do meio ambiente degradado, pela teoria do direito de ingerência ou da soberania relativa, constitui espécie de carta aberta à invasão. Vale como convite conclamando por soluções, transcendendo, desrespeitando os limites geográficos e os princípios clássicos da soberania nacional.

Sabedores que os ventos de ontem contra a inviabilidade fronteiriça não sopram mais, governos amazônicos, ao invés da resistência ativa caminham submissos levados pelos ventos da globalização. A Colômbia, por exemplo, está perdida no combate às Forças Armadas Revolucionárias Colombianas, FARC, composta expressivamente por guerrilheiros de origem rural. A FARC e o narcotráfico, são duas coisas inteiramente diferentes.

A ação militar internacional antidrogas no meio rural de todos os países amazônicos retira do papel idéias recentes e gradativamente incorporadas ao direito internacional. Por tal razão, a aplicação dos princípios da guerra sem fronteiras contra o narcotráfico se sobrepõe à soberania dos Estados Nacionais que parecem achar mais fácil continuar postergando a reforma agrária do que acabar com os intermediários que exploram o produtor rural. Não se paga justo preço aos produtos agrícolas e se combate com armas o narcotráfico. Optam por oprimir os camponeses que plantam a coca, a papoula e a maconha ao invés de eliminar a ação do narcotraficante no meio rural por meio do pagamento de preços justos ao produtos agrícolas. É preciso dificultar a ação dos intermediários que exploram o produtor rural. A própria FARC os eliminou em certas etapas da comercialização de folha de coca. A intermediação em excesso desestimula o camponês e o indígena a expandir o cultivo da coca.

O narcotráfico visto como questão supranacional obriga o poder executivo no Brasil a sintonizar sua política externa a interesses conjuntos com os Estados Unidos da América. Prepara campo e apara arestas com os países amazônicos, em beneficio do tratamento militar da questão das drogas, entre outros, nos espaços transfronteiriços da hiléia. Em respeito a isso, merece particular atenção o Tratado de Cooperação Amazônica, firmado em Brasília no mês de julho de 1978 pelos representantes dos

governos da Bolívia, do Brasil, da Colômbia, do Equador, da Guiana, do Peru, do Suriname e da Venezuela.

O TCA não deixou herança alguma. Prestou-se à praticamente nada, nem mesmo tentou sensata política de cooperação de combate às drogas na Amazônia. Talvez por isso, país algum queira oferecer lugar, uma cova digna para o sepultamento desta iniciativa diplomática natimorta.

O Tratado de Cooperação Amazônica, mais do que tudo, serve de exemplo de iniciativa diplomática a ser evitada. Em sua substituição estuda-se a criação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica prevendo secretaria permanente com funcionamento em Brasília. A OTAC terá força simbólica de ser o primeiro organismo internacional com sede na capital brasileira. Seu perigo, antes mesmo de nascer, é que ao invés de transformar-se numa agência de desenvolvimento e integração, acabe seguindo os passos do TCA.

Com a OTAC os países amazônicos tentarão apagar da memória o fracasso que significou o mencionado tratado. Oxalá as diplomacias dos países da região consigam redimir-se, incluindo a solução dos problemas amazônicos em suas prioridades. A gravidade dos problemas dos entorpecentes na sociedade rural dos países amazônicos não está sendo suficiente para acordar seus sonolentos e bem pagos embaixadores. Os esforços diplomáticos e de combate militar contra as drogas ilícitas fazem renascer a sacramentada máxima do primeiro governo depois do golpe militar de 1964: "o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil". A sociologia das relações internacionais comparativamente intenta mostrar as causas disso, todavia pouco se trabalha ainda no cerne das razões existenciais que levam ao narcoterrorismo. Na América Latina este fenômeno terminou sua hibernação nos glaciares tropicais ameaçados de derretimento das falsas democracias. Precisamente daquelas transformadas em madrastas do povo e mães dadivosas das elites.

Mostrando particularidades táticas, estratégicas e ideológicas, é expressivo o caso das Forças Armadas Revolucionárias Colombianas, que gosam de imenso prestígio junto das comunidades rurais. As contingências forçaram o dinheiro das drogas, sem constrangimento ideológico, ser também manipulado pela guerrilha revolucionária. Por tal razão, existe a terminologia narcoguerrilha.

No Peru, gigantescas dificuldades levaram, em certos períodos, o Sendero Luminoso de inspiração maoísta, fundado no começo dos anos oitenta, de alguma maneira a usar igualmente numerário do tráfico. Este movimento, no seu auge, abraçou aproximadamente seis mil militantes. Atualmente tem menos de quatro centenas de guerrilheiros. A narcoguerrilha no Peru, sem os "sucessos" da irmã colombiana, depois da prisão dos seus dois principais líderes, Abimael Gusmán e Oscar Ramíres Durand, este, filho de general do exército peruano, conhecido como Camarada Feliciano, encontra-se extremamente debilitada e pobre. Dentro deste contexto, pode-se recorrer às duas formas de encarar a causalidade da narcoguerrilha nas relações internacionais,

ou seja, *ratio essendi* e a *ratio cognoscendi*. Na primeira encontram-se os elos da deflagração do fenômeno no meio rural e urbano. No segundo, suas causas específicas, sejam elas sociais ou econômicas.

As constantes e pesadas taxas cobradas por determinados segmentos da guerrilha colombiana em nome da proteção dada aos produtores de coca e papoula irritam os narcotraficantes por estagnar e, em certos casos, diminuir seus lucros na base piramidal do processo produtivo de drogas. No México, na Bolívia e no Panamá tradicionalmente são os militares e policiais que achacam traficantes, exatamente como ocorre na cidade do Rio de Janeiro. Não só por isso, tal descontentamento há anos carregou para dentro do espaço rural e florestal da Amazônia brasileira algumas unidades de refinamento e processamento da pasta base. A descoberta na zona rural do município de Redenção, no estado do Pará, em junho de 1999, da maior infra-estrutura de refinamento jamais vista no país, comprova a nova estratégia.

As gritantes injustiças que atormentam o campesinato Amazônico provam que ali o Estado não atua como protetor dos excluídos. Reforçam um dos principais eixos axiológicos da reflexão que vê a clandestinidade e corrupção como fenômenos causais no atraso da revolução social e no fortalecimento dos negócios ilícitos das drogas alucinógenas no meio rural.

Comprovaram o quanto a política nacional e internacional antidrogas acham-se desnudadas de instrumentos eficazes para enfrentar adequadamente o fenômeno do narcotráfico na sociedade agrária. Em não se atacando os privilégios históricos de suas elites, a práxis política encarando as drogas como questão policial ou militar dilui os esforços da cidadania porque enfraquece a luta contra as substâncias psicoativas. O narcotráfico hoje nos latifúndios dos países amazônicos é essencialmente questão de poder.

Nas interpretações marxista e weberiana da problemática das desigualdades, tanto o trato da democracia quanto o da segurança podem significar progresso heurístico no esforço de teorização da fenomenologia do narcotráfico. As quase tautológicas constatações da realidade patentearam os paradoxos do narcotráfico na Amazônia entre as classes dominantes e dominadas do meio rural e urbano. O silêncio do Estado sobre o fato de que nenhuma grande personalidade dos negócios das drogas está presa ou sendo processada e a intensidade da violência assediando o cidadão equivalem à cegueira da política nacional antidrogas, impotente frente à poderosa narcocracia. Finalmente, a evolução do abuso das substâncias psicoativas e como transformaram-se num dos principais suplícios para as sociedades rurais e urbanas as inclui nos principais debates sobre a segurança hemisférica, terrorismo, anarquismo e como poderoso ator no processo de globalização.

O número de pessoas mortas, vítimas do narcotráfico no meio rural é suficiente para alertar sobre os riscos do crescente processo da violência na sociedade rural. No

Brasil está nas mãos da justiça a resolução imediata da generalizada violência das drogas, que caminha com a perversa distribuição da renda e da terra.

Os produtos químicos controlados no meio rural

Nas áreas rurais, ágeis, rápidos, com olheiros por toda parte, os narcotraficantes com motivação e flexibilidade montam e desmontam em poucos dias bases de refinamento e distribuição dos químicos. A leveza da estrutura do narcotráfico rural amazônico hoje é diferente, superior à da utilizada pelos cartéis no passado, até porque agora trabalham com as comunidades das roças e das favelas, dando apoio de caráter até mesmo assistencial. Esse enfoque cooperativo é importante para entender a penetração do narcotraficante no tecido social rural. Pelo fato de ser criminoso semear tanto a maconha quanto a papoula ou a coca, acabaram sendo privilegiados os plantios das drogas mais fortes. A vocação para a agricultura de subsistência desaparece, diante da forte concorrência do cultivo das plantas alucinógenas.

A Colômbia passou a outros países seu outrora monopólio do refino da cocaína. Os centros de refino colombianos destruídos renasceram na Bolívia, no Peru e também no Brasil.

Crescem assustadoramente os segmentos sociais no meio rural envolvidos com entorpecentes, a ponto de a política repressiva dos governos estar desnorteada, sem rumo. Agora que as anfetaminas, produtos sintéticos obtidos em laboratórios clandestinos, são consumidas de forma sem precedentes por sua juventude, a desinformação na segurança pública faz gorar iniciativas, inibindo a criação de novas estratégias e procedimentos logísticos de combate às drogas, principalmente as de consumo mais recente. Por exemplo, os estimulantes do tipo anfetamina (ATS) detêm duas potencialidades, isto é, além da facilidade de obtenção dos insumos para a produção, contam com um grande número de consumidores.

Conforme já descrito anteriormente, o Brasil é, há mais de quarenta anos, o paraíso dos grandes laboratórios. Poucos países do mundo produzem tantos remédios quanto aqui. Em nenhum deles a automedicação é tão permissiva. O consumo de medicamentos a rédeas soltas, além de ter insuflado o aparecimento de laboratórios clandestinos, permite falsificação de remédios até nos laboratórios convencionais e erros na preparação de fórmulas em farmácias de manipulação, fatais à saúde humana.

É por isso que, com ou sem o controle oficial, a produção clandestina prosperou. Além do desvio e do roubo de cargas, a seu favor conta o fato de os produtos finais do tipo anfetamina terem estrutura química bem simples. Além disso, vários compostos químicos servem em numerosos processos de síntese e estão na literatura técnica ao alcance das mãos de profissionais da área, que, sem dificuldade, até em laboratórios pequenos podem transformar substâncias básicas. Preparados para não perder o espaço para as drogas sintéticas, na guerra do vale tudo, os narcoprodutores amazônicos

parecem ter acertado sua opção, iniciando, em larga escala, plantios da papoula para fabricar a heroína. O risco é o mesmo dos negócios da cocaína. Apenas os lucros são maiores. Na selva ou no concreto das cidades nenhum satélite espião consegue descobrir laboratórios clandestinos.

A pressão do governo dos Estados Unidos da América contra os países amazônicos produtores da coca teve o mérito de forçar o crime organizado a diversificar e a buscar outras opções. A repressão levou as máfias do subcontinente a melhor racionalização do processo produtivo das drogas com um envolvimento mais efetivo do latifúndio, principalmente do latifúndio monocultor que por ser mais modernizado, atende com maior presteza e eficiência às demandas típicas do processo produtivo de drogas. Por exemplo, agora o refino é mais técnico e articulado geralmente em zonas perto das plantações de coca, economizando riscos, transportes, serviços, pessoal etc.

Prova da diversificação na produção de substâncias psicotrópicas encontra-se em espaços rurais dos estados de Rondônia, Amazonas, Acre, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, pontos importantes na rota da pasta-base. Tais estados abriram suas portas para a indústria do refino. O narcotráfico sabe que a opção exclusiva por cocaína é coisa do passado. Os lucros são maiores quando a oferta de drogas ilícitas no atacado é diversificada. Por isso, criou verdadeira interação na divisão do trabalho, tanto nacional como internacionalmente. A narcogeografia prova isso. No comércio e produção das drogas ilícitas entrelaça-se cada vez mais o espaço urbano ao rural e vice-versa.

Os métodos de ação variam de estado a estado, de região a região. As grandes fazendas são ainda o melhor lugar para os laboratórios clandestinos e estocagem dos produtos químicos controlados com definidas e estudadas estratégias de compensação em caso de perdas. O narcotráfico, ao invés de burocracias, tem eficientes prestadores de serviço com formidável faro administrativo.

O transporte da cocaína, de preferência é pago com cocaína, e outras substâncias controladas. Não entra tanto dinheiro quanto se pensa nesse intercâmbio de mercadoria por mercadoria. Apenas as quantidades variam. Em outros casos, o fornecimento de ingredientes químicos é envolvido no contrabando de cassiterita, esmeraldas, águas marinhas, ouro, mercúrio, soja e inclusive do café.

Não tem fronteiras o comércio de grandes fazendas de gado acasalado às drogas. Enorme quantidade de filhos de fazendeiros, peões e até simples trabalhadores rurais caem no vício das drogas.

É interessante analisar casos ocorridos em passado recente nas localidades de Cacoal, Xapuri, Guajará-Mirim, Ariquemes, Cáceres e Vilhena, porque aí se visualizava um outro lado do narcotráfico. Essas cidades e outras servem de exemplo incontestável para ilustrar que o narcotráfico na Amazônia não trouxe nem está trazendo progresso ou desenvolvimento. Se não é mentira que no passado ele reduziu o problema do desemprego, é verdade que ele não aporta consigo nem saúde, nem educação e nem

saneamento. São migalhas o que se deixa nas regiões da Amazônia, seja em regiões de garimpo, seja em regiões de agropecuária, seja nas regiões urbanas propriamente ditas. Os indicadores sociais servem de comprovação. Na Amazônia, a qualidade de vida piorou com a narcoviolência. A disputa para entrar no comércio das substâncias entorpecentes é acompanhada pelo aumento de viciados, da brutalidade e corrupção inerentes à vida dos narcotraficantes.

As pequenas sobras deixadas pelos barões do tráfico criam, entre os excluídos do meio rural, uma miragem, uma ilusão de prosperidade. Claro, podem excepcionalmente significar roupas novas, uma casa com eletrodomésticos, comida melhor, mas não passa daí a vida do bem sucedido médio traficante. Tal fartura é esporádica, temporária. Seu processo de substituição é rápido. É raríssimo ver traficantes vivendo muitos anos no mesmo lugar, porque sempre terminam colhendo a violência que semeiam. Os fazendeiros ao permitirem que se estoquem produtos químicos em suas fazendas, os indígenas que fazem o mesmo em suas reservas, todos ganham algo, mas por pouco tempo. Nada disso traz consigo prosperidade ou segurança. É esmola ilusória que aporta mortes e arrependimentos. Isso vale para os que adaptam seus barcos para o transporte fluvial das drogas ou que conservam as pistas de pouso para aviões, sejam elas continuação de estradas em grandes retas ou campos em pastagens bem aparadas que não despertam a atenção dos satélites nem dos aviões espiões da DEA.

As populações que vivem na zona rural às margens da BR-317 – estrada esburacada e mal conservada como a maioria das congêneres brasileiras, por onde a cocaína transitou livre em quantidades desconhecidas sabem que por aí muita gente desapareceu e tampouco a qualidade de vida melhorou. A BR-317 é declaradamente sensível ponto de interligação com outras rotas, por escoar pelas suas pistas a pasta-base, o éter, a acetona e o querosene. Em termos reais, perde apenas para os rios amazônicos, porque efetivamente os maiores lotes de químicos controlados e de cocaína transitam pelas rotas fluviais. O Mamoré e o Madeira são bacias vitais. No período da seca é relativamente fácil vistoriar as embarcações, mas isso é raro.

Na Amazônia, os rios efetivamente sempre significaram e continuam sendo mais importantes que os transportes aéreo e terrestre para o narcotráfico. Nessa região, não é raro sentir parte da população ribeirinha tradicionalmente ocupada com o extrativismo vegetal agora envolver-se igualmente em atividades para estocagem de ingredientes químicos. Da noite para o dia, tais estoques aparecem e desaparecem, sem prejuízo da produção.

A espiral de desgraças trazida pela tradição da migração rural-urbana, vale dizer, agricultores endividados que deixam suas terras para tentar a vida nos garimpos, garimpeiros que abandonam as minas exauridas e vão criar gado, vaqueiros falidos que buscam sua salvação e sustento nas cidades amazônicas, tudo isso alimentou o narcotráfico. Nas pequenas, médias e grandes cidades amazônicas, o processo migratório continua. Hoje, mesmo o narcotráfico está mais seletivo. Emprega menos e

os que são recrutados por eles possuem iniciativas, bom faro e esperteza.

Nos espaços sociais transfronteiriços o preço da cocaína não parou de cair nos últimos anos. Isso significa que agora se vende mais com margens menores de lucro. Acabou a reserva de mercado em mãos de um ou dois cartéis colombianos. Significa que a disputa pelo mercado de drogas é maior. Os pequenos traficantes já tiveram dias menos instáveis quando havia reserva de mercado controlada pelos poucos e grandes cartéis colombianos, tão fortes em passado recente na Amazônia. Mesmo hoje, quem consegue ser recrutado não pode se queixar ou chorar de barriga cheia, porque os lucros apesar de menos espetaculares, ainda assim compensam. Resultado de pelo menos década e meia de investimentos, o recrutamento e a formação de recursos humanos sempre foi grande dor de cabeça para as máfias américo-colombianas atuantes no meio rural. Como o preço da droga anda propositalmente baixo para atrair novos consumidores, há necessidade de vender produtos em quantidades maiores e de melhor qualidade para novos e mais numerosos consumidores. Com a ampliação avassaladora das anfetaminas, o novo tráfico de cocaína faz de tudo para não perder espaço para as drogas sintéticas.

O dependente no Brasil acostumou-se a consumir produtos de baixa qualidade. A cocaína pura se quadruplica com acréscimos de coisas. Quando passa disso, o exagero de impurezas provoca briga e mortes entre distribuidores. Temem certas máfias que mãos de fora estejam presentes na desmoralização das virtudes alucinógenas da cocaína, ou seja, quanto pior o produto, tanto melhor para a política contra as drogas nocivas.

A banalização da corrupção

Na região conhecida como "Cabeça de Cachorro", plantações de *ipadu* proliferaram-se no passado, porém não deram certo. Os indígenas e caboclos do lado brasileiro demonstram menos eficiência que seus irmãos de raça do lado peruano, colombiano e boliviano. Promissoras plantações de coca, feitas segundo más línguas até com apoio de engenheiros agrônomos holandeses em áreas desmatadas no Alto Rio Negro acabaram abandonadas. A razão do fiasco parece simples: não havia o que comprar com o dinheiro das drogas, porque simplesmente inexiste comércio na região. Nessa parte da Amazônia, quase tudo ainda é mata virgem. Lá, inclusive o garimpo teve inúmeras dificuldades. A descoberta do ouro e diamante trouxe aí prostitutas e comerciantes com quinquilharias, comidas e cigarros para extorquir o garimpeiro e retirar dele os lucros obtidos na lavra do ouro. O garimpo moribundo arrastou em sua decadência parte da infra-estrutura comercial e de transporte criada para seu sustento, seja na Venezuela seja no Brasil. Hoje, pouco dessa estrutura funciona. O pequeno comércio de mercadorias amazônico sobrevive mal ; só não morre por causa do eventual aporte das drogas, dado de maneira extremamente irregular.

Nos Estados do Pará, Rondônia e Acre também os plantios de *ipadu* que pareciam promissores fracassaram. Escreveu-se que a razão do insucesso foi o mercado, ou seja, não havia o que comprar com o dinheiro obtido na venda das folhas de coca. Hoje sabe-se que a razão está na verdadeira divisão internacional do trabalho no campo da produção das drogas. Neste particular, a vocação da Amazônia brasileira volta-se de preferência para o abastecimento dos produtos químicos controlados e como zona de trânsito para entrega da cocaína ao consumidor nacional e estrangeiro.

Em razão do suprimento para fabricação de drogas sintéticas estar mais controlado no Sudeste do Brasil, o crime organizado presente tanto em zonas rurais como na Zona Franca de Manaus e na região de Guajará-Mirim é que supre os mercados regionais com insumos básicos para a produção clandestina.

Em Cacoal o narcotráfico amazônico andou de mãos dadas com mestres dos cartéis colombianos no passado. Nessa cidade, o discípulo mais famoso do Cartel de Cali foi o ex-Deputado Federal por Rondônia, Jabes Rabelo, migrante sulista, que iniciou cedo suas atividades no comércio de drogas. Seu irmão Abidiel Rabelo acabou flagrado transportando cocaína. Processado, o mencionado senhor transformou-se no primeiro deputado brasileiro condenado por suas ligações com o narcotráfico, não obstante ser do conhecimento público nomes de políticos das esferas municipal, estadual e federal envolvidos com o narcotráfico, vez por outra citados nos noticiários da imprensa falada e escrita e nas comissões parlamentares de inquérito da Câmara dos Deputados.

Culpar só a omissão do Estado pela expansão do narcotráfico na Amazônia, além de modismo acadêmico, significa entrar no caminho explicativo menos penoso, menos polêmico e mais confortável na análise do fenômeno. Todos sabem que as fronteiras não têm vigilância e que a presença da Receita Federal e da Polícia Federal, do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e os tratados de cooperação negociados pelo Ministério das Relações Exteriores não dão conta do recado. Os mencionados acordos de cooperação contra o narcotráfico, se não ficam no papel, o que deles de fato é extraído para combater o mal pela raiz não passa de intenções, dada a distância entre as atividades previstas e aquelas de fato implementadas.

Sabe-se que o Governo nada fez impedindo que sua Polícia Federal trabalhasse durante anos seguidos com maior ardor no combate à exportação da droga do que atuando na contenção do seu consumo interno. Isso é contradição que desacreditou profundamente a ação policial brasileira. Contradição comprovada por meio do expressivo número de policiais nos aeroportos do Rio de Janeiro e São Paulo, por sua ignorada ausência no mundo rural e por sua minguada presença nas pequenas concentrações urbanas em áreas de fronteira, principalmente na Amazônia.

Sobre a corrupção, o narcotráfico no Brasil faz dela sua principal arma. A força do narcotráfico mais presente nos palácios que nas favelas retribui seus favores e pune os rebeldes que transgridem seus códigos e regras. As escolas colombianas que não mais fazem escola, marcaram no passado o comércio de drogas nacional. Pelo fato

de a inteligência controladora desses cartéis estar globalizada e viver hoje mais em Miami, Los Angeles, Chicago, Nova York, Madri, Roma, Palermo e Genebra do que em Bogotá, Cali, Medellín e Cartagena, é honesto ampliar a explicação da ação das novas máfias e cartéis. O número de cidadãos norte-americanos e europeus conectados com o crime organizado na Amazônia justifica esse acréscimo. Agora parece predominar o estilo das máfias russas que são numerosíssimas e pequenas. Apelam para qualquer tipo de violência. Preferem assassinatos, seqüestros e multiplicam-se como ratos. Na Amazônia o tráfico de drogas já está em mãos de centenas e centenas de minúsculos, porém fortes grupos.

Ao que se saiba em nenhum lugar do mundo, Estado algum desvencilhou-se por completo do poder de influência ou de corrupção dos barões do tráfico. Sem conseguir precisar quem é quem, sem poder comprovar denúncias, a sociedade constata que a ética e moral esmorecem com a banalização da corrupção e da violência. A coragem civil cede espaço para a covardia, quando tornam-se cotidianas nos jornais as denúncias sem punição de juizes, políticos e altos funcionários abraçados no lucrativo negócio dos ilícitos. O processo de corrupção é abrangente e nada seletivo: recruta pessoas de alta e baixa renda, atinge regiões ricas e pobres, porém só o vendedor de papelotes é o bandido. Quem controla o lucro do tráfico é gente acima de toda e qualquer suspeita.

Nesse particular, a sociedade rural na Amazônia depara-se com singular complexidade. Ela é parte de complexo que é ao mesmo tempo território de trânsito, de refino e de consumo. Mais do que isso: além de esconderijo privilegiado de químicos controlados, o banditismo presente nos latifúndios atrela-se ao que existe de pior no mundo das drogas. Na Amazônia brasileira, comunidades visitadas nos anos oitenta em Estados como Rondônia, Acre, Amazonas e Pará não têm agora o mesmo rosto que tinham então. Naquele tempo, a população rural parecia imune às drogas que acreditava-se ser fenômeno do capitalismo decadente. Hoje, nas fazendas e povoados que serviam como depósitos, ponto de trânsito da droga para o Sudoeste do país e para o exterior, parte de sua juventude está nas mãos do crime. Inclusive trabalhadores consomem hoje drogas, no passado coisa da elite.

Conclusão

Em cada lugar da sociedade rural amazônica os métodos da máfia variam e adaptam-se. Os narcotraficantes não criam raízes; são mestres na arte de corromper. Daí o êxito no Alto Solimões ao cooptar pescadores para transformar barcos em abrigos flutuantes utilizados no transporte e no refino da pasta. O sucesso ocorrido na transformação de parte do mundo rural da Amazônia em esconderijos para grandes estoques, significou alento a numerosos cartéis que atuam na Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

Para contrabalançar a deficiência da Região Amazônica em termos de pessoal com mínimo de formação e habilidades para trabalhar na agricultura de exportação e nas diferentes etapas do narcotráfico, o processo migratório foi a melhor solução. O êxodo rural a partir da década de setenta deu às máfias o que precisavam para sua penetração vertical e horizontal no mundo amazônico. A zona franca de Manaus e a expansão do seu comércio já haviam aplainado o terreno para as máfias, que passaram a ter na capital do Estado do Amazonas a junção do contrabando de mercadorias com a exportação de cocaína e heroína, principalmente para a Europa, com entrada principalmente pela Espanha e Itália.

Quem conhece o submundo do narcotráfico em Belém, Manaus e Porto Velho entende a gravidade dos perversos efeitos do narcotráfico. Há omissão nas escolas, nos quartéis, nas universidades e nos meios de comunicação de massa. Em nenhuma comunidade rural existem políticas públicas que motivem a população a rejeitar o uso de drogas ilegais. Menores de idade saem das roças para as cidades circulando nos negócios do tráfico da cocaína, seguros de sua impunidade. As crianças pobres inalam as colas de sapateiro sob a vista de todos no meio urbano. Ninguém faz nada porque não se dá a vida o valor que ela merece.

Ilusões de mobilidade social existem no universo do narcotráfico no meio rural. Os códigos de conduta do banditismo passam por cima da questão da origem social e do berço. Eles contemplam, aos que aplicam com maior rigor e eficiência a violência, o monopólio do prestígio na etapa da distribuição para o consumo. Isso, entretanto, não elimina a diferença entre classes sociais, entre o topo e a base dos envolvidos nos negócios ilícitos. Em termos comparativos, conforme mencionado, o narcotraficante que atua na sociedade agrária é receptivo porque a globalização dos negócios da droga o obriga ser assim.

A venda, o consumo, a produção e as estruturas que sustentam as substâncias entorpecentes na Amazônia parecem nascidas multipolarizadas. Se considerarmos as dimensões territoriais da região e sua geopolítica, as inteligências controlam o narcotráfico em aspectos multifacetados. Seu caráter é fragmentado, suas bases espalham-se no campo disseminando novas e velhas estratégias usadas na expansão do processo da comercialização das drogas.

No país campeão mundial da má distribuição da renda, o narcotráfico prosperou e avança devido à falta de estratégias adequadas para fazer face à agilidade e à destreza dos contraventores. O número dos usuários da cocaína transformou o Brasil no segundo maior consumidor mundial. Sua elite no poder gasta muito dinheiro. É inescrupulosa, significativamente numerosa, recebe altos salários e não tem a ética da solidariedade. Pelo outro lado da moeda, parte crescente daqueles que não tem com o que comprar apela para a força bruta roubando, matando e assaltando, confiante na impunidade e na lerdeza da justiça. O fato da sociedade ter aprendido a conviver com a violência e a corrupção, achando que democracia é sinônimo de impunidade, fez do narcotráfico

presente na sociedade agrária um comércio como outro qualquer. Somado a tudo isto, afora o mercado das drogas e dos produtos químicos controlados, resta pouquíssimo como elemento de troca para a sociedade rural. Por tal razão, as substâncias alucinógenas constituem a única moeda de expressivo valor nestes tempos de morosa mundialização para as soluções e de acelerada globalização dos problemas.

Notas

[1] PROCÓPIO, Argemiro. "O ouro e a questão da agricultura na Amazônia Legal" . In: *Ibero-Amenikanisches Archiv*, Helft 3, Berlin, Alemanha, 1984.
[2] PROCÓPIO, Argemiro. *A miséria do colono e o ouro no Araguaia e Amazônia*. In: A busca do ouro: garimpos e garimpeiros no Brasil. Organizado por Gerôncio Albuquerque Rocha / Coordenação Nacional dos Geólogos – CONAGE. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1984.
[3] OTT, Ari Teixeira / CEMIN, Nairo Oliveira. "Situação atual – descrição do caso de Rondônia" , Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho (mimeo), 1998.
[4] PROCÓPIO, Argemiro. *O Brasil no mundo das drogas*.2ª edição. Petrópolis : Editora Vozes, 1999.
[5] PROCÓPIO, Argemiro (org.). *Narcotráfico e Segurança Humana*. São Paulo : Ltr, 1999.
[6] Sindicato Rural de Campo Grande – MS. *Informe Agropecuário*. Ano X, n. 131, janeiro de 1997, pp 14-15.
[7] PROCÓPIO, Argemiro (org). *Narcotráfico e Segurança Humana*. São Paulo : LTr, 1999, p. 30-3.
[8] Rufin, Jean-Christophe. *L'Empire et les Nouveaux Barbares*. Paris. Éditions JCLattès, 1991.

Bibliografia

CABALLERO, Francis. *Droit de la drogue*. Paris : Dallos, 1978.
FRIEDMAN, Milton. *The war we are loosing*. In : KRAUSS, Melvyn B. et al. *Searching for Alternatives = Drug Control Ploicy in United States*. Standford, California, EUA : Hoover Institution, 1991.
LABROUSSE, Alain. *La Drogue, l'argent et les armes*. Paris, Librairie Arthème Fayard, 1991, p. IV.
MURAD, José Elias. *Pesquisa sore o abuso de drogas no Brasil*. Epidemological Inquiry About Drug Abuse in Brasil. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Brasília, 1997, p. 9-11.
OTT, Ari Teixeira / CEMIN, Nairo Oliveira. "Situação atual – descrição do caso de Rondônia" , Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho (mimeo), 1998.
PROCÓPIO, Argemiro. "O ouro e a questão da agricultura na Amazônia Legal" . In: *Ibero-Amenikanisches Archiv*, Helft 3, Berlin, Alemanha, 1984.
____ . A miséria do colono e o ouro no Araguaia e Amazônia. In: A busca do ouro: garimpos e garimpeiros no Brasil. Organizado por Gerôncio Albuquerque Rocha / Coordenação Nacional dos Geólogos – CONAGE. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1984.
____ . *O Brasil no mundo das drogas*.2ª edição. Petrópolis : Editora Vozes, 1999.
____ (org.). *Narcotráfico e Segurança Humana*. São Paulo : LTr, 1999.
____ (coord.). *Ecoprotecionismo: Comércio Internacional, Agricultura e Meio-Ambiente*. Brasília : Banco Mundial / Ipea, 1994.
RUFIN, Jean-Christophe. *L'Empire et les Nouveaux Barbares*. Paris. Éditions JCLattès, 1991.
SENAD. Relatório do 1º Fórum Nacional Antidrogas. Brasília : novembro de 1998.

Sindicato Rural de Campo Grande – MS. *Informe Agropecuário*. Ano X, n. 131, janeiro de 1997, pp 14-15.

IV Simpósio "Corrupção e Narcotráfico", Universidade de Brasília/Departamento de Relações Internacionais, novembro de 1997.

V Simpósio Cooperação e Política de Combate às Drogas nas Relações Internacionais. Universidade de Brasília, março de 1999.

VII Simpósio Narcotráfico e Segurança Humana. Universidade de Brasília, dezembro de 1999.

BRASIL E ARGENTINA: UMA DÉCADA DE POLÍTICA EXTERNA

Miriam Gomes Saraiva*

RESUMO

O artigo procura estabelecer um estudo comparativo entre as políticas externas de Brasil e Argentina nos anos 90, demarcando as diferenças das linhas mais gerais suas, com destaque para os respectivos posicionamentos frente aos Estados Unidos, a temas de segurança e ao MERCOSUL.

ABSTRACT

This article aims at establishing a comparative study between the Foreign policies of Brazil and Argentina during the 90s. Particular attention is drawn to determining general differences between them, stressing their positions before the United States, security themes and the MERCOSUR.

Introdução

Estudos comparativos entre as políticas externas de Brasil e Argentina, nos anos 90, considerando suas diferenças e aproximações, não vêm recebendo muito destaque nas pesquisas dos últimos anos. O objetivo deste artigo é demarcar as diferenças das linhas mais gerais da política externa nos dois casos, com destaque para a inserção de cada um dos países na ordem internacional e o respectivo posicionamento frente aos Estados Unidos, para o comportamento em relação a temas de segurança e no que diz respeito à percepção de ambos frente ao Mercosul.

No decorrer da década de oitenta, quando houve os primeiros passos do processo de integração entre ambos, havia uma coincidência entre as linhas gerais de suas atuações externas. Durante os governos de José Sarney e Raúl Alfonsín, os dois países mantiveram perfis mais próximos em torno de um padrão de política externa mais autônoma. Enfrentaram temas comuns, como a participação conjunta em foros latino-americanos (Cartagena, Apoio e, em seguida, o Grupo do Rio) e a criação da Zona de Paz, no Atlântico Sul, junto com um processo nuclear de corte mais autônomo e com a vontade política de revigorar uma política de integração na região.

No campo das relações econômicas, se, por um lado ambos, enfrentassem os problemas decorrentes das negociações da dívida externa; por outro, no campo do comércio internacional, a economia argentina se encontrava mais aberta em comparação com a brasileira.

Na passagem para os anos noventa, a política externa argentina modificou-se, orientando-se no sentido de um alinhamento claro aos Estados Unidos, afastando a trajetória dos dois países nesta área. A percepção, que ambos vão estruturar da nova

Revista Cena Internacional. 2 (1): 123-135 [2000]

* Professora do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

ordem internacional que se delineia, é diferenciada, e influencia os esforços de cada um para inserir-se no cenário internacional. No espectro mais estratégico, junto com a opção argentina pela aliança com os Estados Unidos, manifestaram-se distanciamentos frente à posição brasileira em relação à composição do Conselho de Segurança das Nações Unidas e a participação em suas Operações de Paz. Ainda no campo da segurança, manteve-se uma coincidência no que diz respeito à política nuclear, mas, ao contrário da década anterior, pautada pela vinculação com os regimes internacionais. Em relação ao processo de integração regional, houve uma aproximação no campo das relações econômicas, mas as diferenças em termos da política externa mais geral trouxeram obstáculos para uma percepção do parceiro como aliado no campo da política internacional. [1]

As diferenças de percepção da ordem internacional e as relações com os Estados Unidos

A passagem para os anos noventa coincidiu com uma conjunção de fatores de ordem externa e interna que levaram a uma reformulação das políticas externas argentina e brasileira. Externamente, com a superação definitiva da ordem bipolar, estrutura-se uma nova ordem baseada, no campo político, na defesa de valores vinculados ao pluralismo democráctico e, no econômico, nos preceitos da economia de mercado como referência. A desestruturação brusca da União Soviética abriu uma série de indagações sobre o teor desta nova ordem, e, particularmente, sobre o papel dos Estados Unidos em sua estruturação, o que deixou espaços para percepções diferentes por parte das diplomacias nacionais. Internamente, o final da década anterior foi marcado, nos dois casos, pela consolidação dos processos de democratização e pela crise econômica (no caso brasileiro, mais profundamente, uma crise do modelo de desenvolvimento adotado há muito tempo). A ascensão de Collor de Mello e Carlos Menem propiciou tentativas -com maior ou menor sucesso- de ajuste econômico e reformulação do modelo.

O início do governo Menem trouxe uma inflexão importante na política externa argentina. Para a nova administração, colocava-se como fundamental romper a tradição de desafio aos Estados Unidos e buscar uma aliança certa com o parceiro do norte em relação a temas gerais da política internacional, como forma de garantir recursos para o projeto econômico interno e uma inserção internacional mais ativa junto ao diretório dos grandes.[2] Para o Brasil, por seu turno, a percepção da ordem internacional e as relações com os Estados Unidos tiveram menos constância e definição que no caso argentino. Durante o período, a diplomacia brasileira pôs em xeque o paradigma que regia sua a política externa desde os anos 70 e buscou redefinições, acrescentando a conceitos tradicionais da atuação externa brasileira novas categorias de interpretação da realidade internacional.[3]

No caso argentino, quando Carlos Menem ascende à Presidência, busca-se colocar distância frente à politica externa adotada pelo governo de Raúl Alfonsín e redefinirem-se as relações externas do país.[4] Desde a percepção da nova administração, por um lado, a nova ordem internacional, que se delineava, tinha os Estados Unidos como liderança absoluta e, por outro, a constância de confrontações, que haviam marcado a história das relações Argentina/Estados Unidos, prejudicava o acesso do país a benefícios econômicos. A diplomacia argentina buscava, neste novo quadro, reinserir o país política e economicamente no Primeiro Mundo e, para tanto, precisava superar definitivamente a imagem de *enfant terrible* solidificada pelas rebeldias em relação às potências centrais (os Estados Unidos, em particular) e pela Guerra das Malvinas.

No cenário de redefinição das relações, o foco principal é o relacionamento com os Estados Unidos. Uma maior autonomia e participação nas decisões internacionais em uma nova ordem de corte homogêneo, a longo prazo, passariam por estabelecer laços de aliança e confiabilidade com a potência dominante. Em termos econômicos, esta aproximação poderia facilitar o acesso a insumos para o projeto de ajuste econômico implementado com êxito a partir de 1991. Outras ações importantes foram o reatamento das relações diplomáticas com o Reino Unido, a saída do país do Movimento dos Não-Alinhados e a aliança econômico-comercial com o Brasil, através da formação do Mercosul.

A mudança de percepção da diplomacia argentina veio vinculada às alterações ocorridas na ordem internacional e ao projeto interno de desenvolvimento, mas também a uma discussão que já vinha permeando os serviços diplomáticos do país sobre o impacto negativo das más relações com os Estados Unidos no desenvolvimento interno. A defesa da mudança na política externa, defendida por Carlos Escudé, serviu de referência para setores da nova administração, influenciando indiretamente a formulação da política externa do período e consolidou sua posição alternativa ao paradigma anterior que orientava então a inserção internacional do país, através do novo conceito de realismo periférico.[5]

As premissas do realismo periférico eram de que se tratava de um país de pouca importância no cenário internacional, com uma posição de vulnerabilidade e dependência em relação a desmandos do sistema internacional, e cuja viabilidade a longo prazo estaria ameaçada por problemas econômicos.[6] Partindo desta visão, seria necessário que o país tivesse uma postura, por meio de sua política exterior, de cooperação com as potências nas questões políticas e guardasse atritos apenas nos interesses materiais de agentes internos. Em relação a parceiros de menor relevância, uma distância não implicaria perdas reais, a não ser de "orgulho", "honra", etc. O ideal seria adotar uma política externa pragmática, com vistas a construir uma boa relação com os Estados Unidos e o Conselho de Segurança das Nações Unidas, mas que teria também um caráter moral, ao confiar a defesa dos grandes princípios

universais às grandes potências. Este pragmatismo levaria ao fim da confrontação com as potências uma política externa de perfil mais baixo e a uma redefinição do conceito de autonomia com base nos custos do confronto para o Estado periférico.

Dentro dos marcos assinalados, em relação aos Estados Unidos, a política externa do período caracterizou-se por um alinhamento incondicional nos temas de política e segurança internacionais – que teve como máxima a expressão *"relaciones carnales"* utilizada pelo Chanceler Guido Di Tella.[7] Em termos específicos, no campo econômico, a diplomacia argentina se reservou o direito de divergir do parceiro.[8] Esta postura se materializou no apoio dos temas centrais da política externa norte-americana, como a defesa dos valores democráticos, direitos humanos, segurança internacional coletiva e economia aberta, e levou a Argentina a apoiar os Estados Unidos sempre que estes temas se colocassem. No caso da América Latina, como exemplos importantes, evitou críticas ao embargo dos Estados Unidos a Cuba e defendeu a ampliação dos poderes da Organização dos Estados Americanos para intervenções diretas frente a casos de riscos ao regime democrático. Em contrapartida, mantiveram-se divergências entre ambos, embora restritas a alguns campos, como o sistema judiciário argentino e o problema da propriedade intelectual.

A política externa brasileira, por seu turno, também viveu modificações, no início dos anos 90, com a chamada crise de paradigma.[9] No governo de Collor de Mello, as linhas gerais, com base no paradigma globalista, que nortearam o comportamento externo brasileiro durante muitos anos foram questionadas; as premissas vinculadas ao nacional-desenvolvimentismo, que já vinham perdendo sua dinâmica durante os anos 80, foram definitivamente superadas, dando lugar a uma percepção de que, abrindo mão das queixas em relação à economia internacional e aproximando-se do espectro liderado pelos Estados Unidos, o país poderia colocar-se como interlocutor válido das potências no cenário internacional. Com isto, o governo Collor buscou modificar o perfil internacional do país, atualizando a agenda de acordo com os novos temas, construindo uma relação melhor com os Estados Unidos e descaracterizando o perfil terceiro-mundista com vistas a uma inserção mais competitiva que levaria o Brasil ao Primeiro Mundo.[10] Como a Argentina, manteve o caráter vinculador da política externa com o desenvolvimento nacional com vistas ao apoio externo às reformas econômicas do país.

Contudo, a ascensão de Itamar Franco à Presidência comprometeu por um tempo o pensamento mais liberal na política brasileira. Ele recuperou a preponderância de pressupostos anteriores, deu um fôlego maior à vertente mais desenvolvimentista de política externa, abrindo um fosso em relação ao comportamento alinhado aos Estados Unidos da Argentina.

Enquanto a percepção da diplomacia argentina da ordem internacional apontava para um mundo com o predomínio nítido de uma potência que, portanto, deveria ser o aliado fundamental, a visão brasileira percebia o cenário como das "polaridades

indefinidas", onde não estava pré-definido o lugar que cada um dos principais atores viria a ocupar[11]. Neste momento, a Chancelaria ainda digeria o processo de globalização, e a ordem internacional era vista como transitória e instável[12].

As premissas principais da política externa brasileira deste período se baseiam em um projeto de inserção externa de um país continental, em um cenário internacional descontínuo, com interesses na dinâmica de globalização da economia mundial, e como parceiro importante no processo de regionalização da América Latina e do Norte. Assim, o Brasil atuou mais ativamente nos foros multilaterais, aprofundou a integração regional com destaque para o Mercosul; "desdramatizou" suas relações com os Estados Unidos ao evitar tanto alianças incondicionais como enfrentamentos, buscou a aproximação com novos parceiros externos como a Índia e a China.[13]

O início do governo Fernando Henrique Cardoso possibilitou uma reaproximação, embora pontual e limitada, com a política externa argentina. O pano de fundo – a percepção da ordem internacional e de como nela inserir-se- seguiu distinto. O que se viu foi a assunção mais definitiva por parte da diplomacia brasileira dos padrões que haviam se delineado no governo Collor e perdido um pouco de vigor durante o período de Itamar Franco.

A inflexão mais marcante foi a aceitação de um novo conceito de "soberania compartilhada", diferente do conceito clássico de soberania.[14] Era a concordância de que, num mundo marcado por valores universais, os Estados estariam sujeitos às normas oriundas dos regimes internacionais. Desde a perspectiva da diplomacia brasileira, isto significa uma modificação no conceito de autonomia – a idéia da "autonomia pela integração"- , em detrimento da autonomia, que visa o isolamento ou a auto-suficiência.[15]

A identificação feita pela diplomacia argentina da necessidade de se aliar aos Estados Unidos incondicionalmente, para ter acesso ao diretório dos grandes, é substituída no Brasil pela percepção do mesmo como um pólo com mais recursos de poder, mas com uma relativa inércia para aplicá-los.[16] Neste quadro, incerto, existe por um lado um "concerto" com um discurso homogêneo de defesa da democracia, direitos humanos, livre mercado, etc., e a tendência a formar regimes em sua defesa. Mas as condições de manutenção deste "concerto" seriam a grande adaptabilidade da liderança norte-americana às demandas das potências e, em segunda instância, dos países médios e pequenos.[17] Este cenário abriria espaço para o Brasil – numa busca de mecanismos para ampliar sua capacidade de atuação internacional- adotar uma posição que não significasse nem alinhamento automático, nem postura de *free rider*. Que se orientasse sim, em primeiro lugar, pela percepção de que a política de bloco da ordem bipolar seria substituída por alinhamento variáveis de acordo com o tema em questão e, em segundo, pela adesão aos regimes internacionais referentes aos temas vigentes.[18]

A partir desta perspectiva, no que diz respeito aos Estados Unidos, a política externa brasileira manteve, por um lado, divergências nos âmbitos multilateral – temas

da organização do comércio internacional e do protecionismo dos países desenvolvidos- e continental, como as diferenças em relação ao processo de integração do continente americano. Enquanto os Estados Unidos teriam mais pressa em concluir a Associação Americana de Livre Comércio, o Brasil preferia atrasar a conclusão dando ênfase às experiências sub – regionais como o Mercosul. Mas, por outro, não subsistiu o aspecto de enfrentamento que ocorreu durante as décadas anteriores. Ao contrário, a "desdramatização" já experimentada no governo de Itamar Franco contribuiu para abaixar o perfil e retirar o Brasil da posição de terceiro-mundista queixoso e exigente. Como atenuante, o sucesso do Plano Real atuou como fator de maior credibilidade do Brasil junto a seus parceiros do Norte.

Reflexos das percepções diferenciadas em atuações frente a temas relevantes: o Conselho de Segurança e a segurança internacional

As diferenças nas percepções brasileira e argentina da ordem internacional e das opções de alianças externas tiveram reflexos no comportamento externo de ambos, trazendo à tona situações onde as discordâncias se apresentaram com clareza.

Um dos reflexos desta diferença de posição foi a atitude tomada em relação ao Conselho de Segurança das Nações Unidas. No âmbito da reforma do Conselho, a resistente percepção brasileira de uma capacidade do país de participar do processo de tomada de decisões da política internacional e da tradição de política externa orientada para a solução pacífica de controvérsias e manutenção da paz recolocaram-se no período, através da proposta de se incluir o Brasil como membro permanente.[19] Durante o governo de Itamar Franco, esta perspectiva foi recolocada com base na idéia de que o Brasil deve ser um *global player*, com participação na formação das regras de convivência e valores de uma nova ordem internacional indefinida e em formação. A candidatura brasileira viria da capacidade do Brasil de participar e exercer influência sobre o processo de tomada de decisões em questões da política internacional. Na presidência de F. H. Cardoso, a perspectiva manteve-se, embora com um pouco menos de ênfase. A Argentina, por sua vez, não apoiou as pretensões brasileiras; ao contrário, defendeu um rodízio da vaga.

Outro reflexo desta diferença se deu em relação ao tema da segurança internacional. Uma primeira dimensão da segurança se refere às Operações de Paz das Nações Unidas, que foi um exemplo das diferenças nas políticas externas de ambos países. Em 1990, com base na mudança de orientação de sua política externa, a Argentina inaugurou um período de divergências com o Brasil, com sua decisão unilateral de participar da Guerra do Golfo. A partir deste momento, a diplomacia argentina passou a pautar suas participações nas Operações de Paz a partir de estimativas globais, com base em um multilateralismo,o qual defendia os princípios da democracia e dos direitos humanos.[20]

O Brasil, por seu turno, manteve um discreto discurso de defesa da não –

intervenção, tendendo a considerar – como tradicionalmente- as medidas coercitivas como instrumento de última instância e resguardou suas atuações para Operações que guardavam maior convergência com os interesses brasileiros, como os casos de Angola e Moçambique e, mais recentemente, o do Timor Leste. Da virada da década até 1997, a Argentina havia participado em quase o dobro de Operações da Paz que o Brasil e, em muitos casos, a posição assumida por ambos foi distinta.[21]

Com a perspectiva de ocupar uma posição de mais destaque neste campo, a diplomacia argentina deu apoio explícito a operações de paz por fora dos marcos das Nações Unidas, como o caso da operação da Organização do Tratado do Atlântico Norte, em Kosovo. Por fim, ampliou suas diferenças com o Brasil e contribuiu para desenvolver uma área de tensão no espaço regional, com o reforço da aliança com os Estados Unidos na área estratégico – militar, que foi materializado na posição argentina de aliado extra-Otan.[22] A diplomacia brasileira manteve um baixo perfil frente ao tema.

A segunda dimensão das posturas frente à segurança internacional diz respeito à política de não-proliferação nuclear e de armamentos. Nesta esfera, o comportamento de ambos foram convergentes e, mesmo de cooperação, com a perspectiva vigente no cenário internacional, de base no apoio que ambas políticas externas buscavam dar aos regimes internacionais.

No início da década, a Argentina dá os primeiros sinais da aliança com os Estados Unidos, com a aceitação das normas internacionais ao desmontar o projeto Condor 2, de construção de um míssil balístico.[23] Em seguida, e, em coordenação com o Brasil, vai abrindo mão de sua política nuclear autônoma. Depois de mais de duas décadas de resistência ao instrumento de não – proliferação nuclear, em 1994, Brasil e Argentina ratificaram o Tratado de Tlatelolco e, entre 1995 e 1997, assinaram, por fim, o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares. Esta integração de suas políticas nucleares coordenadas, com uma aceitação das disposições internacionais dominantes sobre o tema, contribuiu para que os dois países aparecessem como parceiros mais confiáveis frente aos Estados Unidos e à União Européia.

A parceria Brasil – Argentina: aproximação econômica e dificuldades no campo da política internacional

O tema do processo de integração regional ocupou um papel de destaque nas políticas externas brasileira e argentina durante o período. No entanto, não experimentou uma evolução linear, nem produziu resultados similares no campo das relações econômicas e no comportamento frente aos temas da política internacional. O comportamento de ambos, frente a temas externos ao bloco de forma coletiva, é uma dimensão complexa do processo que envolve tanto as atividades econômicas externas do Mercosul como grupo, como questões mais variadas da política internacional. Ao contrário do ocorrido nos anos 80, com os primeiros esforços de

aproximação, no campo econômico, houve avanços significativos enquanto um afinamento das percepções do segundo foi mais difícil, limitando as possibilidades de ambos atuarem como parceiros nos temas referentes à nova ordem internacional.[24]

No campo das relações econômicas externas (previstas no Tratado de Assunção), as convergências se fizeram sentir, apesar das dificuldades e dos esforços de negociação caso a caso. Em termos gerais, a ascensão dos governos de Fernando Collor e Carlos Menem acelerou o processo de integração. A implementação, por ambos, de políticas de corte liberal orientadas para a abertura das economias – no caso argentino com muito mais êxito – contribuiu para a adoção de um modelo de integração, com abertura para o exterior materializado na assinatura do Tratado.[25]

Na prática, o primeiro campo a sentir a aproximação foi o do comércio internacional; o acercamento entre ambos experimentou um avanço real, de forma complementar ao processo de integração econômica interno ao bloco. Na seqüência da assinatura do Tratado de Assunção, as duas chancelarias buscaram espaço e reconhecimento internacionais com a apresentação da nova iniciativa de integração e o Mercosul passou a atuar como instrumento aglutinador.

Em 1991, começaram negociações de acordos comerciais com parceiros externos, que tomaram corpo com a assinatura de um acordo entre os quatro integrantes do Mercosul e os Estados Unidos, assim como as gestões diplomáticas junto ao Pacto Andino, a países asiáticos e à União Européia. Permaneciam dificuldades em função do caráter mais aberto da economia argentina e da estabilidade de seu Plano de Convertibilidade.[26]

O Plano Real e, meses depois, o início da presidência de Fernando Henrique Cardoso aproximou-os no que diz respeito às ações de política econômica e às atividades externas ao grupo.

A assinatura do Protocolo de Ouro Preto, no final de 1994, trouxe para o Mercosul uma personalidade jurídica para a negociação de acordos internacionais, dando um novo impulso às relações econômicas exteriores do grupo. Em 1995, foi assinado um Acordo Marco de Cooperação com a União Européia e, em 1996, acordos de associação e livre comércio com Chile e Bolívia. Este avanço das negociações no campo comercial foi possível a partir da conformação de uma Tarifa Externa Comum, elevando o bloco à união aduaneira. Implementada a partir de janeiro de 1995, chegou, neste ano, a abarcar grande parte do comércio exterior dos países-membros.

Como limitações neste campo, prevaleceram diferenças em função de opções da economia brasileira. Apesar do sucesso do Plano Real, seguiram no Brasil as divergências internas sobre a aplicação da nova estratégia de desenvolvimento. Mas foram limitações que tiveram um impacto maior nas relações entre Brasil e Argentina do que em suas relações econômicas externas.[27]

Apesar das fricções intraparceiros, mais recentemente, o processo de negociação da formação da Associação de Livre Comércio Americana tem sido discutido nos

marcos do esquema de integração e o diálogo estabelecido com a União Européia vem sendo mantido conjuntamente. Apesar da escolha da diplomacia argentina pela aliança com os Estados Unidos no campo político – estratégico, em termos econômicos, a aliança com o Brasil prevaleceu.

Em contrapartida aos avanços no campo econômico, uma possível articulação no campo da política internacional foi mais difícil. Apesar de alguns esforços de coordenação que existiram em relação a temas específicos, conforme já foi assinalado, as opiniões neste campo não foram sempre coincidentes.

No contexto dos anos 90, a formação de grupos regionais e arranjos de cooperação inter – regionais passaram a ser um instrumento freqüente das diplomacias nacionais. Para o Brasil e a Argentina, poderia ser importante trabalhar a partir de um arranjo de integração no campo da política internacional que lhes permitisse consolidar tanto a posição de negociação com terceiros Estados, como em um contexto de integração mais amplo do continente latino-americano. No que diz respeito aos temas mais políticos, a conformação de um arranjo deste tipo poderia favorecer a projeção externa dos seus países-membros.

Mas, nem sempre estas percepções prevaleceram na atuação de ambos os países. O Tratado de Assunção, ao contrário do exemplo das relações econômicas, não fez referências concretas às articulações ou aproximações de comportamentos frente a questões de política internacional, deixando-as em aberto. A política externa seguiu sendo vista por Brasil e Argentina como uma área sensível e reivindicada como questão de soberania nacional.

O *impeachment* de Collor de Mello e a ascensão à Presidência de Itamar Franco abriram maior distância entre as posições brasileira e argentina. Desde a perspectiva brasileira, o Mercosul poderia atuar como um elemento de reforço na sua capacidade de negociação e instrumento de construção da legitimidade internacional do Brasil, assim como posicionar melhor a diplomacia brasileira no espaço regional.[28] Com exceção da questão regional, nos temas mais gerais, isto não se traduziu numa liderança propositiva da diplomacia brasileira.[29]

Por um lado, a diplomacia brasileira evitava compromissos para não ter obstacularizados seus espaços de atuação externa já conquistados em termos individuais. A Argentina, por seu turno, experimentou internamente uma divisão sobre o papel que o Brasil deveria ocupar no quadro de suas alianças externas e terminou mantendo os Estados Unidos como referência principal de seu comportamento no campo da política internacional (deixando o Brasil mais como aliado comercial) e mostrou-se sensível a qualquer sinal de proeminência de seu parceiro de bloco.[30]

O início da administração de F.H.Cardoso acercou (como no campo econômico) um pouco mais as visões de mundo de ambos em política externa, dentro de padrões dominantes do novo ordenamento internacional, mas mantendo sempre a forma de inserção e grau de autonomia distintos.

Já nesta etapa, houve esforços de unificação de posições que foram se conformando entre ambos no marco das diferenças, em relação a temas que, até então, não eram consensuais. Os principais exemplos foram as posições assumidas em foros latino-americanos como o Grupo do Rio e a Organização dos Estados Americanos frente à, por exemplo, questão cubana (embora com resultados às vezes de malabarismo diplomático), assim como no Grupo dos Quinze.

Um setor onde houve uma aproximação, já assinalada, no comportamento de ambos foi o da política nuclear. Nesta área, prevaleceu o reconhecimento dos regimes internacionais sobre o tema, o que permitiu uma atuação conjunta. Sendo um campo marcado fortemente por uma preocupação militar, até 1985 era objeto de desconfiança mútua e competição. Com o Presidente Alfonsín e o Presidente Sarney, iniciou-se a trajetória de aproximação com o estabelecimento de uma comissão conjunta de política nuclear. Em 1990, foi assinado um acordo que previa a criação de mecanismos de verificação, desanuviando as relações bilaterais. Em 1991, foi criada a Agência Brasil – Argentina de Contabilidade e Controle de materiais nucleares (ABACC) e assinado o Acordo Quadripartite entre esta, Brasil, Argentina e a Agência Internacional de Energia Atômica.

No âmbito da segurança de caráter mais regional – diferentemente da segurança global- houve também pontos de convergência.[31] Entre ambos, desde 1980, que não se percebe mais ameaça mútua e a região do rio da Prata deixou de ser centro de atuação das duas forças armadas. Os esquemas de segurança de ambos os países foram modificados, deixando de ter como referência as hipóteses de conflito que foram substituídas por atividades conjuntas e pela criação do "Mecanismo de Consulta sobre Defesa e Segurança Argentino-Brasileiro".

Conclusão

As políticas externas brasileira e argentina, durante o período, no campo político – estratégico experimentaram mais distância que aproximações; distância esta que teve como causa principal a diferença nas percepções de ambas diplomacias da ordem internacional e da forma que o país poderia adotar para inserir-se nela o melhor possível.

Depois de uma década de distância entre as percepções da ordem internacional de ambas diplomacias, assim como o impacto que isto teve nas ações práticas de ambos, o cenário atual de diferenças/semelhanças entre Brasil e Argentina, no campo de política externa, encontra-se num estágio de indefinição. É importante ressaltar que, se, pelo lado brasileiro, as posições atuais estão mais consolidadas, as percepções argentinas sobre a necessidade de alinhamento aos Estados Unidos, na diplomacia, não traduzem um consenso interno no campo de política externa. A ascensão de Fernando de la Rúa à Presidência pode modificar o cenário de sua política externa, e, sem retornar ao paradigma dos anos 80 do último governo da União Cívica Radical,

buscar uma reaproximação da política externa brasileira.[32] A possibilidade de articulação das políticas externas entre Brasil e Argentina não está descartada e, apesar de se tratar de um campo difícil, poderá prestar bons serviços à inserção internacional de ambos.

Notas

[1]Os *papers de José Paradiso* (1997 e 1999) fornecem informações sobre o grau de aproximação entre Brasil e Argentina no campo de política externa.

[2]Sobre a política externa argentina deste período, ver as obras de Carlos Escudé (1995a, 1995b, 1997), que, embora não de forma direta, guardam relação com o pensamento da diplomacia do período, e a de Joseph Tulchin (1997).

[3] Sobre a questão do discurso diplomático do período, é interessante ver artigo de Alexandra de Mello e Silva (1999).

[4] A compreensão da política externa argentina contou com uma contribuição de Tedesco (1996).

[5] Ver Escudé (1995a,1995b e1997).

[6]As premissas aparecem de forma mais sucinta em Escudé (1997).

[7]Tulchin (1997), p.182, chama a atenção para a manutenção da retórica inflamada pela diplomacia argentina, mesmo nesta nova situação.

[8]Busso (1997) dá um quadro completo das relações Argentina/Estados Unidos no período e chama a atenção para a característica. Seria como concordar no atacado para divergir, eventualmente, no varejo.

[9]Sobre a política externa dos governos Collor e Itamar Franco, Mônica Hirst e Letícia Pinheiro (1995) fornecem um quadro importante que não pode deixar de ser consultado por um estudioso que escreva sobre o período.

[10] Roberto Abdenur (1994) tece comentários sobre a percepção do Brasil de sua inserção externa.

[11] Ver Celso Lafer e Gelson Fonseca Jr.(1994).

[12] Sobre a percepção da diplomacia brasileira da ordem internacional pós-1990, o *paper* de Alexandra de Mello e Silva (1998) leva adiante uma discussão muito interessante.

[13]Mônica Hirst e Letícia Pinheiro (1995), p.11.

[14]Silva (1999) aponta esta questão, assim com a importância da adesão aos regimes internacionais.

[15]"Acabaram-se os tempos de isolacionismo e da auto-suficiência. A soberania nacional deixou de ser argumento para comportamentos que atentam contra os valores fundamentais", "A autonomia pela integração significa apoio aos regimes internacionais". Luiz Felipe Lampreia (1998), p.8 e 11. Lampreia é o Chanceler do governo Cardoso.

[16]O texto de Gelson Fonseca Jr. (1999) – atual representante do Brasil nas Nações Unidas – contribui enormemente para se entender a percepção da diplomacia brasileira.

[17]Fonseca Jr. (1999), p.32.

[18]Idem, p.39.

[19] Ver Celso Amorim (1995) e Roberto Abdenur (1994). Ambos são diplomatas de primeira linha, tendo sido o primeiro Chanceler do governo Itamar Franco. Sobre a percepção brasileira do "lugar devido" entre os grandes, ver Alexandra de Mello e Silva (1998).

[20] Tedesco (1996), citando o chanceler Guido di Tella.

[21] A Argentina participou, entre 1988 e 1997, de 17 Operações com observadores ou efetivos, enquanto o Brasil participou de 9, e com efetivos apenas nos casos de Angola e Moçambique. Em 1998, apresentou-se, por exemplo, uma diferença no caso do Haiti, quando a Argentina apoiou e o Brasil se absteve (junto com a China) de apoiar o envio da força multinacional.

[22] Em 1999 a Argentina dirigiu uma reivindicação de incorporar-se plenamente à Otan, mas não obteve êxito.

[23] Tratava-se da construção de um míssil em parceria com Iraque e Egito. Sobre o tema, ver Escudé (1995b).

[24] Sobre articulação das políticas externas nos marcos do Mercosul, ver Saraiva e Almeida (1999).

[25] Ver Saraiva (1996).

[26] Nos anos que se seguiram à assinatura do Tratado de Assunção, o Brasil experimentou problemas de estabilidade econômica interna e de desvalorização cambial.
[27] As divergências e atritos entre as diplomacias e agentes econômicos dos dois países por diferenças em termos de câmbio, política de investimentos e setores específicos de importação/exportação são um marco constante nas relações, agravado sobretudo depois da desvalorização do real no início de 1999.
[28] Saraiva (1996).
[29] Albuquerque (1999).
[30] Sobre a questão Brasil/Estados Unidos, a partir da perspectiva argentina, ver Escudé e Fontana (1995) e Busso (1997).
[31] José Horácio Jaunarena (1999), Ministro da Defesa do governo Alfonsín, aponta os dados da aproximação entre ambos no campo da segurança.
[32] Ainda é cedo para afirmações, mas declarações de de la Rúa sobre os rumos da política exterior argentina apontam no sentido de um perspectiva mais flexível da inserção externa do país.

Referências bibliográficas

Abdenur, Roberto (1994). A política externa brasileira e o "sentimento de exclusão". In: Gélson Fonseca Júnior e Sérgio Henrique Nabuco de Castro orgs.,. *Temas de Política Externa Brasileira – volume I.* São Paulo, Paz e Terra. p.31-46.

Albuquerque, José Augusto Guillon (1999). *A nova geometria do poder mundial nas visões argentina e brasileira*. Brasília, *Paper* apresentado no Seminário "Brasil – Argentina", organizado pelo Ipri/Funag no Rio de Janeiro, junho.

Amorim, Celso (1995). "O Brasil e o Conselho de Segurança das Nações Unidas". *Política Externa*, vol.3, n.4. São Paulo, mai.p.3-15.

Busso, Anabella (1997). *A ocho años del alineamiento: un análisis de la política exterior argentina hacia los Estados Unidos*. Rosario, Cerir. (Serie Documentos de Trabajo n.10).

Escudé, Carlos (1995a). *El realismo de los Estados débiles. La política exterior del primer Gobierno Menem frente a la teoría de las relaciones internacionales*. Buenos Aires, Grupo Editor Latinaoamericano.

____(1995b). "Hacia una nueva concepción de las unidades del sistema estrutural de Waltz: el caso de la política exterior argentina". *Agora Cuadernos de Estudios Políticos* n.3. Buenos Aires, invierno. p.33-59.

____, Fontana, Andrés (1995). *Divergencias estratégicas en el Cone Sur: las políticas de seguridad de la Argentina frente a las del Brasil y Chile*. Buenos Aires, Univ. Torcuato di Tella. (Working Paper n.20).

____(1997). La historia, la cultura política, los errores y las lecciones en las relaciones argentino-norteamericanas. In: Felipe A.M. de la Balze y Eduardo A. Roca (comp.), *Argentina y EE.UU. Fundamentos de una nueva alianza*. Buenos Aires, Cari/Abra. p.181-230.

Fonseca Jr, Gelson (1999). "Anotações sobre as condições do sistema internacional no limiar do século XXI: a distribuição dos pólos de poder e a inserção internacional do Brasil". In: Gilberto Dupas e Tullo Vigevani orgs.,. *O Brasil e as novas dimensões da segurança internacional***.** São Paulo, Editora Alfa-Omega/Fapesp. p.17-42.

Hirst, Mônica, Pinheiro, Letícia (1995). "A política externa do Brasil em dois tempos". *Revista Brasileira de Política Internacional.* Ano 38 n.1. Brasília, Ibri. p.5-23

Jaunarena, José Horácio (1999). *Políticas de Defesa de Brasil y de Argentina***.** Brasília, *Paper* apresentado no Seminário Brasil – Argentina organizado pelo Ipri/Funag no Rio de janeiro, junho.

Lafer, Celso e Fonseca Jr., Gelson (1994). "Questões para a Diplomacia no Contexto Internacional de Polaridades Indefinidas (notas analíticas e algumas sugestões)". In*: Temas de Política Externa Brasileira* II, vol. I. São Paulo, Paz e Terra/Ipri. p.49-77.

Lampreia, Luiz Felipe (1998). "A política exterior de Fernando Henrique Cardoso". *Revista Brasileira de Política Internacional* Ano 41 n.2. Brasília, Ibri. p.5-17.

Paradiso, José (1997). *Brasil – Argentina: las complejas vias de la convergencia*. Brasília, Paper apresentado no Seminário Brasil – Argentina, organizado pelo Ipri/Funag no Rio de Janeiro, novembro.

____(1999). *Visiones del Mundo y Tareas de la Integración*. Brasília, Paper apresentado no Seminário Brasil – Argentina, organizado pelo Ipri/Funag, junho.

Saraiva, Miriam Gomes (1996). "Em Mercosur como una prioridad de la política exterior brasileña". *América Latina Hoy*, segunda época n.14. Madrid, Sepla, octubre. p.55-59.

____, Almeida, Fernando Roberto de Freitas (1999). "A integração Brasil – Argentina no final dos anos 90". *Revista Brasileira de Política Internacional* Ano 42 n.2. Brasília, Ibri. p.18-39.

Silva, Alexandra de Mello e (1998). *O retorno do "destino manifesto": o Brasil face à reforma do Conselho de Segurança da ONU*. Caxambu, *Paper* apresentado no 22º. Encontro Anual da Anpocs, outubro.

____(1999). "A política externa em transição: rumo a um novo paradigma?". *Network* vol.8 n.3. Rio de janeiro, Centro de Estudos das Américas / Ucam, jul./set. p.6.

Tedesco, Laura (1996). *La política exterior argentina 1989-1995. Análisis del discurso opositor.* Buenos Aires, mimeo.

Tulchin, Joseph (1997). "Continuity and change in Argentine foreign policy", in: Tulchin e Garland, ed.,. *Argentina, the challenges of modernization*. Wilmington, Scholary Resourcer Books. p.163-197.

A RAZÃO ATLÂNTICA: MERCOSUL, ÁFRICA DO SUL E A COMUNIDADE LUSÓFONA

RESUMO

O artigo analisa a dimensão atlântica da política exterior do Brasil em sua dimensão histórica, e mais especificamente, as relações do Brasil com os países africanos de língua portuguesa, Portugal, e as recentes iniciativas em torno de uma aproximação mais estreita com a África do Sul.

ABSTRACT

This article analyses the Atlantic dimension of Brazilian Foreign Policy from a historical perspective. More specifically, it is on the relations between Brazil and African portuguese-speaking countries and latter initiatives toward a more decisive approximation with South-Africa.

Vamireh Chacon*

Benedetto Croce já mostrou como a Historiografia vale na sua plenitude na medida da contemporaneidade que tiver [1]. Este pressuposto não pode, nem deveria ser esquecido na atual fase mundial de grandes integrações econômicas internacionais no bojo de mais uma globalização; até mesmo, porque a primeira foi realizada por Portugal e Espanha na Revolução Comercial do Renascimento, conforme Arnold J. Toynbee tão bem registrou.[2]

O primeiro grande obstáculo à integração luso-brasileira, quando Portugal ainda tinha um império colonial, aconteceu nas Cortes, que se queriam liberais, quase até revolucionárias, em 1820. Nelas, os então deputados portugueses ainda estavam muito presos à visão colonial do seu mundo, portanto infensos a uma independência brasileira, mesmo no quadro de um *Commonwealth*, como o que bastante depois se passará a defender, e apesar desta poder ter sido facilitada pela presença dinástica nos dois lados do Atlântico em pai e filho, Dom João VI e Dom Pedro I. Os tempos ainda não se achavam amadurecidos.

A inevitável reação foi a voluntária retirada dos deputados brasileiros e de alguns portugueses das Cortes vintistas, em protesto contra a resistência lisboeta, apesar de dizer-se tão liberal, à independência do Brasil.[3] Resistência verbal parlamentar materializada em resistência militar nas batalhas travadas no Recôncavo baiano, em torno da antiga capital do Vice-Reinado do Brasil, por conta da recusa do General Madeira em aceitar o acordo dinástico de pai a filho, em favor de uma independência pacífica brasileira. Resistência enfim debelada pelas armas.[4]

Revista Cena Internacional. 2 (1): 136-145 [2000]

[*] Professor Titular do Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília e Diretor do Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais da mesma universidade.

A segunda grande oportunidade perdida do *Commonwealth* luso-brasileiro, numa época em que outros futuros países lusófonos eram colônias, ocorreu em 1830 quando do retorno de Dom Pedro I a Portugal, na luta contra o próprio Dom Miguel em torno da posse da coroa portuguesa; guerra fratricida, pois de dois irmãos, guerra civil[5]. Desta vez, as objeções provieram do lado brasileiro, seu povo nas ruas em protesto até violento, contra um absolutismo no Brasil ao qual Dom Pedro I, transformado em Dom Pedro IV, pretendia combater em Portugal. O envenenamento dos ânimos prosseguirá forte ao longo da primeira metade do século XIX, com correrias, depredações, mesmo linchamentos de portugueses por parte de brasileiros nacionalistas exaltados, nos chamados "Mata, mata Marinheiros"; "marinheiro" a alcunha dada aos estrangeiros então residentes no Brasil, geralmente comerciantes, alvos fáceis dos ataques populares em meio a outras lutas políticas daquele tempo.[6]

A concentração do comércio da metrópole lisboeta daí em diante na África lusófona colonial e a diversificação das importações e exportações brasileiras na direção da Europa, em geral, principalmente da Inglaterra, por fim, com os Estados Unidos, adiou o reestreitamento dos laços não só econômicos, mas também políticos e culturais entre Brasil e Portugal. Não faltando quem, da França e Estados Unidos, viesse a propor o conceito de América "Latina" em lugar de "Ibero"-América, visando àqueles interesses.

Claro que as Américas Portuguesa e Espanhola são latinas pela origem dos dois idiomas, mais o Direito Romano por elas herdado pelas suas organizações estatais e sociedades civis, porém lusitanidade e hispanidade marcaram suas mediações, portanto as referidas duas Américas são Ibero-América. O francês Charles Calvo publicou, em 1862, o livro *Traité diplomatique sur l'Amérique Latine*, onde pela primeira vez surge a expressão, como defesa da expedição militar francesa enviada por Napoleão III, para manter o Imperador Maximiliano no trono do México, em contraposição à América Anglo-Saxônica.[7] Mas, ainda em 1913, Lorde Bryce, Embaixador da Grã-Bretanha nos Estados Unidos e distinguido jurista e historiador, intitulava *South America* um relato de observações e experiências.[8] Enquanto isto, o português Visconde de São Januário, Embaixador itinerante do seu País neste continente, persistia denominando-o "América do Sul" em 1890.[9]

A ofensiva política e cultural de França na região dirigia-se contra a penetração econômica e até demográfica da Alemanha, através da sua imigração em núcleos concentrados no Sul do Brasil e Chile, ademais da Argentina. A França temia que a Alemanha conseguisse atrair estes países à guerra mundial que se avizinhava; daí nada menos que o futuro Presidente da república francesa, naquele próximo conflito, Raymond Poincaré, prefaciar *Les démocraties latines de l'Amérique* do ibero-americano F. Garcia-Calderón em 1912[1]. Um ano após, o também futuro Primeiro-Ministro da França, Georges Clemenceau, percorrerá a Argentina, Uruguai e Brasil e publicará suas *Notes de voyages*.[11]

A operação francesa optava pela infiltração de influência pelo lado mais sensível da francofilia, o literário, como se vê com Anatole France pronunciando em plena Sorbonne, 1909, a conferência *Le génie latin*, aliás a convite de autoridades brasileiras[12]. Também, pouco antes, Henri Turot lançava *En Amérique Latine*, naquele conjunto de esforços.[13]

O poder econômico e militar da França não correspondia, porém, ao dos Estados Unidos: já naquela época, Paris podia competir em influência com Berlim, não com Washington. O Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Estrangeiras do Brasil, percebeu-o muito bem; era preferível a *special partnership* dos Estados Unidos, para o Brasil ganhar da Argentina o contencioso do Território de Palmas (ou Missões, como também é chamado), através de laudo favorável do árbitro, Presidente Grover Cleveland, bem como a aprovação de Washington à compra do controle acionário do cartel do *Bolivian Syndicate*, necessário à dominação econômica no Território do Acre da Bolívia, mas habitado por imigrados brasileiros, com a etapa seguinte e final da transferência da sua soberania ao Brasil.

Manobras brasileiras muito mais diplomáticas, na virada do século XIX ao XX, que as que poderiam imaginar os franceses, mesmo os alemães, ademais do Barão do Rio Branco obter também laudo do mediador do Presidente do Conselho Federal da Suíça contra a França e em favor do Brasil na questão do Território do Amapá, pretendido por Paris, apesar de todos seus acenos latino-americanizantes ao Brasil.[14]

Permanecia a latino-americanidade da América ao sul do Texas, porém sob o componente cultural hegemônico da iberidade. Ela continua se multiplicando; na virada do século XX ao XXI, estão previstos duzentos e quarenta milhões de lusófonos entre mais de um bilhão de latino-falantes do mundo inteiro, Samuel P. Huntington previu, em polêmico artigo na revista *Foreign Affairs*, o conflito das civilizações.[15]

Portugal, Brasil e países lusófonos africanos têm duas fronteiras: a terrestre respectivamente com a Europa, Ibero-América e África, em geral; porém todos os lusófonos dispõem do mar-oceano como fronteira recíproca a aproximá-los, mais que a distanciá-los. O Atlântico surge como seu espaço comum, une-os, não os separa, articula-os com outros mares-oceanos: o Atlântico desprovincianiza os povos luso-tropicais, ao evitar que se fechem em si mesmos, seja Portugal com a Europa, Brasil com a Ibero-América, ou Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, com seus vizinhos francófonos e anglófonos, Cabo Verde, com a compensação da oceanidade.

É que há uma razão atlântica, herdada das lusas Descobertas ultramarinas do Renascimento, quando Portugal lhe acrescentou a dimensão do coração, em vez de limitar-se ao seu frio objetivo e racionalismo inicial. A razão atlântica luso-tropical vem se revelando ecumênica em todos os tipos de miscigenação étnicos e culturais, geradores de desafios criativos internamente, capacitantes de novas expressões civilizatórias em seu bloco de economia-mundo.[16] O fortalecimento interno de

Portugal, Brasil e África lusófona, pelo reforço das trocas recíprocas, poderá dar ainda maior força a cada um para integrações com outros blocos. O MERCOSUL e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa nem são mutuamente excludentes, nem excludentes das demais integrações.

A resistência terrestre espanhola a leste e a abertura oceânica a oeste permitiram, até convidaram, Portugal ao pioneirismo na elaboração de uma razão atlântica no sentido da maior empreitada do Ocidente, racional nos meios tecnológicos, os mais avançados da época, e apaixonada na audácia.

Daí o Brasil, ora o mais populoso e o mais rico em economia e tecnologia herdeiro desta razão atlântica, recriá-la por sua vez a seu modo e assim conseguir, na virada do século XX ao XXI, diversificar suas exportações em proporções relativamente equilibradas, porque cambiantes também em escala dinâmica de comércio internacional: vinte e cinco por cento delas à América do Norte, vinte e cinco por cento à Europa Ocidental, vinte e cinco por cento ao Extremo Oriente e vinte e cinco por cento ao Hemisfério Sul ibero-americano e africano.

Este o quadro no momento, ou fase atual, muito além da época do Tratado de Amizade e Consulta, de 1953, que ficara mais na amizade que na consulta, em meio inclusive da guerra colonial travada em seguida na África lusófona. Em 1989, a Primeira Cimeira de Chefes de Estado lusófonos veio a começar a quebra da inércia, cimeira em São Luís do Maranhão por iniciativa principalmente do então Presidente do Brasil, José Sarney, e seu Ministro da Cultura, José Aparecido, depois Embaixador em Portugal. Presente o Presidente Mário Soares de Portugal, mais os de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe. A decisão maior do encontro foi a criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa; a lentidão da sua implantação, levando a Câmara Municipal de Lisboa ao ato constitutivo de 7 de setembro de 1992, data evidentemente simbólica, no sentido de criar a Fundação Luso-Brasileira para o Desenvolvimento do Mundo de Língua Portuguesa.

Retomando a iniciativa pelo lado brasileiro, o representante do Brasil, escritor Gerardo Mello Mourão, no III Congresso de Escritores de Língua Portuguesa, em Guiné-Bissau, 1995, propôs, e foi aprovada, sua moção em favor da criação do Parlamento dos Povos de Língua Portuguesa a instalar-se no mesmo edifício onde já funciona em São Paulo o Parlatino, Parlamento da América Latina. Antes, 1993, reunira-se em Lisboa uma Mesa Redonda Luso-Afro-Brasileira sob coordenação do Embaixador Dário de Castro Alves, da qual a proposta mais importante foi a fundação da Universidade dos Sete pelos países lusófonos.[17]

Iniciativas muito oportunas, dada a penetração da língua francesa pelos vizinhos em Guiné-Bissau, e da inglesa em Moçambique e Angola já em busca de ingresso no próprio *Commonwealth*, cujos países os cercam; aliança econômica paralela à crescente influência lingüística, a ponto de preocupar os escritores lusófonos locais.[18] Daí que a integração de Angola e Moçambique com Portugal no quadro da União Européia, e

com o Brasil no do MERCOSUL, implicaria a gradual integração também da União Sul-Africana nos dois blocos entrecruzados.[19]

Iniciativas econômicas também muito oportunas, mesmo urgentes, pois, enquanto Portugal começava a partir de 1986 a integrar-se na Comunidade Econômica Européia, depois União Européia, o Brasil ia passando a compor seu próprio quadro de relacionamentos especiais sul-americanos com a Aliança Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e Associação Latino-Americana de Desenvolvimento Integrado (ALADI), instituídos pelos dois Tratados de Montevidéu de 1960 e 1980. Integração com outro passo adiante mais decisivo no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), criado pelo Tratado de Assunção de 1991.

Este último documento teve a prudência e a objetividade de não se delimitar, portanto, à América do Sul, nem sequer ao seu Cone Sul (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai); preferiu abrir-se a todo o Hemisfério Sul logo no seu artigo 1º: “Os Estados Partes decidem constituir um Mercado Comum, que deverá estar estabelecido a 31 de dezembro de 1994, que se denominará *Mercado Comum do Sul* (MERCOSUL)”. E enuncia claramente as obrigações de “livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos”, “eliminação dos direitos alfandegários e restrições não tarifárias à circulação”, “estabelecimento de uma tarifa externa comum”, “coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais” e “compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações”.

Diante disso, entreabre-se mais uma perspectiva ainda mais concreta, a própria possibilidade de cruzamento das duas integrações, a do MERCOSUL em pleno andamento prático, implementada pela Declaração de Ouro Preto, com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa formalmente constituída em Lisboa, 1996, após o adiamento de 1994, agora com a presença de todos seus Chefes de Estado. Por este documento, os signatários também prevêem, além do reforço dos laços culturais, especialmente os lingüísticos, “(...) desenvolver a cooperação econômica e empresarial entre si e valorizar as potencialidades existentes, através da definição e concretização de projetos de interesse comum, explorando nesse sentido as várias formas de cooperação, bilateral e multilateral”.

Para realização destes e demais objetivos, o Embaixador José Aparecido de Oliveira, com sua experiência de Brasil em Portugal e países lusófonos africanos, declarou com realismo ser necessário “(...) como ponto de partida a criação de uma estrutura administrativa, de quadros de trabalho e de um orçamento, que não precisará ser milionário, mas suficiente, para dar imediata satisfação às suas atividades”. A CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) “(...) não será apenas um organismo cultural. Tem, sem dúvida, fundamentos em nossas culturas e deverá dispor de serviços ativos nesse campo. Mas vai dedicar-se com afinco a todo espectro das relações internacionais, da economia, da indústria, do comércio, das políticas, de tarifas e de transporte, e será, assim, uma espécie de grande cooperativa de investimento e intercâmbio entre nossos países”.[20]

Colocada nesses termos, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa poderá enfim percorrer etapas mais objetivas, portanto mais decisivas. Com plena possibilidade de articulação com o MERCOSUL, pois em 1995 este firmou acordo de gradual integração com a União Européia. As Reuniões de Cúpula Ibero-Americana, anuais e iniciadas em Guadalajara (México), 1991, compõem-se não só de Estados latino-americanos como também de Portugal e Espanha. A cimeira ibero-americana, em Havana, decidiu, por unanimidade, em 1999, a criação do seu secretariado permanente em Madri.

Assim a iberidade, muito além de iberismos hegemônicos de um país sobre outro, seria amplamente completada, sem esquecer as pontes aos irredentos Timor-Leste, Goa-Damão-Diu e à Galiza-Galícia (como se diz em Portugal e no Brasil), em colaborações pacíficas e construtivas com Espanha, Índia e Indonésia, ademais da China, a partir do término da direção oficial de Macau por Portugal em 1999. Todo um mundo de afinidades aproximativas, elos, não barreiras, com os povos vizinhos; a cultura ensejando maior desenvolvimento econômico, social, político, com crescente respeito aos direitos civis e humanos e à ecologia. Toda uma proposta também de humanismo ibérico, comunidades culturais, não só integrações econômicas.

O escritor e estadista Leopold Sedar Senghor, primeiro Presidente do Senegal, ele próprio de ascendência afro-lusa, entendeu muito bem, adiante das naturais limitações da sua francofonia, como, "(...) daqui para o futuro, mais consciente da rica singularidade da sua civilização, o Portugal Novo avançará numa dupla direção: por um lado, para reintegrar a Europa em construção – falo da Europa cultural – mas, por outro, para ajudar com o Brasil a elaboração de um mundo lusófono, nomeadamente ao nascimento, em África, de novos Brasis, cheios de jovens forças, porque de sangues misturados, e prefigurando o mundo do futuro".[21] Prefiguração tão pioneiramente defendida por Gilberto Freyre desde *Casa-Grande & Senzala* em 1933 e do I Congresso Afro-Brasileiro, o do Recife, em 1934, e pela luso-tropicologia à qual Mário Soares, Primeiro-Ministro e Presidente do Portugal, após a Revolução dos Cravos, reabilitou: "Essa teoria foi mal aproveitada no tempo do antigo regime, mas, justamente eu quis demonstrar que a obra de Gilberto Freyre era admirada em Portugal, não só por aqueles que eram partidários do colonialismo, como pelo Portugal livre, democrático e moderno que eu represento"[22].

O escritor português Marques Gastão completou o quadro na sua amplitude de fins do século XX, princípios do XXI: "No Mundo Ocidental, são ilustrativos os Estados anglófonos, francófonos, hispânicos e lusófonos. Cada um com suas características próprias e Portugal e o Brasil se destacam pela sua unidade lingüística, em perfeita correlação com os países africanos de língua portuguesa, e em que também se torna relevante a posição portuguesa no Oriente – Goa, Damão e Diu, Macau, Timor, Malaca, Tailândia –, os núcleos portugueses na Nova Inglaterra e na Califórnia[23]. Núcleos de imigração ultimamente também brasileira em grande escala no Paraguai, Argentina,

Uruguai; nos Estados Unidos, principalmente na Flórida, Nova York, Nova Jersey e Boston.

Diásporas reintegráveis, como outras tantas pontes de mais intensa cooperação entre os povos, pelo trabalho mais criativo, inspirado pela dimensão culturalista entrevista e proclamada pelo luso-tropical Presidente de Guiné-Bissau, João Bernardo "Nino" Vieira: "a maior coisa que Portugal nos legou foi precisamente a Língua".[24]

A História da Expansão Portuguesa não se esgotou; ela prossegue na dialética tão bem expressa por Toynbee nos desafios e respostas das culturas e civilizações. A sua vitalidade será o seu futuro.

Os fatos estão a confirmar estas prospectivas. O Presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso efetuou decisivos passos adiante, ao visitar a República de Angola e a República da África do Sul, em novembro de 1996.No dia 25, ele afirmava na presença do Presidente angolano José Eduardo dos Santos, em Luanda: "Falamos a mesma língua e hoje pertencemos à Comunidade de Países de Língua Portuguesa, que reúne mais de duzentos milhões de pessoas – um projeto comum que agrega uma dimensão multilateral à rede dos países que a compõe. Somos vizinhos atlânticos, que se olham com a certeza de que a Geografia está em nosso favor". "Olhamos para a África com interesse renovado, mas partindo da mesma base sólida: a forte herança africana que compõe a identidade nacional brasileira e que nos distingue no mundo". No espaço luso-tropical, como diria Gilberto Freyre, Angola é a África mais próxima pela distância marítima e pelo coração de milhões dos seus descendentes brasileiros.

Em 27 de novembro, o Presidente Fernando Henrique concluía perante o Presidente sul-africano Nelson Mandela, em Pretória: "O sonho de uma forte parceria entre o Brasil e a África do Sul está finalmente dentro do nosso alcance". "Vamos utilizar tudo o que temos em comum e os muitos interesses que compartilhamos em nossa vizinhança atlântica, para construir o que é certo ser uma parceria característica em nosso Hemisfério Sul. Vamos fazê-la agora". "Vamos lançar uma ponte sobre o Atlântico".

Nos começos de 2000, o Ministro brasileiro de Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampréia, iniciou em Pretória oficialmente acordos de livre comércio entre o MERCOSUL e a SACU(Southern African Customs Union), que reúne Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia em torno da República da África do Sul.

Então vem toda a Comunidade de Desenvolvimento Sul-Africana (Southern African Development Community, SADC), criada em 1992: África do Sul, Angola, Moçambique, Botsuana, Lesoto, Namíbia, ilha Maurício, Suazilândia, Malaui, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

O Brasil e Portugal farão os elos com a demais África lusófona (Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe), rumo ao mais vasto espaço Atlântico-Sul, evoluindo da Resolução 41/11 de 1986, criadora da Declaração de uma Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul – contra a presença de bases militares estranhas aos signatários da Declaração, em especial contra as de armas atômicas, contra o voto dos

Estados Unidos na ONU, depois abstendo-se, enfim aceitando, à medida que se esgotava a tensão anti-soviética. Depois, uma extensão da Declaração em termos de cooperação econômica, ecológica, científica e tecnológica. Até cooperação militar, porém entre os signatários, como a ajuda do Brasil ao treinamento da Marinha de Guerra da Namíbia, por exemplo.

O novo Tratado de Cooperação e Consulta entre Brasil e Portugal, em pleno ano 2000 das comemorações de um novo milênio, coincidindo com os 500 de Descoberta do Brasil, pode confirmar e ampliar a relação única, mais que especial, entre os dois países.

Empresários, executivos, intelectuais e políticos passam então a mobilizar-se cada vez mais em favor do projeto MERCOSUL-SACU-SADC, no contexto do Atlântico Sul, Razão Atlântica, projetando-se em oceanos e continentes, mares afora, terras adentro, outra base de mais ampla Geopolítica mundial, em conflito, ou melhor, em competição e/ou colaboração com outros espaços.

Notas Bibliográficas

CROCE, Benedetto. *La storia come pensiero e come azione*. Bari: Laterza, 1938, com várias reedições e traduções.

Toynbee, Arnold J. *A Study of History*, abridged edition of the I-VI vol. Por D. C. Somerville. Oxford: Oxford University Press: 1947, p.124-125.

Carvalho, M. E. Gomes de. *Os Deputados Brasileiros nas Cortes de 1821*. 2ªed. (1ª ed., 1912). Brasília: (vol. 13 da Coleção Bernardo Pereira de Vasconcelos) Senado Federal, 1979, *passim*.

Os primeiros estudos clássicos a respeito são os de CERQUEIRA E SILVA, Ignácio Accioli de. *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*. 2ª ed.,. Salvador: *Correio Mercantil*. 5 vols (1835 a 1843);. Com anotações de Braz do Amaral em 1919-1937, pela Imprensa do Estado da Bahia, e do próprio Braz do Amaral. *História da Independência na Bahia*. Salvador: Imprensa do Estado, 1923, com reedições.

LIMA, M. Oliveira. *Dom Pedro e Dom Miguel (A Querela da Sucessão. 1926-1928)*. São Paulo: Melhoramentos, 1925.

CHACON, Vamireh. *História das Idéias Socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, (1ª ed.,1965), p.40-42; p.25-27 (2ª ed., 1981) pela mesma editora e local.

A priorioridade de Charles Calvo foi demostrada por MARTINÈRE, Guy. "L'invention de la 'latinité' de l'Amérique". In: *Unité et diversité de l'Amérique Latine*. Bordéus: Maison des Pays Ibériques-Centre d'Études de Géographie Tropicale. Université de Bordeaux III-Conseil National de Recherches Scientifiques, 15-18 de setembro de 1982.

BRYCE, Lord. *South America (Observations and Impressions)*. Nova York: Macmillan, 1913, p.490, 491, 520 e 519.

Missão do Visconde de São Januário às Repúblicas da América do Sul. Lisboa: Imprensa Nacional, 1880. Está bem claro o afastamento entre Portugal e Brasil, na época, quando o autor conclui na "Introdução": "A miragem das fortunas que se espera tradicionalmente adquirir com o mínimo de trabalho na região outrora portuguesa, já se tem desvanecido (...)", p.7.

GARCÍA-CALDERÓN, F. *Les démocraties latines de l'Amérique*. Paris: Ernest Flammarion, Éditeur, 1912.

CLEMENCEAU, Georges. *Notes de voyage: L'Amérique du Sud (Argentine-Uruguay-Brésil).* Paris: Hachette et Cie., 1911. Ainda mais contundente na sua pregação em favor da França é André CHERADAME. *O Plano Pangermanista Desmascarado.* (em tradução de língua portuguesa, com prefácio de Graça ARANHA). Rio de Janeiro – Paris: Livraria Garnier, 1917, portanto em plena Primeira Guerra Mundial.

Le génie latin (Allocution prononcée à la Sorbonne, le 3 avril 1909 à la fête de l'intellectualité brésilienne). Paris: Éditions d'Art Edouard Pelletan, 1909. A tiragem de luxo, com exemplares numerados e rubricados pelo autor, logo sugere o patrocínio oficial brasileiro implícito já no sub-título do livro. Tanto assim que Anatole France decide retomar o título noutra publicação sua, *Le génie latin.* Paris: Alphonse Lemerre, 1913.

TUROT, Henri. *En Amérique Latine*. Paris: Vuibert et Nony Éditeurs, 1908.

LINS, Álvaro. *Rio Branco (1845-1912).* Rio de Janeiro: (vols. 50 e 50A da Coleção Documentos Brasileiros) José Olympio, 1945. VIANA FILHO, Luiz. *A Vida do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: (vol. 106 da col. Docs. Bras.,) José Olympio, 1959.

HUNTINGTON, Samuel P. "The Clash of Civilizations?". *Foreign Affairs*. Washington, D. C.: summer 1993.

A expressão "economia-mundo" é tomada aqui um tanto no sentido de Fernand BRAUDEL, *Civilisation matérielle et capitalisme*, Paris: Armand Colin, 1967, e de Immanuel WALLERSTEIN, *The Modern World-System*. Nova York: Academic Press, 1974. O termo "razão atlântica" vem sendo aplicado em suas publicações pelo grupo português criador, ao lado do grupo brasileiro, do Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, do qual também faço parte.

VIGGIANO, Alan. *Dossiê Grupo dos Sete (Os Povos e Países de Língua Portuguesa*). Brasília: André-Quicé Editor, 1994, p.17, 246 e 269. A Embaixada do Brasil em Lisboa publicou, em junho de 1994, e reeditou em novembro daquele ano, o documentário *A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.*

VIGGIANO, *op. cit.*,p.121-125.

A imprensa brasileira vinha sinalizando o interesse da África do Sul: "Assessores diretos do Presidente Nelson Mandela estiveram percorrendo escritórios governamentais e empresariais do Cone Sul em busca da abertura de seus mercados para investimentos sul-africanos". "A África do Sul é objetivamente muito parecida com o Brasil em suas condições econômicas e sociais". "Mesmo a composição racial é mais semelhante do que parece. Oficialmente, a África do Sul é 17% branca e o Brasil 54%". "Se valessem aqui os critérios de classificação sul-africana, as porcentagens seriam muito parecidas". Após o *apartheid*, vencido formalmente pela resistência política encabeçada por Mandela, "a nova situação melhorou muito as perspectivas da maioria de empresários e profissionais negros". Quase um milhão de imigrantes portugueses, expulsos pelas independências das vizinhas Angola e Moçambique, somou-se aos quatro principais grupos étnicos sul-africanos: os negros, os anglos, os boêres de origem holandesa e os indianos. No seu programa de promoção social, o Presidente Mandela prevê milhões de habitações populares, também necessitadas de urbanização e eletrificação, bem como ruas e estradas, mercado para as grandes construtoras brasileiras, " (...) além de ser um interessante mercado para a indústria pesada brasileira (certamente de bens de capital, talvez também bens de consumo)". Tudo pagável com os mais ricos minérios do mundo, inclusive empresas brasileiras estão minerando diamantes na África do Sul (*vide* "Quem pensa que o Mercosul se restringirá a latino-americanos esquece a África do Sul". *Carta Capital*. Brasília; ano II, nº 30, 21 de agosto de 1996, p.78-80).

Bolívar LAMOUNIER organizou o livro *Brasil e África do Sul (Uma Comparação),* Editora Sumaré-IDESP, São Paulo, 1996, com os resultados de seminário a respeito em Johannesburgo, 1996. Também o IPRI (Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais), dirigido no Itamaraty pelo Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, organizou e publicou seminário de pesquisas e debates a respeito.

VIGGIANO, *op. cit.*, contracapa.

Idem.

1) Discurso de Mário SOARES na inauguração da Sala Calouste Gulbenkian, na Fundação Joaquim Nabuco no Recife, em 29 de março de 1987 (Arquivos da Fundação Joaquim Nabuco).
2) VIGGIANO, *op. cit.*
3) Idem

A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS: FUNDAMENTOS E PERSPECTIVAS

Cristina Soreanu Pecequilo [*]

RESUMO

Nesse artigo, a autora analisa a política exterior norte-americana, destacando algumas variáveis explicativas de relevância para o seu entendimento. Alguns períodos históricos são destacados, bem como seus desdobramentos mais recentes.

ABSTRACT

In this article, the author analyses the American Foreign Policy, stressing some of its important explaining variables. Some historical periods as well as latter events are also approached.

Introdução

Desde a queda do Muro de Berlim, em 1989, o pós-Guerra Fria tem se revelado um período marcado pelo surgimento de frases de efeito e clichês instantâneos, dentre os quais se podem destacar o fim da história, a universalização da democracia e do liberalismo, o choque das civilizações e a morte do comunismo. Embora nasçam de fenômenos que podem ser percebidos no cenário como concretos, tais avaliações revelam apenas uma parcela da complexidade da transição. Apesar de úteis em um primeiro momento, ajudando-nos a pensar e perceber o que está a nossa volta e abrindo caminhos para a reflexão, análises de conjuntura são freqüentemente superficiais e sustentadas pelo "achismo".

No caso dos Estados Unidos, o discurso mais comum é afirmar que, desde o final da Guerra Fria, a América não possuí uma política externa consistente em substituição à estratégia da contenção. Há mais de dez anos, independentemente de estarem em uma posição privilegiada por causa da derrota do inimigo soviético e de sua recuperação econômica da década de 1990, os Estados Unidos têm agido sem uma definição clara de seus interesses, colocando em risco a integridade de sua liderança, legando ao sistema uma herança de desordem e conflito.

Um dos principais responsáveis por esta fragilidade e fraqueza é o atual Presidente Bill Clinton, que se furtou à responsabilidade de definir uma política externa. Ao não formular uma visão clara do que são os interesses nacionais americanos, Clinton despende desnecessariamente os recursos já escassos do país, diminui os gastos com o orçamento militar irresponsavelmente, gera conflitos com aliados tradicionais

Revista Cena Internacional. 2 (1): 146-170 [2000]

[*] Mestre e Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP).

(na Europa e no Japão), ao mesmo tempo, em que facilita a ascensão de grandes e pequenos adversários (China e Iraque) e abdica do controle político e econômico do sistema. Amplamente, a política externa é definida pela pressão da opinião pública, dos grupos de interesse e os noticiários noturnos.

Paradoxalmente, estas mesmas visões também alardeiam que o século XXI é americano e que a hegemonia se revela cada vez mais agressiva e unilateral. Desta forma, somos confrontados com perspectivas essencialmente contraditórias que oscilam conforme as ações americanas do momento, as avaliações de periódicos e meios de informação reconhecidos como influentes e, mais ainda, que revelam uma incompreensão generalizada não somente do mundo da transição, mas principalmente da história e da tradição da política externa dos Estados Unidos.

Clinton, neste sentido, é um dentre muitos personagens que atuam na formulação e implementação da política externa no pós-Guerra Fria e que se insere, ao lado de sua equipe, em um contexto muito maior das relações internacionais do país, no qual se destacam prioridades estratégicas e temas de engajamento fundamentais e permanentes construídos ao longo do desenvolvimento da nação. Tendo como base estas considerações iniciais, o objetivo do texto é definir brevemente quais são e como foram sendo formuladas estas prioridades estratégicas e temas de engajamento, procurando mostrar suas origens e reprodução até os dias de hoje.

Construindo a Tradição: As Bases da Política Externa

Apesar de estarmos acostumados a nos referir à política externa dos Estados Unidos como a “política externa de Clinton” (ou “de Bush” ou de “Reagan”), as ações americanas que observamos no sistema internacional não são produto unicamente das prerrogativas da Presidência ou das respostas a acontecimentos presentes, nascendo de um processo complexo de formulação e de implementação de decisões e de tradições históricas. Certamente, tanto o contexto quanto o interesse e a personalidade do Presidente e sua equipe tem um peso determinante na condução das relações internacionais, podendo influir positiva ou negativamente na efetivação das estratégias, dadas as suas escolhas táticas. Contudo, ao analisarmos a política externa, não podemos somente nos concentrar neste nível decisório ou no presente.

A) A Esfera Política: A Estrutura Doméstica

Começando pela questão da formulação de política externa, no processo americano, o Chefe da Casa Branca está em constante interação com outras agências do Executivo como os Departamentos de Estado e Defesa (DOS e DOD, respectivamente) e o Conselho de Segurança Nacional (NSC). Particularmente, tanto o DOS quanto o DOD, mas principalmente o NSC, são os responsáveis mais diretos pela formulação

das diretrizes de ação americanas. Tais agências produzem documentos básicos de referência, destacando-se os *International Affairs Strategic Plan* (IASP) do DOS e a *National Security Strategy* (NSS) do NSC. Nesses documentos, encontramos explicitadas quais são as prioridades políticas, estratégicas, econômicas e diplomáticas dos Estados Unidos, depois de uma avaliação geral de seus interesses, do sistema internacional e das perspectivas existentes.

A estrutura de agências e departamentos que os Estados Unidos detêm hoje abrange todos os temas relevantes do seu interesse e foi sendo construída a partir de 1947, com a Guerra Fria. Na época, a transformação do *status* americano no sistema internacional, passando de um país normal à potência hegemônica global, devido à vitória na Segunda Guerra Mundial, levou à criação de inúmeras instâncias especializadas para conduzir as relações internacionais do país. Desta forma, os Estados Unidos desenvolveram os mecanismos internos necessários para atuar no sistema.

Entretanto, mesmo com toda a extensão do aparato governamental no Executivo, a condução da política externa não é de sua responsabilidade única, havendo uma grande interação com outras esferas. É preciso, neste sentido, que a Presidência e suas agências tenham uma ligação direta com o Congresso e a sociedade, respeitando suas deliberações e atendendo suas demandas. Na verdade, segundo a Constituição americana, cabe ao Congresso e não ao Executivo a decisão sobre as questões centrais do interesse nacional como a declaração de guerra e a participação em tratados comerciais e alianças externas.

Embora o Legislativo tenha muitas vezes delegado à Presidência a responsabilidade de agir e decidir nestes campos, principalmente em épocas de crise ou de necessidade, nos últimos anos, temos observado uma maior agressividade do Congresso e uma tentativa de retomar estas prerrogativas. Tal movimento começa no início dos anos 1970, com a Guerra do Vietnã, e vem se fortalecendo, recuperando a divisão de tarefas estabelecida originalmente pelos chamados “Pais Fundadores”. No campo internacional, assim como no doméstico, o objetivo da Constituição americana sempre foi o de evitar a concentração de poder em um único ramo do Governo (seja ele o Executivo, o Legislativo ou o Judiciário), promovendo a dinâmica dos pesos e contrapesos (*checks and balances*). Toda política importante para o país dependeria de uma negociação e coordenação entre os poderes e não unicamente de uma iniciativa isolada de qualquer um deles.

Todavia, sujeito a maiores pressões externas da opinião pública e dos grupos de interesse, e essencialmente caracterizado por uma natureza paroquial e particularista, tradicionalmente o Legislativo possuirá uma visão mais limitada e de curto prazo do que a Presidência, podendo atrapalhar ou atrasar medidas que exijam uma liderança mais rápida e decisiva. Além disso, as demandas nascem diretamente da sociedade e através de canais alternativos, revelando interesses imediatos e localizados de comunidades e grupos[1]. Apesar destes fatores serem positivos, ao revelar a

permeabilidade do sistema às reivindicações da sociedade que ele representa, o processo de negociação nem sempre será funcional às necessidades da ação do país[2] .

Adicionalmente, as relações entre o Legislativo e o Executivo e as suas políticas estarão dependentes das orientações gerais dos partidos políticos aos quais pertencem os ocupantes dos cargos públicos. No caso americano, temos dois partidos principais que dominam a cena política, o Republicano e o Democrata. Tradicionalmente, apesar de existirem períodos de exceção, quando um partido dominar a Casa Branca, ele será minoritário no Congresso e vice-versa. Trata-se, evidentemente, de uma maneira popular de reproduzir eleitoralmente os pesos e contrapesos da Constituição.

Embora, no passado, houvesse uma certa associação dos republicanos como o partido da força, da agressividade e do internacionalismo explícito, os chamados falcões (*hawks*) da política externa, e dos democratas com posturas mais idealistas, liberais e isolacionistas, as pombas (*doves*), hoje as linhas de diferenciação se mostram mais tênues, havendo uma mistura de todas as tendências nos dois partidos. Na ala conservadora republicana, facilmente nos deparamos com posturas protecionistas, enquanto, do lado democrata, podemos observar a defesa de ações agressivas de intervenção externa, ainda que realizadas em nome da democracia.

Na verdade, esta divisão conceitual sempre foi mais uma separação arbitrária do que uma realidade, havendo uma grande alternância de papéis. Na emergência da Guerra Fria, os democratas eram os falcões na figura de Truman e foram os principais responsáveis pelo início da política da contenção e o seu aprofundamento com a militarização da estratégia, logo depois da Guerra da Coréia. Nos anos 1950, a presidência Eisenhower, apesar de seu discurso e ações agressivas, buscava a coexistência, representando ambos. Depois, os democratas de John F Kennedy e Johnson assumiram novamente o papel de falcões (com um discurso de pombas) na Guerra do Vietnã e os republicanos Nixon e Kissinger, com a *détente* e a reaproximação com a China, também foram falcões. Posteriormente, os democratas viraram pombas com Carter e com a defesa da interdependência no final da década de 1970, exacerbando-se a agressividade dos falcões de Reagan na primeira metade dos anos 1980 com a Segunda Guerra Fria. Depois de 1986, o próprio Reagan abriu caminho para negociações com a liderança soviética de Gorbachev, encaminhando o encerramento da bipolaridade, tornando-se duplamente um falcão e uma pomba. Mais recentemente, George Bush e Bill Clinton exerceram ambos os papéis, ao conduzirem operações como a Guerra do Golfo e a de Kosovo, justificando-as por motivos humanitários, havendo uma mescla generalizada de tendências das duas correntes em todas as suas atitudes.

Durante a Guerra Fria, apesar desta alternância, havia um grau de concordância maior entre a classe política, tendo como ponto focal a contenção. A contenção era um objetivo bipartidário e consensual, que se manteve razoavelmente intacto, ainda que em decadência a partir de 1970 como indicamos. Depois da Queda do Muro, temos observado uma degradação bastante acentuada desta postura bipartidária, com um

distanciamento cada vez maior entre os dois partidos, tanto em política interna quanto em externa. Na presidência Clinton, desde o processo de *impeachment* fracassado promovido pelos republicanos devido ao escândalo sexual com a ex-estagiária da Casa Branca, Monica Lewinski, ocorre um acirramento das disputas e um alinhamento quase que imediato, independente da questão, em torno de linhas partidárias, levando à paralisia de decisões.

No campo de uma maior afirmação do Congresso, podemos citar vários exemplos da presidência Clinton para demonstrar a diferença de posições entre o Legislativo e o Executivo e os efeitos que isso têm na capacidade de ação global americana. Em primeiro lugar, temos a recusa em 1997/1998 de conceder a Bill Clinton o mandato especial de negociação (o *fast track*) para a condução das conversações referentes à integração regional nas Américas e à liberalização da economia internacional em geral. Com isso, os Estados Unidos não foram capazes de pressionar a América Latina (e principalmente o Brasil) para a implementação de seu projeto hemisférico, a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), levando a uma desaceleração da iniciativa. Os americanos também não têm sido capazes de agir mais agressivamente para forçar a liberalização dos mercados externos que ainda desejariam conquistar. Segundo, no final de 1999, o Congresso também vetou a participação americana no CTBT (Tratado Abrangente para o Banimento de Armas Nucleares) a despeito dos compromissos anteriores assumidos pela Presidência. No campo da proliferação, a recuperação agressiva do projeto de defesa estratégica, conhecido como Guerras nas Estrelas, também é encarado com preocupação, temendo-se uma nova corrida armamentista e o enfraquecimento dos regimes de controle existentes.

No ano de 2000, o principal ponto de disputa refere-se às discussões sobre o recente acordo bilateral Estados Unidos-China com o Congresso dando sinais de que não pretende aprovar tão facilmente o tratado. Segundo líderes domésticos, estando aí incluídos nomes chaves do Partido Democrata, o acordo aumentaria as já excessivas exportações da China para os Estados Unidos, prejudicando a indústria local e gerando desemprego. No campo político, ele incentivaria a continuidade de práticas políticas anti-democráticas e abusivas do regime chinês, fortalecendo-o. Além disso, considera-se que a China não merece confiança por sempre reafirmar sua preferência pela multipolaridade, buscando coalizões com outros inimigos dos Estados Unidos como a Rússia. Pesam ainda contra os chineses acusações de espionagem e de financiamento ilícitos de campanhas eleitorais dentro dos Estados Unidos.

De sua parte, o Executivo argumenta que tal tratado não oferece nenhuma concessão adicional, trazendo somente benefícios para os investidores e produtores americanos, aumentando a abertura chinesa. Da mesma forma, considera-se que a liberalização política só poderá nascer deste aumento de relações econômicas e modernização chinesas, não cabendo aos Estados Unidos impor medidas políticas a seu parceiro. Como se vê, dada a distância entre os pontos de vista e a dificuldade em

se chegar ao consenso, tais discussões prometem revelar-se extremamente complexas. Na hipótese de o Executivo não conseguir a ratificação do acordo pelo Congresso, parte da sua estratégia de integrar a China ao sistema para contê-la será prejudicada, também se colocando em questão a real eficiência e força da liderança dos Estados Unidos. Nesta estratégia, considerada fundamental para o controle do reordenamento da política mundial nos próximos anos, o objetivo americano é consolidar a presença da China em organizações e regimes multilaterais, forçando-a a um comportamento mais previsível, dentro dos limites estabelecidos pela comunidade internacional. Sem o acordo, apresentado como o primeiro passo para integrar a China à Organização Mundial de Comércio (OMC), certamente serão maiores as dificuldades para tornar esta potência "mais confiável".[3]

Em resumo, as ações de política externa americana, dada a natureza do sistema político e a sua estrutura, não são produto unicamente da Presidência, dependendo de uma grande variedade de fatores para a sua concretização. Apesar de reconhecido como dominante na esfera internacional, o Executivo e suas agências não são instâncias isoladas e independentes. Com isso, apesar de ser funcionalmente reconhecido como o nível mais adequado para as relações internacionais, o Executivo nunca estará agindo sozinho e sua capacidade de mobilização e interação com as outras dimensões será o que determinará as políticas internacionais escolhidas e sua eficiência.

Igualmente, não somente a estrutura do sistema político pesa neste processo de formulação, como também as visões de mundo acumuladas por um determinado país ao longo de sua história. Embora muitas vezes sejamos tragados pela pressão do presente, como destacamos no início do texto, nossas discussões precisam ir além. Como alerta Jonathan Clarke, ex-diplomata e analista da política externa americana, um dos maiores erros que podemos cometer ao abordar as relações internacionais dos Estados Unidos é reduzi-la aos seus aspectos contemporâneos.

Os objetivos, as ações, e as imagens que os Estados Unidos projetam no contexto do pós-Guerra Fria são sustentados por um quadro de prioridades específico que veio sendo formado durante a evolução da nação e que se mantém quase que intocado, a despeito dos acontecimentos históricos e das personalidades individuais. Certamente, isto não significa afirmar que não existem quaisquer variações na política externa, principalmente na escolha das táticas, ou que o peso atribuído às prioridades seja sempre o mesmo. Dependendo da época, alguns temas terão maior relevância que outros e o seu próprio conteúdo evoluirá tornando-se mais complexo.

A continuidade destes temas de engajamento pode ser percebida comparando as prioridades oficialmente listadas pelo IASP e a pela NSC com os propósitos estratégicos básicos analisados no próximo item. Tais prioridades, colocadas como objetivos dos Estados Unidos no pós-Guerra Fria são: a manutenção da liderança internacional para assegurar a segurança doméstica, impedindo a emergência de

ameaças transnacionais ao território americano e a ascensão de potências regionais em outros continentes que possam afetar o equilíbrio mundial, a disseminação dos valores democráticos e do livre mercado, a conquista de novos espaços e oportunidades econômicas, que se traduz na necessidade constante de expandir fronteiras e "abrir portas", somados à preservação da zona de influência hemisférica.

Além disso, os Estados Unidos continuam se percebendo no mundo como uma nação diferente das demais, a representante mais bem acabada da experiência republicana e democrática, cujo destino é aperfeiçoar e disseminar estes ensinamentos, convertendo os povos restantes. Desta forma, eles estão buscando constantemente agregar às suas ações internacionais, mesmo que elas visem a conquista, manutenção e expansão de seu poder, um sentido mais elevado de missão. Com isso, destaca-se a questão de que os americanos precisam e devem agir no mundo para fazer cumprir seu próprio caminho especial, determinado pelo direito divino. Atualmente, isto aparece claramente na reafirmação do país como a "nação indispensável".

Mais ainda, ao ressaltar o caráter democrático de sua nação, os americanos continuam dotando sua liderança, ainda que hegemônica, de uma face benigna, mostrando como ela é sensível a estes valores e princípios e, especialmente, como ela permite que outras nações possam ter voz e espaço no sistema. No caso, isto se revelou na construção de mecanismos institucionais para a sustentação e reprodução desta liderança, nos quais os Estados Unidos, apesar de deterem o controle do organismo, de alguma forma, restringem seu poder e criam espaços para a inclusão das demandas dos outros membros. A hegemonia americana é multidimensional, não dependendo somente da força para a sua sustentação (a dimensão estrutural do domínio), como também de outras duas dimensões adicionais de poder, a institucional e a situacional, referentes à construção de um arcabouço multilateral para a reprodução da liderança e as suas bases ideológicas.

Porém, em nenhum momento, esta restrição representa que os americanos deixarão de controlar estas instituições ou que permitirão uma ação mais independente e desvinculada de seus parceiros, ressaltando o aspecto unilateral da hegemonia. A ordem mundial, construída no pós-1945 e que até hoje permanece, foi produto de uma realidade bastante concreta de poder: a da hegemonia incondicional dos Estados Unidos, fornecendo-lhe os recursos e a posição relativa indispensáveis para a imposição de suas regras e valores ao sistema.

Em outras palavras, os Estados Unidos continuam visando a ampliação de sua experiência política doméstica republicana e democrática em escala mundial, expandindo e protegendo suas fronteiras e sua influência, conquistando novas oportunidades e acreditando na manifestação e realização de seu destino especial. Tanto política, quanto econômica ou estrategicamente, este quadro bem acabado de prioridades vem sendo elaborado desde a independência dos Estados Unidos, em 1776, fornecendo um caráter definido às relações internacionais, tornando-as mais consistentes e duradouras.

Neste processo, dois momentos distintos de evolução podem ser identificados: o período histórico de 1776 a 1945 e o contemporâneo de 1947 a 2000. O primeiro deles corresponde à construção da nação americana, passando pela consolidação doméstica e ascensão gradual do país, como uma potência no sistema internacional no qual são formadas as tradições mais fundamentais e permanentes. Dentre estas, destacam-se o experimento americano, o isolacionismo e unilateralismo, a expansão das fronteiras e o destino manifesto, o sistema americano e a esfera regional, o império americano, as portas abertas e o wilsonianismo. O segundo período, o contemporâneo, inicia-se em 1947 quando estas tradições são combinadas para estabelecer o perfil da hegemonia global do pós-Guerra e pode ser subdividido em Guerra Fria (1947/1989), quando surgem os temas da construção da ordem e da contenção, mantendo-se o sistema americano e a esfera regional, e o Pós-Guerra Fria (1989/2000), marcado pela construção da ordem e pelo sistema americano e a esfera regional.[4]

B) O Período Histórico (1776/1945)

O primeiro dos temas de engajamento específico que podemos identificar na política externa, referente à diferenciação dos Estados Unidos perante o restante do mundo, é o do experimento americano. Segundo esta visão tradicional, o país é diferente dos demais por ser uma república democrática, construída a partir de valores liberais, garantindo igualmente a cada indivíduo o direito à vida, à liberdade e à procura da felicidade. Tais preceitos estão expressos na Declaração de Independência e nascem do processo de autonomia da colônia frente à Inglaterra em 1776.

A Revolução Americana significou a expressão deste espírito e desta experiência e o estabelecimento de uma separação definitiva entre os modos de vida dos Estados Unidos e de seus antigos colonizadores europeus, considerados como monarquias corruptas e marcadas pela desordem e disputas de poder. Assim, colocam-se limites claros para a existência e a reprodução da esfera americana e as restantes do sistema, rejeitando suas formas de organização social e política. O objetivo máximo do país que nascia livre e sem vícios era preservar-se de contatos ou influências que afetassem negativamente a reprodução e aperfeiçoamento da ordem interna. Desde esta época, os americanos definem-se como um mundo novo, cuja vocação é a liberdade, que deve servir de exemplo e modelo para os demais, provando que é possível achar um novo caminho de desenvolvimento doméstico, bastando somente agir com suas próprias forças, para que isso se concretize. Além disso, os americanos claramente consideravam que, do êxito de sua experiência, dependia o sucesso geral da forma republicana de governo em outras nações. Inicialmente, este desejo de funcionar como modelo se manifesta de forma indireta, com a América se convertendo em um exemplo a ser imitado.

Depois, já no século XIX, os Estados Unidos começaram a assumir uma postura mais agressiva, buscando a realização prática deste modelo, amparando suas ações

por meio de uma construção ideológica bastante elaborada conhecida como Destino Manifesto, que impulsiona o tema de engajamento relativo à expansão das fronteiras domésticas[5] . Tal expansão se desenvolve entre 1800 e 1898 e tem no Destino Manifesto a tradução do excepcionalismo e uma justificativa prática para explicar o porquê dos Estados Unidos estarem promovendo a conquista de seu território continental. Ou por meio da aquisição ou por meio da guerra da conquista, os americanos têm a obrigação de estender sua presença por toda a América do Norte, pois tratam-se do povo escolhido para disseminar e aprofundar a experiência republicana e democrática. O caminho natural da América, sua missão divina, era seguir o seu destino de converter-se em um exemplo de liberdade, expandindo suas visões de mundo pela agregação de novos espaços. Segundo esta ideologia, não somente os americanos tinham o direito, mas também, o dever de expandir o experimento, construindo, nesta oportunidade, o primeiro de seus impérios.

No século XX, a partir de 1898, o Destino Manifesto ganha contornos externos com os Estados Unidos assumindo para si o ônus de disseminar e consolidar a democracia global até hoje. Em artigo para *Foreign Affairs*, Madeleine Albright reproduz claramente este messianismo ao sustentar que: "O sucesso ou o fracasso da política externa do povo americano permanece como o maior fator para moldar nossa própria história e o futuro do mundo."[6] É preciso destacar que, ao longo de toda a história americana, e, não somente no que se refere à expansão de fronteiras, a necessidade de justificar moralmente ações de poder estará sempre presente. Aqui, revela-se mais um dos aspectos característicos do perfil de atuação americano: a combinação do idealismo e do realismo. Existe, na quase totalidade das ações americanas, a presença de um princípio e de um valor para justificar as atitudes (agressivas ou cooperativas) que forem tomadas no sistema internacional. Ao agirem, segundo esta lógica, os Estados Unidos nunca estariam perseguindo o poder pelo poder ou visando os seus interesses mais concretos e imediatos, mas sim realizando uma tarefa e um objetivo mais elevado. Dado o caráter especial de sua república, os americanos foram "escolhidos" para realizar estas missões e devem fazer tudo o que estiver a seu alcance para completá-las.

Embora não possamos negar a relativa hipocrisia destas atitudes e observarmos na prática os diferentes pesos e medidas que se colocam para a definição das ações, não é possível subestimar esta procura constante de justificativa moral da parte dos Estados Unidos, que sempre caracteriza o seu comportamento. A combinação idealismo/realismo pode ser notada facilmente em diversos momentos, não podendo ser feita uma separação total entre as duas esferas. Os mais críticos argumentarão que, em última instância, prevalece sempre a dimensão realista e pragmática (e não o discurso idealista) ao se tomarem decisões e se implementarem políticas. Afinal, estas motivações idealistas que nascem da natureza do que chamamos de experimento americano não impedem que os Estados Unidos tenham uma percepção muito realista do que são e do que querem, agindo pragmaticamente em nome de seus interesses.

Todavia, repetimos, isso não elimina as elaboradas construções ideológicas que se associam à ação internacional americana e à dicotomia real/ideal. Basicamente, esta dicotomia é que torna ainda mais peculiar e específico o estilo de domínio e ação dos Estados Unidos no sistema internacional.

No caso, já podemos perceber isso a partir de mais um dos temas de engajamento, que surge neste período e é acompanhado de uma retórica idealista e com um fundamento pragmático. Tal tema, embora emergindo no século XVIII, também evoluirá em sua natureza e conteúdo, sem perder sua lógica e sentido original: o isolacionismo e unilateralismo. Apesar de o nome indicar total separação e independência dos Estados Unidos perante o mundo, o fundamento do isolacionismo e do unilateralismo não é promover um total distanciamento entre os acontecimentos do sistema e da nação, mas sim indicar padrões de comportamento específicos para que os Estados Unidos não percam em nenhum momento sua autonomia e capacidade de decisão individual. Os Estados Unidos podem (e devem) participar do sistema visando o fortalecimento e a prosperidade da nação, expandindo seus interesses, mas devem fazê-lo de forma cuidadosa não atrelando suas políticas à de qualquer outro país.[7]

De acordo com a lógica mais pragmática do isolacionismo/unilateralismo, o meio externo deve ser instrumentalizado em benefício dos objetivos americanos, garantindo-se uma ampla margem de manobra e liberdade de ação e decisão. Duplamente, neste momento, em particular do século XVIII, esta postura é orientada não somente pelo sentimento de diferença moral e política que separa os Estados Unidos do mundo, mas por algo bem mais prático: a fragilidade da nascente república no pós-independência. Realisticamente, percebia-se a necessidade de preservar o país de interferências externas em um período de construção doméstica, ao mesmo tempo em que se reconhecia a funcionalidade de alguns tipos de contato com o exterior. Como afirma, George Washington, primeiro Presidente americano " A grande regra de conduta para nós, em relação às nações estrangeiras, é estender nossas relações comerciais tendo com elas o mínimo possível de conexões políticas (...) Daí nossa verdadeira política de manter-nos alijados de alianças permanentes com qualquer parte do mundo externo (...) podemos seguramente confiar em alianças temporárias."[8]

Hoje, aparentemente, esta regra de conduta não estaria mais sendo usada já que os Estados Unidos vêm participando de alianças permanentes e estão trabalhando em organismos cooperativos. Entretanto, o núcleo básico desta prioridade, preservação da liberdade de ação e decisão, continua se reproduzindo e aparece como uma das características mais básicas da ação externa dos Estados Unidos. A versão moderna do isolacionismo/unilateralismo é a garantia da plena e total autonomia, ainda que dentro de instituições multilaterais. Mesmo sendo reconhecidamente internacionalistas, pelos laços duradouros que estabeleceram com o mundo exterior, os Estados Unidos do pós-Guerra Fria continuam sendo unilaterais, agindo em detrimento das próprias leis e instituições que criaram em algumas oportunidades. Além disso, apesar de sempre

reafirmar seus compromissos com seus parceiros, os Estados Unidos consideram que nenhuma aliança, por mais antiga que seja, é permanente, podendo ser revisada ou encerrada quando necessário. Adicionalmente, o tema do isolacionismo exacerbado, levando ao protecionismo, reaparece em determinadas situações, como no caso da liberalização econômica internacional.

Apesar de defender a cooperação, os Estados Unidos sempre deixam claro que se reservam o direito de agir independentemente de seus aliados e unilateralmente quando acharem necessário. Um exemplo recente cujos desdobramentos facilmente comprovam isso: a Operação Forças Aliadas, em Kosovo. Comandada pelos Estados Unidos e seus aliados da OTAN, a Operação, que tinha como objetivo declarado parar o genocídio da minoria albanesa, na Iugoslávia, foi realizada sem uma aprovação inicial da Organização das Nações Unidas (ONU), partindo de uma decisão unilateral americana. Apesar de realizada em nome de motivações humanitárias (embora saibamos que essas não foram as únicas ou principais orientadoras da missão), a Operação "passou por cima" de vários preceitos institucionais e legais do sistema, estabelecendo precedentes perigosos.

Com o desenvolvimento da Operação, que acompanhou a comemoração dos 50 anos da OTAN, também deu-se prosseguimento às discussões sobre a reforma da aliança atlântica e a constituição de uma força de segurança européia independente (ESDI). Nestas discussões, principalmente sobre a ESDI, ficou bem claro que os americanos não desejam abrir mão de seu comando estratégico no continente europeu, trabalhando para que qualquer iniciativa européia de autonomia no campo da segurança e da defesa ocorra no âmbito da OTAN. Os americanos apoiam a criação da ESDI, mas dentro da OTAN, o que contraria a idéia de uma maior independência entre os parceiros, como era anteriormente previsto com a PESC (a Política Externa e de Segurança Comum do Tratado de *Maastricht*). Apóia-se a independência européia, desde que a cooperação euro-atlântica, com o predomínio americano seja preservada.

Mais ainda, a revisão da missão estratégica da OTAN, iniciada em 1991 (a segunda foi em 1999), prevê um papel cada vez mais avançado para a aliança, envolvendo questões de estabilidade regional e global. Se necessário, nesta nova fase, a OTAN poderá atuar extra-continentalmente, buscando maior agilidade e flexibilidade de suas tropas. Existem indicações, dadas estas mudanças, que os Estados Unidos têm cada vez mais incentivado o fortalecimento da OTAN para torná-la o seu canal preferencial de ação, relegando a um segundo plano as demais instituições internacionais, estando aí incluída a ONU (na qual o poder americano estaria sendo diluído pelo multilateralismo).

Tanto o experimento quanto o isolacionismo sugerem, além do excepcionalismo, um sentimento de auto-suficiência que faz com que os Estados Unidos acreditem que o mundo sempre depende mais deles do que vice-versa. Tal sentimento não reside somente na idéia de que os Estados Unidos são essencialmente diferentes por terem

aderido a um sistema político e moral distinto, emanando também de uma percepção específica acerca de sua localização e características geográficas. Localizados ao norte das Américas, os Estados Unidos são um país que se encontra protegido de ameaças externas em suas fronteiras leste e oeste pela existência dos oceanos Atlântico e Pacífico, sem rivais à altura ao norte e ao sul. Mais ainda, são um país continental que conta com uma grande quantidade de recursos naturais e com um território passível de exploração econômica[9] . No extremo, os Estados Unidos não precisariam do mundo para se constituírem e reproduzirem como nação.

Entretanto, caso esta fosse a posição única ou dominante no pensamento estratégico, não teria se concretizado, a partir de 1898, com a participação na Guerra Hispano-Americana, um movimento essencialmente contrário de expansão para fora, como meio de gerar crescimento e prosperidade doméstica. Da mesma maneira, não teríamos observado, em 1823, uma real demonstração de poder, originando um outro tema de engajamento fundamental: o sistema americano e a esfera regional. Em 1823, com a Doutrina Monroe, os Estados Unidos sinalizam sua disposição em preservar as Américas como sua região natural e preferencial de interesse, repudiando qualquer tentativa de intervenção de poderes externos que ameaçasse a autonomia do continente ou a sua estabilidade. Embora não assumam a responsabilidade direta pela segurança e defesa da região, algo que efetivamente começa no século XX, primeiro em 1904 com o Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe e depois com a diplomacia do dólar e diversas intervenções e interferências, os Estados Unidos já estabelecem sua hegemonia sobre o continente.

Tal hegemonia, como percebemos até hoje, permanece intocada, com os americanos não abrindo mão do hemisfério como uma zona exclusiva de oportunidades políticas e econômicas, alternando táticas para a obtenção deste objetivo. Inicialmente, como indicamos acima, existe somente a retórica, partindo-se para a ação unilateral, chegando-se, depois, a abrir eventuais espaços para a parceria. Contudo, mesmo com uma retórica diferente (de diálogo global e não de força), todos os projetos de cunho cooperativo, como os recentes ALCA, NAFTA (Acordo de Livre Comércio entre os Estados Unidos, Canadá e México) e IA (Iniciativa para as Américas) ou os anteriores, PBV (Política de Boa Vizinhança) e ALPRO (Aliança para o Progresso), também são tentativas de manter intacta esta hegemonia e de evitar quaisquer aproximações com poderes externos, diminuindo as alternativas disponíveis para o restante do continente.

Assim, os Estados Unidos indicam que o seu desenvolvimento não depende somente de um autofortalecimento interno, mas também da constante superação de limites preestabelecidos. Sustentados por este raciocínio, dois outros temas de engajamento tradicionais consolidam-se a partir do final do século XIX, início do XX, estabelecendo uma correlação direta entre expansão, democracia e prosperidade: o império americano e as portas abertas. A grande questão, e tragédia desta correlação,

de acordo com William Appleman Williams[10] , é que os Estados Unidos estarão sempre presos ao expansionismo, superestendendo o seu poder, deixando de buscar alternativas mais viáveis e menos custosas para o seu desenvolvimento. Mantém-se constantemente presente, no imaginário americano, a dúvida sobre o que acontecerá ao país quando, eventualmente, as fronteiras externas a serem conquistadas acabarem.

Em cada um destes temas, o pressuposto é que os Estados Unidos precisam expandir-se indefinidamente, para progredir e manter sua prosperidade, amparados pela idéia de que a primeira expansão de fronteiras fora a responsável pelo crescimento da segunda metade do século XIX. Rápido e intensivo, o processo de modernização e industrialização americano consolida-se a partir do fim da Guerra da Secessão, em 1865, alçando o país a uma nova posição no sistema internacional. Este processo permite que os Estados Unidos convertam-se em uma potência mundial, superando economicamente as nações européias. Porém, este crescimento também trouxe problemas, gerando novas demandas de desenvolvimento. Começando em 1870, os Estados Unidos passaram a enfrentar crises cíclicas de produção que estavam levando à estagnação da economia. Com isso, chega-se à conclusão de que é necessário abrir novas fronteiras, visando a superação dos pontos de estrangulamento domésticos. Claramente, os Estados Unidos passam a concentrar sua atenção em duas áreas fundamentais, consideradas quase uma extensão do continente: o Pacífico e as Américas (o segundo império americano).

Com esta expansão, os Estados Unidos estavam operando um mecanismo semelhante ao utilizado pelas potências européias no século XIX, quando estas se lançaram à conquista de impérios na Ásia e na África. Embora os métodos europeus e americanos divergissem (os Estados Unidos não controlavam territorialmente suas possessões, exercendo um domínio indireto nas áreas incorporadas), a lógica era a mesma: agregar novos territórios, como consumidores e/ou fornecedores de matérias primas ao núcleo, buscando a sustentação do crescimento e da prosperidade domésticas. Adicionalmente, os Estados Unidos não estavam somente "escoando produção", mas também consolidando e exercitando a sua nova posição relativa no sistema. Embora não desejassem rivalizar com a hegemonia dominante na época, a Grã-Bretanha, ou estender formalmente seu império, os americanos começavam a sinalizar sua presença no jogo de poder mundial, dando indicações de sua força e dinamismo.

Economicamente, a construção do império traduz-se na política das portas abertas (*open door policy*), visando a disseminação justa e igualitária do livre mercado em escala mundial. Tendo em vista uma questão específica, a partilha da China, objeto de disputa entre as potência européias, os Estados Unidos, por meio do Secretário de Estado John Hay, divulgam em 1899 uma nota que afirma que os americanos (e todos os povos) deveriam gozar de liberdade e igualdade de tratamento para o seu comércio e navegação na China, inclusive em áreas que estivessem sob controle estrangeiro.

Em uma segunda nota, também se coloca que todos os poderes deveriam preservar a integridade territorial e administrativa da China. Hoje, a política das portas abertas mantém-se, indo muito além destas colocações iniciais, estando associada à promoção dos interesses econômicos no exterior pela expansão e aprofundamento de um sistema comercial e financeiro aberto e livre, liderado pelos americanos.

Finalmente, o último dos temas de engajamento tradicionais que emerge é o o Wilsonianismo, que representa a primeira tentativa de participação mais efetiva dos Estados Unidos no sistema, com uma combinação das tradições anteriores. A despeito de seu constante crescimento, os Estados Unidos buscavam atuar relativamente à margem do sistema, tentando preservar seu unilateralismo e isolacionismo. Contudo, o alcance e o impacto da Primeira Guerra Mundial (1914/18), assim como as perspectivas de que o resultado do conflito fosse desfavorável aos interesses americanos, acabam forçando uma ação mais direta e uma mudança de posicionamento acerca da importância da ordem do sistema para a nação americana.

Até então, a crença básica era que os Estados Unidos podiam desenvolver-se longe do mundo, apenas explorando novas fronteiras e usufruindo de suas alianças temporárias. Porém, frente ao confronto europeu, isto começa lentamente a mudar, inserindo uma lógica muito específica no pensamento estratégico: a de que a segurança americana, e, por associação, as possibilidades de expansão e prosperidade da nação, dependem da existência de um ambiente internacional favorável aos interesses americanos. A hipótese de que qualquer país possa ameaçar agressivamente esta ordem, e posteriormente dominá-la, deve ser combatida diretamente, impedindo a ascensão de um poder contrário ao americano. Tanto na Segunda Guerra Mundial, quanto na Guerra Fria e no pós-Guerra Fria, esta lógica permanece, na afirmação de que os Estados Unidos devem barrar o surgimento de quaisquer hegemonias regionais, hostis ou aliadas, em continentes chaves de seu interesse, principalmente na Eurásia, mantendo sua superioridade e domínio. Adicionalmente, avalia-se que a reprodução desta estabilidade é de responsabilidade direta dos Estados Unidos, afirmando-se a centralidade da liderança internacional.

Temendo uma vitória da Alemanha e do seu domínio do continente europeu, o que a tornaria uma ameaça direta aos Estados Unidos, devido aos seus interesses e caráter agressivo, os americanos entram na guerra, em 1917, tornando-se decisivos para a vitória dos aliados (a continuidade da hegemonia inglesa, mesmo que, em decadência, era percebida como positiva por causa da aliança especial existente entre ambas). Mais ainda, os Estados Unidos trabalham para tornar concreta esta estabilidade e a nova ordem.

Tal ordenamento, segundo as colocações da presidência de Woodrow Wilson (daí o nome wilsonianismo), tinha como objetivo criar um sistema que definitivamente eliminasse os mecanismos de equilíbrio de poder europeus existentes desde o século XIX. Considerados diretamente responsáveis pelo conflito, estes mecanismos seriam

substituídos por novas formas de intercâmbio, que levariam à cooperação por meio da criação de leis e instituições que organizassem e coordenassem o relacionamento entre os Estados. A força seria dominada pela lei, com limites claros preestabelecidos, banindo-se no longo prazo a existência da guerra como instrumento de política internacional. O poder deveria estar a serviço da paz e a resistência à agressão seria universal, havendo uma crescente convergência de valores e interesses. Para isso, era necessário incentivar a emergência e consolidação de Estados democráticos (pois as "democracias não iriam à guerra uma com as outras"), nos quais fossem garantidos os direitos de todos os povos (a auto-determinação) e trabalhar para a construção de um organismo específico para funcionar como mediador e impulsionador da segurança coletiva, a Liga das Nações (tais premissas são abordadas por Wilson em um discurso perante o Senado americano, conhecido como os *14 Pontos*, que recuperados do Tratado de Versalhes).

Todavia, esta proposta de ativismo e controle da ordem não se consolidou, ocorrendo o rápido esvaziamento do arranjo wilsoniano. Na década de 1920, os Estados Unidos promovem uma retração de seu poder, abandonando o seu próprio projeto, ao rejeitarem a participação do país na Liga das Nações. A rejeição é produto direto de um outro tema de engajamento tradicional que se mostra mais poderoso: o do unilateralismo e isolacionismo, que aparentemente não era contemplado nas premissas wilsonianas. Para os americanos, a sua presença na Liga, e principalmente a exigência de que todos os membros se defendessem mutuamente e a possibilidade de que a Liga arbitrasse interesses e decisões, contrariava o núcleo básico da estratégia americana de preservar a todo custo sua liberdade de ação. Desta forma, a maior potência da época abstém-se de ter qualquer responsabilidade com a ordem. Este fator, correlacionado a outras crises políticas e econômicas nos Estados Unidos e na Europa[11], dá origem a uma nova fase de crises e instabilidade no sistema que, em 1939, culmina com a Segunda Guerra Mundial.

Contudo, este fracasso inicial não representará o declínio da nação americana e sim um ensinamento a partir do qual o futuro internacionalismo será embasado, somando-se todas as tradições históricas. Em 1945, depois de estarem envolvidos em mais um conflito europeu, os Estados Unidos emergem como a potência hegemônica, estabelecendo os contornos de seu engajamento contemporâneo.

C) As Visões Contemporâneas (1947/1989)

De 1945 a 1947, o sistema internacional e a política externa dos Estados Unidos atravessaram uma fase de transição, correspondente à reorganização de posições dos agentes e a sua reacomodação. Mesmo antes do fim desta guerra e antecedendo a política de contenção, os Estados Unidos e seus aliados deram os primeiros passos para construção da nova ordem do pós-Guerra. Entre 1944/45, nas conferências de

Dumbarton Oaks e Bretton Woods foram criadas, respectivamente, as Nações Unidas, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Amplamente, constrói-se um arcabouço institucional que procura dar conta de todos os fluxos importantes do sistema, cobrindo suas dimensões políticas, econômicas e militares, ao estabelecer parâmetros para o intercâmbio entre os Estados,[12]

Política e economicamente, a ordem que começou a ser elaborada era sustentada segundo as mesmas idéias de Wilson: era preciso criar arcabouços legais e institucionais que estruturassem as relações internacionais, criando um parâmetro para o relacionamento dos Estados, estabelecendo limites para seus intercâmbios, facilitando a cooperação e evitando a eclosão de um novo conflito mundial. Estes conflitos, que se mostravam cada vez mais recorrentes (o intervalo entre as duas grandes guerras tinha sido de apenas duas décadas), desestabilizavam o sistema e eram prejudiciais aos Estados Unidos. Eles ameaçavam a sua segurança nacional e a perseguição externa de interesses políticos e econômicos. Aqui, recupera-se também outra preocupação embrionária de 1918: a necessidade de que os Estados Unidos assumissem a responsabilidade da liderança para a realização deste projeto, existindo uma ligação direta entre a sua segurança e a do sistema.

Caso quisessem realmente garantir sua sociedade e seus interesses, os Estados Unidos não poderiam mais ficar ausentes do cenário. Nesta lógica, considera-se que a melhor maneira de manter a margem de manobra e a autonomia é concentrar todo o destino do sistema nas mãos americanas. Neste período, assistimos, com a construção da ordem, à transformação ampla da natureza do engajamento e do internacionalismo americano, com a consolidação definitiva do componente ativista e global da política externa, introduzido por Wilson. Porém, desta vez, os Estados Unidos estavam combinando mais abertamente a inspiração idealista que caracterizava esta ordem (liberal, democrática e participativa) com a realidade concreta de seu poder hegemônico incontestável. Tal poder, representado pela concentração de recursos políticos, econômicos e militares (o domínio da tecnologia nuclear, em especial), se fortalecia desde o início do século como destacamos. Com o final da Segunda Guerra, atingiu seu ápice, com a ascensão definitiva dos Estados Unidos e o declínio completo das potências européias. Nem mesmo a União Soviética, apesar de sua importância no pós-guerra, comandava e controlava recursos comparáveis aos americanos.

Depois da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos iniciam seu ciclo de dominação, imprimindo às relações internacionais seu caráter específico e seus interesses, emergindo como a primeira hegemonia de cunho liberal e democrático. Embora a hegemonia funcionasse segundo os princípios da república que nascera no século XVIII, com a criação de mecanismos cooperativos que ressaltavam os princípios americanos, em nenhum momento, ela abriu mão de suas prerrogativas decisórias como discutimos. Os Estados Unidos procuraram construir a sua ordem de forma benigna, mas, dado o seu imenso poder, também asseguraram a dimensão isolacionista

e unilateral de suas ações. Em última instância, a sobrevivência e aperfeiçoamento do experimento dependiam de sua disseminação pelo sistema, com os Estados Unidos "ajudando" o mundo, pela intervenção direta, nesse processo de conversão. Certamente, um mundo à imagem e semelhança americana é mais propício à expansão de suas fronteiras e a realização de seus interesses do que um no qual persistam divergências, com a existência de competidores externos.

No que se refere a este último aspecto, a existência de competidores externos, logo em 1947, ficou claro que os Estados Unidos tinham como objetivo real sustentar sua hegemonia e defendê-la perante outras visões de mundo, estabelecendo-se um conflito com a nova potência emergente do sistema, a União Soviética. Surge, assim, por uma combinação de motivações estratégicas, militares, econômicas e ideológicas, a Guerra Fria, que representou a oposição entre as duas superpotências e os seus respectivos modos de vida, o capitalista e o comunista. Especificamente, estabelece-se como tema de engajamento a Doutrina da Contenção cujos propósitos eram a contenção da União Soviética e do comunismo e a promoção das democracias e dos livres mercados.

A lógica da contenção direciona a ação americana para o combate a um inimigo definido, centralizando os esforços do país nesta disputa. Por sua natureza diversa, tal inimigo era considerado como uma ameaça direta, havendo uma incompatibilidade imediata entre ambas as nações. Somente a existência do sistema soviético, quanto mais a sua sobrevivência duradoura ou expansão, era prejudicial aos Estados Unidos e a todo o mundo livre. Como prioridade, os americanos deveriam impedir avanços de seu adversário/competidor, minando a sua integridade política, econômica, militar e cultural por meio de pressões diretas e indiretas. No longo prazo, estas pressões, que se converteram em uma disputa generalizada por áreas de influência no mundo, levariam ao enfraquecimento deste sistema adversário (corrupto em si mesmo) e, consequentemente, à vitória do "melhor" (e "mais justo") modo de vida[13] .

Durante toda a Guerra Fria, os temas da construção da ordem e da contenção caminharam lado a lado fornecendo o conteúdo da ação americana. Na verdade, a contenção e a existência da ameaça soviética provaram-se extremamente úteis e instrumentais para o fortalecimento do internacionalismo devido a sua capacidade de arregimentar apoio domesticamente. Além disso, estes temas de engajamento também são acompanhados pela permanência de objetivos tradicionais dos Estados Unidos em sua esfera de influência, sintetizados nas prioridades associadas ao sistema americano e à esfera regional. Apesar de relegado a um segundo plano frente aos demais objetivos dos Estados Unidos (Ásia e Europa), dado o novo caráter internacionalista assumido, o hemisfério continuou sendo percebido como uma parte natural da zona de poder americana, devendo ser preservado desta maneira. Ainda que, em algumas oportunidades, a retórica e as táticas sejam readequadas, alterações estratégicas profundas não foram sentidas.

O tema de engajamento, denominado de construção da ordem, como pudemos perceber pela breve análise de seus componentes, nada mais foi do que uma somatória de todas as demais tradições do período histórico em um único referencial de ação. Tais tradições, sejam elas de cunho ideológico, político ou econômico, foram sistematizadas e consideradas na elaboração desta estratégia americana contemporânea, delimitando o seu perfil e a sua complexidade. Na construção da ordem, os Estados Unidos assumem o "fardo da liderança", por se considerarem superiores aos demais povos e como necessários para o seu progresso, defendendo seus interesses e valores por meio da maximização constante de sua liderança em todas as dimensões das relações internacionais.

Mesmo com a rápida transformação do *status* da nação americana entre 1776 e 1945, as prioridades e visões dos Estados Unidos mantiveram-se constantes, reatualizando-se e tornando-se mais complexas, principalmente na segunda metade do século XX, com a real consolidação da hegemonia. No pós-Guerra Fria, movimento semelhante se repetirá e não observaremos uma quebra significativa de estratégias. E, a despeito de eventuais problemas de implementação tática que trazem a impressão de fragilidade e inconsistência, a política externa dos Estados Unidos não será formulada levianamente ou sem qualquer fundamento nos interesses nacionais mais tradicionais e permanentes do país.

D) A Política Externa do Pós-Guerra Fria (1989/2000): Continuidade ou Mudança?

Apesar de ter aparecido depois da construção da ordem, a contenção converteu-se na face mais destacada da política externa dos Estados Unidos entre 1947/1989. Assim, à medida que ela se esgotou com a vitória americana na Guerra Fria, propagou-se a idéia de que na ausência desta grande estratégia, os Estados Unidos não tinham mais política externa. Como rapidamente indicamos, a despeito dos sucessos no pós-1989 e da suposição de que a democracia e o liberalismo estavam se tornando universais, as análises sustentavam que estávamos assistindo ao encerramento não só da bipolaridade como da *Pax Americana*, iniciada depois da Segunda Guerra Mundial, pois os Estados Unidos eram incapazes de definir um novo interesse nacional.

Todavia, estas avaliações, da mesma forma que as relativas às transformações do sistema internacional, não revelavam a realidade completa, fornecendo apenas interpretações parciais do contexto. A despeito das profundas mudanças no sistema, dos claros movimentos de reordenamento de poder a que estávamos assistindo, a ordem do pós-guerra e a proeminência americana dentro dela estavam sendo mantidas, revelando um alto aspecto de continuidade ao lado da reforma. Por bem ou por mal, apesar desta não ser uma situação permanente, havia clareza quanto a alguns pontos bastante importantes para o destino do cenário e a identificação de seus principais atores.

No que se refere à estratégia americana, como estamos tentando demonstrar, as prioridades que se colocam hoje são derivadas das tradições que vêm sendo desenvolvidas ao longo da história, fornecendo uma base coerente para a ação. O desaparecimento de somente um destes temas de engajamento, no caso a contenção, não elimina a existência ou relevância das demais prioridades. Embora os Estados Unidos não estejam mais combatendo a União Soviética, eles não abdicaram de seu papel de líderes, visando a preservação de um ambiente internacional estável como pressuposto para a promoção de seus interesses e valores. Basicamente, continuam sendo mantidas a hegemonia liberal e democrática e as suas prioridades políticas, econômicas e estratégicas, como relacionado no IASP e na NSS.

Os Estados Unidos continuam fazendo uso de sua proeminência para sustentar o sistema internacional, organizando estruturas para reproduzir sua liderança, havendo a convivência de formas cooperativas com o exercício unilateral de poder. Economicamente, eles também continuam defendendo a expansão ilimitada de suas fronteiras e a completa liberalização comercial e financeira sob seu controle. No campo estratégico, somada a idéia de que a liderança é essencial, mantém-se como prioridade impedir o surgimento de rivais em todos os continentes, principalmente na Eurásia. Na esfera regional, os pressupostos do sistema americano e as suas premissas desde a Doutrina Monroe continuam, como já abordamos, os mesmos. Nada indica, assim, que os Estados Unidos estejam totalmente desprovidos de um pensamento estratégico, havendo a constante ampliação e sustentação do engajamento e do internacionalismo global. Ou seja, o tema da construção da ordem, e das prioridades abrangentes, que ele engloba na política, na estratégia, na ideologia e na economia, continua central e dominante.

Além disso, mesmo no caso da contenção, a sua premissa básica de impedir o avanço de um país reconhecido como inimigo não foi eliminada, reaparecendo periodicamente. Desde o fim da Guerra Fria, não são poucas as tentativas feitas pela mídia e mesmo por analistas conceituados para encontrar uma nova ameaça a ser combatida (a idéia de um inimigo único é extremamente funcional e instrumental para a formulação de políticas). Nesta lista de candidatos, o primeiro foi o Japão, seguindo-se o mundo muçulmano (o choque das civilizações ocidentais e orientais) e, atualmente, a China, percebida como o "novo perigo vermelho". Com menor importância, surgem os "Estados bandidos" (*rogue states*) como Coréia do Norte, Iraque, Irã e Cuba. Percebe-se, então, a continuidade e a relevância das tradições de pensamento prévias.

Ao observarmos a evolução das ações e prioridades americanas, entre 1989 e 2000, notaremos que, tanto a presidência Bush (1989/1992) como a Clinton (1993/2000), não escaparam destes temas de engajamento permanentes, embora em cada governo os resultados das políticas e os pesos das prioridades tenham sido estabelecidos de forma diferente. O governo Bush preservou o objetivo da construção da ordem, sustentando os arranjos criados pelos Estados Unidos no pós-1945, tentando inclusive imprimir-lhes uma visão mais ampla com a idéia da chamada "nova ordem

mundial". Adicionalmente, ele também envolveu os Estados Unidos em uma campanha militar, a Guerra do Golfo, para proteger os interesses do país em uma área estratégica chave, dadas as suas reservas de petróleo (Oriente Médio). Igualmente, Bush imprimiu uma nova tática aos relacionamentos regionais europeus e asiáticos, sem abrir mão da liderança dentro deles e sinalizou, ainda que retoricamente, o apoio à consolidação da democracia e do capitalismo nas ex-sociedades comunistas, que iniciaram sua transição em 1989. Buscou-se, também, reorientar o diálogo interamericano para a reprodução dos interesses estratégicos na esfera regional, sem alterar profundamente as suas tradições. A liderança americana sempre foi reafirmada como essencial para a paz mundial e para a proteção dos interesses e dos valores dos Estados Unidos no sistema internacional.

Entretanto, os resultados de Bush ficaram aquém do esperado, sugerindo-se a ausência de uma visão e de uma maior vontade para a liderança dos Estados Unidos. Para piorar, este período, mesmo com toda a euforia associada ao fim da Guerra Fria, também foi marcado por uma desaceleração e declínio relativo da economia americana, anunciando-se o desaparecimento da hegemonia e sua substituição por um equilíbrio de poder. Durante a década de 1980, os custos da Guerra Fria fizeram-se sentir não somente na antiga União Soviética, como nos Estados Unidos, havendo uma má alocação de recursos entre as prioridades internas e externas. Tal declínio era realmente palpável, sendo percebido nos déficits orçamentário e comercial dos Estados Unidos, na piora de seus indicadores sociais e na perda de competitividade da indústria, mas sem ser irreversível. Logo a partir da segunda metade da década de 1990, os Estados Unidos recuperaram suas vantagens competitivas e sua proeminência global, promovendo a renovação doméstica e o revigoramento de sua hegemonia.

Clinton, por sua vez, até chegar a este ponto de virada, teve de responder de imediato a este declínio relativo, privilegiando uma agenda econômica. Em seu primeiro mandato, ele teve uma *performance* sofrível e desinteressada no campo das relações internacionais. Uma de suas ações iniciais, a defesa do chamado multilateralismo assertivo, no qual os Estados Unidos possuiriam um papel minimalista no mundo, incrementando o poder de outros países no sistema, foi extremamente criticada e rapidamente descartada, caindo no esquecimento (aqui, se contrariavam as premissas do isolacionismo/unilateralismo ao se considerar a possibilidade de que outros pudessem decidir pelos Estados Unidos). Entre 1993 e 1995, sua presidência acumulou crises (Haiti e Bósnia) e revelou um desinteresse marcante pelo sistema. Posteriormente, a partir do final de 1995, uma nova asserção começou a ser percebida, com a resolução destas crises e com uma nova agressividade americana, sustentada principalmente pela recuperação econômica.

De 1997 até agora, os Estados Unidos reafirmaram sua hegemonia como "potência indispensável", mantendo o seu domínio do sistema e o controle de seus fluxos políticos, econômicos e de segurança. No segundo mandato de Clinton, os

relacionamentos com as grandes potências melhoraram e demonstrou-se maior disposição para tentar integrar o antigo mundo comunista ao sistema ocidental, vide a expansão da OTAN. Esta, ainda, interveio na ex – Iugoslávia em duas oportunidades, promovendo a sua primeira guerra real em Kosovo, procurando manter o controle americano da estabilidade européia. Além disso, a ação americana na crise asiática de 1997 também foi uma excelente chance de reafirmar o poder naquela região, retardando o desenvolvimento dos competidores do Pacífico. Particularmente, esta posição invejável tem levado a uma exacerbação dos componentes unilaterais da liderança, como percebemos em Kosovo (e também em bombardeios aéreos a alvos considerados ameaças ao interesse americano como o Iraque). Economicamente, ainda que existam disputas com o Legislativo, a Casa Branca preserva sua intenção de continuar abrindo portas, investindo na liberalização e no controle do comércio global e das questões financeiras, também mantendo os projetos de integração nas Américas.

A presidência Clinton também propôs uma grande estratégia alternativa à contenção conhecida como engajamento e expansão. Embora, em seu surgimento em 1993, esta estratégia tenha sido criticada violentamente por ser idealista e intervencionista, ela vem se firmando, desde então, reproduzindo retoricamente os objetivos e os valores americanos mais tradicionais, estando amparada pelas discussões dos documentos do Departamento de Estado e do de Defesa. A expansão nada mais é do que a reafirmação do tema de engajamento da construção da ordem, colocando como prioridades de ação para os Estados Unidos, no pós-Guerra Fria, a promoção e a expansão das democracias e dos livres mercados, pelo fortalecimento do núcleo de países que já pertencem a este sistema, com a conversão adicional de novas nações a ele. Mais ainda, os Estados Unidos devem se dedicar à proteção de seu território frente às ameaças transnacionais, mantendo o equilíbrio de poder mundial e, principalmente, a sua liderança como a força essencial e única para sustentar a ordem existente, garantindo sua estabilidade e reprodução (LAKE, 1993).

Mesmo com essas dificuldades e eventuais problemas na perseguição de objetivos gerados por questões domésticas e condições externas, nem com Bush, nem com Clinton, abandonaram-se quaisquer uma das percepções básicas do interesse americano. Na verdade, pode-se sugerir que a margem de manobra destes governantes, e, talvez até do novo presidente a ser eleito em 2000, seja Al Gore ou George W. Bush, é relativamente pequena. Ambos os candidatos reafirmam em seus discursos a importância da liderança para o progresso dos Estados Unidos e do mundo, repetindo que o exercício deste papel global é tanto o ônus, quanto o destino especial da América. Com relação a este ponto, Condoleezza Rice, uma das estrategistas da equipe de Bush, afirma claramente que os Estados Unidos, apesar de privilegiarem o realismo em suas políticas, devem sempre estar preparados para cumprir missões mais abrangentes para preservar a democracia e a liberdade. Afinal, “os valores americanos são universais (...)” (RICE, p.49)[14] . Nestas colocações, repetem-se também as prioridades da liberdade econômica global e da proteção e disseminação dos valores e interesses americanos.

Até o momento, as diferenças entre republicanos e democratas parecem residir somente nas críticas de fraqueza que os republicanos dirigem a Clinton por ter diminuído o orçamento de defesa e administrado precariamente os relacionamentos exteriores, prometendo um maior endurecimento com as potências não confiáveis como Rússia e China e uma maior atenção às demandas dos parceiros europeus e japoneses (e latino-americanos). Somente para ilustrar, com relação à China, as posições republicanas afirmam que Clinton tratou-a como uma "parceira estratégica" e não como uma "competidora estratégica", aceitando seus abusos. Contudo, esta é uma retórica eleitoral, que também fora utilizada por Clinton (que abertamente condenara Bush por privilegiar o autoritarismo e a opressão do regime chinês), que, caso Bush Jr. chegue à Casa Branca, certamente será relativizada.

As tradições, portanto, tendem a prevalecer, alternando-se e readequando-se de acordo com a posição relativa americana e os seus interesses, sobre a conjuntura doméstica e internacional. A despeito das mudanças constantes nestes fatores, prevalece um núcleo básico de temas de engajamento permanentes, que se acumulam desde o século XVIII até o XXI, delineando todo o perfil e complexidade dos Estados Unidos e de suas relações internacionais. A grande questão, sempre, é como estarão sendo reequilibradas e trabalhadas estas prioridades e quais delas serão mais relevantes, em função do contexto e do período histórico considerado.

Considerações Finais

Como vimos, então, os Estados Unidos não estão perdidos no mundo ou totalmente desprovidos de capacidade e sentido de ação, amparando-se em estratégias tradicionais para conduzir suas relações internacionais. Até o momento, isto tem lhes permitido manter sua posição privilegiada, prolongando sua hegemonia. Todavia, não podemos nos esquecer de que esta presente condição, como qualquer fato da política internacional, ou mesmo da vida, não é duradoura dependendo da conjunção de alguns fatores domésticos e internacionais.

Primeiro, para que possam continuar perseguindo seus objetivos e garantindo sua liderança, os Estados Unidos precisam de uma base doméstica fortalecida e em constante renovação. Nesta base, que conforma as raízes do poder americano, devem estar presentes os recursos materiais e morais para o exercício da hegemonia. Sem isto, esta hegemonia perde sua credibilidade, flexibilidade e capacidade de ajuste, fragilizando-se e tornando-se passível de contestação. Internamente, tanto a classe política, quanto a sociedade, precisarão trabalhar mais conjuntamente, evitando a complacência de anos anteriores, buscando a reatualização do consenso doméstico. Amplamente, este consenso permitirá manter o curso da prosperidade, como indicará uma maior firmeza no campo externo.

Segundo, externamente, a hegemonia não estará imune aos desenvolvimentos da transição do sistema internacional, apesar de sua capacidade de resistência e controle

das transformações ser maior do que o de outras nações. A hipótese de contestação, neste sentido, não precisará nascer, necessariamente, da fragilidade do poder americano, podendo ser gerada por estes próprios desenvolvimentos. Embora hegemônicos, os Estados Unidos não têm a capacidade de controlar totalmente os desejos e os destinos das demais potências européias e asiáticas, podendo atrasar, mas não impedir indefinidamente, a sua ascensão regional e/ou global.

O futuro do novo século americano dependerá, portanto, da maneira pela qual os Estados Unidos serão capazes de administrar estes acontecimentos internos e externos, dentro da transição do pós-Guerra Fria. Aparentemente, eles já estão se preparando para isso, buscando reformar sua hegemonia para se tornarem líderes do equilíbrio multipolar, que parece estar emergindo no médio e longo prazo. Ao buscar novas formas para o seu domínio, talvez os Estados Unidos já estejam inaugurando mais um capítulo na história das potências que comandaram o sistema internacional, prolongando sua *Pax* mais do que todos esperam.

Notas

[1] Em termos de opinião pública, destacam-se os *lobbies* cubanos contra a reforma do relacionamento Cuba/Estados Unidos (exacerbado no caso Elian Gonzalez) e as pressões de grupos de imigrantes da Europa Oriental (poloneses e húngaros) para a expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Entram aqui também reivindicações de indústrias pouco competitivas que se opõem à liberalização. Adicionalmente, apesar do fim da Guerra Fria, o apoio ao internacionalismo se mantém alto entre a população; mais de 60% dos cidadãos ainda consideram importante que os Estados Unidos exerçam um papel hegemônico global. Contudo, as prioridades destacadas referem-se mais a questões domésticas como a proteção dos empregos americanos, o controle da imigração e o tráfico de drogas do que a temas mais amplos de política internacional, como a liderança em instituições multilaterais.

[2] Algumas interpretações sugerem, inclusive, que os Estados Unidos só foram capazes de se tornar uma potência à medida que o Executivo se tornou uma "presidência imperial" no início do século e que, sem a manutenção desta concentração de poder, o internacionalismo será prejudicado. Ver ZAKARIA, 1998

[3] O viés protecionista geral em questões comerciais, e não somente com relação à China, tem sido utilizado como uma desculpa funcional para que os Estados Unidos (e quase todos os demais países desenvolvidos) não acatem as reivindicações dos países em desenvolvimento para abrir seus mercados. Frente à exigência da reciprocidade, tais países respondem que não podem aumentar as concessões devido às pressões de sua sociedade, que teme a perda de empregos e exige, devido a seu maior nível de consciência, que as nações subdesenvolvidas obedeçam a uma série de padrões para se adequarem à comunidade global como os trabalhistas, ambientais e sanitários que não são cumpridos e permitem que estes países produzam a preços mais baixos, não havendo uma disputa honesta. De antemão, descarta-se a possibilidade dos preços serem mais baixos simplesmente por causa de uma maior competitividade.

[4] No artigo, estaremos trabalhando de forma resumida estas questões, destacando seus pontos principais. O debate completo pode ser encontrado na tese de doutorado *Continuidade ou Mudança: a Política Externa dos Estados Unidos* (PECEQUILO, 2000), que serve de base a estas reflexões.

[5] Segundo Kissinger, os Estados Unidos passam de *beacon* a *crusader* neste período. Ou seja, de exemplo a ser seguido, eles passam a ser um país atuante em nome de suas cruzadas. (KISSINGER, 1994)

[6]ALBRIGHT, 1998. Frases de teor semelhante podem ser facilmente encontradas em inúmeros discursos americanos

[7] Dentro da corrente isolacionista, existem tendências mais exacerbadas que pedem a exclusão do mundo. Seu

principal argumento é que os Estados Unidos não dependem, para o seu desenvolvimento, de qualquer relacionamento político, econômico ou diplomático, com o exterior, podendo reproduzir-se isoladamente. A aproximação com o exterior é prejudicial, pois impede que os Estados Unidos concentrem suas atenções no que realmente importa: sua sociedade e seu progresso. Para uma revisão do debate isolacionista, sugere-se NORDLINGER, 1995

[8] WASHINGTON, 1796

[9] Muitos dirão que os Estados Unidos, além de nascerem livres, também nasceram com sorte.

[10] WILLIAMS, 1959

[11] A Grande Depressão de 1929 e a ascensão do nazi-fascismo

[12] O processo de construção da ordem será concluído, durante a Guerra Fria, com o surgimento de inúmeros outros organismos, principalmente os de segurança e de cooperação regional localizada (TIAR-1947, OEA-1948, OTAN-1949, somente para citar alguns). Posteriormente, a esta estrutura americana (ou ocidental, a despeito de algumas instituições como a ONU terem um caráter global), também se agregaram organismos do lado soviético, o Pacto de Varsóvia e o Comecon, dando forma aos dois blocos.

[13] Apesar de toda esta lógica realista de combater o inimigo, a contenção e o seu discurso também são caracterizados pela mistura realismo/idealismo. Segundo Kennan, "A questão das relações soviético-americanas é, em essência, um teste do valor total dos Estados Unidos como uma nação entre as nações. Para evitar a destruição, os Estados Unidos somente precisam estar à altura de suas melhores tradições (...) qualquer observador (...) não terá preocupações frente o desafio do Kremlin à sociedade americana. Pelo contrário, ele sentirá uma certa gratidão pelo fato da Providência ter delegado ao povo americano este desafio implacável (...) aceitando as responsabilidades morais e a liderança política que a história abertamente lhes delegou." (KENNAN, p. 169). Para colocações similares também ver TRUMAN, 1947

[14] RICE, 1999. Para outras visões republicanas e críticas a Clinton, ver ZOELLICK, 2000, BUSH, 1999. Para a política democrata, consultar CUTTER, SPERO e TYSON, 2000

Referências Bibliográficas:

ALBRIGHT, Madeleine K. "The testing of American foreign policy". *Foreign Affairs*, 77(6) November/December 1998. p. 50-64.

BUSH, George W. "A distinctly American internationalism". November 19, 1999.

CLARKE, Jonathan. "America, know thyself". *The National Interest*, Winter 1993/94. p. 19-25.

CUTTER, SPERO and TYSON. "New world, new deal". *Foreign Affairs*, 79(2)March/April 2000. p. 80-98.

KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. New York : Simon and Schuster, 1994.

LAKE, Anthony. "From containment to enlargement". *U.S Department of State Dispatch*, 4(39) September 27, 1993. p. 658-664.

McDOUGALL, Walter. *Promised land, crusader state*. New York : Houhgton Mifflin Company, 1997.

National Security Strategy for a New Century (NSS), White House, NSC, 1994/1998.

NORDLINGER, Eric A. *Isolationism reconfigured- American foreign policy for a new century.* New Jersey: Princeton University Press,1995.

PECEQUILO, Cristina S. *Continuidade ou mudança: a política externa dos Estados Unidos*. Tese de Doutorado. Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2000.

RICE, Condoleezza. "Promoting the national interest". *Foreign Affairs*, 79(1) January/February 2000. p. 45-62.

Truman Doctrine, 1947.

WASHINGTON, George. *Farewell Address*. September 19, 1796.

WILLIAMS, William Appleman. *The tragedy of American diplomacy*. New York : W.W Norton & Company,1959.

ZAKARIA, Fareed. *From wealth to power: the unusual origins of America's world role*. New Jersey : Princeton University Press, 1998.

ZOELLICK, Robert B. "A republican foreign policy". *Foreign Affairs*, 79(1) January/February 2000. p. 63-78.

United States Strategic Plan for International Affairs (IASP), DOS, 1997 e 1999.

X. "The sources of soviet conduct". *Foreign Affairs*, 25(4) July 1947. p. 566-582.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS E DA POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL, DE 1945 AOS NOSSOS DIAS

Antônio Carlos Lessa*
Matias Spektor**
Paulo José Chiarelli***

RESUMO

Cronologia comparativa listando os principais eventos que marcaram as relações internacionais e a política exterior do Brasil de 1945 a 1998.

ABSTRACT

Comparative chronology listing the main events that marked international politics and Brazilian Foreign Policy from 1945 to 1998.

Introdução

Em célebre artigo publicado em 1979, Jean-Baptiste Duroselle, o grande historiador das relações internacionais, escrevia que "l´histoire n´est faite que d´évènements", ensinando que o objeto das relações internacionais não é certamente o fenômeno repetitivo, freqüentemente experimental, mas o acontecimento bem situado no tempo e absolutamente singular [1] .

Assiste-se nas duas últimas décadas à realização de um movimento muito bem sucedido na historiografia em geral, de se reabilitar o "tempo" como categoria explicativa de força, sem o qual não é possível compreender os movimentos que se inscrevem para compor a longa duração. Na historiografia das relações internacionais, sem que a preponderância inequívoca das forças profundas no plano das explicações dos movimentos internacionais tenha sido jamais perturbada, o "acontecimento" histórico nunca foi negligenciado: com efeito, atentou-se desde sempre para a idéia óbvia de que qualquer tentativa de negar as reviravoltas e os avanços em processos representados ou marcados pelos fatos acabaria por uniformizar a categoria "tempo", e no fim, por negá-la...[2] .

Esta preponderância da categoria "tempo" parece ser muito clara nas relações internacionais, uma área que consagra a urgência na compreensão dos microprocessos, na maior parte das vezes bem delimitados – guerras, revoluções, golpes de Estado,

Revista Cena Internacional. 2 (1): 171-206 [2000]

* Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Mestre e Doutor em História das Relações Internacionais pela mesma universidade.
** Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília.
*** Bacharelando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília.

grandes conferências, cúpulas de Chefes de Estado e de Governo etc – para pavimentar a compreensão dos grandes processos – a determinação das causas, dos efeitos, e a compreensão mais acurada da própria dinâmica do sistema internacional.

A presente cronologia das relações internacionais contemporâneas e da política exterior do Brasil tem o objetivo modesto de ser uma ferramenta à disposição dos estudiosos que buscam amparar seus estudos pela boa compreensão dos fatos que balizam os grandes movimentos internacionais. Não temos aqui, entretanto, um levantamento definitivo dos acontecimentos que marcaram as relações internacionais contemporâneas, mas uma breve sinopse das ocorrências que constituem, no nosso entender, pontos de sinalização das lentas transformações da ordem internacional contemporânea e das acelerações súbitas e retrocessos lancinantes que tão bem caracterizam o objeto internacional, ao que cuidamos de contrapor, sobretudo para atender a uma visualização didática, os acontecimentos que marcaram a evolução da política exterior do Brasil.

Como toda cronologia, esta não pode ser exaustiva e, muito menos, objetiva. Aliás, pode-se afirmar que as carências típicas de todas as cronologias constituem a um só tempo, o seu grande defeito e a sua grande virtude. Afinal, tem-se em mãos sempre uma leitura que fazem os organizadores acerca dos grandes processos internacionais, exprimindo o que consideram ser os seus marcos fundamentais, seus pontos de inflexão, e os fatos que, sob o ponto de vista particular de quem olha o tempo como categoria, não poderiam ser jamais olvidados..

Cronologia

	Cenário Internacional	*Política Exterior do Brasil*
1945	4-11/2 – Conferência de Ialta; 6/3 – Conferência Extraordinária dos Estados Americanos (Cidade do México) – Ata de Chapultepec; 22/3 – Criação no Cairo da Liga Árabe; 12/4 – O Presidente dos EUA, Franklin Roosevelt, morre subitamente e é substituído pelo vice, Harry Truman; 25/4 – Abertura da Conferência de São Francisco, encarregada de redigir a Carta da ONU; 8/5 – Capitulação da Alemanha – Fim da guerra na Europa; 26/6 – Assinatura da Carta da Organização das Nações Unidas em São Francisco; 16/7 – Primeira explosão atômica experimental (Alamogordo – Novo México, EUA); 17/7-2/8 – Conferência de Potsdam; 6 e 9/8 – Destruição de Hiroshima e Nagasaki por artefatos atômicos de fabricação norte-americana; 8/8 – URSS entra na guerra no Extremo Oriente; 12/8 – Criação da República da Coréia ao norte do paralelo 38; 17/8 – Independência da Indonésia, não reconhecida pela Holanda; 2/9 – Capitulação do Japão – Fim da Segunda Guerra Mundial; 2/9 – Proclamação da República do Vietnã; 16/11 – Criação da UNESCO; 16/11 – Insurreição separatista pró-soviética no Azerbaijão.	2/4 – Anúncio do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a URSS; 6/6 – Brasil declara guerra contra o Japão; 26/6 – Brasil assina a Carta da Organização das Nações Unidas (São Francisco, EUA); 29/10 – Renúncia do Presidente Vargas; 30/10 – José Linhares (presidente do Supremo Tribunal Federal) assume a Presidência da República; 30/10 – Pedro Leão Veloso é nomeado chanceler.
1946	10/1 – Abertura da Primeira Assembléia Geral das Nações Unidas, em Londres; 24/1 – A Assembléia Geral da ONU aprova por unanimidade a criação de uma Comissão de Energia Atômica; 6/3 – França reconhece a República do Vietnã; 6/3 – Redação da Constituição Japonesa, de acordo com os princípios impostos pelo General Mac Arthur, comandante em chefe das forças de ocupação norte-americanas no Japão; 16/3 – Acordo franco-britânico sobre a desocupação e a independência da Síria e do Líbano; 19/9 – Winston Churchill preconiza em Zurique a constituição dos Estados Unidos da Europa, com a ambição de reconstituir a família européia"; 1/10 – Anunciados os veredictos do Tribunal de Nuremberg, que julgaram os crimes de guerra cometidos pelos oficiais de governo da Alemanha hitlerista;	31/1 – Eurico Gaspar Dutra é empossado como Presidente da República; 31/1 – João Neves da Fontoura é nomeado ministro das relações exteriores; 13/8 – Visita do General Eisenhower ao Rio de Janeiro; 7/12 – Raul Fernandes é nomeado chanceler.

	1/10 – Unificação econômica das zonas de ocupação britânica e americana da Alemanha; 12/12 – A Assembléia Geral da ONU recomenda que a Espanha de Franco não seja admitida na organização; 19/12 – Início da Guerra da Indochina.	
1947	7/1 – Nomeação do General Marshall para o Departamento de Estado nos EUA; 12/2 – Início da guerra civil na Grécia; 4/3 – Tratado de Dunquerque entre a França e a Grã-Bretanha; 12/3 – Formulação da Doutrina Truman; 29-30/3 – Insurreição em Madagascar; 28/4 – Primeira Sessão Especial da Assembléia Geral da ONU em Flushing Meadow – é constituída uma comissão especial sobre a Palestina; 4/5 – Exclusão dos ministros comunistas do governo francês; 31/5 – Exclusão dos ministros comunistas do gabinete italiano; 5/6 – Lançamento do Plano Marshall; 15/8 – Proclamação das independências da Índia e do Paquistão é acelerada pelo anúncio da retirada das forças britânicas; 2/9 – Assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca – TIAR; 5/10 – Criação do Kominform – Enunciação da Doutrina Jdanov; 2/11 – Início do conflito indo-paquistanês sobre a Cachemira; 29/11 – Adoção do Plano de Partilha da Palestina pela Assembléia Geral das Nações Unidas; 30/12 – Proclamação da República Popular da Romênia.	2/9 – Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente – assinado o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) – Petrópolis, Rio de Janeiro; 20/10 – Brasil rompe relações diplomáticas com a URSS.
1948	1/1 – Entra em vigor o BENELUX, união aduaneira entre a Bélgica, a Holanda e o Luxemburgo; 21-25/1 – Golpe de Estado em Praga, Tchecoslováquia; 23/2 – Reunião Tripartite (EUA, Grã-Bretanha e França) sobre o estatuto da Alemanha; 17/3 – França, Grã-Bretanha e os países do BENELUX firmam o tratado dito da União Ocidental, que comporta um compromisso de assistência automática contra qualquer agressão; 16/4 – Criação da Organização Européia de Cooperação Econômica – OECE; 30/4 – Criação da Organização dos Estados Americanos – OEA; 14/5 – Proclamação do Estado de Israel – início do primeiro conflito árabe-israe-lense; 11/6 – Senado dos EUA adotam a Resolução Vanderberg, que autoriza a participação do país	Agosto – Instalada a comissão Brasil-EUA, chefiada por John Abbink e Otávio Gouvêa de Bulhões.

	em um pacto de defesa mútua com os países da Europa Ocidental; 23/6 – Início do bloqueio de Berlim; 28/6 – Ruptura entre a Iugoslávia e a URSS; 5/12 – Harry Truman é reeleito para a Presidência dos EUA; 10/12 – Proclamação pela Assembléia Geral das Nações Unidas da Declaração Universal dos Direitos do Homem.	
1949	20/1 – Presidente Truman anuncia o programa do Ponto IV, de assistência aos países das áreas não envolvidas em conflagrações; 29/1 – Criação do Conselho de Assistência Econômica Mútua (COMECOM), compreendendo a URSS, Tchecoslo-váquia, Hungria, Romênia e Polônia; 15/3 – Reunião de Conferência Paname-ricana em Havana (Cuba) convocada para discutir a questão das possessões européias no continente americano – somente 12 dos 21 membros da OEA participam da Conferência, que provocou vivos protestos por parte dos governos da França, Grã-Bretanha e Holanda; 4/4 – Assinatura em Washington do Tratado do Atlântico Norte; 4/5 – Fim do bloqueio de Berlim; 5/5 – Criação do Conselho da Europa; 23/5 – Criação da República Federal da Alemanha; 23/9 – Explosão da primeira bomba atômica soviética; 1/10 – Proclamação da República Popular da China; 6/10 – Adoção nos EUA do *Mutual Security Act;* 10/10 – Criação da República Democrática Alemã; 16/10 – Fim da guerra civil na Grécia; 2/11 – Fim do conflito na Indonésia.	18-27/5 – Visita do Presidente Dutra aos EUA; 20/8 – Criação da Escola Superior de Guerra; 11/10 – Firmada a Declaração de Amizade e Cooperação entre a Itália e o Brasil.
1950	14-2 – Tratado de Aliança Sino-Soviético; 9/5 – Plano Schuman, preconizando a criação de *pool* aço-carvoeiro entre países da Europa Ocidental; 25/6 – Início da Guerra da Coréia; 21/10 – China invade o Tibet; 24/10 – Plano Pleven, propondo a criação de uma Comunidade Européia de Defesa (CED); 27/10 – Criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte; 4/11 – Adoção pelo Conselho da Europa da Convenção de Salvaguarda dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais; 9/11 – O Alto Comissariado Aliado decide revisar o Estatuto da ocupação da Alemanha;	3/10 – Getúlio Vargas é eleito Presidente da República por sufrágio universal; 8/11 – Decreto 28.840 incorpora a plataforma continental ao território nacional; 19/12 – Acordo bilateral estabelece a Comissão Mista Brasil-EUA.
1951	18/4 – Criação da Comunidade Européia do Carvão e do Aço (CECA);	31/1 – Getúlio Vargas é empossado como Presidente da República;

	28/4 – Nacionalização do petróleo iraniano; 9/7 – Trinta e dois membros da ONU reconhecem o fim do Estado de Guerra com a Alemanha; 1/9 – Criação do ANZUS, tratado de Segurança Coletiva unindo a Austrália, Nova Zelândia e EUA; 8/9 – Tratados de Paz e de Segurança entre EUA e Japão.	31/1 – João Neves da Fontoura nomeado ministro das relações exteriores; 15/3 – Estabelecido o monopólio do Estado sobre as exportações de minerais radioativos; 26/12 – Iniciadas negociações entre Brasil e EUA sobre a venda de areias mona-zíticas e outros minerais radioativos.
1952	4/2 – A "Questão Tunisiana", como ficou conhecida a perpetuação indesejada do estatutot de protetorado da Tunísia pela França, é denunciada na ONU por quinze Estados da África e da Ásia; 26/5 – Acordos de Bonn devolvem à RFA sua soberania externa; 27/5 – Assinatura de tratado instituindo a CED – Comunidade Européia de Defesa; 21/7 – Ascensão de Neguib e Nasser ao poder no Egito; 25/7 – Entra em vigor a Comunidade Européia do Carvão e do Aço – CECA; 2/10 – Explosão da primeira bomba atômica inglesa; 31/10 – Explosão da primeira bomba termonuclear norte-americana; 4/11 – O General Eisenhower torna-se o 34º presidente dos EUA.	15/3 – Concluído o Tratado de Assistência Militar entre o Brasil e os EUA; 20/6 – Criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico para encaminhar os projetos em estudo na Comissão Mista Brasil-EUA.
1953	5/3 – Morte de Stálin; 15/3 – Enunciação da Doutrina Malenkov da coexistência pacífica; 17/6 – Rebelião em Berlim Oriental; 19/6 – Execução do Casal Rosemberg na cadeira elétrica nos EUA, acusados de espionagem e repasse de segredos atômicos para a URSS; 27/7 – Armistício de Pan-Mun-Jom, pondo fim à Guerra da Coréia; 7/8 – Tratado de Assistência Mútua entre EUA e Coréia do Sul; 12/8 – Explosão da primeira bomba termonuclear soviética; 7/9 – Nikita Kruschev é nomeado Primeiro Secretário do PCUS; 8/12 – Proposição norte-americana pela cooperação internacional para a utilização pacífica do átomo (*Atoms for Peace*).	3/6 – Extinção unilateral pelo governo norte-americano da Comissão Mista Brasil-EUA; 1/7 – Vicente Ráo é nomeado ministro das relações exteriores; 3/10 – Criação da Petrobrás; 9/10 – Editada a Instrução Nº 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC); 16/11 – Tratado de Amizade e Consulta entre Brasil e Portugal; 29/12 – Criação da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX).
1954	12/1 – John F. Dulles anuncia a Doutrina das Represálias Massivas; 25/1-18-2 – Conferência dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Quatro em Berlim; 8/3 – Assinatura de novo tratado de assistência mútua entre o Japão e os EUA; 31/3 – Proposição Molotov por um pacto europeu de segurança coletiva;	5/1 – Editado decreto federal que impõe restrições às remessas de capitais estrangeiros (remessas de lucros e pagamentos de dividendos); 24/8 – Suicídio do Presidente Vargas; 26/8 – João Café Filho assume a Presidência da República; 26/8 – Raul Fernandes nomeado chanceler.

	26/4 – Início da Conferência de Genebra sobre a Coréia e a Indochina; 29/4 – Tratado indo-chinês do Panch Shila sobre o Tibet; 7/5 – Queda de Diên Biên Phu; 19/5 – Pacto militar EUA-Paquistão; 27/6 – Golpe de Estado sustentado pelos EUA na Guatemala contra o regime Arbenz; 20/7 – Acordo de Genebra sobre a paz na Indochina – divisão do Vietnã pelo paralelo 17; 27/7 – Acordo anglo-egípcio sobre a evacuação das bases do Canal de Suez; 30/8 – Fracassa o projeto de criar a Comunidade Européia de Defesa (CED); 8/9 – Criação da Organização do Tratado do Sudeste Asiático (OTASE); 23/10 – Criação da União da Europa Ocidental; 2/12 – Acordo de defesa mútua entre os EUA e Taiwan, na seqüência do bombardeio do estreito de Formosa pela República Popular da China em 4/9.	
1955	24/2 – Criação do Pacto de Bagdá (a denominação CENTO – *Central Treaty Or-ganization* aparecerá somente em 1959); 5/4 – A África do Sul deixa a UNESCO; 15/4 – Assinatura do Tratado de Estado austríaco – fim da ocupação soviética e "neutralização" da Áustria; 18-24/4 – Conferência de Bandung reúne 29 países do Terceiro Mundo – que simboliza o nascimento do movimento dos países não alinhados; 5/5 – Admissão da RFA na OTAN; 14/5 – Criação do Pacto de Varsóvia; 1-3/6 – Conferência de Messina – construção européia; 18-23/7 – Primeira conferência de cúpula desde 1945 – Eisenhower, Bulganin, Eden, Faure; 8/9 – Visita de Adenauer a Moscou – estabelecimento de relações diplomáticas entre a RFA e a URSS; 19/9 – Golpe de Estado na Argentina depõe Perón; 10/12 – Enunciação da Doutrina Hallstein, segundo a qual a RFA romperia relações com qualquer país que reconhecesse a existência da RDA; 14/12 – *Package Deal*, permitindo a admissão de 16 novos Estados às Nações Unidas.	17/1 – Edição da Instrução número 113 da Superintendência da Moeda e Crédito (SUMOC), que permite a importação de equipamentos estrangeiros sem a correspondente cobertura cambial; 3/8 – Acordo entre Brasil e EUA sobre a utilização pacífica da energia atômica; 3/10 – Eleição de Juscelino Kubitschek para a Presidência da República.
1956	29/1 – Admissão da RDA no Pacto de Varsóvia; 14-25/2 – XX Congresso do Partido Comunista da união Soviética – Krouschev apresenta em sessão secreta um relatório sobre os crimes da era stalinista;	3/1 – O Presidente eleito Juscelino Kubitschek parte em grande viagem pelos EUA e Europa, com o objetivo de divulgar os seus planos de governo e atualizar a imagem do Brasil nos grandes centros financeiros mundiais;

	2/3- Independência do Marrocos, que deixa protetorado francês; 20/3 – Independência da Tunísia, que deixa de ser protetorado francês; 17/4 – Dissolução do Kominform; 17-21/7 – Encontro Tito-Nasser-Nehru em Brioni, como prenúncio da criação do Movimento dos Países Não-Alinhados; 26/7 – Nacionalização do Canal de Suez; 19/10 – Acordo de Paz entre Japão e URSS e estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países; 23-31/8 – Insurreição em Budapest – a Hungria proclama a sua neutralidade; 29/10 – Criação da Agência Internacional de Energia Atômica – AIEA; 29/10 – Israel ataca o Egito – deflagração da segunda guerra árabe-israelense e intervenção franco-britânica (Crise de Suez); 4-8/11 – Repressão da insurreição húngara pelas forças soviéticas; 18/12 – Admissão do Japão na ONU.	31/1 – Juscelino Kubitschek é empossado na Presidência da República; 31/1 – José Carlos Macedo Soares é nomeado ministro das relações exteriores; 22/7 – JK comparece à Conferência dos Chefes de Estado Americanos (Panamá); 14/12 – Aquisição do porta-aviões Minas Gerais.
1957	5/1 – Enunciação da Doutrina Eisenhower sobre o Oriente Próximo, que preconiza a concessão de ajuda econômica aos países da região com o objetivo de prevenir a expansão do comunismo e de manter a paz; 25/1 – Anexação da Cachemira pela Índia; 6/3 – Independência de Gana, primeiro Estado da África Sub-saárica a se emancipar; 25/3 – Assinatura dos Tratados de Roma, criando a Comunidade Econômica Européia; 4/10 – Lançamento do primeiro satélite pela URSS (*Sputnik*); 15/10 – Acordo de cooperação nuclear sino-soviético; 26/12 – Primeira conferência afro-asiática (Cairo); 3/11 – URSS lança o Suptnik II.	19/1 – Acordo Brasil-EUA para a instalação de base norte-americana no arquipélago de Fernando de Noronha; 7/6 – Visita ao Brasil do Presidente de Portugal, General Francisco Craveiro Lopes.
1958	1/2 – Anúncio da fusão do Egito e da Síria, que passam a compor a República Árabe Unida; 14/2 – Os reis Hussein da Jordânia e Fayçal do Iraque – ambos membros da família dos Hachemita – assinam ato de constituição da União Federal Hachemita; 20/5 – Constituição oficial da Federação iraquiana-jordaniana; 1/6 – Ascensão do General de Gaulle ao poder na França; 15/7 – Intervenção norte-americana no Líbano para sustentar o governo; 23/8 – Bombardeio do Estreito de Formosa pela República Popular da China;	30/3 – Acordos entre Brasil e Bolívia para a exploração de petróleo, estabelecimento de ligações ferroviárias entre os dois países e intercâmbio comercial (Acordos de Roboré); 28/5 – JK lança a Operação Pan-Americana (OPA), em carta ao Presidente Eisenhower dos EUA; 20/6 – JK apresenta os princípios da OPA aos representantes estrangeiros acreditados no Rio de Janeiro; 4/8 – Visita do secretário de Estado dos EUA, John Foster Dulles, ao Brasil – discussão sobre a OPA.

Antônio Carlos Lessa • Matias Spektor • Paulo José Chiarelli

	24/9 – Memorandum do General de Gaulle sobre a reorganização da OTAN, rejeitado pelos EUA; 29/10 – O Cardeal Angelo Joseph Roncalli é eleito papa e é coroado como João XXIII; 31/10 – Início da Conferência de Genebra sobre a paralisação dos testes nucleares; 27/11 – Início da segunda crise de Berlim.	
1959	1/1 – Entra em vigor o Mercado Comum Europeu, reunido França, Itália, RFA, Bélgica, Holanda e Luxemburgo – a Europa dos Seis; 1/1 – Triunfo do movimento insurrecional cubano – Fidel Castro entra em Havana 7 dias depois; 19/3 – Revolta anti-chinesa no Tibet; 24/3 – Iraque se retira do Pacto de Bagdá; 20/6 – Fim da cooperação nuclear sino-soviética; 14/8 – Marrocos solicita na ONU a inscrição na ordem do dia da Assembléia Geral a questão dos testes nucleares franceses no Sahaara; 15/9 – Início da visita oficial de Kruschev aos EUA; 1/10- Viagem de Kruschev à China – desentendimentos sobre os rumos da revolução socialista; 1/12 – Tratado de desmilitarização da Antártida.	24/7 – Visita ao Brasil do Primeiro Ministro do Japão , Shinsuke Kishi; 10/8 – Horácio Lafer é nomeado ministro das relações exteriores; agosto – Missão comercial do Brasil à URSS; 1/10 – Brasil assina o Convênio Internacional do Café.
1960	4/1 – Criação da Associação Européia de Livre Comércio; 13/1 – Transformação da OECE em Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), reunindo países industrializados de economia de mercado; 13/2 – Explosão da primeira bomba atômica francesa; 1/5 – Destruição de um avião norte-americano U2, que fazia operações de espio-nagem aérea sobre o território da URSS; 16/5 – Fracasso da Conferência de Cúpula de Paris, após a destruição do U2; 16/7 – Ruptura de relações entre a URSS e China – Retirada dos especialistas cooperantes soviéticos da República Popular da China; 14/9 – Criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP; 8/11 – John Kennedy torna-se o 35º presidente dos EUA; 14/12 – Voto pela Assembléia Geral da ONU da Resolução 1514 sobre a concessão de independência aos países e povos coloniais.	24-25/2 – Presidente Eisenhower visita o Brasil; 18/2 – Criação da Associação Latino Americana de Livre-Comércio – ALALC (Tratado de Montevidéu); 21/4 – Inauguração de Brasília, nova capital federal; 9/8 – Visita de JK a Portugal para as comemorações do V Centenário do Infante D. Henrique; 3/10 – Jânio Quadros é eleito Presidente da República;
1961	2/1 – Ruptura de relações entre os EUA e Cuba, na seqüência das nacionalizações de 14/10/1960 e do acordo soviético sobre o açúcar cubano; 13/3 – Kennedy lança a Aliança para o Progresso; 12/4 – O astronauta soviético Iuri Gagarin efetua o primeiro vôo espacial, girando em torno da terra	31/1 – Jânio Quadros assume a Presidência da República; 31/1 – Afonso Arinos de Melo Franco é nomeado chanceler; 22/4 – Jânio Quadros encontra o Presidente Arturo Frondizi da Argentina em Uruguaiana – Convênio

	durante 99 minutos a uma altitude situada entre 175 e 380 km; 18-20/4 – Fracasso do desembarque de opositores ao regime de Fidel Castro apoiados pelos EUA – incidente da Baía dos Porcos; 5/5 – Primeiro vôo espacial de um astronauta norte-americano (Alan Shepard); 3-4/6 – Primeira cúpula americano-soviética – Kennedy-Kruschev reúnem-se em Viena; 16/6 – Início do engajamento militar dos EUA no Vietnã do Sul; 14/7 – Publicação da encíclica *Mater et Magistra* sobre a questão social; 12-13/8 – Construção do Muro de Berlim; 1-6/9 – Primeira Conferência dos Países Não-Alinhados em Belgrado, reunindo 25 Estados; 10/12 – Ruptura de relações diplomáticas entre a URSS e a Albânia; 18/12 – Forças militares da Índia ocupam os enclaves portugueses de Goa, Damao e Diu – A assembléia geral da ONU se recusa a condenar a ocupação.	de Amizade e Consulta entre o Brasil e a Argentina (Encontro de Uruguaiana); abril-junho – Missão João Dantas aos países da Europa Oriental; maio – Missão Roberto Campos aos países da Europa Ocidental; 26/7 – Quadros decide restabelecer relações diplomáticas com a URSS, rompidas desde 1946; 19/8 – Jânio Quadros condecora Ernesto Che Guevara com a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul; agosto – Missão João Goulart à China; 25/8 – Renúncia de Jânio Quadros; 2/9 – Uma emenda constitucional institui o regime parlamentarista; 7/9 – João Goulart empossado na Presidência da República – Tancredo Neves empossado como Primeiro Ministro; 7/9 – Francisco Clementino San Tiago Dantas nomeado ministro das relações exteriores; 23/11 – Restabelecimento das relações diplomáticas com a URSS.
1962	14/1 – Adoção dos primeiros textos regulamentando a Política Agrícola Comum da CEE; 22/1 – Conferência da OEA em Punta del Este suspende a participação de Cuba da organização, da qual será excluída no dia 14 de fevereiro; 2/2 – Cuba é expulsa da OEA; 7-18/3 – A Conferência de Evian, entre a França e o Governo Provisório da República da Argélia (GPRA) organiza a independência da Argélia; 4/5 – O Secretário de Estado norte-americano McNamara anuncia a Doutrina da Resposta Gradual; 11/10 – João XXIII abre o Concílio Vaticano II, na presença de 2439 concilianistas de 90 nacionalidades; 14-28/10 – Crise dos mísseis de Cuba; 21/12 – Acordo anglo-americano de Nassau, sobre o fornecimento de mísseis Polaris à Grã-Bretanha.	31/1 – Brasil se abstém na votação que acabou por expulsar Cuba da OEA; 3-9/4 – Visita de João Goulart aos EUA; 9-11/4 – Visita de João Goulart ao México; 24/9 – Hermes Lima acumula a chefia de governo com a pasta das relações exteriores; 15/12 – Goulart recebe o secretário de justiça dos EUA, Robert Kennedy, para tratar das indenizações devidas pelo Brasil nos casos AMFORP e ITT, encampadas pelo governador do Rio Grande do Sul (Leonel Brizola).
1963	14/1 – O Presidente da França, General de Gaulle, anuncia formalmente a sua oposição à admissão da Grã-Bretanha na CEE; 22/1 – Adoção do Tratado de Consultas franco-alemão; 10/4 – Publicação da Encíclica *Pacem in Terris*; 21/5 – Acordo americano-soviético sobre a utilização pacífica do átomo; 25/5 – Adoção da Carta da Unidade Africana em Adis-Abeba; 3/6 – Morte do Papa João XXIII – o Conclave se reúne no dia 19 e elege dois dias depois o Cardeal	6/1 – Realização do plebiscito sobre o retorno ao presidencialismo; 19/2 – Guerra da Lagosta entre o Brasil e a França, que resolve enviar um navio de guerra para o litoral brasileiro para proteger os interesses de seus súditos; 25/3 – Ministro da Fazenda San Tiago Dantas visita os EUA – Acordo com a Agência para o Desenvolvimento Internacional (USAID); 22/4 – Goulart visita o Chile; 18/6 – Evandro Cavalcante Lins e Silva assume o Ministério das Relações Exteriores;

	Montini, que é sagrado com o nome de Paulo IV; 20/6 – Instalação da linha vermelha ligando Washington a Moscou; 23/6 – Visita de Kennedy a Berlim; 20/7 – Assinatura da Convenção de Iaundê 1; 5/8 – Assinatura do Tratado de Moscou proibindo os testes nucleares nos espaços atmosférico, extra-atmosférico e submarino; 22/11 – Assassinato de Kennedy – Lyndon Johnson torna-se o 36º presidente dos EUA; 17/12 – O Conselho de Segurança da ONU é aumentado para 15 membros.	22/8 – João Augusto de Araújo Castro nomeado chanceler; 19/9 – Araújo Castro pronuncia o discurso dos 3 D´s (Desarmamento, Descolonização e Desenvolvimento) na abertura da XVIII Assembléia Geral da ONU.
1964	4-6/1 – Peregrinação do papa Paulo IV pela Terra Santa; 27/1 – França reconhece a República Popular da China; 23/3-16/6 – Reunião da I Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD) em Genebra; 21/4 – Acordo americano-soviético para a redução da produção de materiais físseis com fins militares; 4/5 – Abertura da Rodada Kennedy do GATT; 28/5 – Criação da Organização para a Libertação da Palestina, OLP, no Cairo; 5-10/10 – Segunda Conferência dos Países Não-Alinhados, no Cairo; 14/10 – Destituição de Kruschev – Leonid Brejnev torna-se Primeiro Secretário do PCUS; 16/10 – Explosão da primeira bomba atômica chinesa.	17/1 – Promulgada lei que impõe restrições à remessa de lucros para o exterior; 30/1 – Renovação do Tratado de Assistência Militar entre Brasil e EUA; 31/3 – João Goulart é deposto por Golpe Militar; 15/4 – Marechal Humberto Castelo Branco empossado na Presidência da República; 15/4 – Vasco Tristão Leitão da Cunha nomeado chanceler; 13/5 – Brasil rompe relações diplomáticas com Cuba; 19-27/8 – Léopold Senghor, Presidente do Senegal, visita o Brasil; 12-16/10 – O Presidente da França, Charles de Gaulle visita o Brasil.
1965	7/2 – Início dos bombardeios dos EUA sobre o Vietnã do Norte; 29/4 – Intervenção da OEA em São Domingo; 28/7 – Presidente Johnson anuncia que o contingente militar norte-americano que intervirá no Vietnã é composto por 125 mil homens; 24/8 – Conflito indo-paquistanês da Cachemira; 1/10 – Golpe de Estado na Indonésia, na seqüência de um *putsch* comunista; 2/11 – Adiamento da Conferência Afro-Asiática de Alger.	13/1 – Acordos do Brasil com o FMI (concessão de créditos de US$ 125 milhões); 19/1 – Acordos do Brasil com a Aliança para o Progresso; 27/3 – Inaugurada a Ponte da Amizade, ligando o Brasil ao Paraguai; maio – Brasil integra a Força Interamericana de Paz com 1.100 homens para a intervenção na República Dominicana; 4-10/5 – Visita do Xá do Irã, Reza Pahlevi, ao Brasil.
1966	3-15/1 – Conferência Tricontinental em Havana; 10/1 – Mediação soviética no conflito indo-paquistanês; 19/1 – Indira Gandhi é nomeada Primeira Ministra da Índia; 7/3 – Anúncio da retirada da França da OTAN; 16/5 – Início da Revolução Cultural na China; 4/7 – Declaração dos países do Pacto de Varsóvia em favor da abertura de negociações sobre a segurança e a cooperação na Europa;	17/1 – Juracy Magalhães nomeado ministro das relações exteriores; 22/6 – Brasil e Paraguai assinam a Ata das Cataratas (Foz do Iguaçu), sobre o aproveitamento do potencial hidrelétrico do Rio Paraná; 18-25/7 – Visita ao Brasil de Zalman Shazar, Presidente de Israel; 3/10 – O General Costa e Silva é eleito Presidente da República pelo Congresso Nacional;

	28/10 – ONU retira o mandato sul-africano sobre a Namíbia; 13-14/12 – Primeiros bombardeios dos EUA à cidade de Hanói; 16/12 – O Conselho de Segurança da ONU decide impor sanções econômicas à Rodésia; 16/12 – Adoção do Pacto sobre os direitos civis e políticos e do Pacto relativo aos direitos econômicos, sociais e culturais.	novembro – Missão comercial à URSS e Iugoslávia.
1967	27/1 – Assinatura do Tratado sobre a Utilização Pacífica do Espaço; 14/2 – Tratado de Tlatelolco sobre a desnuclearização da América Latina; 21/4 – Golpe de Estado na Grécia; 16/5 – Conclusão da Rodada Kennedy do GATT – desarmamento aduaneiro em cinco anos; 5-10/6 – Terceira guerra árabe-israelense, dita dos “Seis Dias”; 17/6 – Explosão da primeira bomba termonuclear chinesa; 23-25/6 – Cúpula de Glassboro entre L. Johnson e Kossygni; 27/6 – O parlamento israelense aprova a anexação da parte jordaniana da cidade de Jerusalém; 14/7 – A Assembléia Geral Extraordinária da ONU vota duas resoluções sobre a crise do Oriente Médio – uma contra a unificação de Jerusalém e outra sobre a ajuda a ser concedida aos refugiados palestinos; 8/8 – Criação da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN); 11/9 – A sonda norte-americana Surveyour V pousa na Lua e empreende estudos químicos do solo; 18/10 – A sonda soviética Vênus IV pousa no planeta Vênus e transmite informações à Terra; 10-24/10 – Elaboração em Alger da Carta dos Direitos Econômicos dos Estados (Carta de Alger), constituindo o ato de nascimento do Grupo dos 77; 22/11 – Adoção pelo Conselho de Segurança da Resolução 242 como princípio de regulação do conflito árabe-iraelense.	30/1 – Assinado protocolo de cooperação econômica e técnica com a URSS; 15/3 – Artur da Costa e Silva é empossado na Presidência da República; 15/3 – José de Magalhães Pinto é nomeado ministro das relações exteriores; 22/4 – Instituído o “Dia da Comunidade Luso-Brasileira”, pelos governos do Brasil e de Portugal; 9/5 – Assinado o Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares (TNP) na América Latina (Tratado do Tlatelolco, no México); Brasil mantém restrições ao Tratado.
1968	3/1 – Nomeação de A. Dubcek para a liderança do Partido Comunista na Tchecoslováquia – início da Primavera de Praga; 9/1 – A Arábia Saudita, o Kuweit e a Líbia criam a Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo; 27/1 – Início da ofensiva norte-vietnamita de Tet, contra as forças norte-americanas estacionadas na região – sobrevida do conflito; 1/2-25/3 – Reunião da II UNCTAD em Nova Delhi; 14/3 – A Conferência sobre o Desarmamento aprova	1/7 – Brasil se recusa a aderir ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear; 13/12 – Editado o Ato Institucional No. 5, que suspende a garantia constitucional aos direitos políticos, entre outras medidas de exceção; 18/12 – Firmado Acordo de Utilização Pacífica de Energia Nuclear entre Brasil e Índia.

	o Tratado de Não proliferação de Armas Nucleares, apresentado pelos EUA e pela URSS; 31/3 – Interrupção dos bombardeios no Vietnã do Norte e acordo dos EUA para iniciar negociações; maio – Protestos estudantis e sindicais na França; 19/6 – Declaração de intenção dos EUA, URSS e Grã-Bretanha sobre as garantias de segurança para os Estados que se engajarem a assinar o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP); 21/6 – O Conselho Atlântico reunido em Reikjavik aceita entabular negociações com o Pacto de Varsóvia sobre a segurança na Europa; 1/7 – Adoção por 59 Estados do Tratado de Não-Proliferação Nuclear; 20-21/8 – Intervenção do Pacto de Varsóvia na Tchecoslováquia – Fim da Primavera de Praga; 24/8 – Explosão da primeira bomba termonuclear francesa; 6/11 – Richard Nixon torna-se o 37º presidente dos EUA.	
1969	18/1 – Abertura da Conferência de Paris sobre o Vietnã (EUA, Vietnã do Norte, Vietnã do Sul); 2/3 – Início de incidentes fronteiriços entre a China e a URSS; 30/5 – Abandono oficial da Doutrina Hallstein, adotada pelo governo da RFA, que propugnava o rompimento de relações diplomáticas com governos que reconhecessem a existência da RDA; 8/6 – Encontro Nixon-Thieu a propósito do desengajamento norte-americano e da "vietnamização" do conflito; 21/7 – Primeiro homem na lua (Missão Apolo 11 – EUA); 22/7 – Parlamento espanhol ratifica a designação de Juan Carlos de Bourbon por Franco como seu sucessor; 29/7 – Renovação da Convenção de Iaundê; 1/9 – Golpe de Estado do Coronel Khadafi na Líbia; 22-24/9 – Criação em Rabat da Conferência Islâmica; 4/11 – Em instruções aos embaixadores da RFA, Willy Brandt indica que o governo federal não mais considera um ato de animosidade contra a Alemanha Federal o reconhecimento da RDA por Estados terceiros; 17/11 – Início das negociações estratégicas SALT em Helsinki; 1-12/12 – Cúpula Européia na Haia, que organiza a dinamização da integração na Europa; 23/12 – Fim da Cúpula Árabe de Rabat, onde Yasser Arafat foi recebido com honras de Chefe de Estado.	22-25/4 – I Reunião Extraordinária dos Chanceleres dos países da Bacia do Prata; 23/4 – Assinatura do Tratado da Bacia do Prata; 8-12/7 – Visita ao Brasil do Primeiro Ministro de Portugal, Marcelo Caetano; 31/8 – Presidente Costa e Silva é afastado em função de um acidente vascular cerebral – Junta composta pelos ministros militares assumem o governo; 4/9 – Seqüestro do Embaixador dos EUA no Brasil, Charles Elbrick, por um grupo terrorista de esquerda; 30/10 – Emílio Garrastazu Médici é escolhido Presidente da República; 30/10 – Mário Gibson Barboza é nomeado ministro das relações exteriores.

1970	22/1 – Willy Brandt propõe oficialmente a abertura do diálogo entre as duas Alemanhas; 19/3 – Encontro entre Willy Brandt e Willy Stoph – início da *Ostpolitik*; 30/4 – Intervenção dos EUA no Cambodja; 6/5 – Tratado de Assistência Mútua entre a URSS e a Tchecoslováquia – menção da Doutrina Brejnev, dita da "soberania limitada"; 19/6 – Plano Rogers para a regulação do conflito no Oriente Médio, de iniciativa dos EUA; 1/7 – Reestabelecimento de relações diplomáticas entre a URSS e a República Popular da China, rompidas em 1967; 12/8 – Tratado RFA-URSS; 1/25/9 – Combates entre as forças jordanianas e forças palestinas (Setembro Negro); 28/9 – Morte de Nasser – Anuar El Sadat ascende ao poder no Egito; 8-10/10- III Conferência dos Países Não-Alinhados em Lusaka (Zâmbia); 13/11 – Golpe de Estado na Síria – Hafez Assad ascende ao poder; 7/12 – Assinatura do Tratado RFA-Polônia.	11/3 – Seqüestrado o Cônsul do Japão em São Paulo, Nobuo Okushi, por terroristas de esquerda; 11/6 – Seqüestrado o Embaixador da RFA, Ehrenfried von Holleben, por terroristas de esquerda; 25/3 – Governo brasileiro aumenta unilateralmente a extensão do mar territorial para 200 milhas; 7/12 – Seqüestro do Embaixador da Suíça no Rio de Janeiro, Gioanni Bücher, por terroristas de esquerda.
1971	11/2 – Assinatura do Tratado de Desnuclearização dos Fundos Marinhos; 24/2 – Nacionalização do petróleo argelino; 26/3 – Rebelião separatista do Paquistão Oriental; 27/5 – Assinatura do Tratado de Amizade e de Cooperação entre a URSS e o Egito; 23/6 – Anunciado acordo entre os membros da CEE quanto à adesão da Grã-Bretanha à comunidade; 9/8 – Assinatura do Tratado de Amizade e Assistência Mútua entre a URSS e a Índia; 15/8 – Suspensão da conversibilidade do dólar; 3/9 – Acordo dos Quatro sobre Berlim Ocidental; 25/10 – Admissão da REPÚBLICA POPULAR DA CHINA na ONU; 2-17/12 – Guerra indo-paquistanesa – independência de Bangladesh; 18/12 – Acordos do Smithsonian, pelos quais o dólar norte-americano é desvalorizado.	3/6 – Declaração de Assunção, sobre o aproveitamento dos rios internacionais – IV Reunião dos Chanceleres dos Países da Bacia do Prata; 11/6 – Araújo Castro denuncia o *congelamento do poder mundial*; 10-23/7 – Mário Gibson Barboza visita diversos países da América Central; 25/10 – Brasil vota a favor da admissão da República Popular da China na ONU; dezembro – Médici visita os EUA.
1972	21-28/2- Viagem de Nixon à República Popular da China – Comunicado de Xangai; 9/4 – Tratado de Amizade e Cooperação entre a URSS e o Iraque; 10/4 – Convenção de Proibição de Armas Bacteriológicas; 13/4-21/5 – III UNCTAD, em Santiago do Chile; 26/5 – Assinatura do Tratado SALT I em Moscou; 26/5 – Acordo de circulação entre a RFA e a RDA; 1/6 – Nacionalização do petróleo iraquiano;	12-15/3 – Visita o Brasil o Presidente da Argentina, General Alejandro Lanusse; 22/4 – Passa a vigorar a Convenção sobre a Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses; 9/5 – Brasil firma acordo com os EUA relativo à pesca de camarão nas águas territoriais brasileiras; 12/9 – Assinatura do Acordo com os EUA para o fornecimento do complexo tecnológico e construção de uma usina nuclear em Angra dos Reis (RJ);

	16/6 – Declaração de Estocolmo sobre o Meio-ambiente; 18/7 – Expulsão dos conselheiros militares soviéticos do Egito; 6/9 – Atentado contra a delegação israelense nos Jogos Olímpicos de Munique; 25-30/9 – Viagem do Primeiro Ministro japonês à China – normalização das relações entre o Japão e a REPÚBLICA POPULAR DA CHINA; 22/11 – Início da Conferência sobre a Segurança e a Cooperação na Europa, em Helsinki; 18/12 – Retomada dos bombardeios norte-americanos no Cambodja; 21/12 – Assinatura do "Tratado Fundamental" entre a RFA e a RDA.	outubro-novembro – Mário Gibson Barboza visita Costa do Marfim, Togo, Benin, Zaire, Camarões, Gabão, Senegal e Gana.
1973	1/1 – Adesão da Grã-Bretanha, Irlanda e Dinamarca à CEE; 27/1 – Assinatura dos Acordos de Paris põe fim à Guerra do Vietnã – forças norte-americanas começam a se retirar; 31/1 – Abertura em Viena de negociações sobre as forças convencionais na Europa; 18-25/6 – Viagem de Brejnev aos EUA – assinatura do acordo sobre a prevenção da guerra nuclear e da Carta da Coexistência Pacífica; 21/6 – Os dois Estados alemães são admitidos na ONU; 5-9/9 – IV Conferência dos Países Não-Alinhados em Alger; 11/9 – Golpe de Estado no Chile – General Pinochet ascende ao poder; 14/9 – Abertura da Rodada Tóquio de Negociações do GATT; 6/10-11/11 – Quarta guerra árabe-israelense, dita "Guerra do Kippur"; 16/10 – Choque do petróleo – a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) aumenta em 70% o preço do barril; 17/10 – Embargo petroleiro decidido pela OPEP contra os EUA e os Países Baixos; 22/10 – Voto da Resolução 338 sobre o restabelecimento da paz no Oriente Médio; 25/10 – Alerta nuclear nos EUA e na URSS em conseqüência da Guerra do Kippur; 15/12 – Declaração da Identidade Européia; 23/12 – A OPEP dobra o preço do barril de petróleo.	28-31/1 – Mário Gibson Barboza visita o Egito; 1-4/2 – Visita de Mário Gibson Barboza ao Quênia; 4-8/2 – Visita a Israel; 26/4 – Tratado de Aproveitamento Hidrelétrico do Rio Paraná, assinado pelos Presidentes do Brasil e Paraguai; 9/7 – Acordo entre Brasil e Bolívia estatuindo a construção de um gasoduto entre Santa Cruz de la Sierra e o Estado de São Paulo; 22/10 – Brasil estabelece relações diplomáticas com a RDA; 18/12 – Acordo de Comércio entre Brasil e CEE.
1974	10/1 – Doutrina Schlesinger de Resposta Flexível; 18/1 – Acordo de Desocupação do Sinai, dito "Acordo do quilômetro 101"; 7/2 – Acordo sobre a restituição do Canal de Panamá; 25/4 – Revolução dos Cravos em Portugal;	15/1 – Ernesto Geisel é eleito pelo Congresso Nacional Presidente da República; 15/3 – Ernesto Geisel é empossado na Presidência da República; 15/3 – Antônio Francisco Azeredo da Silveira é nomeado chanceler;

	1/5 – Carta da Nova Ordem Econômica Internacional; 16/5 – Explosão da primeira bomba atômica da Índia; 19/6 – Adoção em Ottawa da Nova Carta Atlântica; 1/7 – Morte de Juan Domingo Perón, Presidente da Argentina, sucedido por Isabel Perón; 3/7 – Acordo americano-soviético de regulamentação dos testes nucleares subterrâneos; 15/7 – Desembarque turco em Chipre – queda do regime militar na Grécia; 8/8 – Renúncia de Nixon, em conseqüência do escândalo de Watergate – Gerald Ford torna-se o 38º presidente dos EUA; 13/8 – Saída da Grécia da OTAN; 9/9 – Independência de Moçambique; 10/9 – Independência de Guiné Bissau; 29/10 – Cúpula Árabe em Rabat (Marrocos) – a OLP é reconhecida como a única representante legítima do povo palestino; 22/11 – A Assembléia Geral da ONU concede à OLP o estatuto de observador permanente; 23/11 – Acordo de Vladivostok pela paridade estratégica americano-soviética; 12/12 – Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados.	27/4 – Brasil é o primeiro país a reconhecer o novo governo português nascido da Revolução dos Cravos; 16/7 – Brasil reconhece a independência de Guiné Bissau; 15/8 – Brasil reconhece a República Popular da China e rompe relações com Taiwan; 16/9 – Visita ao Brasil do Primeiro Ministro Japonês, Kakuei Tanaka.
1975	15/1 – Denúncia unilateral pela URSS dos acordos comerciais com os EUA; 28/2 – Assinatura dos Acordos de Lomé I entre a CEE e os Estados da África, Caribe e Pacífico (Acordos ACP); 7-14/4 – Reunião preparatória do diálogo Norte-Sul, em Paris; 13/4 – Início da guerra civil no Líbano; 17/4 – Khmer Vermelho ocupa Phnom Penh, capital do Cambodja; 30/4 – Queda de Saigon (Vietnã); 20/9 – Dissolução da OTASE; 6-9/11 – Marcha verde marroquina no Saara Ocidental; 10/11 – A Assembléia Geral da ONU aprova por maioria uma resolução declarando que o sionismo "é uma forma de racismo e de discriminação racial"; 11/11 – Independência de Angola – início da guerra civil; 17/11 – Criação do G7 (grupo dos sete países "ocidentais" mais industrializados) na cúpula de Rambouillet, reunindo EUA, França, Grã-Bretanha, RFA, Itália, Canadá e Japão; 20/11 – Morte do Generalíssimo Franco na Espanha;	27/6 – Assinado em Bonn o Acordo Nuclear entre Brasil e RFA sobre cooperação para o uso pacífico da energia atômica; 10/11 – Brasil vota a favor da Resolução em discussão na Assembléia Geral das Nações Unidas que considera o sionismo uma forma de racismo; 15/11 – Na mesma Assembléia, Brasil vota a favor de Resolução de condenação ao regime segregacionista sul-africano (Apartheid); 11/11 – Brasil reconhece a independência de Angola; 31/12 – São criadas seis embaixadas na África: Alto Volta, Angola, Guiné Equatorial, Lesoto, Moçambique e São Tomé e Príncipe

	22/11 – Juan Carlos de Bourbon é coroado Rei da Espanha; 16-19/12 – Primeira sessão da Conferência sobre a Cooperação Econômica Internacional (CCEI – Diálogo Norte-Sul).	
1976	7-9/1 – Reunião do FMI em Kingston (Jamaica) – abandono das paridades fixas do sistema de Bretton Woods; 27/1 – Enfrentamento entre marroquinos e argelinos no Saara Ocidental; 15/3 – Egito denuncia o Tratado de 1971 com a URSS; 24/3 – Golpe de Estado na Argentina depõe Isabel Perón – uma junta militar instala-se no poder; 12/4 – Tropas sírias invadem o Líbano; 3/5 – IV UNCTAD em Nairóbi; 28/5 – Tratado americano-soviético de limitação dos testes nucleares pacíficos subterrâneos; 24/6 – Anexação do Timor Leste pela Indonésia; 16-19/8 – V Conferência dos Países Não-Alinhados em Colombo (Sri Lanka); 9/9 – Morte de Mao Tsé Tung; 2/11 – Jimmy Carter torna-se o 39º presidente dos EUA.	19-22/2 – Visita do Secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger ao Brasil – firmado o Memorando de Entendimento que institucionalizou o sistema de consultas entre os dois países; 26-28/4 – Visita de Ernesto Geisel à França; 4-7/5 – Geisel visita a Grã-Bretanha; 15-20/9 – Primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro ao Japão; estabelecimento de mecanismo de consulta com a primeira Reunião Ministerial Brasil-Japão; 5/11 – Em visita oficial, Geisel firma conjunto de acordos com o governo peruano na cúpula presidencial na fronteira Brasil-Peru; 9/11 – Petrobrás firma o primeiro contrato de risco para a exploração de petróleo no Brasil (British Petroleum); 7/12 – Sessão plenária da VIII Reunião dos Chanceleres dos países da Bacia do Prata descarta a idéia da criação de um organismo internacional para a região; 14/12 – Visita do Primeiro Ministro de Portugal Mário Soares ao Brasil.
1977	12-30/3 – Viagem de Fidel Castro à África; 30/5-3/6 – II Sessão da Conferência sobre a Cooperação Econômica Internacional; 5/7 – Golpe de Estado militar no Paquistão; 20/7 – Menachen Begin é nomeado primeiro-ministro de Israel, na seqüência da vitória do Likud nas eleições gerais; 20/9 – Admissão do Vietnã na ONU; 1/11 – Retirada dos EUA da Organização Internacional do Trabalho (até 1980); 19-21/11 – Viagem de Anuar El Sadat a Jerusalém; 5/12 – Criação de uma frente de oposição dos países árabes à aproximação entre Israel e Egito.	27/2 – Visita do Subsecretário de Estado dos EUA, Warren Cristopher, para discutir aspectos do Acordo Nuclear Brasil-RFA; 11/3 – Governo brasileiro denuncia o Acordo Militar com os EUA; 6-8/7 – Visita do Presidente do Uruguai ao Brasil; 31/7 – Fechamento das fronteiras entre Brasil e Argentina em função de divergências entre os dois governos a respeito do aproveitamento do potencial hidrelétrico do Rio Paraná; 12-17/8 – Visita do Presidente da Bolívia ao Brasil; 16-20/11 – Visita do Presidente da Venezuela ao Brasil; 22/12 – Abertura da Primeira Reunião Preparatória sobre Cooperação Multilateral na Região Amazônica.
1978	14-22/3 – Operações israelenses no sul do Líbano; 27/4 – Golpe de Estado comunista no Afeganistão; 3-27/5 – Conflito sino-vietnamita; 23/5-1/7 – Primeira sessão especial da Assembléia Geral da ONU sobre Desarmamento; 6-7/7 – O Conselho Europeu reunido em Bremen adota o Sistema Monetário Europeu; 6/8 – Morte do papa Paulo IV;	16-19/1 – Geisel visita o México; 8-16/3 – Visita do Príncipe Charles de Gales ao Brasil; 6-10/3 – Geisel faz a primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro à RFA; 29-31/3 – Visita do Presidente Jimmy Carter dos EUA ao Brasil; 25-27/6 – Visita de Geisel ao Uruguai;

	12/8 – Assinatura do Tratado de Paz e Amizade entre a REPÚBLICA POPULAR DA CHINA e o Japão; 26/8 – O patriarca de Veneza, Monsenhor Luciani, é eleito papa sob o nome de João Paulo I; 17/9 – Acordo entre Israel e Egito (Acordo de Camp David – EUA); 28/9 – Morte do Papa João Paulo I; 16/10 – Karol Wojtyla, arcebispo de Cracóvia, é eleito Papa e coroado como João Paulo II, e torna-se o primeiro papa não-italiano desde 1522; 3/11 – Tratado de Amizade entre URSS e Vietnã; 16/12 – Estabelecimento de relações diplomáticas entre os EUA e a República Popular da China; 27/12 – Invasão do Cambodja pelo Vietnã.	3/7 – Firmado o Tratado de Cooperação Amazônica (Brasília), reunindo Brasil, Equador, Bolívia, Venezuela, Colômbia, Suriname, Guiana e Peru; 4-6/10 – Visita ao Brasil do Presidente da França, Valéry Giscard d´Estaing; 15/10 – Eleição do General João Baptista Figueiredo pelo Congresso Nacional para a Presidência da República.
1979	16/1 – Revolução fundamentalista no Irã – proclamação da república islâmica em 1/4; 17/2-16/3 – Conflito sino-vietnamita; 26/3 – Tratado de Paz egípcio-israelense (Tratado de Washington); 1/4 – Proclamada a República Islâmica do Irã; 12/4 – Conclusão da Rodada Tóquio de negociações do GATT, com a assinatura de uma série de acordos de livre-comércio; 5/5 – Margareth Thatcher nomeada primeira ministra na Grã-Bretanha; 7/5-3/6 – V UNCTAD em Manila; 7-10/6 – Primeira eleição do Parlamento Europeu pelo sufrágio universal; 18/6 – Assinatura do Tratado SALT II por Carter e Brejnev em Viena; 27/6 – Conclusão da negociação sobre a renovação da Convenção de Lomé, acordo comercial entre os nove da CEE e 57 Estados da África, do Caribe e do Pacífico; 16/7 – Saddam Hussein ascende ao poder no Iraque; 17/7 – Vitória dos sandinistas na Nicarágua; 3-9/9 – VI Conferência dos Países Não-Alinhados em Havana; 22/9 – Explosão nuclear não reivindicada – Israel e África do Sul suspeitas; 31/10 – Assinatura da Convenção de Lomé II; 4/11 – Início da crise dos reféns da embaixada norte-americana em Teerã; 12/11 – Carter anuncia a paralisação das importações de petróleo do Irã e o congelamento dos haveres iranianos nos EUA; 20/11 – Ocupação da Grande Mesquista de Meca pelas forças da Arábia Saudita; 12/12 – Decisão da OTAN sobre a instalação de mísseis Pershing II e de mísseis de cruzeiro norte-americanos na Europa;	15/3 – João Baptista Figueiredo empossado na Presidência da República; 15/3 – Ramiro Saraiva Guerreiro é nomeado ministro das relações exteriores; 3-7/4 – Visita do Chanceler alemão Helmut Schmidt ao Brasil; 25/6 – Brasil suspende relações diplomáticas com o governo de Somoza na Nicarágua; 19/10 – Acordo Tripartite entre Argentina, Brasil e Paraguai sobre o aproveitamento hidrelétrico das usinas de Itaipu e Corpus; 6-8/11 – Figueiredo visita a Venezuela

	21/12 – Acordo de Londres sobre a independência do Zimbábue; 27/12 – Invasão do Afeganistão por tropas soviéticas.	
1980	5/1 – Carter desiste de apresentar o Tratado SALT II para ratificação do senado norte-americano; 26/2 – Abertura de relações diplomáticas entre Israel e Egito; 3/4 – Abrogação pela República Popular da China do Tratado de Aliança com a URSS de 14/2/1950; 18/4 – Independência da Rodésia, que torna-se Zimbábue; 4/5 – Morre Josip Broz Tito, líder da Iugoslávia desde 1945; 15/5 – Adesão da China ao Banco Mundial; 28/5 – Adesão da Grécia à CEE; 5/6 – Criação do Fundo Comum para os Produtos de Base no quadro da UNCTAD; 10/6 – Segundo choque do petróleo – o preço de referência do barril é fixado em US$ 32,00 – em 16/12 o barril era cotado em US$ 41,00; 19/7-3/8 – Boicote dos Jogos Olímpicos de Moscou; 30/7 – Anexação de Jerusalém Oriental – Jerusalém torna-se a capital de Israel; 14/8 – Greve nos estaleiros de Gdansk (Polônia); 29/8 – Governo polonês reconhece o sindicato livre Solidariedade e assina com seu líder Lech Walesa os Acordos de Gdansk; 25/8-15/9 – Sessão extraordinária da Assembléia Geral da ONU sobre o Desenvolvimento; 31/8 – Reconhecimento dos sindicatos independentes na Polônia; 22/9 – Início da guerra Irã-Iraque; 8/10 – Tratado de Cooperação e Amizade entre a Síria e a URSS; 13/10 – Abertura das negociações sobre as Forças Nucleares Intermediárias na Europa; 18/10 – Grécia retorna à OTAN; 4/11 – Ronald Reagan torna-se o 40º presidente dos EUA.	5/1 – Acordo Brasil-Iraque sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear; 12-13/5 – Visita de Figueiredo ao Paraguai; 14-17/5 – Figueiredo visita a Argentina; 30/6-11/7 – João Paulo II visita o Brasil; 19/8 – Em visita oficial ao Brasil, o presidente argentino Jorge Rafael Videla afirma com Figueiredo a necessidade de convivência pacífica e harmoniosa e vislumbram oportunidades de integração econômica; 8/10 – Figueiredo visita o Chile; 10/10 – Assinado Acordo Brasil-China de Cooperação Nuclear; 23/10 – Primeira Reunião dos Chanceleres dos Países do Tratado de Cooperação Amazônica (Belém).
1981	1/1 – Grécia torna-se o décimo membro da CEE; 20/1 – Libertação dos reféns americanos de Teerã; 13/5 – Atentado contra João Paulo II em Roma; 26/5 – Criação do Conselho de Cooperação do Golfo; 7/6 – Israel bombardeia central nuclear no Iraque; 26/6 – Adoção da Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos; 1-14/9 – Primeira Conferência da ONU sobre os países subdesenvolvidos, Paris; 21/9 – Independência da antiga Honduras Britânica, que se torna Belize;	28/1 – Presidente Figueiredo visita a França; 31/1 – Brasil coordena negociação para a paz entre Equador e Peru; 3/2 – Visita de Figueiredo a Portugal; 16/4 – Figueiredo visita a RFA; 16/4 – Estabelecimento da comissão intergoverna-mental brasileiro-soviética para cooperação co-mercial, econômica, científica e tecnológica; 26/5 – Encontro entre os Presidentes Figueiredo e Viola (Argentina), em Paso de los Libres; 26/6 – Acordo Brasil-Peru para a cooperação nuclear.

	6/10 – Assassinato de Anuar El Sadat, presidente do Egito, em atentado terrorista no Cairo; 22-23/10 – Cúpula Norte-Sul, Cancún (México); 2/11 – Apresentação da "opção zero", pela qual os EUA decidem não cumprir os acordos de 1979 em troca da retirada total dos mísseis soviéticos SS20 da Europa; 13/12 – Proclamação de estado de guerra na Polônia; 14/12 – Israel anexa as colinas de Golan.	
1982	15/3 – Governo sandinista instaura o estado de emergência na Nicarágua; 2/4-14/6 – Guerra das Malvinas; 30/5 – Adesão da Espanha à OTAN; 6/6 – Quinta guerra árabe-israelense – invasão do Líbano pelo exército de Israel (*Operação Paz na Galiléia*); 7/6-9/7 – II Sessão Especial da Assembléia Geral da ONU sobre Desarmamento; 15/6 – URSS renuncia ao primeiro uso da força nuclear (*No First Use*); 29/6 – Início das negociações estratégicas START que sucedem aos acordos SALT; 20/8 – México declara moratória da sua dívida externa; 21-31/8 – Evacuação de uma parte das forças da OLP de Beirute sob proteção da Força Multilateral de Interposição (EUA, França, Itália), constituída a pedido do governo libanês; 6-9/9 – Cúpula árabe de Fez reconhece implicitamente Israel; 16/9 – Forças israelenses massacram centenas de civis palestinos nos campos de refugiados de Sabra e Chatila, localizados no Líbano; 1/10 – Helmut Kohl nomeado chanceler da RFA; 28/10 – Adoção da Carta Mundial da Natureza; 10/11 – Morte de Leonid Brejnev, sucedido por Iuri Andropov na Secretaria Geral do Partido Comunista Soviético; 10/12 – Adoção da Convenção sobre o Direito do Mar (Convenção de Montego Bay) por 119 Estados – EUA e Grã-Bretanha se recusam a aderir; 31/12 – Suspensão do estado de guerra na Polônia.	11/6 – Primeira missão de empresários brasileiros a Cuba desde o rompimento de relações diplomáticas em 1964; 4/3 – Brasil e Argentina formalizam acordo para a construção de uma ponte sobre o Rio Iguaçu; 6/4 -Brasil reconhece como legítimos os direitos do povo palestino à autodeterminação e "eventualmente a uma pátria na Palestina"; 11-15/5 – Visita de Figueiredo aos EUA; 12/6 – Visita do Primeiro Ministro do Japão, Zenko Suzuki, ao Brasil; 27/9 – Figueiredo discursa na abertura da Assembléia Geral da ONU; 7/10 – Primeira Reunião da Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONANTAR); 18/10 – Acordo Brasil-Itália de Cooperação Econômica e Industrial; 5/11 – Inauguração da Usina Hidrelétrica de Itaipu pelos presidentes do Brasil e do Paraguai; 1-3/12 – Visita do Presidente Ronald Reagan ao Brasil.
1983	9/1 – Grupo de Contadora para buscar solução dos conflitos na América Central é criado pela Colômbia, Venezuela, México e Panamá; 7-12/3 – VII Conferência dos Países Não Alinhados em Nova Déli; 23/3 – Reagan apresenta a Iniciativa de Defesa Estratégica; 17/5 – Acordo líbano-israelense põe fim à guerra;	5/1 – Navio oceanográfico Barão de Teffé toca o arquipélago das Ilhas Shetland do Sul – Primeira missão brasileira à Antártica; 6/1 – Primeira carta de intenções do governo brasileiro ao Fundo Monetário Internacional; 15-17/4 – Missão Danilo Venturini ao Suriname; 26-29/4 – Figueiredo visita o México; 12/9 – Brasil admitido no Conselho Consultivo do Tratado da Antártica;

	6/6 – Proposição soviética de zona desnuclearizada no Báltico; 6/6-2/7 – VI UNCTAD em Belgrado; 24/6 – Ruptura entre a Síria e a OLP; 25/10 – Intervenção norte-americana na Ilha de Granada; 31/10 – Fim do regime militar na Argentina – eleição de Raul Alfonsín; 14/11 – Chegada dos primeiros mísseis norte-americanos de longa distância na Europa.	14-21/10 – Primeira visita de um Presidente brasileiro à África (Cabo Verde, Argélia, Senegal, Guiné-Bissau e Nigéria).
1984	17/1 – Abertura da Conferência sobre o Desarmamento em Estocolmo; 9/2 – Morte de Iuri Andropov, sucedido por Tchernenko; 16/2 – Acordo de Lusaka entre a África do Sul e Angola; 18/2 – Assinatura de nova concordata entre a Igreja Católica e o Estado Italiano, em substituição ao Acordo de Latrão (1929) – pelo novo acordo, o catolicismo deixa de ser a religião oficial do Estado da Itália; 16/3 – Acordo de Nkomati entre a África do Sul e Moçambique; 7/9 – Plano de paz para a América Central, lançado pelo Grupo de Contadora; 26/9 – Acordo entre a República Popular da China e a Grã-Bretanha para a restituição de Hong Kong em 1997; 18/10 – Acordo entre Argentina e Chile sobre o Canal de Beagle; 31/10 – Assassinato de Indira Gandhi na Índia; 6/11 – Ronald Reagan é reeleito presidente dos EUA; 8/12 – Assinatura da Convenção de Lomé III; 28/12 – EUA se retiram da UNESCO.	7/2 – Figueiredo visita a Bolívia; 7-9/2 – Visita do Secretário de Estado norte-americano George Schultz ao Brasil – Assinado Memorando de Entendimento sobre Cooperação Industrial- Militar entre Brasil e EUA; 27/2 – Visita do Presidente do Uruguai ao Brasil, Gregório Alvarez; 12/3 – O diplomata brasileiro João Clemente Baena é eleito Secretário-Geral da OEA; 28/3 – Visita ao Brasil do Presidente do México, Miguel de la Madrid; 8/4 – Figueiredo visita o Marrocos; 14/5 – Entendimento por troca de Notas para estabelecimento de mecanismos de consultas político-econômica entre Brasil e Argentina; 25/5 – Figueiredo visita o Japão – Assinatura do Acordo de Cooperação em Ciência e Tecnologia; 27/5 – Primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro à China; 22/6 – Firmado o Consenso de Cartagena, que propugna uma ação concertada dos países latino-americanos sobre a dívida externa; 3/9 – Inaugurado o Centro de Estudos Brasileiros em Buenos Aires; 28/12 – Lei da Informática entra em vigor, estabelecendo reserva de mercado para os produtos nacionais.
1985	8/1 – Acordo sobre a retomada das negociações START; 15/1 – Fim do regime militar no Brasil; 11/2 – Acordo jordaniano-palestino; 10/3 – Morte de Tchernenko, sucedido por Mikhail Gorbatchev como primeiro secretário do PCUS; 29/3 – Adesão da Espanha e de Portugal à CEE; 26/4 – Revalidação por 20 anos do Pacto de Varsóvia; 1/5 – EUA decretam embargo contra a Nicarágua; 14/6 – Acordo de Schengen de livre-circulação entre a França, RFA e BENELUX; 21/7 – Estado de emergência na África do Sul; 26/7 – Conselho de Segurança da ONU decreta sanções contra a África do Sul;	15/1 – Eleição de Tancredo Neves para a Presidência da República; 17/1 – Usina de Angra I começa a funcionar; 15/3 – Tancredo Neves é hospitalizado – José Sarney é empossado na Presidência da República; 15/3 – Olavo Setúbal nomeado chanceler; 9/5 – Brasil manifesta seu apoio ao Plano de Paz do Grupo de Contadora; 9/8 – Governo brasileiro proíbe o intercâmbio cultural, artístico e desportivo com a África do Sul; 12-14/8 – Sarney visita o Uruguai; 21/8 – Brasil compõe o Grupo de Apoio a Contadora, junto com Argentina, Peru e Uruguai; 7/9 – Escritório Comercial da Presidência dos EUA decide abrir investigações sobre a informática e

	6/8 – Tratado de Rorotonga sobre a desnuclearização do Pacífico Sul; 22/9 – "Acordo do Plaza" sobre a desvalorização concertada do dólar; 1/10 – Israel bombardeia a sede da OLP em Túnis; 9/10 – Plano Baker de consolidação dos créditos privados para os países em vias de desenvolvimento; 19-21/11 – Cúpula EUA-URSS em Genebra; 5/12 – Grã-Bretanha se retira da UNESCO.	impor retaliações contra a reserva de mercado para o setor e as infrações dos direitos de propriedade intelectual cometidas pelo Brasil – início do contencioso Brasil-EUA de informática; 23/9 – Sarney discursa na abertura da XL Assembléia Geral da ONU; 14-18/10 – François Mitterrand visita o Brasil; 30/10 – Visita ao Brasil do Primeiro Ministro da China, Zhao Zyiang; 29/11 – Sarney inaugura a Ponte Internacional Presidente Tancredo Neves, sobre o Rio Iguaçu, entre as cidades de Porto Meira (Brasil) e Puerto Iguazú (Argentina); 30/11 – Sarney e Alfonsín firmam a Declaração de Iguaçu sobre a cooperação pacífica no campo da energia nuclear.
1986	1/1 – Espanha e Portugal ingressam na CEE; 7/1 – EUA rompem relações diplomáticas com a Líbia, em represália ao atentados terroristas aprovados pelo Coronel Khadafi; 15/1 – Proposição de Gorbatchev para a redução proporcional e equilibrada dos potenciais militares; 20/1 – Queda dos preços do petróleo para US$ 20 o barril; 31/1 – Anúncio do desmantelamento progressivo do Apartheid na África do Sul; 7/2 – Fim do regime Duvallier no Haiti; 17 e 28/2 – Adoção do Ato Único Europeu; 12/3 – Adesão da Espanha à OTAN aprovada em referendum; 15/4 – Bombardeio da Líbia pelos EUA; 25/4 – Acidente nuclear de Chernobyl; 27-31/5 – Sessão Especial da Assembléia Geral da ONU sobre a África; 27/6 – Condenação dos EUA pela Corte Internacional de Justiça por suas atividades na Nicarágua; 21-23/7 – Encontro do primeiro ministro israelense Shimon Perez com o rei Hassan II do Marrocos; 28/7 – O preço do barril de petróleo cai para patamar semelhante em que se encontrava nos anos cinqüenta (US$ 9); 28/7 – Anúncio do início da retirada das tropas soviéticas do Afeganistão; 1-6/9 – VIII Conferência dos Países Não Alinhados em Harare (Zimbábue); 20/9 – Abertura em Punta del Este da Rodada Uruguai de negociações do GATT; 26/9 – A Câmara dos Representantes nos EUA vota sanções contra o governo de Pretória; 11-12/10 – Cúpula Reagan-Gorbatchev em Reykjavik.	14/2 – Roberto de Abreu Sodré é nomeado ministro das Relações Exteriores; 3-10/5 – Sarney visita Portugal e Cabo Verde; 7/6 – Brasil adere à Declaração de Panamá (junto à Argentina, Colômbia, México, Panamá, Peru, Uruguai e Venezuela), que propõe paz na América Central; 7–11/7 – Visita de Sarney à Itália e Cidade do Vaticano; 14/7 – Brasil restabelece relações diplomáticas com Cuba; 29/7 – Visita de Sarney à Argentina – Assinatura da Ata de Integração Brasileiro-Argentina, estabelecendo o Programa de Integração e Cooperação Econômica entre os dois países; 11-13/8 – Visita ao Brasil do presidente uruguaio Julio Maria Sanguinetti – assinada Ata de Cooperação Econômica; 10-11/9 – Sarney visita os EUA; 27/10 – Assembléia Geral da ONU adota Resolução 41/11, de iniciativa brasileira, criando Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul; 9-11/12: Visita do Presidente argentino Alfonsín a Brasília; 11/12 – Assinatura da Ata da Amizade (Brasília) entre os Presidentes da Argentina, Brasil e Uruguai; 18/12 – Criado no Rio de Janeiro o Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política (Grupo do Rio) por Argentina, Brasil, México, Colômbia, Peru, Panamá, Venezuela e Uruguai);

1987	9/2 – Retomada das negociações sobre as fronteiras sino-soviéticas; 20/2 – O Brasil suspende o pagamento dos juros de sua dívida externa; 16/4 – Países do G7 adotam o Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis (MCTR); 22/2 – Acordo do Louvre sobre a estabilização do dólar; 23/3 – A República Popula da China e Portugal concluem acordo sobre o retorno de Macau à soberania chinesa; 29/6 – Anúncio da liberalização progressiva do regime sul-coreano; 3/7 – Anúncio da liberalização do regime de Taiwan; 9/7-3/8 – VII UNCTAD em Genebra; 15/7 – A lei marcial vigente na China desde 1949 é suspensa e substituída por uma lei sobre a segurança nacional que aumenta as liberdades individuais e a de imprensa (salvo nas ilhas de Quemoy e Matsu); 20/7 – Adoção pelo Conselho de Segurança da ONU da Resolução 597, exigindo a paralisação dos combates entre Irã e Iraque; 30/7 – Índia intervém no Sri Lanka; 7/8 – Aceitação do Plano Arias para a América Central; 3/10 – Criada a Área de Livre Comércio EUA-Canadá; 14/10 – Crack da Bolsa de Nova Iorque (Outubro Negro); 27/10 – Plataforma da Haia visando o desenvolvimento no seio da União da Europa Ocidental de uma “identidade européia em matéria de defesa”; 7-10/12 – Cúpula Reagan-Gorbatchev em Washington – Tratado de Eliminação das Forças Nucleares Intermediárias; 9/12 – Início da *Intifada* nos territórios palestinos ocupados por Israel.	21/1 – Acordo com o Clube de Paris sobre a dívida externa; 20/2 – Governo brasileiro anuncia a suspensão do pagamento dos serviços da dívida externa, que atinge US$ 108 bilhões; 3/6 – Edição do decreto que estabelece a Política Nacional para Assuntos Antárticos; 15-17/6 – Visita do Presidente Sarney à Argentina; 3/7 – Visita de Sarney ao Peru; 15-17/7 – Sarney visita Argentina – Assinada declaração conjunta brasileiro-argentina sobre a política nuclear; 16-20/8 – Sarney visita o México; 5/9 – Governo brasileiro anuncia que o país domina a tecnologia de enriquecimento de urânio; 15-17/10 – Sarney visita a Venezuela; 13/11 – Governo dos EUA anunciam que aplicará sanções comerciais contra a Brasil a partir de janeiro de 1988; 28/11 – Os Chefes de Estado de 8 países da América Latina – Brasil, Argentina, Colômbia, México, Panamá, Peru, Equador, Uruguai e Venezuela –, reunido em Acaulco (México), adotam um “Acordo para a paz, o desenvolvimento e a democracia” 14-16/12 – Visita ao Brasil do Primeiro Ministro de Israel, Shimon Perez.
1988	19/1 – Levantamento do estado de emergência na Nicarágua; 23/2 – Início de conflitos entre armênios e azeris em Nagorny-Karabakh, enclave armênio no Arzeibaijão; 23/3 – Acordo de cessar fogo na Nicarágua; 13/4 – Adotado no âmbito do G77 o Sistema Global de Preferências Comerciais entre países em desenvolvimento (SGPC); 26/4 – Ruptura das relações diplomáticas entre o Irã e a Arábia Saudita; 16/5 – Restabelecimento de relações diplomáticas entre o Marrocos e a Argélia;	5-9/2 – Sarney visita o Uruguai e a Colômbia; 3-8/7 – Sarney visita a China – acordo para a construção de satélites estacionários; 22/7 – Governo dos EUA aplica contra o Brasil as sanções previstas na Seção 301 da Lei de Comércio; 31/7-3/8 – Visita de Sarney à Bolívia; 25-29/8 – I Reunião dos Países do Atlântico Sul (Rio de Janeiro); 17-21/10 – Sarney visita a URSS – assinada série de acordos, dos quais se destaca o Protocolo sobre a cooperação no campo de pesquisa espacial e uso pacífico do espaço; 15/11 – Governo do Brasil reconhece a Declaração de Independência da Palestina, mas se recusa a

	25/5 – Vietnã anuncia sua retirada do Cambodja; 29/5-2/6 – Cúpula Reagan-Gorbatchev em Moscou; 31/5-26/6 – III Sessão Especial da Assembléia Geral da ONU sobre o desarmamento; 8/8 – Cessar fogo entre Irã e Iraque, sob a égide da ONU; 12/8 – Libertação de Nelson Mandela, aprisionado na África do Sul desde 1964; 14-21/8 – Massacre de centenas de pessoas da minoria tutsi em Burundi; 8/11 – George Bush torna-se o 41º presidente dos EUA; 7/12 – Anúncio da redução unilateral das forças convencionais soviéticas na Europa; 14/12 – Início de negociações entre a OLP e os EUA; 21/12 – Atentado de Lockerbie contra um avião da Pan Am; 31/12 – Pacto de não-agressão nuclear entre a Índia e o Paquistão.	reconhecer o Estado Palestino proclamado em Argel; 17/11 – Assinado o Protocolo Interamericano sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de San Salvador); 28-30/11 – Visita de Sarney à Buenos Aires – No dia 29, Sarney e Alfonsín assinam Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre o Brasil e a Argentina, projetando mercado comum para 1998; 22/12 – Brasil ratifica a Convenção da ONU sobre o Direito do Mar.
1989	7/1 – Morre em Tóquio o Imperador Hiroito, sucedido no trono do Crisântemo por seu filho, Aki Hito; 7-11/1 – Conferência Internacional sobre as Armas Químicas em Paris; 3/2 – Um golpe de Estado depõe no Paraguai o Presidente Alfredo Stroessner, que parte para o exílio no Brasil; 14/2 – Anúncio de eleições livres na Nicarágua; 5-7/3 – Conferência de Londres sobre a proteção da camada de ozônio; 10/3 – Plano Brady de redução das dívidas dos países em vias de desenvolvimento; 11/3 – Cúpula de Haia sobre a proteção da atmosfera; 15-18/3 – Viagem de Gorbatchev à China – início da revolta da Praça da Paz Celestial; 14/5 – Eleição de Carlos Saul Menem para a Presidência da República na Argentina; 3/6 – Morte do Aiatolá Khomeiny; 4/6 – Derrota do Partido Comunista nas primeiras eleições livres organizadas na Polônia; 4/6 – Exército chinês reprime as manifestações da Praça da Paz Celestial (Pequim); 22/6 – Acordo de cessar fogo em Angola; 27/6 – Embargo da CEE sobre a venda de armas e créditos para a República Popular da China; 29/6 – Sanções dos EUA contra a China; 30/6 – Instalação de um regime islâmico no Sudão; 17/7 – Restabelecimento de relações diplomáticas entre a Polônia e o Vaticano; 19/8 – Nomeação de um governo de coalizão dirigido pelo *Solidariedade* na Polônia;	26–28/1 – Sarney visita Angola; 1-3/2 – Visita de Sarney à Venezuela; 20/2 – Sarney comparece aos funerais do Imperador Hiroito do Japão; 2-4/3 – Visita do Presidente Sarney à Guiana e ao Suriname; 4-5/5 – Reunião dos presidentes da região amazônica – Firmada a Declaração da Amazônia, onde os países membros do TCA reafirmam sua soberania sobre a região; 15/5 – Sarney visita o Paraguai; 7-9/7 – Visita de Sarney à Argentina; 25/9 – Sarney discursa na abertura da XLIV Assembléia Geral da ONU; 10-13/10 – Visita de Sarney ao Peru; 25-26/10 – Visita de Sarney ao Equador; 26-29/10 – Sarney visita a Costa Rica; 1/11 – I Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo do Brasil, Portugal e países africanos de expressão portuguesa (São Luís do Maranhão) – Criado o Instituto Internacional da Língua Portuguesa; 22/11 – Primeira reunião da Comissão Especial de Meio-Ambiente do Tratado de Cooperação Amazônica; 17/12 – Fernando Collor de Mello é eleito para a Presidência da República.

	1-7/9 – IX Conferência dos Países Não-Alinhados em Belgrado; 10/9 – Abertura das fronteiras austro-húngaras – dezenas de milhares de alemães orientais emigram para a RFA através da Hungria; 9/11 – Queda do Muro de Berlim; 2-3/12 – Primeira cúpula Bush-Gorbatchev em Malta; 4/12 – O Pacto de Varsóvia condena a sua própria intervenção em Praga em 1968 – Abandono oficial da Doutrina Brejnev; 14/12 – Derrota do General Pinochet nas eleições presidenciais chilenas; 15/12 – Assinatura dos Acordos de Lomé IV; 20/12 – Operação "Justa Causa" organizada pelos EUA contra o governo do general Noriega do Panamá; 22/12 – Queda do regime Ceausescu na Romênia; 29/12 – Eleição de Vaclav Ravel como presidente da Tchecoslováquia.	
1990	19/1 – Adoção da Convenção de Schengen; 20/1 – Intervenção do exército soviético no Azerbaijão; 10/2 – URSS aceita a reunificação da Alemanha; 11/2 – Legalização do Congresso Nacional Africano na África do Sul; 25/2 – Derrota dos sandinistas nas eleições presidenciais da Nicarágua; 8/3 – O Bundestag reconhece a inviolabilidade da fronteira entre a Alemanha e a Polônia; 11/3 – Proclamação de independência da Lituânia; 13/3 – Reforma constitucional na URSS – criação de uma função presidencial, abolição do papel dirigente do PCUS e reconhecimento da propriedade privada; 15/3 – Eleição de Gorbatchev para a presidência da URSS; 21/3 – África do Sul reconhece a independência da Namíbia; 25/3 – Proclamação da independência da Estônia; 9/4 – Criação do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento da Europa Oriental (BERD); 4/5 – Proclamação de independência da Estônia; 4/5 – Declaração comum entre o governo sul-africano e os dirigentes do Congresso Nacional Africano sobre a abertura de negociações; 18/5 – Assinatura do tratado de união monetária, econômica e social entre as duas Alemanhas; 22/5 – Reunificação do Iêmen; 30/5-3/6 – Cúpula Bush-Gorbatchev em Washington; 7/6 – Reforma do Pacto de Varsóvia;	10-11/3 – José Sarney visita o Chile; 15/3 – Fernando Collor de Mello é empossado na Presidência da República; 15/3 – Francisco Rezek é nomeado ministro das relações exteriores; 4/6 – Collor visita o Paraguai; 6-11/6 – Collor visita a Itália; 5-6/7 – Visita de Collor à Argentina – Ata de Buenos Aires, pela qual os dois parceiros decidem conformar o Mercado Comum até 31/12/1994; 12/9 – Extinção da Secretaria Especial de Informática, criada em 1979; 18/9 – Collor; 22/9-10/10 – Collor discursa na abertura da XLV Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas; visita a Cidade de Chicago e a Universidade de Yale (EUA); 1/10 – Collor visita a República Federativa Tcheca e Eslovaca; 10-14/11 – Collor visita o Japão; 9/10 – Visita do Presidente do México, Carlos Salinas de Gortari, ao Brasil; 11-13/10 – Collor participa em Caracas, Venezuela, da IV Reunião de Presidentes do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política — Grupo do Rio.

	12/6 – Declaração de soberania da República da Rússia; 12/6 – Vitória da Frente Islâmica de Salvação nas eleições locais da Argélia; 27/6 – Fim da guerra civil na Nicarágua; 1/7 – Livre circulação de capitais no seio da CEE – primeira etapa da união econômica e monetária; 2/7 – O parlamento da Eslovênia adota uma proclamação de soberania que põe em causa a Federação Iugoslava; 16/7 – URSS aceita que a Alemanha reunificada faça parte da OTAN; 2/8 – Forças iraquianas invadem o Kuweit; 6/8 – Voto da Resolução 661 organizando um embargo comercial contra o Iraque, que seria completado por um bloqueio aéreo decidido pela Resolução 670 do Conselho de Segurança da ONU; 6/8 – Congresso Nacional Africano suspende a luta armada contra o regime sul-africano; 31/8 – Assinatura em Berlim do Tratado de Unificação entre a RFA e a RDA; 9/9 – Cúpula Bush-Gorbatchev em Helsinki – decide-se o emprego da força contra o Iraque; 13/9 – Anúncio da retirada das tropas soviéticas estacionadas na RDA; 3/10 – Reunificação alemã; 15/10 – Abrogação da lei sobre a segregação nos lugares públicos na África do Sul; 6/11 – Adesão da Hungria ao Conselho da Europa; 14/11 – Assinatura de Tratado entre a Alemanha e a Polônia sobre a intangibilidade da fronteira Oder-Neisse; 22/11 – Demissão de Margareth Thatcher; 30/11 – Voto da Resolução 678 do Conselho de Segurança da ONU autorizando o uso da força contra o Iraque ao fim do ultimato fixado em 15/1/1991; 9/12 – Eleição de Lech Walesa para a presidência da Polônia; 16/12 – Eleição do padre Jean-Pierre Aristide para a presidência do Haiti; 18/12 – Anistia geral para os prisioneiros e exilados políticos da África do Sul; 22/12 – Instauração da economia de mercado na Polônia; 23/12 – Sucesso do referendum sobre a independência da Eslovênia.	
1991	7/1 – Intervenção soviética na Lituânia; 17/1 – Início dos bombardeios contra o Iraque no contexto da "Operação Tempestade do Deserto"; 24/2 – Início das operações terrestres contra as forças iraquianas;	19-21/2 – Collor visita a Estação Antártica brasileira "Comandante Ferraz" na Ilha Rei George; 25/2 – Collor visita a Antártica; 26/3 – Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai firmam o Tratado de Assunção para a constituição do Mercosul;

	25/2 – Dissolução do Alto Comando Unificado e do Estado Maior do Pacto de Varsóvia; 28/2 – Suspensão das operações militares contra o Iraque – libertação do Kuweit; 26/3 – Criação do Mercosul; 5/6 – Instauração do estado de sítio na Argélia – suspensão das eleições legislativas; 12/6 – Eleição de Boris Ieltsin para a presidência da Rússia; 25/6 – Secessão da Eslovênia e da Croácia – início da crise iugoslava; 27/6 – Intervenção do exército federal iugoslavo na Eslovênia; 30/6 – Abolição *de jure* do apartheid; 10/7 – Fim das sanções econômicas dos EUA contra a África do Sul; 17/7 – Gorbatchev convidado a participar da Reunião do G7 em Londres; 31/7 – Cúpula Gorbatchev-Bush em Moscou – Assinatura do Tratado START I; 18-22/8 – Tentativa de golpe de Estado em Moscou; 25/8 – Dissolução do PCUS; 17/9 – Admissão das duas Coréias e dos três Estados bálticos na ONU; 29/9 – Golpe de Estado no Haiti; 8/10 – OEA organiza um embargo comercial contra o Haiti; 30/10 – Início da Conferência de Madri sobre o Oriente Médio; 22/11 – Assinatura de acordo associando a Polônia, Hungria e Tchecoslováquia (Grupo de Visegrad) à CEE; 8/12 – Criação em Minsk da Comunidade de Estados Independentes (CEI) associando a Rússia, Ucrânia e Bielorússia; 13/12 – Assinatura de pacto de reconciliação e de desnuclearização das duas Coréias; 20/12 – Criação do Conselho de Cooperação do Atlântico Norte agrupando os membros da OTAN e os antigos membros do Pacto de Varsóvia; 21/12 – Acordo de Alma-Ata, ampliando a CEI para todas as antigas repúblicas soviéticas à exceção da Geórgia e dos Estados bálticos; 23/12 – Alemanha reconhece isoladamente a Eslovênia e a Croácia; 25/12 – Renúncia de Gorbatchev; 26/12 – Vitória da Frente Islâmica de Salvação no primeiro turno das eleições legislativas da Argélia.	14-19/5 – Visita de Estado ao Reino da Espanha; 3-6/6 – Collor visita o Reino da Suécia; 6-7/6 – Visita de Collor ao Reino da Noruega. 17-21/6 – Collor visita os EUA; 25/6 – Governo brasileiro anuncia o fim da reserva de mercado para a área de informática; 17-19/7 – Collor participa da Reunião de Chefes de Estado e Governo dos Países Ibero-Americanos, Espanha e Portugal — I Cúpula Ibero-americana, em Guadalajara, México; 5/9 – Assinatura da "Declaração Conjunta sobre Proibição Completa das Armas Químicas e Biológicas" (Argentina – Brasil – Chile); 7-14/9 – Visita de Collor a Angola, Zimbábue, Moçambique e Namíbia; 20-23/9 – Viagem de Collor à ONU; 1-3/12 – Collor participa em Cartagena das Índias, Colômbia, da V Reunião de Presidentes do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política (Grupo do Rio); 10-13/12 – Visita de Collor à Itália e à Áustria; 13/12 – Argentina e Brasil assinam o Acordo Quadripartite de Salvaguardas entre o Brasil, a Argentina, a Agência Brasil-Argentina de Controle de Material Nuclear — ABAC e a AIEA – Agência Internacional de Energia Atômica.
1992	11/2 – Golpe de Estado na Argélia interrompe o processo eleitoral; 15/1 – Reconhecimento oficial das independências da Eslovênia e da Croácia pela CEE; 7/2 – Assinatura do Tratado de Maastricht;	10/2 – II Reunião de Presidentes dos Países Amazônicos (Manaus); 13/4 – Celso Lafer é nomeado Ministro das Relações Exteriores;

	21/2 – Fim das sanções econômicas impostas pelos EUA à República Popular da China em função do Massacre da Praça da Paz Celestial; 25-28/2 – VIII UNCTAD em Cartagena; 9/3 – Adesão da China ao TNP; 17/3 – Sucesso do referendum sobre o desmantelamento do regime de Apartheid na África do Sul; 5/4 – Golpe de Estado civil do presidente Fujimori no Peru; 6/4 – Fim do embargo petrolífero da CEE contra a África do Sul; 8/4 – Anunciada moratória francesa para os testes nucleares; 22/5 – Admissão da Eslovênia, da Croácia e da Bósnia na ONU; 30/5 – Voto da Resolução 757 do Conselho de Segurança da ONU organizando um embargo comercial, petrolífero e aéreo contra a República Federal da Iugoslávia (Sérvia e Montenegro); 3-14/6 – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio de Janeiro; 23/6 – Vitória do Partido Trabalhista nas eleições legislativas de Israel; 3/8 – Adesão da França ao TNP; 10/8 – O parlamento do Japão autoriza o envio de militares japoneses ao exterior no contexto de missões de paz da ONU; 12/8 – Criação da Zona de Livre Comércio da América do Norte – NAFTA; 3-6/9 – X Conferência dos Países Não Alinhados em Djakarta; 29-30/9 – Eleições legislativas e presidenciais em Angola; 4/10 – Fim da guerra civil em Moçambique; 23-28/10 – Primeira visita de um soberano japonês à China; 3/11 – Bill Clinton torna-se o 42° Presidente dos EUA; 20/11 – Compromisso de Blair House entre os EUA e os países europeus sobre a agricultura no quadro da Rodada Uruguai; 3/12- Voto da Resolução 794 do Conselho de Segurança da ONU, que põe a ação de assistência humanitária na Somália sob proteção militar; 9/12 – Início da operação *Restore Hope* na Somália; 19/12 – Primeiras eleições democráticas em Taiwan; 31/12 – Divisão da Tchecoslováquia ("Divisão de Veludo").	29/5 Acordo MERCOSUL – Comunidade Econômica Européia (CEE); 3-14/6 – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento é realizada no Rio de Janeiro; 25-28/6 – Collor participa na II Reunião do Conselho do Mercado Comum, na cidade de Las Leñas, Argentina; 23-24/7 – Collor participa da II Conferência Ibero-americana em Madrid; 17/8 – Visita de Collor à Bolívia; 25/9 – Adesão do Brasil à Convenção Interamericana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José); 29/9 – Fernando Collor de Mello é afastado das funções de Chefe de Estado e Governo; o vice-presidente Itamar Franco assume a Presidência da República; 5/10 – Fernando Henrique Cardoso é nomeado Ministro das Relações Exteriores; 14/10 – Aprovado em Las Leñas o cronograma para o cumprimento dos compromissos acordados no Tratado de Assunção referentes à realização do Mercado Comum entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai; 20-23/10 – Visita de Itamar Franco ao Senegal; 1-2/12 – Itamar Franco participa da VI Reunião de Cúpula Presidencial do Mecanismo Permanente de Consulta e Concentração Política (Grupo do Rio), em Buenos Aires, Argentina; 9/12 – Inauguração da sede da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) 27-28/12 – Visita de Itamar Franco ao Uruguai;
1993	1/1 – Entra em vigor o Mercado Único Europeu; 3/1 – Cúpula Bush – Ieltsin em Moscou – Assinatura do Tratado START II;	1/1 – Brasil assume assento rotativo no Conselho de Segurança das Nações Unidas; 17/2 – Visita de trabalho de Itamar Franco à Bolívia;

	5/1 – Reinício da guerra civil em Angola; 15/1 – Acordo de cessar fogo na Somália; 15/1 – Assinatura em Paris da Convenção sobre Armas Químicas, proibindo a sua fabricação e utilização; 11/3 – A Coréia do Norte se retira do TNP; 29/3 – A "economia de mercado socialista" é inscrita na constituição da República Popular da China; 3-4/4 – Cúpula Clinton – Ieltsin em Vancouver; 30/4 – Abertura da segunda sessão das negociações árabe-israelenses em Washington; 9/5 – Primeiras eleições livres no Paraguai em cinqüenta anos; 14-25/6 – Conferência mundial sobre os Direitos Humanos em Viena; 9/9 – A OLP reconhece oficialmente Israel; 10/9 – Israel reconhece a OLP como representante do povo palestino; 13/9 – Assinatura em Washington da declaração de princípio sobre a autonomia dos territórios ocupados (Acordos de Oslo); 4/10 – "Domingo Vermelho" em Moscou, quando o exército toma o Parlamento; 5/10 – Voto da Resolução 872 criando a Missão das Nações Unidas de Assistência para Rwanda; 15/12 – Conclusão da Rodada Uruguai do GATT em Genebra; 30/12 – Acordo de Reconciliação entre Israel e o Vaticano – estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois Estados.	21/5 – Celso Amorim é nomeado Chanceler; 24-29/5 – Visita de Itamar Franco à Argentina e ao Uruguai; 6/6 – Realizada em Belém do Pará a XXIV Assembléia Geral da OEA; 1/7 – Itamar Franco participa da IV Reunião do Conselho do MERCOSUL em Assunção, Paraguai; 15-17/7 – Realizada em Salvador a III Conferência Ibero-Americana; 14-17/10 – Itamar Franco participa da VII Cúpula Presidencial do Grupo do Rio, em Santiago do Chile; 23/11 – Visita de Jiang Zemin, presidente da República Popular da China, ao Brasil; 9/12 – Instala-se em Brasília a Representação Especial Palestina junto ao governo brasileiro;
1994	1/1 – Entra em vigor o Acordo de Livre Comércio da América do Norte, reunindo EUA, Canadá e México; 1/1 – Início da revolta zapatista no México; 10/1 – Adoção pela OTAN da "Parceria para a Paz" proposta aos antigos membros do Pacto de Varsóvia – reconhecimento de uma identidade européia de defesa; 13-14/1 – Cúpula Clinton – Ieltsin em Moscou – acordo sobre o desarmamento nuclear da Ucrânia; 13/1 – O Congresso Nacional Africano abandona a luta armada na África do Sul; 3/2 – Abertura de escritórios de ligação entre os EUA e o Vietnã; 1/3 – Adesão da Suécia, Finlândia, Áustria e Noruega à União Européia; 15/4 – Assinatura dos Atos Finais da Rodada Uruguai em Marrakesch – Criação da Organização Mundial do Comércio; 26-29/4 – Vitória do Congresso Nacional Africano nas primeiras eleições multirraciais da África do	15-18/1 – Itamar Franco participa da V Reunião do Conselho do MERCOSUL no Uruguai; 10/2 – Realizado em Brasília o I Encontro dos Chanceleres dos Países de Língua Portuguesa; 30/5 – Brasil adere ao Tratado de Tlatelolco, após ter ratificado texto modificado do tratado; 13-17/6 – Itamar Franco participa da IV Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, na cidade de Cartagena das Índias; 1/7 – Governo brasileiro implementa o Plano de Estabilização Econômica (Plano Real); 4-5/8 – Itamar Franco participa da VI Reunião do Conselho do MERCOSUL em Buenos Aires; 22/9 – Realizada em Brasília a III Reunião de Paz e Cooperação do Atlântico Sul; 17/12 – Firmado pelo Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina o Protocolo de Ouro Preto, que modifica parcialmente o Tratado de Assunção e confirma a seu caráter intergovernamental.

	Sul – Nelson Mandela é eleito Presidente da República; 13/6 – Retirada da Coréia do Norte da AIEA; 12/7 – Instalação da autoridade palestina em Gaza, sob a direção de Iasser Arafat; 12/7 – A Corte Constitucional da Alemanha autoriza a participação das forças armadas em operações de manutenção da paz; 25/7 – Fim do estado de beligerância entre Israel e Jordânia; 31/8 – O IRA renuncia à violência após 25 anos de guerra civil na Irlanda do Norte; 3/9 – Abertura de escritórios de ligação entre Israel e Marrocos; 5-12/9 – Realiza-se a Conferência do Cairo sobre População e Desenvolvimento; 19/9 – Início da operação *Sustain Democracy* no Haiti; 28/9 – Primeira participação da França na reunião dos ministros da defesa da OTAN desde 1966; 2/10 – Início das relações comerciais entre Israel e Tunísia; 15/10 – Retorno do presidente Bertrand Aristide ao Haiti; 25/10 – Estabelecimento de relações oficiais entre o Vaticano e a OLP; 26/10 – Tratado de Paz entre Israel e Jordânia; 27-28/10 – Primeiras eleições pluralistas em Moçambique depois de 16 anos de guerra civil; 4/11 – ONU decide interromper a missão ONUSOM na Somália; 10/11 – Iraque reconhece o Kuweit; 10/11 – Visita do Rei Hussein da Jordânia a Israel; 16/11 – Entra em vigor a Convenção sobre o Direito do Mar de 1982; 20/11 – Assinatura dos Acordos de Lusaka entre o governo de Angola e a UNITA pondo fim à guerra civil; 8/12 – Criação do Mercado Comum da África Austral e Oriental; 9-11/12 – Primeira Cúpula das Américas reunindo 34 países (salvo Cuba) em Miami, onde se decidiu pela criação de uma Área de Livre Comércio das Américas até o ano de 2005; 11/12 – Intervenção do Exército russo na Chechênia; 12/12 – África do Sul passa a reintegrar a UNESCO, de onde havia se retirado em 1955; 20/12 – Crise financeira do México.	
1995	1/1 – Início das atividades da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa; 1/1 – Áustria, Finlândia e Suécia ingressam na União Européia;	1/1 – Fernando Henrique Cardoso é empossado na Presidência da República; 1/1 – Luiz Felipe Lampreia é nomeado Chanceler; 1/1 – Entra em vigor a União Aduaneira no âmbito do MERCOSUL – adoção da Tarifa Externa Comum;

	26/1 – Conflito lindeiro entre o Peru e o Equador; 3/3 – Forças da ONU na Somália se retiram sob proteção do exército norte-americano; 20/3 – Operação das forças da Turquia no Kurdistão iraquiano; 26/3 – Entra em aplicação a Convenção de Schengen na Europa; 11/4 – Resolução 984 do Conselho de Segurança da ONU pela qual as cinco potências decidem que não empregarão forças nucleares contra os países signatários do TNP; 9-12/5 – Cúpula Clinton-Ieltsin em Moscou; 10/5 – Abertura de negociações entre o governo britânico e o Sinn Fein; 11/5 – Prorrogação ilimitada do TNP por 178 países; 11/7 – Normalização das relações diplomáticas entre os EUA e o Vietnã; 21/8 – Fracasso, sob pressão internacional, de um golpe de Estado em Cabo Verde; 29/8 – Início das operações da OTAN contra as posições sérvias na Iugoslávia; 8/9 – Acordo Tripartite de Genebra sobre a regulamentação do conflito na ex-Iugoslávia; 26/9 – Acordo de Nova Iorque sobre o reconhecimento mútuo da Bósnia e da Sérvia; 28/9 – Acordo israelo-palestino assinado em Washington sobre a extensão da autonomia da Cisjordânia (Oslo II); 19-20/10 – XI Conferência dos Países Não-Alinhados em Cartagena; 31/10 – Início das negociações de Dayton (EUA) sobre a ex-Iugoslávia; 4/11 – Assassinato de primeiro ministro israelense Ytzhak Rabin; 4/11 – Revisão da Convenção de Lomé IV; 13/11 – Atentado anti-americano na Arábia Saudita; 21/11 – Assinatura dos Acordos de Dayton sobre a antiga Iugoslávia; 5/12 – França anuncia o seu retorno ao Comitê Militar da OTAN.	19/2 – Firmada a Declaração de Paz do Itamaraty, síntese do processo negociador entre Peru e Equador promovido pelo governo do Brasil e que teve origem em função do choque entre forças daqueles países por uma área de fronteira; 28/2-4/3 – Cardoso comparece às cerimônias de posse do Presidente do Uruguai, Júlio Maria Sanguinetti; 1-4/3 – Fernando Henrique Cardoso visita o Chile; 17-22/4 – Cardoso visita os EUA; 5-8/5 – Cardoso participa das cerimônias oficiais de comemoração do cinqüentenário do término da Segunda Guerra Mundial, na cidade de Londres, no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte; 7-8/7 – Visita de Cardoso à Argentina para assistir às cerimônias de posse do Presidente Carlos Saul Menem; 3-6/7 – Cardoso rende visita à Venezuela; 18-23/7 – Visita de Cardoso a Portugal; 27-28/7 – Visita de Cardoso ao Peru, para assistir às cerimônias de posse do Presidente Alberto Fujimori; 4-5/8 – FHC participa da VIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, na cidade de Assunção; 13-18/9 – Cardoso visita a Bélgica e a União Européia; 18-21/9 – Cardoso visita a Alemanha; 13/8 – Brasil anuncia que abre mão de produzir, adquirir ou negociar mísseis de longo alcance; 3/10 – Brasil adere à Convenção sobre Certas Armas Convencionais; 16-17/10 – FHC participa da V Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, a realizar-se na cidade de San Carlos de Bariloche, Argentina; 27/10 – Brasil adere ao MCTR – Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis; 24/10 – Cardoso participa do Encontro de Chefes de Estado e de Governo para a comemoração do qüinquagésimo aniversário da ONU; 5-8/11 – Cardoso participa da V Reunião de Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo do Grupo de Consulta e Cooperação Sul-Sul, Grupo dos Quinze, em Buenos Aires, Argentina; 6-7/12 – Cardoso participa da IX Reunião do Conselho do Mercado Comum, em Punta del Este, Uruguai; 12–19/12 – Cardoso visita a REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, Macau e à Malásia; 15/12 – Firmado em Madrid o Acordo Quadro de Cooperação Inter-regional entre o Mercosul e a União Européia;

1996	20/1 – Eleição de Iasser Arafat na presidência da Autoridade Palestina; 25/1 – Admissão da Rússia no Conselho da Europa; 9/2 – Ruptura do cessar fogo pelo IRA (desde 31/8/1994); 12/3 – Reforço do embargo americano contra Cuba pela edição da Lei Helms-Burton; 12/3 – Incidentes militares no Estreito de Formosa; 1/4 – Primeira viagem de um chefe de governo israelense ao Qatar e a Oman; 11-27/4 – Operações das forças armadas israelense no sul do Líbano; 24/4 – O Conselho Nacional Palestino decide suprimir da Carta da OLP todos os artigos que se opunham ao reconhecimento de Israel; 8/5 – Promulgação da nova constituição da África do Sul; 29/5 – Vitória do Likud nas eleições legislativas de Israel – B. Netanyahu é eleito primeiro-ministro; 25/6 – Associação do Chile ao Mercosul; 30/7 – Moratória nuclear chinesa; 5/8 – Adoção nos EUA da Lei D´Amato-Kennedy, que impõe sanções contra qualquer empresa do ramo petrolífero que estabeleça negócios com o Irã e a Líbia; 10/9 – Adoção pela Assembléia Geral da ONU do Tratado de Interdição Total dos Testes Nucleares; 27/9 – A guerrilha Talibã toma Kabul, capital do Afeganistão; 29/9 – Acordo do FMI sobre a redução dos compromissos dos países mais endividados; 9-13/12 – Primeiras conversações da OMC em Cingapura – acordo entre os EUA e a União Européia para a liberalização até o ano 2000 dos mercados de tecnologias da informação; 17/12 – Guerrilha comunista faz dezenas de reféns na Embaixada do Japão no Peru; 29/12 – Assinatura na Cidade do México dos acordos de paz que põem fim a 36 anos de guerra civil na Guatemala.	22-28/1 – Visita oficial de Cardoso à Índia; 18-20/2 – Cardoso visita o México; 10/4 – Congresso Brasileiro aprova a Lei sobre Propriedade Intelectual; 17-19/4 – Cardoso visita a Argentina; 26-30/5 – Cardoso visita a França; 24-25/5 – Cardoso visita Angola; 25-28/5 – Cardoso visita a África do Sul; 25/6 – Firmado o Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Chile; 25/6 – Firmada durante a X Reunião de Cúpula do Mercosul a Declaração Presidencial sobre o Compromisso Democrático dos países do Mercosul 17/7 – Constituída a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; 24-26/8 – Ryutaro Hashimoto, primeiro-ministro do Japão, visita o Brasil; 10-12/9 – Kim Young Sam, presidente da Coréia do Sul, visita o Brasil; 17/9 – Helmut Kohl, chanceler da Alemanha, visita o Brasil; 7/11 – Divulgadas as diretrizes para a Política de Defesa Nacional.
1997	7/1 – Início da crise financeira asiática, com a desvalorização da Rúpia Indonésia; 12/1 – Governo iraquiano anuncia a proibição dos trabalhos da equipe de inspeção de armas da Comissão Especial das Nações Unidas (Unscom); 20/1 – Bill Clinton assume o seu segundo mandato na Presidência da República dos EUA; 21/1 – Papa João Paulo II visita Cuba; 29/1 – Fim do Ramadã – na Argélia contabiliza-se um saldo de 1200 mortes em ataques atribuídos aos extremistas do Grupo Islâmico Armado (GIA); 19/2 – Morte de Deng Xiao-Ping;	19/1 – Governo da Costa Rica autoriza a extradição para o Brasil da fraudadora da previdência social, Jorgina Maria Fernandes de Freitas; 7/2 – O professor Celso Lafer é eleito presidente do Conselho Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) para 1997; 11-14/2 – Cardoso visita a Itália e o Estado do Vaticano; 25-27/2 – II Reunião de Vice-Ministros de Comércio dos 34 países da América que deverão integrar a Área de Livre-Comércio das Américas (Alca), no Recife (PE) – o encontro é marcado por

15/6 – Representantes do governo da Turquia, Bangladesh, Egito, Indonésia, Irã, Malásia, Paquistão e Nigéria anunciam em Istambul a criação de um grupo de cooperação econômica, batizado de D-8 ("D" de desenvolvimento);
23/6 – Conclui-se em Denver, EUA, a reunião dos oito países mais industrializados do mundo, o Grupo dos Oito (G-8), antigo G-7, com a participação da Federação Russa – admitida em 1997;
1/7 – Hong Kong é devolvida à República Popular da China;
2/7 – Eclode na Tailândia a crise financeira que atingiria pouco depois as Filipinas, Indonésia e Malásia;
1-10/12 – Realiza-se a Conferência sobre Mudanças Climáticas, em Kyoto;
2/10 – Os ministros das Relações Exteriores dos 15 países da União Européia assinam o Tratado de Amsterdã. O acordo modifica o Tratado de Maastrich, mas não traz grandes avanços e, para entrar em vigor, deve ser aprovado pelos parlamentos dos países membros – com exceção de Portugal, Irlanda e Dinamarca, que farão referendo. O tratado estabelece o fim dos controles de fronteira entre os países membros da UE; prevê normas mais estreitas de cooperação das polícias e uma legislação comum para a concessão de vistos e asilo político. Também concede mais poderes para o Parlamento europeu.

divergências entre os EUA e os países do Mercosul sobre o ritmo e os limites da abertura econômica;
7/3 – Governo brasileiro assina acordo com a empresa norte-americana Raytheon para fornecimento de equipamentos para o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam);
11-14/3 – Visita de Jacques Chirac, presidente da França, ao Brasil;
2-4/4 – Visita o Brasil o presidente da Hungria Árpád Göncz;
11/4 – Visita ao Brasil do presidente da Venezuela, Rafael Caldeira;
16-20/4 – Visita ao Brasil do primeiro-ministro da Espanha, José María Aznar;
21-24/4 – Cardoso visita o Canadá;
26-28/4 – Os presidentes do Brasil e da Argentina reúnem-se no Rio de Janeiro – são firmados entre outros acordos de cooperação entre as Forças Armadas e para o prosseguimento da integração energética nas áreas de gás natural e eletricidade;
5-6/5 – Cardoso visita o Uruguai;
6-16/5 – III Reunião ministerial para discutir a criação da Área de Livre-Comércio para a América (Alca). O documento final do encontro – a Declaração de Belo Horizonte– não fixa data para a queda das tarifas comerciais entre os 34 países participantes do continente americano;
31/5-8/6 – Visita o Brasil o Imperador Aki Hito, do Japão;
20/6 – Brasil firma o Tratado de Não-Proliferação Nuclear;
16/7 – A Lei do Petróleo, que abre as atividades da indústria petrolífera à iniciativa privada, é aprovada em pelo no Senado, em votação simbólica;
17/8 – O presidente da Argentina, Carlos Menem, declara em entrevista ao jornal *O Estado de S.Paulo* que veta a escolha do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU;
22-23/8 – Cardoso participa da XI Reunião de Chefes de Estado e de Governo do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política (Grupo do Rio), em Assunção, Paraguai;
25/9 – O papa João Paulo II chega ao Rio de Janeiro para participar de um encontro pela família. Além de reforçar as posições da Igreja em relação ao casamento, prevenção à natalidade e sexualidade, o chefe da Igreja Católica vem ao país para fortalecer o catolicismo perante crescimento dos grupos evangélicos;
30/9-2/10 – Cardoso visita o Chile;
13/10 – Bill Clinton visita o Brasil;
14/10 – O Brasil é eleito com 167 votos para participar do Conselho de Segurança da ONU pelo sistema de rodízio, a partir de 1º/1/1998;

		25/11 – Encontro de Cardoso com o Presidente da França, Jacques Chirac, em Saint Georges de l'Oyapock, fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa; 1-5/12 – Cardoso visita a Reino Unido;
1998	16/3 – O Vaticano divulga o documento *Nós nos recordamos: uma reflexão sobre a Shoah* (holocausto, em hebraico), no qual a Igreja Católica se desculpa formalmente por não ter feito o suficiente para defender os judeus durante o domínio do nazismo; 10/4 – Firmado acordo de paz entre Católicos e Protestantes na Irlanda do Norte; 15-17/5 – Reunião do G-8 em Birmingham, Reino Unido; 17/8 – O governo da Federação Russa anuncia a desvalorização do rublo em até 30% e a suspensão, por 90 dias, do pagamento da dívida externa – a depreciação do rublo supera a expectativa, chegando a cerca de 40% no final de agosto. As medidas geram instabilidade internacional e uma crise de desconfiança em relação aos países emergentes, como Brasil, Venezuela e Argentina, cujos títulos sofrem alta desvalorização. Em São Paulo, a Bolsa de Valores acumula uma queda de 39,55% em agosto, terceira maior perda mensal desde 1968; 20/8 – Em retaliação aos atentados a bomba às embaixadas dos EUA no Quênia e na Tanzânia, o presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, ordena o bombardeio de supostas posições guerrilheiras no Sudão e no Afeganistão; 9/12 – Augusto Pinochet, ex-presidente do Chile, é detido pelo governo da Inglaterra, que atende a pedido de abertura de extradição da justiça espanhola por crimes cometidos contra a humanidade; 16/12 – Iraque é bombardeado pelos EUA, em virtude da não-colaboração do governo Hussein com a Comissão de Fiscalização de Desarmamento.	15/1 – Jean Chrétien, primeiro-ministro do Canadá, visita o Brasil; 3-4/3 – Romano Prodi, primeiro-ministro da Itália, visita o Brasil; 11/7 – Visita o Brasil do Secretário Geral da ONU Kofi Annan; 13/7 – O presidente Fernando Henrique Cardoso assina o documento de adesão do Brasil ao Tratado Sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), n presença do Secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU); 20-22/7 – Nelson Mandela, presidente da África do Sul, visita o Brasil; 6/9 – Visita ao Brasil do líder cubano Fidel Castro; 4/10 – Cardoso é reeleito em primeiro turno para a Presidência da República; 16-19/10 – Cardoso participa da VIII Conferência de Chefes de Estado Ibero-Americanos, realizada em Porto, Portugal – durante o encontro, o presidente propôs a criação de um Fundo de Contingência, com um saldo de US$ 90 bilhões para ajudar países em crise financeira e também a cobrança de uma taxa internacional de 0,5% sobre os capitais de curto prazo; 1/11 – Colômbia solicita ao Brasil autorização para utilizar a base militar de Iauaretê para reabastecer helicópteros e aviões que transportavam soldados que iriam enfrentar os guerrilheiros que tomaram a cidade colombiana de Mitú, próxima da fronteira dos dois países – antes de receber uma resposta de Brasília, no entanto, os colombianos usam a pista brasileira de Quebrai. Em 3/11 o Itamarati protesta contra a violação do território nacional e chama para consultas o embaixador do Brasil em Bogotá, Marcus de Vicenzi; 24/11 – Visita o Brasil o primeiro-ministro da Holanda, Wim Kok; 15/12 – Visita o Brasil presidente eleito da Venezuela, Hugo Chávez, que propôs a associação de seu país ao Mercosul.

Fontes

BRASIL. MRE. *Relatório do Ministério das Relações Exteriores do Brasil* (diversos anos);

Brasil. MRE. *Resenha da Política Exterior do Brasil* (1974-1995);

ROCHE, Jean-Jacques. *Chronologies des relations internationales, de 1945 à nos jours*. Paris: Montchrestien,1997, 204 p.;

ZORGBIBE, Charles. *Chronologie des relations internationales depuis 1945*. Paris: PUF, 1991, 413 p.;

FERRO Marc (dir.), *Chronologie universelle du monde contemporain 1801-1992,* Paris: Nathan, 1993;

BOURNAZEL Eric, VIVIEN Germaine, FLANDIN-BLETY Pierre (orgs.). *Les grandes dates de l'histoire de France*. Paris: Librairie Larousse, 1986;

SONNET Martine, CHARMASSON Thérèse, LELORRAIN Anne-Marie. *Chronologie de l'histoire de France*. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

Notas

[1] DUROSELLE, Jean-Baptiste. "La nature des relations internationales". *Politique Internationale*, automne 1979, p. 110.

[2] A propósito, ver NORA, Pierre. "Le retour de l´événement", in LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *Faire l´Histoire: nouveaux problèmes*. Paris: Gallimard, 1974.